

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)
Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes)
Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais (CGES)
Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD)

A POLÍCIA CIENTÍFICA NA LINHA DE MONTAGEM DA DEFESA SOCIAL SOB FOCOS DE LENTES

RELATÓRIO

Recife, 2013

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj)
Diretoria de Pesquisas Sociais (Dipes)
Coordenação-Geral de Estudos Sociais e Culturais (CGES)
Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA (AJD)

A POLÍCIA CIENTÍFICA NA LINHA DE MONTAGEM DA DEFESA SOCIAL SOB FOCOS DE LENTES

RELATÓRIO

PESQUISADORES

Ronivalva de Andrade Melo (coordenação geral)
Renato Pereira Feitosa
Ivone Medeiros (fotografias)

REDAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

Ronivalva de Andrade Melo
Renato Pereira Feitosa

REVISÃO TEXTUAL

Tereza Pereira

Recife, 2013

 **Fundação
Joaquim Nabuco**
Editora Massangana

A Polícia Científica na linha de montagem da defesa social sob focos de lentes: relatório de pesquisa/ Ronidalva de Andrade Melo; coordenadora geral; Renato Pereira Feitosa. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.
342 p. il.

ISBN (?)

1. Polícia Científica, (PE). 2. Instituto de Criminalística. 3. Instituto de Medicina Legal. I. Título

CDU 343.98(813.4)

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
A POLÍCIA CIENTÍFICA NA LINHA DE MONTAGEM DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL	15
A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍCIA CIENTÍFICA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO	23
GERÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIENTÍFICA (GGPOC)	37
RECURSOS HUMANOS	54
INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS	81
LOCALIZAÇÃO	82
ÁREA EXTERNA	83
SAGUÃO PRINCIPAL	85
BANHEIROS PÚBLICOS	89
DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL	93
SETOR DE CADASTRO (DIGITAÇÃO)	99
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	104
SETOR DE COMUNIDADE	105
SALA DE PERMANÊNCIA	107
SETOR DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	107

UNIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	111
ACESSO E CORREDORES DO PRIMEIRO ANDAR	114
CHEFIA DA UNIDADE DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	115
SETOR DE IDENTIFICAÇÃO NEONATAL	117
DIVISÃO CRIMINAL E DIVISÃO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO	118
CHEFIA DA UNIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA	119
CHEFIA DA UNIDADE TÉCNICA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL	120
GABINETE DO GESTOR	120
AUDITÓRIO	122
COPA 124	
GALPÃO	127
BANHEIRO	130
GALPÃO	131
SETOR RASTRO	133
CPD CRIMINAL	142
SETOR DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA	144
BANHEIRO E ACESSO AO GALPÃO	145
SETOR DE NECROPAPILOSCOPIA	147
DIVISÃO DE ARQUIVO CIVIL	151
DIVISÃO DE ARQUIVO CRIMINAL	168
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PESQUISAS PAPILOSCÓPICAS	170
SETOR AFIS	171
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA PROFESSOR ARMANDO SAMICO – IC	177
EXTERIOR	178
TÉRREO	179
ENTRADA / RECEPÇÃO	179
BANHEIRO ESPECIAL	183
GUARDA DE INDÍCIOS	183
SALA DE DIGITAÇÃO DE LAUDOS DO PLANTÃO	186

COORDENAÇÃO DO PLANTÃO	188
ALOJAMENTO MASCULINO	198
ALMOXARIFADO	200
ALOJAMENTO	203
DEPÓSITO	206
OFICINA / REPAROS	207
COORDENAÇÃO DAS PERÍCIAS DO PLANTÃO CRIMINALÍSTICO	208
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL ANTÔNIO PERCIVO DA CUNHA – IML	267
LOCALIZAÇÃO	267
ÁREA E ACESSOS AO INSTITUTO	268
PÁTIO DE ATENDIMENTO	269
SALA DE NECRÓPSIA	272
VESTIÁRIO DOS AUXILIARES DE LEGISTAS	286
SALA DE PERÍCIA DE CUSTODIADOS	289
ALOJAMENTO DOS AUXILIARES DE LEGISTA	291
CORREDORES INTERNOS	292
SALA DE EXAMES SEXOLÓGICOS	293
BANHEIRO DO ANDAR TÉRREO	299
AUDITÓRIO	300
BANHEIROS	301
SALA DE ESPERA	303
SALA DE RAIOS-X	305
ARQUIVOS	309
SETOR DE TOXICOLOGIA	315
VIATURAS	324
SALA DE NECRÓPSIA DE CORPOS EM ESTÁGIO AVANÇADO DE DECOMPOSIÇÃO	324

CONCLUSÕES	325
ESTRUTURAS FÍSICAS	325
ESTRUTURA TECNOLÓGICA	329
RECURSOS HUMANOS	334
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	336

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa *A Polícia Científica de Pernambuco na Linha de Montagem da Defesa Social sob Focos de Lentes*. Iniciada em 2011, tal pesquisa é produto da parceria entre a Associação Juízes para a Democracia (AJD) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), órgão que a coordena através de seus pesquisadores Ronidalva de Andrade Melo e José Augusto Amorim Guilherme da Silva.

Desde 2005, AJD e Fundaj promovem o projeto Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania, que tem sua trajetória marcada pela criação de espaços de discussão com diversos setores sociais sobre temas pertinentes ao funcionamento dos sistemas de Segurança e Justiça em Pernambuco, suas relações com a efetivação de direitos e sua necessidade de democratização para que sirvam de instrumentos à cidadania plena.

Na medida em que se proliferaram os debates promovidos, surgiu a exigência de se produzir conhecimentos empíricos aprofundados sobre problemas pontuais das instituições, de maneira que propostas reformadoras da realidade apresentada fossem formuladas. Assim, o projeto realizou as pesquisas *Flagrantes do Nepotismo no Poder Judiciário de Pernambuco*, *Representações Sociais do Poder Judiciário em Pernambuco* e *A Defensoria Pública na Visão dos Atores Envolvidos na Justiça Comum*.

Embora, inicialmente, as pesquisas promovidas pelo projeto tenham privilegiado órgãos que integram o Poder Judiciário, evidenciou-se que muitos dos problemas enfrentados no atendimento destas instituições às demandas da sociedade não se encerravam à esfera de suas atuações, apontando a influência das deficiências dos serviços prestados por outros órgãos do Estado com os quais se articulam. Desta forma, mostrou-se indispensável que o entendimento da atuação estatal nas questões de segurança, justiça e punibilidade exigisse a percepção de suas instituições integradas a um sistema mais amplo, o Sistema de Defesa Social.

Assim, a proposta da pesquisa *A Linha de Montagem da Defesa Social sob Focos de Lentes* é orientada por um enfoque sistêmico, para o qual a Defesa Social surge como produto intangível que resulta da relação bem-sucedida entre sociedade e Estado no enfrentamento da criminalidade. A proteção da sociedade provém não só do provimento de segurança, da realização da justiça e a punição devida através da atuação do Estado, mas também do aporte comunitário a essas ações e da oferta de condições que garantam a cidadania aos indivíduos.

No eixo estatal, as demandas sociais são atendidas pelo chamado núcleo duro da Defesa Social, constituído por instituições articuladas entre si de forma interdependente e responsáveis, cada qual, pela realização de uma etapa, tal qual em uma *linha de montagem*, estando a qualidade do resultado sujeita à eficiência de cada um de seus componentes. Desta forma, torna-se mister conhecer a situação dos recursos com que contam os órgãos que compõem a linha de montagem da Defesa Social em Pernambuco para o provimento de seus serviços.

Tal é o objetivo da pesquisa, promover o mapeamento das estruturas físicas e dos recursos humanos, tecnológicos e organizacionais das Polícias (Militar, Civil e Científica), da Defensoria Pública e do Ministério Público, assim como das Varas e Tribunais Judiciais, penitenciárias e a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) para menores infratores, além do Corpo de Bombeiros e o órgão responsável pela articulação estratégica policial no Estado, a Secretaria de Defesa Social.

Para agregar dados tão diversos, definiu-se um conjunto de categorias empiricamente observáveis, que abarcam as condições necessárias para a estruturação institucional desses órgãos e a configuração dos serviços prestados: estruturas físicas e tecnológicas, recursos humanos e organização de seu funcionamento. Em relação à coleta desses dados, assumiu-se que, para se dar conta da apreensão dos objetivos propostos, uma única técnica de pesquisa limitaria o registro da realidade observada e sua posterior análise.

Assim, baseada na noção de Complementaridade de Métodos (CAMARGO, 1982), a pesquisa *A Linha de Montagem da Defesa Social sob Focos de Lentes* congrega, em seu instrumental para o levantamento dos recursos disponíveis às instituições, a observação

direta, entrevistas não estruturadas com seus integrantes e registros audiovisuais e fotográficos das instalações físicas e tecnológicas e equipamentos de que dispõem. A opção pela entrevista não estruturada se fundamenta como medida necessária a se alcançar, pela investigação, elementos não previstos, dando voz à pluralidade de atores que oferecem o *corpus* à pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa, focamos nossas lentes especialmente sobre a Polícia Científica do Estado de Pernambuco, órgão que reúne instituições articuladas aos subsistemas de Segurança Pública e Justiça, fornecendo, através de análises e laudos, subsídios técnico-científicos à construção do corpo de delito dos crimes.

Sua eficácia é de fundamental importância para que se conduza da melhor forma possível as linhas de investigação da Polícia Judiciária; a aceitação do inquérito criminal e realização da denúncia pelo Ministério Público; a argumentação da defesa dos acusados; e o efetivo julgamento, visto que os exames periciais são a única peça constitutiva dos inquéritos policiais que não é refeita na fase judicial. No Estado de Pernambuco, a Polícia Científica agrega as atribuições da identificação civil e criminal, através do Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB) e provê perícias criminais com os Institutos de Criminalística (IC) e de Medicina Legal (IML). Estes institutos são coordenados pela Gerência Geral de Polícia Científica de Pernambuco (GGPOC), que é subordinada diretamente à Secretaria de Defesa Social (SDS).

A pesquisa foi realizada no ano de 2012. Foram visitadas as sedes dos três institutos e da GGPOC, todas localizadas na cidade do Recife. Durante as idas a campo, realizamos entrevistas com o gerente geral da Polícia Científica, o médico-legista especial, Francisco Aristófares Coelho Sarmiento Filho; o delegado da Polícia Civil, Jandir de Souza Carneiro Leão, gestor do Instituto de Identificação Tavares Buril; o perito criminal, gestor do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, Luiz Carlos Soares da Silva; a médica-legista, Joyse Breezinckr, gestora do Instituto de Medicina Legal Professor Antônio Percivo Cunha; os peritos papiloscopistas do IITB, Dinarte Correia Fernandes Júnior (chefe da Unidade Técnica de Identificação Criminal), Rosilene Maria de Souza Albuquerque (chefe da Unidade Técnica de Identificação Civil) e Ivoneide Constantino (chefe da Divisão de Identificação

Criminal); os peritos criminais do IC, Gilberto Batista Ribeiro (chefe do Setor de Perícias Balísticas), Rogério Dantas (chefe da Coordenação das Perícias do Plantão Criminalístico), Gilberto Pacheco de Oliveira Filho (chefe da Unidade de Laboratório Criminalístico) e Arthur Jorge Lira (chefe da Unidade de Perícias Documentoscópicas).

Em cada Instituto, além das entrevistas com chefes de unidades e gestores, também percorremos seus setores conduzidos por funcionários. Em tais visitas, realizamos registros fotográficos e em vídeo das instalações físicas e tecnológicas, assim como fomos apresentados a outros profissionais, dos quais recolhemos depoimentos sobre o funcionamento e recursos de que dispunham, as condições de trabalho, das instalações, dos equipamentos e outros detalhes que escapariam à observação em si, apontando deficiências e elucidando nossas dúvidas. Tivemos acesso à maior parte das instalações dos institutos. As exceções ficam por conta da sala de retrato falado do IITB, a sala de evidências do Laboratório do IC e, no IML, a sala de necropsias de cadáveres em putrefação e os alojamentos de médicos-legistas.

O trabalho de campo foi conduzido pelo técnico de apoio à pesquisa, bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), Renato Pereira Feitosa, o qual se responsabilizou pela produção da pesquisa, com a realização das entrevistas, abordagens de funcionários, anotações e parte dos registros fotográficos, além das transcrições e decupagens do material audiovisual produzido e pela redação deste relatório. O estagiário Caio de Holanda e, o bolsista da Facepe, Fernando Lima Semente o auxiliaram nos registros de campo. À servidora da Fundaj, Ivone Medeiros, da Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Populacionais, deve-se o crédito pela maioria das fotografias exibidas neste relatório. A equipe da Massangana Multimídia Produções, vinculada à Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundação Joaquim Nabuco, realizou a gravação de vídeos nas idas a campo, serviço essencial à nossa pesquisa e pelo qual agradecemos aos funcionários: Cleyton Oliveira, Valdemiro Trajano de Souza, Júlio Ribeiro, Carlos Alberto Silva e o estagiário Antônio Henrique de Sena. Da mesma forma, somos gratos a Xisto Ramos Filho e Dayvson Felipe do Nascimento Lima pelo profissionalismo

na captação de som nas entrevistas e abordagens de campo. O documentário que apresenta os resultados de nossa pesquisa é fruto do competente trabalho da roteirista Maria da Conceição Campos e do editor da produtora Massangana, Hélio Moura. A revisão deste relatório ficou a cargo da dedicada Tereza Pereira. Outros tantos trabalhadores do quadro administrativo da Fundaj também contribuíram ativamente para que atingíssemos nossos resultados e a eles dedicamos nossa mais sincera gratidão, em especial a Jucedi Barbosa Leite, Ariane Riveca Lopes Colaço, Rosiane Pessoa dos Santos, Tâmara Maciel, Manoel Nascimento Barbosa, Ivanildo Roberto da Silva, Antônio de Souza e Valdir Salvador da Silva.

Reconhecemos, ainda, que esta pesquisa não poderia ser realizada sem o prestimoso apoio dos funcionários dos institutos da Polícia Científica de Pernambuco, além dos já citados: Alessandra Gomes de Miranda, Araçá da Silva, Ernesto Pinheiro dos Santos Moura, José Henrique Medeiros do Vale, Juçara Oliveira Querino de Santana, Luiz Severino de Araújo, Milton Antonino da Silva Júnior, Paulo Tadeu Vasconcelos, Robson Henrique Vidal Correia de Siqueira, Salvandir Rodrigues de Souza, Sandra Maria Santos, Shirley Wanessa do Nascimento, Sílvio José Cordeiro Rodrigues, Vera Lúcia dos Santos e Vlademir Williams de Andrade são alguns, entre tantos, que colaboraram com informações imprescindíveis na etapa de planejamento e durante as visitas aos órgãos. A todos, nossa mais sincera gratidão pela atenção e gentileza despendidas à equipe. Agradecemos ainda a Gerard Sauret, gerente de Análise Criminal e Estatística da SDS, pela contribuição na disponibilização de dados estatísticos produzidos pela secretaria.

Finalmente, salientamos que ao final do trabalho aqui apresentado, oferecemos nossas sugestões de iniciativas que poderiam conceder significativas melhorias ao desempenho da instituição da Polícia Científica do Estado de Pernambuco. Tais propostas consistem no cumprimento do dever institucional assumido pela Fundação Joaquim Nabuco em seu compromisso firmado com o Governo do Estado, atribuindo-se o papel de dar voz aos reclamos de cidadania demandados pela nossa sociedade junto ao Estado.

A POLÍCIA CIENTÍFICA NA LINHA DE MONTAGEM DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

Consolidado nos anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, sob a influência do pensamento de Filippo Gramatica e Marc Ancel, o movimento da Nova Defesa Social engendrou princípios norteadores para a incorporação de medidas humanizadoras e democráticas nas políticas criminais das nações. Reconhece que o Direito Penal não é o único e nem o mais eficaz dispositivo ao alcance do Estado no enfrentamento da criminalidade.

Sua proposta reformadora ultrapassa os limites das instituições jurídicas e penais, abrangendo as bases sobre as quais se sustentam as sociedades. Este traço marcante de sua doutrina se reflete na concepção da criminalidade como fenômeno complexo, cuja percepção escapa ao campo de um único ramo do conhecimento humano, sendo possível a apreensão de sua totalidade apenas pela agregação dos constantes avanços e descobertas dos diversos ramos da ciência.

Sua característica humanitária faz das suas proposições universais – independentemente de fronteiras territoriais, políticas, ideológicas ou culturais – e, por reconhecer a liberdade como uma conquista secular e entender a nocividade de sua subtração tanto ao indivíduo quanto à sociedade, afasta-se do modelo de justiça retributivo-punitivo, considerando a perda de tal direito como último artifício ao qual se deve recorrer como penalização da prática criminosa. Por outro lado, sustenta “a necessidade de um tratamento bifronte para a criminalidade” (ARAÚJO JUNIOR, 1990, p. 69), apontando para a descriminalização de delitos reconhecidamente menos danosos à sociedade, assim como prega o enrijecimento da punição aos crimes que lesem a sociedade em sua amplitude, como a corrupção, o abuso do poder estatal e aqueles que atentem contra a ordem econômica e as conquistas sociais.

Ao integrarmos o paradigma da Defesa Social à base formadora de nossa pesquisa, adotamos a noção de que não é só o crime que promove a desagregação social. Há também, nas raízes da criminalidade, elementos desagregadores procedentes da própria organização social. Tais elementos podem ser de caráter positivo ou negativo.

Não se pode ignorar que a diferenciação entre os indivíduos nos leve a encontrar os nossos pares, a estabelecer vínculos comunitários que proporcionam, dentre tantas coisas, sentidos de vida e mesmo felicidade. Mas é imprudente ignorarmos que certas formas de diferenciação impedem o acesso a bens, materiais ou simbólicos, às oportunidades existentes no mundo exterior à comuna, às relações já estabelecidas, à esfera privada, das quais dependem não só a felicidade, mas também a sobrevivência, se não física, digna.

Isto posto, apresentam-se outros elementos, derivados daqueles postulados por tal paradigma, que devem ser reconhecidos, tanto na análise da realidade empírica que se apresenta às pesquisas, quanto ao estabelecimento de estratégias estatais para o enfrentamento da criminalidade. O primeiro é a não dissociação da atuação do Estado e das comunidades na defesa da sociedade. Embora o aparato policial, legal e judiciário seja privilégio daquele, é na comunidade em que ocorre de fato a vida social, onde atuam os indivíduos e na qual as ações estatais surtem seus efeitos.

Antes de serem concebidos como polos antagônicos ou dimensões descontínuas da realidade, seus papéis devem ser considerados como necessariamente complementares. Diante das representações abstratas dos dados com os quais lida o Estado, a comunidade é o *locus* da personalização, detém conhecimentos singulares sobre os indivíduos, as práticas locais, suas orientações significantes, as dinâmicas adotadas na apropriação dos espaços físicos, enfim, toda série de fatores que podem determinar a efetividade das políticas. Por tal mérito, sua participação na elaboração destas deve ser encarada menos como empecilho do que uma vantagem com a qual o Estado deve contar na luta contra a delinquência.

A importância do estreitamento da relação entre esses dois atores, Estado e comunidade, reside também nas consequências

desagregadoras e no caráter negativo que podem adquirir as ações estatais voltadas exclusivamente para o ataque ao fato criminoso, característica das políticas de segurança pública. Na orientação da defesa social, estabelece-se a primazia pela supressão dos fatores que induzem ao surgimento da criminalidade.

Neste caso, o Estado antecipa-se em anular seu potencial inimigo, atacando a causa e não a consequência, comprometendo-se com soluções e não com atuações que, se não passam a fomentar o próprio crime, adquirem apenas efeitos paliativos. Ele passa da ação do combate, da dominação, do emprego da violência como foco da sua atuação, para a tática do enfrentamento, do controle, da aplicação de estratégias e operacionalização do seu aparato para promover sua inserção na comunidade, fornecendo condições que inibam os efeitos nocivos resultantes da sua ausência, sua inanição ou incapacidade de atender às demandas das comunidades, fatores que favorecem a proliferação da *ambiência criminosa*. Conceito que é entendido como o conjunto dos “fatores sociais, políticos, econômicos, psicológicos e excludentes em geral que, articulados no coletivo e introjetados nos indivíduos, induzem à prática da delinquência, do ilícito, do crime ou de provocação da desordem” (MELO, 2004).

Assim, a complexidade do crime se apresenta por não lhe bastar a dimensão externa encarnada na agressão – a violência vermelha, sanguinolenta –, mas por também ser manifestação de uma sociedade desigual e excludente, cuja configuração nega a participação cidadã em seus rumos – a violência branca, discreta em sua naturalidade – a segmentos desfavorecidos em que se encerram as comunidades. Enfim, se desejamos condições de segurança consistentes e extensíveis ao que chamamos de sociedade, devemos primeiramente concebê-la em sua amplitude, recuar ante o movimento comum de segmentá-la entre “os de dentro” e “os de fora,” o bem e o mal, os perigosos e as vítimas, para poder de fato encarar e enfrentar as condições da própria sociedade que promove a criminalidade.

Enquanto tais apontamentos referem-se à necessidade de reformulações na articulação do Estado com atores externos para o enfrentamento da criminalidade em sua complexidade, convém reconhecer que o próprio Estado é um agente plural, composto

por órgãos diversos que atuam na consolidação da política criminal, os quais, por sua vez, articulam-se entre si, formando o Sistema de Defesa Social. Tal sistema é composto pelo subsistema de Segurança Pública, pelo subsistema de Justiça e o subsistema Prisional, e as interfaces agenciadas por seus órgãos na relação Estado e Sociedade.

Destarte, a Defesa Social passa a ser o produto da realização das competências de instituições interdependentes, tal qual em uma *linha de montagem*, sendo que a qualidade do resultado está sujeita à eficiência de cada um de seus componentes, produto da dialética das iniciativas de repressão e prevenção da criminalidade. Assim, constatada a ocorrência do crime na comunidade, desencadeiam-se ações concatenadas que envolvem Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica, Ministério Público, Defensoria Pública, Varas e Tribunais Judiciais e os órgãos de execução penal (para adultos ou menores).

Desta forma, a punição de um criminoso não depende da atuação isolada da Polícia Militar em sua apreensão, ou apenas do inquérito e investigação levados a cabo pela Polícia Judiciária, nem da qualidade da denúncia do Ministério Público, ou da avaliação de culpabilidade pela Magistratura. Mas também da contribuição de caráter científico que comprova a veracidade das provas, trabalho este realizado pela Polícia Científica. Neste aspecto, a Polícia Científica cumpre um papel fundamental como órgão capaz de oferecer subsídios cientificamente embasados, tanto para as investigações criminais, podendo ajudá-la a chegar aos verdadeiros responsáveis, quanto para o convencimento de juízes sobre os fatos.

Consideremos a seguinte questão para nos orientar no entendimento mais profundo do papel da Polícia Científica na linha de montagem do Sistema de Defesa Social. Existem dúvidas sobre a Justiça? Pode-se considerar a resposta afirmativa como a mais coerente à pergunta ao se analisar o fato de que qualquer litígio resulta de um conflito cuja resolução carece do consenso entre as partes. Em relação ao julgamento dos crimes, a situação se torna ainda mais delicada, visto que o próprio Estado também se insere no pleito, como litigante.

Neste caso, o Estado assume a responsabilidade no atendimento a uma complexidade de demandas, que ultrapassam a

dimensão restrita dos interesses individuais. Do seu desempenho dependem, concomitantemente, a legitimidade das leis na regulação das condutas dos cidadãos, a garantia dos direitos fundamentais dos acusados e eventuais vítimas, além das graves consequências da condenação aos réus.

Dessa forma, a segurança de qualquer cidadão diante da capacidade do Estado de restringir sua liberdade provém não só das garantias ofertadas pela Constituição, mas também, em boa parte, dos critérios sobre o qual a Justiça baseia suas decisões. Como instituição à qual se atribuem grandes poderes, como a própria regulação de nossas vidas, e, por isso, a responsabilidade pela situação social resultante do seu desempenho, o Estado necessita do maior conhecimento possível sobre os crimes para a acusação de um suspeito pela Polícia Judiciária, para sua citação como réu pelo Ministério Público, ou, ainda, sua condenação ou declaração da inocência.

A segurança de qualquer cidadão depende do modo como a Justiça baseia suas decisões. Ela deve estar munida de dispositivos que permitam a sustentação do julgamento ou acusação, além da dimensão subjetiva de juízes, promotores e delegados. A maior justiça que pode ser feita é aquela em que a própria decisão judicial possa ser questionada, posta em dúvida. A condenação e a penalização dos sujeitos devem ser o mais difíceis possíveis, pois suas consequências são cruéis ao indivíduo.

A Polícia Científica reúne os Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal, que se articulam aos subsistemas de Segurança Pública e Justiça, através da produção de subsídios técnico-científicos para análise de vestígios e identificação dos indivíduos, processos que constituem fundamental importância para a construção da prova material. Sua eficácia é imprescindível para que se cumpra a punição ao crime, visto que os exames periciais são a única peça constitutiva dos inquéritos policiais que, de acordo com o Código do Processo Penal, não pode ser refeita na fase judicial.

Assim, o conhecimento técnico-científico oferecido pela Polícia Científica a respeito do fato criminoso cumpre um papel essencial para a promoção dos princípios da Defesa Social, visto o seu caráter reformador da penalização e o objetivo de que as penas

sejam o mais positivas para a sociedade como um todo – isto é, que a prisão não forme indivíduos mais perigosos ou que, em um movimento absurdo, retroalimente a criminalidade.

Desta forma, o bom juiz não é aquele que apenas saiba avaliar a factualidade das provas existentes contra ou a favor dos acusados, mas aquele que também consiga apreender do julgamento do réu o conhecimento mais amplo possível para poder individualizar sua pena com justiça no caso de condenação. O mesmo pode ser dito de um promotor público ou um delegado que aceite acusar qualquer cidadão em uma sociedade em que tão pouco é necessário para macular a imagem do indivíduo.

Por outro lado, se existem as leis e os Sistemas de Segurança e Justiça, sua eficácia deve ser assegurada publicamente para que o crime não seja estimulado pela garantia da impunidade, seja quem for o seu autor, pertença ele à classe social que pertencer. Tão maléfico quanto a condenação por provas insuficientes para materialização do crime ou a determinação de sua verdadeira autoria é a supressão do direito à vida e à dignidade de homens e mulheres pela banalização que a impunidade propicia. A realidade social é complexa o suficiente para que, em todo o caso, as consequências da ineficiência do Estado em proporcionar a defesa da sociedade sejam irreparáveis.

É nesta complicada trama que a Polícia Científica se insere como nodal: diante do fogo cruzado das argumentações entre as partes envolvidas no litígio; da fragilidade da prova testemunhal em relação à sua instabilidade, confiabilidade ou disponibilidade; e da raridade ou inconsistência da prova documental, é a prova material que pode fornecer ao juiz o convencimento oportuno para a sentença mais legítima possível, quer pela demonstração da ocorrência, da forma e da autoria dos crimes ou sua refutação. Ao mesmo tempo, são os vestígios de um local de crime sem testemunhas que podem conduzir as linhas das investigações e inquéritos policiais para um rumo certo.

A impressão digital e o DNA oferecem a certificação da presença do indivíduo na cena do crime ou a correspondência entre quem ele diz ser e sua identidade. Em uma época em que a tecnologia é tão presente e o ambiente virtual que possibilita o anonimato é cada vez mais acessível, é o uso de conhecimentos e aparatos

tecnológicos especiais que pode revelar registros imprevisíveis aos criminosos e os ligar aos seus atos de ofensa ou dolo a outrem.

O emprego de técnicas e conhecimentos novos, aliados à experiência da observação dos peritos, pode, ainda, proporcionar o desenvolvimento de formas inovadoras de análises ou coleta de indícios anteriormente ignorados. Em um mundo em que a incerteza é a regra, a eficácia da justiça pode residir nos detalhes do trabalho qualificado e concretizado de peritos criminais, médicos-legalistas, peritos papiloscopistas e os tão importantes auxiliares de peritos e legalistas, além daqueles que propiciam fluidez aos trâmites burocráticos e administrativos, para a realização de todas as outras atividades.

Pela ampliação do campo de mapeamento possível dos vestígios de um ato criminoso, que pode constituir ameaça aos interesses sociais mais amplos, além de dificultar ou impedir danos irreparáveis aos indivíduos ou ao interesse público, através da prerrogativa da impunidade, pode-se ainda assegurar que os investimentos realizados em outras etapas da linha de montagem do Sistema de Defesa Social tornem-se mais eficientes. Minimizando o risco de gastos financeiros ou de tempo em esforços que possam ser anulados pela insuficiência de provas legítimas e que, ainda assim, ofereçam a real possibilidade de sua contradição e refutabilidade diante das contingências características da nossa sociedade.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍCIA CIENTÍFICA NO BRASIL E EM PERNAMBUCO

A primeira publicação constatada sobre uma perícia médico-legal brasileira data de 1814. Nela o médico Antônio Gonçalves Gomide, que assumiria posteriormente os cargos de deputado e senador do Império, refuta um exame realizado pelos clínicos Antonio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva em *Uma Rapariga Que Julgaram Santa*.¹ O documento revela um dos primeiros obstáculos à perícia criminal no país, a qualidade das análises periciais feita pelos clínicos gerais que não possuíam formação acadêmica e constituíam a maioria dos responsáveis pela prática médica no país.

Em relação ao processo penal, aos juízes não era obrigatória a consulta a pareceres médicos para a emissão de sentenças até o advento do Código Penal do Império, instituído em 16 de dezembro de 1830. Somente no Código de Processo Penal de 1832 se observa o primeiro registro a respeito da perícia criminal na história legislativa brasileira, através da oficialização dos exames de corpo de delito:

Art. 134. Formar-se-ha auto de corpo de delicto, quando este deixa vestígios que podem ser ocularmente examinados; não existindo porém vestígios, formar-se-ha o dito auto por duas testemunhas, que deponham da existencia do facto, e suas circunstancias.

Art. 135. Este exame será feito por peritos, que tenham conhecimento do objecto, e na sua falta por pessoas de bom senso, nomeadas pelo Juiz de Paz, e por elle juramentadas, para examinarem e descreverem com verdade quanto observarem; e avaliarem o damno resultante do delicto; salvo qualquer juiço definitivo a este respeito (BRASIL, 1832).

¹ http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1440&li=3&lcab=1834-1837&lf=3

Observa-se que não existia uma definição de perito como indivíduo ligado institucionalmente ao Estado, mas apenas de qualquer especialista julgado capaz, pelos juízes, da realização da análise dos resíduos materiais que fundamentariam a existência do crime. Percebe-se que tal ato dispensa a especificação de outros critérios para a determinação do perito ou mesmo de seus procedimentos.

Também em 1832, as primeiras escolas de medicina do Rio de Janeiro e Salvador são transformadas em faculdades, cujos acadêmicos seriam os responsáveis pela implantação do ensino de Medicina Legal e, conseqüentemente, sob a influência da produção científica europeia, pela sistematização dos conhecimentos da disciplina no país. A primeira publicação de uma necropsia médico-legal é feita em 1835 pelo cirurgião da família imperial, Hércules Otávio Muzzi, na qual fora examinado o cadáver do regente João Bráulio Muniz. Já em 1854, respondendo a uma solicitação do próprio Ministério da Justiça Imperial, Jose Martins da Cruz Jobim, o Conselheiro Jobim, uniformiza a prática dos exames médico-legais a serem realizados no país.

A primeira iniciativa de institucionalização das perícias criminais no país se dá através do decreto imperial nº 1.746, de 16 de abril de 1856, que regulamentava a Secretaria da Polícia da Corte. No 3º parágrafo do primeiro artigo, definiu-se que entre seus empregados haveria dois médicos oficiais e outros dois consultantes, lotados na seção de Assessoria Médica, que seria incumbida pelo Art. 8º de realizar “os corpos de delicto, e quaisquer exames medicos, necessarios para averiguação dos crimes e factos como taes suspeitos.” Ainda de acordo com o decreto,

Art. 44. Os Medicos de Policia farão por escala o serviço que lhes compete, devendo hum d’elles estar sempre presente na Repartição durante as horas ordinarias e extraordinarias marcadas no Art. 30.

Os Consultantes serão chamados para os exames importantes, e especialmente nos de envenenamento.

Os Consultantes não têm outros vencimentos que os salarios que serão arbitrados conforme o trabalho.

Apesar de todas as iniciativas, retrata-se que não só a medicina legal, mas o próprio desenvolvimento da ciência médica

brasileira tardou algumas décadas para atingir certo grau de qualidade e relevância. O processo de maturação da medicina legal deve em muito aos catedráticos das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e, especialmente, da Bahia. Representados pela figura de Nina Rodrigues, o corpo docente de tal Instituto de ensino fez da medicina-legal o carro-chefe de suas produções científicas.

Amplamente influenciada pelos novos ideais positivistas, a produção acadêmica na área caracteriza-se pelo intenso debate com os bacharéis de Direito, no qual se observa, sobretudo, uma disputa pela posição de detentores do saber científico responsáveis pelos rumos de uma nação ainda imatura. Em meio a uma população de matrizes raciais tão heterogêneas, nesse momento, a Medicina Legal dedicar-se-ia mais ao estudo das qualidades físico-antropológicas dos criminosos sob a influência dos arautos europeus da antropologia criminal do final do século XIX, como Cesare Lombroso e Enrico Ferri. Busca-se a observação das características físicas que indicariam a predisposição dos indivíduos ao crime, através de medições antropométricas e, de tal maneira, vinha a se fundir em teorizações sociais que, sem escapar ao espírito da época, chegava a explicações racialistas, muito bem-aceitas por uma sociedade marcada pelas desigualdades promovidas pela recém-abolida escravidão.

Apesar da incessante busca por teorizações deterministas a respeito da criminalidade, os conhecimentos técnicos a respeito dos exames periciais médico-legais foram progressivamente evoluindo. Em 1895, Nina Rodrigues propôs à Sociedade Médico-Legal da Bahia que sugerisse à Assembleia Legislativa do Estado a criação de um serviço médico-legal oficial. A ideia foi aprovada, mas teve sua execução negligenciada. Mesmo assim, Rodrigues persistiu no estabelecimento de uma série de alianças com o aparato jurídico-policial, com vistas ao ensino prático de sua disciplina (MAIO, 1995).

Em Pernambuco, faltam registros que permitam a definição de um marco para a institucionalização de um corpo de peritos médicos junto à polícia local. Em relação à prática da disciplina, a inauguração, em 4 de abril de 1841, da Sociedade de Medicina de Pernambuco, já contava com uma comissão permanente de

higiene, polícia médica, medicina legal e história da medicina.² O Conselho Geral de Salubridade, criado pela Assembleia Provincial de Pernambuco, através da Lei nº 143 de 15 de maio de 1945, era composto por três doutores em Medicina, versados no estudo da higiene pública e da medicina legal, e por dois farmacêuticos experimentados em análise química e práticas toxicológicas.³

O alcance e importância da Medicina Legal dentro de tais órgãos, porém, não podem ser precisados. Apenas se pode constatar que laudos médico-legais eram objetos de discussões promovidas pela classe médica local em alguns artigos e cartas publicadas nos periódicos locais na década de 1850, como, por exemplo, o jornal *O Liberal Pernambucano*.⁴

Um relatório redigido pelo questor Dr. Antônio Pedro da Silva Marques ao governador Joaquim Correia de Araújo, em 1898, é um dos primeiros documentos que trazem referências aos serviços periciais oficiais realizados no Estado. Nele, o desembargador julga *deficiente o indício até agora empregado entre nós para a verificação de identidade dos criminosos, meio que se traduz nos outros de qualificação aconselhável pelo regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, socorrido, no caso de dúvidas, pela prova documental e testemunhal, seria de grande utilidade para a causa da Justiça Criminal que fosse inaugurado o Gabinete Antropométrico, mandado construir pelo vosso antecessor, ao lado da casa de Detenção e pelo mesmo dotado de todos os aparelhos necessários para seu funcionamento* (COSTA, 1978, p. 124).

Observa-se, no mesmo relatório, também, a solicitação da inauguração do Necrotério montado e construído em frente ao Cemitério de Santo Amaro, cuja inauguração seria, nas palavras do questor, “vantajosa não só para o Serviço Médico-Legal, como ainda para a exposição dos cadáveres, cuja identidade não

² VELLOSO, Verônica Pimenta; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *Sociedade de Medicina de Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socmedpe.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

³ SANTOS NETO, Pedro Miguel dos. *O Processo da Profissionalização Médica em Pernambuco – Um Estudo sobre a Categoria Médica Pernambucana, sua Organização, seus Interesses*. 1993. 98 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Administração e Planejamento em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1993.

⁴ *O Liberal Pernambucano*. Recife, 1850-1858. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

for conhecida” (COSTA, 1978, p. 124). Os exames tanatológicos eram, à época, executados pelos Médicos de Polícia. Uma década depois, porém, no ano de 1908, outro relatório indica que os serviços de identificação ainda se constituíam em uma demanda urgente. Nele,

o Dr. Aníbal Ferreira da Fonseca, secretário-geral do Estado, no governo de Herculano Bandeira, (...) informa que “Pernambuco precisa seguir a orientação científica moderna, instalada, anexa à Repartição Central de Polícia, a secção de identificação e de estatística.” No seu relatório, o Dr. chefe de Polícia transcreve o ofício que lhe dirigiu o chefe da Polícia do Distrito Federal, solicitando a criação, aqui, daquele serviço, a fim de melhor se estabelecer o convênio interestadual de polícia que assegura a plena eficácia da ação preventiva e repressiva (COSTA, 1978, p.124-125).

No ano seguinte, seria criado o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal de Pernambuco. O órgão já se utilizava do sistema de identificação e classificação datiloscópica desenvolvido por Juan Vucetich, que, de tão consistente, permanece sendo praticado na atualidade pelos peritos papiloscopistas.

O Necrotério Público, no qual se realizavam as necrópsias pelo Serviço Médico-Legal, passava, porém, por uma profunda carência de equipamentos e recursos para as análises que exigiam, cada vez mais, inovações metodológicas e tecnológicas. Ainda em 1912, o secretário- geral do Estado, Dr. Hercílio Lupércio de Souza, relata ao Governador Emídio Dantas Barreto que

continua este estabelecimento a funcionar no edifício ao largo do Cemitério Público, em Santo Amaro. Ressente-se ainda da falta de aparelhos e instrumentos que se lhe fazem necess. A impossibilidade em que se encontra o Laboratório da Inspectoria de Higiene, de fazer os exames requisitados pelos médicos-legistas, impõe a necessidade da criação de laboratório na Repartição da Polícia para exames dessas visceras e outros que o Serviço Médico-Legal reclame (COSTA, 1978, p.125).

Em 1919, é publicado o Regulamento do Serviço Médico-Legal da Polícia do Estado de Pernambuco, que determina a

subordinação do órgão à Chefia de Polícia e cria um corpo efetivo com nove funcionários, três deles, médicos-legistas (incluindo diretor). Pela lei nº 1,747/24, a instituição adquire *status* de Instituto, denominação sustentada até os dias atuais.

Um novo regulamento entra em vigor, através do ato nº 827, de 19 de junho de 1925, ampliando o número de funcionários para 18 e definindo a responsabilidade do Instituto na realização de exames de lesões corporais; violência carnal; sanidade física; sanidade mental; exames de necrópsias (incluindo exumações); identificação de pessoas (sexo, cor, idade, etc.); exames toxicológicos; “exames de instrumentos vulnerantes, de manchas suspeitas, anatomo-pathologia, de microbiologia ou de outros laboratórios necessários para a pesquisa, demonstração ou comprovação de existência de crime ou facto que se presuma criminoso;” “inspeções judiciais de cadáver ou de local, quando houver dúvida ou suspeita de crime contra a pessoa.”

Nota-se, através dessa última resolução, a concentração no órgão de atividades periciais de natureza diversa. De acordo com artigo do professor de Medicina Legal, Lins e Silva, em 1941, o IML pernambucano teria atingido grau de excelência no âmbito nacional, sendo equiparado aos órgãos dos estados do Rio de Janeiro (Distrito Federal, à época), São Paulo e Bahia.

Em 1947, não só o Instituto de Medicina Legal ganha novo regulamento, como também o Gabinete de Identificação, que, pelo Ato nº 1649,⁵ fica subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública e tem entre suas atribuições: a identificação criminal mediante encaminhamento de pessoas pelas autoridades policiais ou judiciárias; a identificação civil, através da emissão de cédulas de identidade; o reconhecimento de cadáveres desconhecidos por meios técnico-científicos; a prestação de informações sobre antecedentes criminais; a realização de pesquisas em local de crime, elaborando os devidos laudos técnicos; a manutenção de um museu e biblioteca especializados; além da preservação de postos de identificação no interior do Estado.

⁵ PERNAMBUCO. *Regulamento do Gabinete de Identificação de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1947. Disponível em: <http://www.iitb.pe.gov.br/docs/ATI_Portal_IITB_GAB_IDENT_1947.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.

Apesar de possuir órgãos consolidados para a realização de perícias médico-legais e para identificação civil e criminal, até 1966, o Estado de Pernambuco não havia criado uma instituição específica para outros tipos de perícias criminais, que ficavam sob encargo do próprio IML e Gabinete de Identificação e, ao que se indica, distribuídas entre inspetores de polícia.

No mês de abril do referido ano, através da Lei Estadual nº 5.791⁶, a Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública é reorganizada administrativamente. É criado o Instituto de Polícia Técnica e o Gabinete de Identificação também passa à categoria de Instituto, ficando ambos, juntamente com o IML, subordinados diretamente ao secretário de Segurança. Em outubro de 1966, o governador do Estado nomeia, o Inspetor Geral de Polícia, Armando Hermes Ribeiro Samico para o cargo de Inspetor Geral da Polícia Técnica. A importância dos esforços de Samico para a criação da Polícia Técnica foi tamanha que o Instituto de Criminalística foi posteriormente batizado com seu nome. O perito criminal também teve o mérito de se tornar o primeiro policial civil de carreira, e único integrante da Polícia Científica, a gerenciar a Secretaria de Segurança Pública, ainda que por um curto período de tempo, entre 31/07/1970 e 15/03/1971 (ZAVERUCHA, 2004, p. 99).

De acordo com Zaverucha (2004, p. 117), na década de 1960, o Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco gozava do *status* de referência nacional. Um dos motivos para isso era o seu avançado aparelhamento à época, adquirido através de doações dos Estados Unidos da América pela Aliança para o Progresso. O objetivo de tal iniciativa seria estritamente político, visto que interessava às forças internacionais que apoiavam o Regime Militar – em meio ao auge da Guerra Fria e da escalada de governos populares na América Latina – um órgão de investigação científica eficiente na repressão da esquerda e adversários políticos. Seu quadro de funcionários desfrutaria de grande prestígio por ser composto por policiais civis de nível superior, entre os quais, alguns professores universitários.

⁶ Conforme citado no §2º do Art. 2º da lei nº 5.881, de 4 de outubro de 1966.

Havia atividade de pesquisas e até se publicava, com periodicidade, uma revista, divulgando seus melhores trabalhos de medicina legal e criminalística. (...) O prestígio dos médicos-legistas e dos peritos criminais inegavelmente contribuiu para o advento da polícia civil de carreira. Quando esta surgiu, os médicos legistas e peritos criminais eram os únicos policiais efetivos de escolaridade de nível superior. Os demais policiais civis efetivos tinham, em geral, escolaridade no nível primário e do primeiro grau e não passavam do segundo grau. Não existiam delegados de polícia efetivos; eram comissionados e nem todos tinham curso superior. O vínculo efetivo era de importância vital para o respeito funcional e prestígio profissional de qualquer ocupante de cargo público (ZAVERRUCHA, 2004, p. 99-100).

A Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974, “organiza a Secretaria da Segurança Pública, institui a polícia de carreira, criando o quadro de pessoal policial e dá outras providências.” Os três institutos adquirem uma direção própria e são unificados sob a administração do Departamento de Polícia Científica (Depoc). De acordo com o Artigo 225, do Decreto Estadual nº 3.167 de 5 de julho de 1974, assumiu a estrutura organizativa que sistematizamos na tabela à página 29.

Ademais, seus cargos foram reestruturados em seus artigos números 22 a 30 e 36 a 40, como representado no esquema à página 30.

Cabe observar que, desde tal arranjo, os cargos da Polícia Científica mantêm seus requisitos de escolaridade: aos peritos criminais e médicos-legistas é necessário o Nível Superior; para datiloscopistas policiais (atualmente peritos papiloscopistas) e auxiliares de peritos e legistas, exige-se o Nível Médio. Importante ressaltar que, devido ao nível de escolaridade atribuído ao cargo, peritos papiloscopistas não podem ser nomeados para dirigir o Instituto de Identificação até hoje, ficando a gerência do Instituto destinada sempre a um delegado da Polícia Civil – embora, legalmente, um médico-legista ou perito criminal pudesse ser nomeado para a função.

O ano de 1974 também é marcado pela inauguração da atual sede do IML, localizada ao lado do Cemitério de Santo Amaro. O instituto, que prestava seus serviços anteriormente no Necrotério

DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

- a) – Secretaria
- b) - Seção de Administração

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

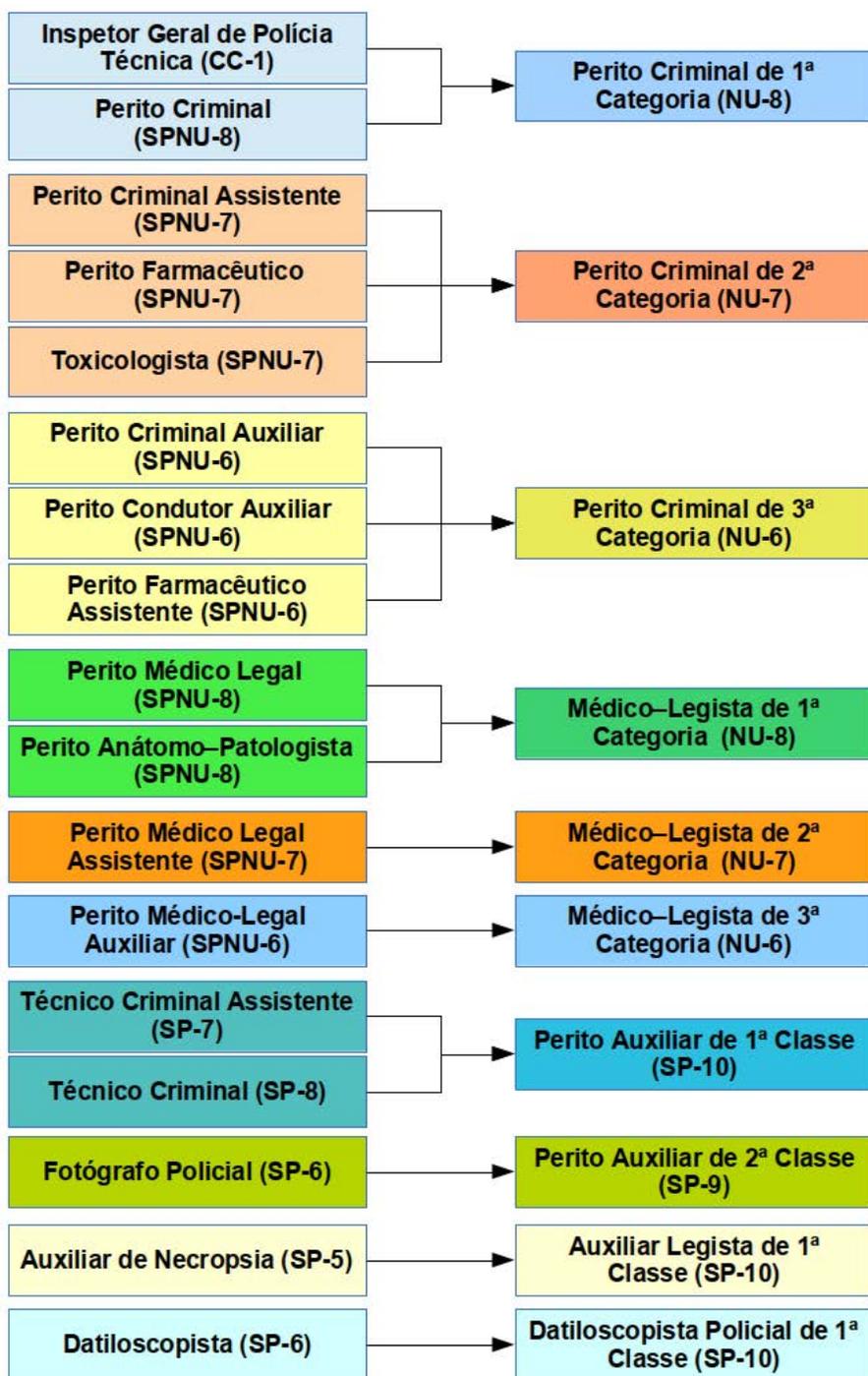
- a) - Direção
- b) - Divisão Administrativa
 - 1 - Seção de Administração
 - 2 - Seção de Serviços Gerais
- c) - Divisão Técnica
 - 1 - Seção de Exames Externos
 - 2 - Seção de Exames de Acidentes de Veículos
 - 3 - Seção de Exames de Laboratório
 - 4 - Seção de Exames Contábeis
 - 5 - Seção de Exames Gerais
 - 6 - Seção de Fotografia e Desenho Técnico
 - 7 - Seção de Preparação de Laudos
- d) - Divisão de Pesquisas
 - 1 - Seção de Laboratórios
 - 2 - Seção de Estudos e Pesquisas
 - 3 - Biblioteca
- e) - Museu
 - 1 - Seção de Cadastro
 - 2 - Seção de Mostruários

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

- a) - Direção
 - 1 - Seção Administrativa
 - 2 - Seção de Serviços Gerais
- b) - Divisão de Identificação Civil
 - 1 - Seção de Distribuição e Controle
 - 2 - Seção de Classificação
 - 3 - Seção de Pesquisas Datiloscópicas
 - 4 - Seção de Preparação e Revisão de Cédulas
 - 5 - Postos Distritais de Identificação Civil
- c) - Divisão de Identificação Criminal
 - 1 - Seção de Identificação
 - 2 - Seção de Classificação
 - 3 - Seção de Pesquisas Datiloscópicas
 - 4 - Seção de Fotografias
 - 5 - Seção de Antecedentes Penais.
- d) - Arquivo Geral
 - 1 - Seção de Índice Nominal
 - 2 - Seção de Arquivos Datiloscópicos
 - 3 - Seção de Prontuários
 - 4 - Seção de Estatística

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

- a) - Direção
- b) - Divisão Administrativa
 - 1 - Seção Administrativa
 - 2 - Seção de Serviços Gerais
- c) - Divisão Técnica
 - 1 - Seção de Exames Traumatológicos
 - 2 - Seção de Exames Sexológicos
 - 3 - Seção de Exames Tanatoscópicos
 - 4 - Seção de Exames Especiais
 - 5 - Seção de Exames de Laboratórios
 - 6 - Seção de Radiologia
 - 7 - Seção de Fotografia e Desenho Técnico
 - 8 - Seção de Preparação de Laudos
 - 9-Museu
 - 10 -Biblioteca



Municipal, também localizado nas proximidades, passa a promover reuniões científicas periódicas no novo prédio, mais adaptado à realização de “apresentação de trabalhos, comentários de casos observados, palestras a cargo dos seus médicos e estágios para estudantes de Medicina” (COSTA, 1978, p.123). Fato que demonstra a valorização da atividade científica desempenhada pelo Instituto à época, do intercâmbio com a comunidade acadêmica e a proximidade entre seu quadro funcional e as universidades.

O motivo do desenvolvimento de tais iniciativas pode estar relacionado com as mudanças colocadas pelo regulamento de abril de 1973 para o Instituto, que incluíam vagas para estagiários e a execução de perícias “em qualquer dia e a qualquer hora, na sede do Instituto, quer em domicílio, cemitério, necrotério ou mesmo fora da capital,” conforme determinava seu artigo 9º (COSTA, 1978, p. 130-131).

Apesar do avanço do Instituto de Medicina-Legal à época, é importante uma observação crítica sobre os interesses do qual o órgão tenha sido objeto durante a Ditadura Militar brasileira. O instituto, responsável pelos laudos médicos de lesões e mortes, atividades que têm o potencial de produzir subsídios para a justiça e promoção da defesa dos Direitos Humanos, certamente teve caráter estratégico durante os Anos de Chumbo. O fato de estar sob o controle dos aparatos de repressão possibilitaria a isenção, ou mesmo fraude, em seus laudos oficiais sobre casos de torturas e execuções. A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara já tem indícios de que, em pelo menos um caso,⁷ o instituto tenha apresentado desvio em laudos periciais de suas necrópsias.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a Secretaria de Segurança Pública ganha novo rearranjo organizacional e o Departamento de Polícia Científica (Dipoc) passa à condição de Diretoria, respondendo diretamente à

⁷ Referimo-nos ao caso da jovem Anátalia Melo Alves, sobre o qual, recentemente, descobriram-se indícios de que fora torturada, violentada e morta por estrangulamento. A versão oficial emitida pelo IML, em 1973, indicava suicídio. Mesmo assim, a família de Anátalia nunca recebeu um atestado de óbito, comprovando o seu falecimento. <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/02/em-pe-comissao-da-verdade-diz-que-jovem-foi-morta-durante-ditadura.html>

Diretoria-Geral da Polícia Civil, conforme o Artigo 8º do Decreto Estadual nº 13.908, de 3 de outubro de 1989. Os quadros dos três institutos são integrados ao efetivo da Polícia Civil, configuração que anula a autonomia gerencial, administrativa e financeira da Dipoc. O Parágrafo Único do mesmo artigo reafirma a impossibilidade de gerenciamento do Instituto de Identificação pelos, à época, datiloscopistas policiais:

Parágrafo único. As diretorias referidas neste artigo serão dirigidas por titular de Cargo em Comissão, Símbolo CCS-3, de Diretor de Diretoria, Delegado de Polícia final de carreira nos casos dos incisos I, II, III, V, VI e VII; Delegado de Polícia final de carreira ou Bacharel em Direito no caso do item VIII e Perito Criminal ou Médico-Legista final de carreira no caso do inciso IV.

Tal situação sofreria mudanças apenas com as Leis Estaduais nº 11.632 e nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999, as quais, respectivamente, extinguem os cargos da Secretaria de Segurança Pública e cria a Secretaria de Defesa Social. A Diretoria de Polícia Científica passa à condição de Gerência Geral em 31 de janeiro de 2003, data da sanção da Lei Complementar Estadual nº 49, que, em seu artigo 14, reestrutura funcionalmente as Secretarias estaduais. Desta forma, a GGPOC passa a responder diretamente, em relação à sua administração, não mais à Polícia Civil, mas à Secretaria Executiva de Defesa Social.

Ainda em 1998, o Instituto de Identificação passa a se denominar Instituto de Identificação Tavares Buriel, em homenagem ao então diretor João Tavares Pires Buriel, pela sua dedicação. Ele dirigiu a instituição ao longo de 26 anos. Em 1995, o IITB havia recebido sua sede própria na Rua da Aurora. Em 23 de julho de 1999, o Governo do Estado publica o Decreto nº 21.576, criando um grupo de trabalho para instalação do Laboratório de DNA, ou de Genética Forense, no âmbito do Instituto de Criminalística. Tal iniciativa somente seria concretizada em 2012.

Entre 2002 e 2003, o IC também se muda, na época em caráter provisório, para suas instalações atuais. Em março de 2011, o Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) determina a interdição ética das salas de necrópsias do Instituto de

Medicina Legal, após realização de vistoria que detectou irregularidades: falta de materiais básicos, macas insuficientes para acomodação dos corpos, forçando os funcionários a arrastá-los pelo chão, danos graves nas estruturas físicas, cadáveres acomodados pelos chãos da sala e outras precariedades. Concluiu pela falta de condições básicas para funcionamento do Instituto.

Por fim, no contexto nacional recente da Polícia Científica, é importante destacar as medidas que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão subordinado ao Ministério da Justiça, lançou em 2004 um programa de modernização organizacional das instituições do Sistema de Segurança Pública. Entre seus objetivos principais, está a estruturação e modernização das perícias criminais. Desde então, a Secretaria vem firmando convênios com os Estados, através da aprovação de projetos para financiamento da modernização tecnológica dos institutos periciais, implantação / melhorias nos seus sistemas de informação e oferecimento de cursos e equipamentos, tais como maletas com kits para perícias em local de crimes.

Após tal contextualização histórica – na qual visamos traçar um panorama que permita o conhecimento de problemas e processos, sobretudo em relação à institucionalização das perícias criminais e seus institutos no Brasil e no Estado de Pernambuco –, cabe-nos a abordagem das condições constatadas nos institutos da Polícia Científica pernambucana durante nossa pesquisa, que se estendeu pelos meses de maio e junho de 2012.

GERÊNCIA GERAL DE POLÍCIA CIENTÍFICA (GGPOC)

Anteriormente denominada Diretoria de Polícia Científica (Dipoc), o órgão responsável pela coordenação da Polícia Científica pernambucana passa a ser classificado como Gerência Geral em 31 de janeiro de 2003, data da sanção da Lei Complementar Estadual nº 49, que, em seu artigo 14, reestrutura funcionalmente as Secretarias estaduais. No parágrafo único deste artigo, determina-se que “as atribuições e funcionamento dos órgãos integrantes da estrutura do Poder Executivo serão definidos em regulamento.” O mais recente Regulamento da Secretaria de Defesa Social foi estabelecido pelo governador Eduardo Campos, através do decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009. Segundo o documento, compete à Gerência Geral de Polícia Científica

gerenciar, planejar, gerir recursos, organizar, coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades pertinentes a exames de corpo de delito, a outros procedimentos periciais técnico-científicos e à identificação papiloscópica para os fins civil e criminal, inerentes às atividades-fim da Secretaria de Defesa Social (Art. 4º, § VI).

A GGPOC é categorizada como um órgão de atividade-meio subordinado diretamente ao secretário de Defesa Social, através de sua Secretaria Executiva,¹ sendo seu gestor por ele nomeado. Tal arranjo institucional, porém, não desvincula a Polícia Científica do quadro da Polícia Civil de Pernambuco. Seus integrantes são, inclusive, subordinados à Lei nº 6.425 de 29 de setembro de 1972, que regulamenta o regime jurídico dos funcionários policiais civis do Estado. Por esse motivo, não existe nenhuma restrição legal que limite a ocupação do cargo de gerente geral da Polícia Científica – cargo comissionado de sigla CDA-2 – aos seus integrantes. Assim, ainda existe possibilidade de que delegados possam ocupar

¹ Parágrafo g, Seção IV, Cap. 5, ANEXO I do DECRETO Nº 35.305, de 8 de julho de 2010. Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências.

tal cargo, embora a história do órgão demonstre a preferência pela nomeação de policiais técnico-científicos, particularmente diretores do, então chamado, Instituto Médico-Legal.



Imagem 1: O médico-legista, Francisco Sarmento, gerente geral da Polícia Científica de Pernambuco.

Desde janeiro de 2007, o gerente geral da Polícia Científica de Pernambuco é o médico- legista especial, Dr. Francisco Arise tófanes Coelho Sarmento Filho. Francisco Sarmento, como é conhecido, ingressou no IML em 1982 e sempre atuou na sala de necrópsias. Para ele, o principal serviço prestado à sociedade pela Polícia Científica é o fornecimento da prova técnica através de suas perícias, permitindo a qualificação dos inquéritos feitos pela Polícia Judiciária e diminuindo, assim, a impunidade. Na sua visão sobre a Defesa Social, a cidadania é dependente do conjunto de ações eficazes em um sistema no qual a Polícia Científica tem importância fundamental. Em suas próprias palavras:

A Defesa Social é o grande elemento propiciador, na verdade, de ação de segurança, de ação de cidadania. (...) A segurança em Defesa Social, ela é essencial na manutenção por ações preventivas e ostensivas dessa segurança que se faz necessária para qualquer pessoa ter cidadania. Então, a cidadania é a

Defesa Social quem faz. (...) Seja ela na Polícia Científica, nas ações Judiciais, nas ações ostensivas e preventivas da Polícia Militar. E nós estamos aí. Absolutamente necessários para que a segurança pública seja efetivamente executada e que as pessoas tenham a sensação de ir e vir, de poder ir e vir. De poder exercer sua cidadania com tranquilidade. E a Polícia Científica, eu já disse, está aí junto. Não existe ação judiciária sem a prova técnica. E as pessoas precisam da prova técnica. Quantas vezes eu já ouvi, e você já ouviu, e as pessoas já ouviram: “Eu vou lá nada naquela delegacia dar parte. Não adianta!” Eu já ouvi esses relatos como médico-legalista. “Tô vindo aqui, doutô, mas não adianta de nada. Porque veio o delegado...” E são descrições de vários... “Vem o delegado, anota lá o papel e não resolve nada.” “Porque o juiz não faz e nem isso...” É esse conjunto de ações que precisa. Ação do delegado fazer o inquérito com a prova técnica. Aí a coisa vai. Mas sem prova técnica, fica complicado.

Na entrevista realizada com o gestor, a ampliação da Polícia Científica para regiões do Estado em que não existem unidades de seus institutos, um processo que define como regionalização, mostrou-se como um dos maiores compromissos de sua gestão. A principal justificativa para isso é que, segundo ele,

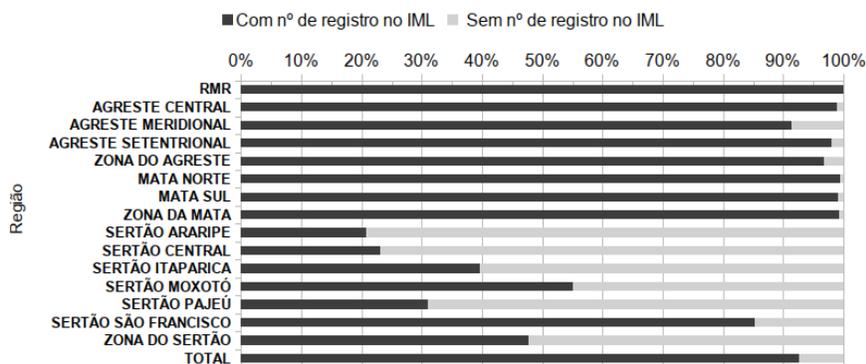
os fatos delituosos que acontecem no interior do estado sofrem, com muita frequência, da deficiência da ausência da perícia. E o juiz nomeia *ad hoc*. E isso é uma deficiência muito grande. Isso fez com que logo que nós chegássemos aqui, fizéssemos um projeto de modernização da Polícia Científica, mas fundamentalmente de regionalização.

De acordo com o gerente, “a Polícia Científica está ausente praticamente em 700 km do Estado de Pernambuco. Nós só temos, em todo o Sertão, (...) uma unidade para atender, em Petrolina.” Grande número de ocorrências em municípios tão afastados de unidades dos Institutos da Polícia Científica sequer sofre perícia oficial. Para efeito de ilustração, realizamos um levantamento de dados da própria Secretaria de Defesa Social sobre vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais em 2010.

Constatamos que, apesar de 92,68% do total das vítimas fatais desses crimes no Estado terem um número de registro no IML, no Sertão, esta taxa cai para 47,79%. Quando consideramos as

Regiões de Desenvolvimento individualmente, o quadro se torna mais alarmante. A melhor situação é apresentada pelo Sertão do São Francisco, onde se encontra a unidade do IML de Petrolina, com 85,19%. Já as regiões como a do Sertão Central e a do Araripe atingem 23,08% e 20,78%, respectivamente. Embora não se possa tomar a qualidade dos dados obtidos por absoluta, pois não houve a verificação de que a ausência do número de registro do IML nesses dados correspondesse à real falta de necropsia realizada no Instituto, pode-se ter certa noção da distribuição da realização das perícias oficiais no Estado e da urgência do plano de regionalização da Polícia Científica em Pernambuco.

Vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais



Região	Vítimas fatais de CVLI				Total	
	Com nº de registro no IML		Sem nº de registro no IML			
RMR	1771	99,89%	2	0,11%	1773	50,72%
AGRESTE CENTRAL	361	98,90%	4	1,10%	365	10,44%
AGRESTE MERIDIONAL	192	91,43%	18	8,57%	210	6,01%
AGRESTE SETENTRIONAL	201	98,05%	4	1,95%	205	5,86%
ZONA DO AGRESTE	754	96,67%	26	3,33%	780	22,31%
MATA NORTE	208	99,52%	1	0,48%	209	5,98%
MATA SUL	302	99,02%	3	0,98%	305	8,72%
ZONA DA MATA	510	99,22%	4	0,78%	514	14,70%
SERTÃO ARARIPE	16	20,78%	61	79,22%	77	2,20%
SERTÃO CENTRAL	6	23,08%	20	76,92%	26	0,74%
SERTÃO ITAPARICA	21	39,62%	32	60,38%	53	1,52%
SERTÃO MOXOTÓ	43	55,13%	35	44,87%	78	2,23%
SERTÃO PAJEÚ	27	31,03%	60	68,97%	87	2,49%
SERTÃO SÃO FRANCISCO	92	85,19%	16	14,81%	108	3,09%
ZONA DO SERTÃO	205	47,79%	224	52,21%	429	12,27%
TOTAL	3240	92,68%	256	7,32%	3496	100,00%

Apesar de o Código de Processo Penal permitir a convocação de peritos *ab hoc* no caso de ausência de peritos (CPP, Art. 159, §1 e 2), vale lembrar que não se trata exatamente de especialistas por não possuírem, necessariamente, formação acadêmica em criminalística. E esta fornece, além de subsídios importantes para análise técnica, a prática para a elaboração de laudos de qualidade, produto principal do exame pericial e única peça constitutiva de inquéritos policiais que não é refeita na fase judicial. Tal contexto justifica a preocupação de Francisco Sarmiento com a regionalização da Polícia Científica.

Eu quero que a Polícia Científica esteja em Pernambuco. Porque são os pernambucanos que precisam da Polícia Científica. As mulheres estão sendo agredidas todo dia. E não tem perícia para fazer. Daqui a um mês, a surra que ela levou não aparece mais. E o inquérito morre. Qualquer advogado anula porque não tem a prova técnica que ela apanhou, certo? E isso é aqui e é em todo o Estado. E nós não estamos para dar essa assistência de que a população precisa. Então, Pernambuco precisa ter Polícia Científica para atender às necessidades de suas pessoas. Não só da capital, mas de todo o seu Estado. Eles precisam da ação de segurança da Polícia Científica, perícia técnica. A ação de perícia técnica é que qualifica o inquérito e que faz com que diminua a impunidade. Quando você agride e não tem resposta. Quando você agride e não vê você sendo cogitado à situação. Você agride de novo. É a impunidade, não é? Então, eu quero ver a Polícia Científica para os pernambucanos. Para que eles sintam a segurança que vai procurar uma delegacia, que hoje é eficiente, e que o inquérito que está sendo elaborado ali é qualificado. Ele tem a perícia técnica que o juiz exige. E que a Promotoria Pública também exige. A expansão da Polícia Científica, ela tem que ser visando oferecer os seus serviços à população que precisa deles. Essa é a minha visão.

A regionalização é uma das metas da GGPOC no seu Planejamento Estratégico, para o período de 2011 a 2014. Neste documento, é apresentada como um dos elementos para “Elevação da Efetividade, Eficiência e Eficácia da Polícia Científica de Pernambuco.” Sua implantação se daria, inicialmente, pela construção de Complexos de Polícia Científica, edifícios que abrigariam, no mesmo local, unidades do Instituto de Criminalística (IC), Instituto

de Medicina-Legal (IML) e Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB).

O Complexo do Agreste Central seria instalado no município de Caruaru; o da Mata Sul, em Palmares; do Sertão Central, em Salgueiro; da Mata Norte, em Goiana; do Sertão do São Francisco, em Petrolina; e do Agreste Meridional, em Garanhuns. Esse projeto divide-se em etapas distribuídas por todo o período de abrangência do Planejamento. Sobre seu estágio atual, algumas informações foram obtidas. Em Caruaru, a construção do Complexo – que atenderá, momentaneamente, a todo o Sertão e Agreste – está em fase de finalização. De acordo com o que foi dito pelo gerente geral, sua inauguração está prevista para outubro de 2012 e substituirá as já existentes unidades regionais do IC, “pequena” e que funciona “em precárias condições,” e do Instituto de Medicina-Legal, “que era o pior deles e que nós fizemos uma reforma muito importante.” O Complexo de Palmares começou a ser construído. O terreno para a Unidade de Salgueiro já foi doado e está em processo de licitação para a realização de sua construção. E, em Petrolina, foi realizada uma reforma no IML para melhoria das condições de trabalho da perícia médico-legal no município.

À frente da coordenação desta expansão e dos trabalhos das unidades já existentes dos institutos, cujas atividades e necessidades são tão diversas entre si, não se encontra, porém, uma complexa estrutura gerencial. Pelo contrário. Nas palavras do próprio gestor, a atual Gerência Geral de Polícia Científica de Pernambuco “não tem subdivisões.” É “uma estrutura única” e constitui “(...) uma unidade simples de 14 funcionários apenas.” De acordo com o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social,² tais funcionários formariam a Unidade de Coordenação Técnico-Científica e Administrativa da GGPOC, à qual cabe

executar, supervisionar e proceder ao planejamento das metas e objetivos estratégicos estabelecidos pela Gerência Geral de Polícia Científica; as atividades administrativas, operacionais

² Parágrafo g, Seção IV, Cap. 5, ANEXO I do DECRETO Nº 35.305, de 8 de julho de 2010. Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências.

e técnico-científicas de sua área de competência e as operações executivas das supervisões.³

Para composição dessa unidade, são nomeados quadros dos três institutos da Polícia Científica que passam a ocupar as funções gratificadas de supervisão e apoio descritas na tabela a seguir. Cada um dos institutos tem um cargo de supervisão (FGS2-) dentro da Gerência Geral ocupado por um funcionário seu. Segundo Francisco Sarmiento, “o meio de nós estarmos em contato com os três institutos é através dessas supervisões.”

Denominação da função	Símbolo	Quantidade
Chefe de Unidade de Coordenação Técnico-Científica e Administrativa	FGS-1	01
Função Gratificada de Supervisão – 2	FGS-2	03
Função Gratificada de Supervisão – 3	FGS-3	01
Função Gratificada de Apoio – 1	FGA-1	01
Função Gratificada de Apoio – 2	FGA-2	03

Fonte: PERNAMBUCO, Decreto nº 35.305, de 8 de julho de 2010.

Analisando-se a quantidade de quadros designados para a Unidade de Coordenação Técnico-Científica e Administrativa, nove, percebemos que tal número diverge dos 14 funcionários da equipe da GGPOC relacionados pelo gerente geral. Isso se dá, em suas palavras, por contar com membros que fazem “parte da Polícia Científica e também de colegas policiais civis... Temos membros da Polícia Civil aqui também, escrivães, agentes, que colaboram com a Polícia Científica.” Apesar disso, esse quadro ainda é pequeno, pois, a seu ver,

a demanda é que nós precisamos de uma ampliação razoável. Precisamos ampliar essa estrutura em pelo menos três vezes. Criando algumas unidades, algumas gestões, gerências... Haja visto que nós estamos aí em um processo de ampliação da própria estrutura e que nós ficamos... Já somos há muito tempo pequenos e realmente não dá mais para continuar nessa

³ Seção XXXIX, Cap. 6, ANEXO I do DECRETO Nº 35.305, de 8 de julho de 2010. Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências.

estrutura que nós estamos na atualidade da gerência propriamente dita.

Contudo, tal ampliação vai de encontro a grandes obstáculos. O primeiro deles é de natureza organizativa e legal, já que o quantitativo de funcionários do órgão gestor é legalmente instituído por Decreto Executivo. Tal deficiência regulamentária já é experimentada em relação às unidades dos institutos existentes em Petrolina e Caruaru, que não possuem funções oficializadas para seu corpo gerencial. Além disso, a reduzida equipe da Unidade de Coordenação Técnico-Científica e Administrativa da GGPOC lida sobremaneira com atribuições direcionadas para a modernização e melhorias das unidades já existentes.

As exigências impostas pelos termos de referência para as aquisições de equipamentos, materiais e serviços pelos institutos são um exemplo de como processos administrativos impõem dificuldades e demandam arranjos funcionais que implicam o direcionamento de quadros para atividades-meio. Não só dentro da Gerência Geral, visto que, em cada instituto, assim como em todos os órgãos que compõem a Secretaria de Defesa, foram constituídos os Núcleos de Análise e Monitoramento de Programas e Projetos (Namppp). Os Namppps são setores administrativos formados por peritos que cuidam especificamente de questões ligadas a termos de referência e atas de tomada e registro de preços.

Ainda assim, a imposição dos Termos de Referência (TRs) é vista como um “mal necessário” à racionalização de gastos com aquisições, tanto pelo gerente geral, como por gestores e funcionários dos institutos. Alguns relatos descreveram o contexto anterior às TRs como excessivamente desorganizado, para não defini-lo como caótico. Era comum, por exemplo, chegarem às instituições materiais ou equipamentos cuja requisição era desconhecida pelos órgãos. Isto porque as descrições dos produtos ou serviços não demandavam especificações suficientes que definiam a real necessidade das instituições ou havia uma flexibilidade no processo de aquisição que permitia a compra de artigos distintos dos requisitados.

A mudança exigiu, porém, que grupos de peritos fossem deslocados de suas atividades-fim nos institutos e passassem por um aprendizado de processos muitas vezes baseado em constantes

tentativas e erros. A fala de Francisco Sarmiento, que se segue, exibe as dificuldades encontradas nos institutos.

Antigamente as coisas eram mais fáceis. Nós fazíamos as solicitações dos vários equipamentos, das necessidades de cada instituto e a Secretaria desencadeava todo o processo. Haja vista que nós não temos nossa autonomia administrativa, também a financeira. Mas com o surgimento do repasse dessas ações de termos de referência aos institutos, isso gerou uma dificuldade muito grande. Porque nossos institutos, eles são realizados por especialistas, por peritos que não entendem, em sua maioria, das necessidades... Quando é especificamente em relação aos aparelhos e equipamento técnico, nós não temos problemas. Mas, hoje, nós temos que fazer termos de referência de assuntos, de temas que não têm nada a ver com medicina legal. Como a coordenação do instituto toda é feita por médico-legista, toda estrutura... Nós não temos funcionários administrativos, ou arquitetos, ou engenheiros que vão falar sobre áreas específicas. Então, tem que o médico-legista falar de compra de carro, fazer TR de refrigeração de câmara, qual é a melhor, e enfim... Isso cria, só para citar alguns exemplos, grande dificuldade pela incapacidade técnica de elaborar um adequado termo de referência de assuntos que eles não entendem. Então, esse é um grande calo.

Uma requisição diferente de outras com as quais os elaboradores dos termos de referência já tiveram contato pode demandar detalhes e especificações específicos que não são conhecidos. Tais dificuldades por vezes implicam idas e vindas de TRs, o que exige um novo trâmite, uma nova reformulação e, conseqüentemente, tempo. Isso fez com que a GGPOC organizasse um grupo de três dos quatorze funcionários de sua equipe para cuidar exclusivamente das questões relativas a termos de referência. A falta de assistência especializada em questões administrativas dentro da Gerência e institutos também dificulta o processo. A maneira adotada para lidar com os termos de referência é descrita pelo gerente geral, desta forma:

Nós resolvemos montar uma estrutura de termos de referência aqui exatamente, tentando minimizar essas questões. Então, o termo de referência é elaborado no instituto, ele passa por

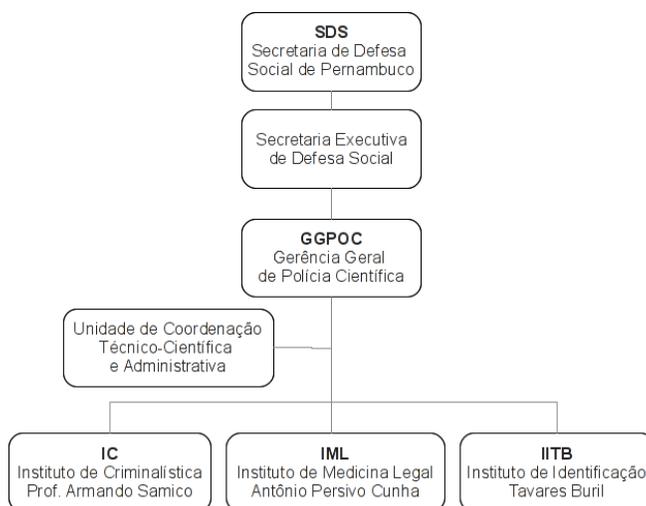
uma qualificação aqui, por esses técnicos, para exatamente a gente minimizar esses retornos, que são frequentes mesmo. O objetivo já foi montado aqui para isso. Para a gente tentar minimizar e, às vezes, diminuir até o curso. Quer dizer, pequenas alterações que não exigem posições muito específicas, técnicas, a gente já faz aqui mesmo e daqui já volta para o Setor da Segi [Secretaria Executiva de Gestão Integrada da SDS] esses termos de referência. Para o Setor Administrativo e Financeiro nosso, a SAF. De forma que isso é um problema efetivamente. A gente está tentando minimizar e vamos ter que resolver. Porque realmente é uma definição de governo que as pessoas, os técnicos, é que façam efetivamente seus termos de referência. Quem solicita é que faça o seu termo de referência. Mas é uma coisa que, aos poucos, a gente vai aprendendo e vem diminuindo esses problemas no dia a dia, em torno dessas dificuldades dos termos de referência.

Diante dessas complexidades, e tantas outras implícitas, encontradas na gestão da Polícia Científica de Pernambuco, é de se ponderar se sua estrutura organizativa está ajustada às suas necessidades ou se encontra estagnada, obsoleta e até, quando mais não seja, ainda fossilizada nas antigas estruturas organizativas herdadas da época em que respondia como um departamento da Polícia Civil. Uma reivindicação já histórica das Polícias Científicas brasileiras é sua transformação na “Quarta Operativa” de Segurança Pública, ao lado das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros. Tal mudança em âmbito federal necessitaria da elaboração e aprovação de uma Ementa Constitucional.

Alguns Estados, porém, promoveram na última década certas mudanças na estrutura administrativa de suas secretarias responsáveis pela segurança pública que resultaram em uma autonomia mais efetiva às suas Polícias Científicas. Como já dissemos, a Polícia Científica ainda integra o quadro da Polícia Civil e não tem autonomia completa. Em Pernambuco, alguns avanços foram obtidos com a extinção da antiga Secretaria de Segurança Pública e criação da Secretaria de Defesa Social, através da Lei Estadual nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999.

Em seu primeiro regulamento, regulamentado pelo Decreto nº 22.149, de 23 de março de 2000, a SDS definia a então Diretoria de Polícia Científica (Dipoc) como um órgão de apoio executivo. A implicação prática de tal medida foi uma autonomia parcial,

funcional do órgão em relação à Polícia Civil, visto que não mais se subordinava à Chefia ou Diretoria de Operações desta, mas diretamente ao secretário de Defesa Social do Estado. A transição do status de Diretoria ao de Gerência Geral pela Lei Complementar Estadual nº 49, de 31 de janeiro de 2003, nada mais fez do que reafirmar sua autonomia de funcionamento, definida pelos regulamentos da SDS. De fato, ainda falta à Polícia Científica pernambucana sua autonomia administrativa e financeira.



Em seu estudo sobre a então Dipoc, Zaverucha (REF) já discutia a autonomia da Polícia Técnico-Científica do Estado em um arranjo institucional parecido com o atual, e assim definia esses três tipos de autonomia.

Autonomia funcional é aquela em que seus profissionais tenham assegurado – através de uma estrutura independente – condições de trabalho adequadas e imunes a qualquer tipo de ingerência operacional na execução do trabalho pericial. A fim de que o perito tenha condições de expedir o seu laudo sem qualquer interferência de partes interessadas e que venham a prejudicar o resultado do seu exame pericial.

Autonomia Administrativa é aquela em que propicie aos órgãos periciais serem reunidos em uma estrutura própria, com os peritos administrando os seus institutos. Possibilitando que

seus técnicos – que são os que realmente conhecem as suas necessidades técnicas e administrativas – possam criar mecanismos eficazes de gerenciamento e com isso ter-se um trabalho a altura do que cada um tem condições de oferecer.

[Autonomia financeira] é a mola propulsora de todo um processo de autonomia para a perícia. A autonomia administrativa somente se complementará se os órgãos periciais tiverem dotação orçamentária e poderem executá-la. É questão de lógica: os técnicos – peritos criminais ou médicos-legistas – têm melhores condições de definir que tipo de equipamento é necessário para o seu trabalho. O perito terá, com isso, a possibilidade de aliar o conhecimento da necessidade técnica às disponibilidades financeiras (grifo nosso, p. 110).

De certa forma, tal assunto passa também por questões políticas. Tanto é o fato que até mesmo policiais civis defensores de reformas profundas em suas próprias polícias se mostram contrários à autonomia plena das Polícias Científicas. Polêmicas à parte, Dr. Francisco Sarmiento, com seus cinco anos de experiência como o gerente geral da Polícia Científica de Pernambuco, foi capaz de levantar aspectos essencialmente práticos sobre a efetivação da autonomia da Polícia Científica, através de uma reorganização institucional, já adotada em outros estados. “A Polícia Civil, ela tem seus meios de gerar administrativamente todas as suas ações. Nós não temos. Nós temos que recorrer à força da Polícia Civil. (...)”

Na prática, nós nos tornaríamos uma unidade operativa. Onde nós, além de atendermos a todas as necessidades administrativas dos nossos servidores, respondendo a todas as suas solicitações... Porque hoje os servidores se dirigem para suas férias, para suas... Todas as ações... Para a Polícia Civil, e não para a Polícia Científica. E a outra questão seria financeira. Porque o ideal seria que nós fizéssemos as nossas compras, nós é que fizéssemos a definição dos gastos, dos orçamentos que são vinculados à Polícia Científica. E, hoje, isso não acontece. Essa que seria realmente a autonomia, fazer os nossos investimentos, ter acesso ao orçamento e decidirmos efetivamente onde a Polícia Científica iria gastar os seus... E ter a sua dotação orçamentária, que é outra coisa que nós não temos.

Interessante notar que Estados como Ceará, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul e São Paulo já efetivaram a independência da

Polícia Científica. Coincidência ou não, são os mesmos Estados cujos institutos periciais mais avançaram na sua reestruturação tecnológica e de instalações, tornando-se, atualmente, referências nacionais de inovação nas Ciências Forenses. Tais Estados chegam a, inclusive, realizar certos exames laboratoriais de que carecem os Institutos de Criminalística de outros Estados, dentre eles, Pernambuco.

Tal processo de efetivação da independência da Polícia Científica, como já se expôs, depende inteiramente dos governos estaduais. Perguntado em como o Governo Estadual poderia intervir para essa realização, o gerente geral foi direto.

O governo estadual pode tudo. É só o governador determinar que seja criada... Ou dando a amplitude necessária para que se estabeleça a independência administrativa e financeira, determine a dotação orçamentária para que seja gasta efetivamente com a Polícia Científica, gerenciada pela sua gestão, os seus investimentos e com a legalização em relação a isso. Há meios de se conseguir tanto a independência financeira quanto administrativa porque outros Estados assim o fizeram. O Ceará tem independência financeira, tem independência administrativa. A Bahia tem sua independência administrativa e financeira. E encontraram alternativas para encontrar esse obstáculo que eu comentei, que é em relação na Constituição não existir ou não designar a Polícia Científica como tal. Mas existem alternativas de departamentos técnico-científicos, enfim... Há meios que foram contornados por esses outros Estados e estão aí estabelecidos.

A ausência de autonomia administrativa diante da Polícia Civil, ademais, cria entraves para o próprio plano de regionalização da Polícia Científica no interior de Pernambuco, pela impossibilidade legal da Gerência em criar funções gratificadas e, assim, implantar um quadro administrativo, de chefes e supervisores, para as unidades que virão a ser implantadas em outras regiões do Estado.

Assim, de acordo com o gerente geral,

Na prática, nós nos tornaríamos uma unidade operativa. Onde nós, além de atendermos todas as necessidades administrativas dos nossos servidores, respondendo para todas as

solicitações... Porque hoje os servidores se dirigem para suas férias, para suas... Todas as ações... Para a Polícia Civil, e não para a Polícia Científica. E a outra questão seria financeira. Porque o ideal seria que nós fizéssemos as nossas compras, nós é que fizéssemos a definição dos gastos, dos orçamentos que são vinculados à Polícia Científica. E, hoje, isso não acontece. Essa que seria realmente a autonomia, fazer os nossos investimentos, ter acesso ao orçamento e decidirmos efetivamente onde a Polícia Científica iria gastar os seus... E ter a sua dotação orçamentária que é outra coisa que nós não temos.

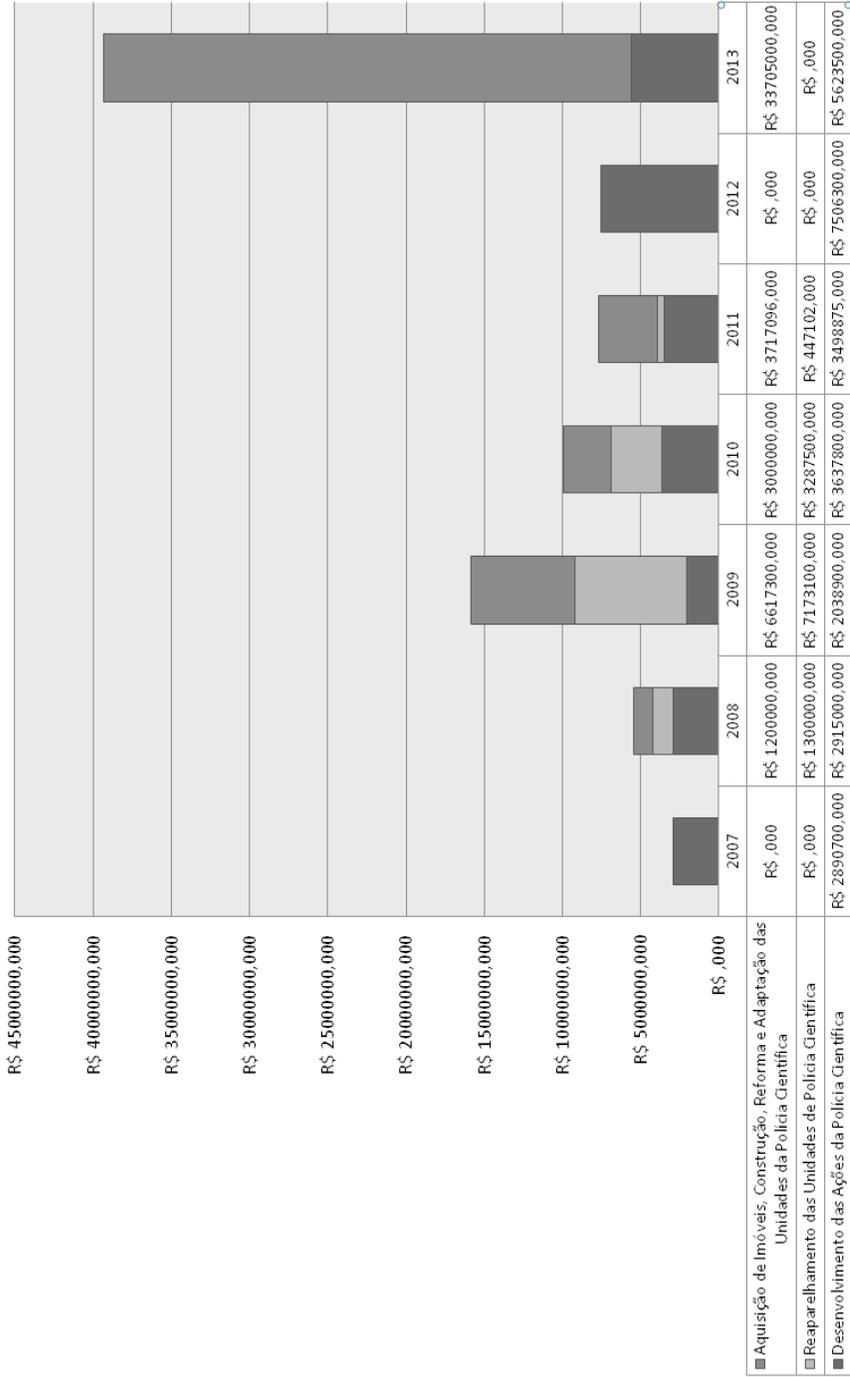
Com dotação orçamentária própria, a GGPOC teria segurança maior para planejar e, principalmente, garantir a continuidade de execução da expansão e inovação dos institutos. Segundo o gerente geral, as necessidades orçamentárias e financeiras da Polícia Científica, atualmente, são diretamente vinculadas à SDS, o que permitiu um avanço realmente importante, mas ainda distante do necessário para a real autonomia do órgão. A expressão de tal dependência da Secretaria de Defesa Social fica evidente nas Leis Orçamentárias Anuais de Pernambuco e detalhamentos de despesas do Estado.

Nas descrições dos demonstrativos, a Polícia Científica é apresentada como um conjunto de projetos da SDS, enquanto as demais operativas – Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros – são categorizadas como Unidades Gestoras e possuem uma gama de programas próprios sob suas administrações. A tabela e o gráfico a seguir apresentam os dados dos quantitativos referentes às despesas da Secretaria de Defesa Social com a Polícia Científica disponíveis nos detalhamentos das Leis Orçamentárias Anuais de Pernambuco.

Despesas Anuais da SDS com a Polícia Científica

Descrição	Desenvolvimento das Ações da Polícia Científica	Reaparelhamento das Unidades de Polícia Científica	Aquisição de Imóveis, Construção, Reforma e Adaptação das Unidades da Polícia Científica	TOTAL
007	R\$ 2.890.700,00	-	-	R\$ 2.892.707,00
008	R\$ 2.915.000,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 5.417.008,00
009	R\$ 2.038.900,00	R\$ 7.173.100,00	R\$ 6.617.300,00	R\$ 15.831.309,00
010	R\$ 3.637.800,00	R\$ 3.287.500,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 9.927.310,00
011	R\$ 3.498.875,00	R\$ 447.102,00	R\$ 3.717.096,00	R\$ 7.665.084,00
012	R\$ 7.506.300,00	-	-	R\$ 7.508.312,00
013	R\$ 5.623.500,00	-	R\$ 33.705.000,00	R\$ 39.330.513,00

Orçamento da Secretaria de Defesa Social para a Polícia Científica (2007-2013)



Percebemos, nos dados apresentados, a variação dos valores através dos anos. De acordo com o Dr. Francisco Sarmiento, a melhoria dos investimentos na Polícia Científica seria reflexo da definição de políticas de reestruturação das instituições de perícias estaduais implantadas em âmbito federal pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a partir de 2003. Tal fato teria surtido influência nos governos estaduais. Em Pernambuco, particularmente, o gestor aponta a ocorrência de uma grande sensibilização do governo atual para a necessidade de investimentos no órgão. Ao mesmo tempo, expressa certo descontentamento com o volume de trabalho consumido na produção de projetos para captação dos investimentos da Senasp e o retorno obtido. Por essa razão, as melhorias realizadas nos últimos anos tiveram o Governo estadual como fonte exclusiva. Em suas palavras:

A Polícia Científica, antes de 2004, tinha uma situação extremamente precária. A partir de 2004, teve uma melhora significativa com os investimentos que a Senasp fez. Houve uma tentativa de melhoria de forma importante em 2007 com uma nova visão da Senasp e com o surgimento de uma verba de 4 bilhões de reais que seria aplicada paralelamente pelo Ministério da Justiça. Nós pensávamos que ia ser uma grande redenção. Passamos, praticamente, o ano de 2007 fazendo projetos. Mandamos para a Senasp pelo menos oito projetos. Não só de construção, como também de equipamentos. Tudo com termos de referência. Um trabalho monstruoso! Mas em vão. Nada funcionou. Não houve a visão da Senasp nesse sentido de atender às necessidades que foram colocadas... Eu fui a Brasília, pelo menos, umas quatro vezes com os projetos debaixo do braço para tentar encontrar verba para montarmos essa estrutura de regionalização. Que hoje o governador abraçou, certo? E, hoje, eu estou dizendo tudo isso a você, contando apenas com o dinheiro azul e branco. Estamos construindo nossas unidades regionais, que não são baratas. Porque não é só a construção, que é barata, em torno de 6 milhões... O mais caro é os equipamentos que a gente precisa. E é feito com o dinheiro azul e branco. É a decisão do governador Eduardo Campos de investir na Polícia Científica. E eu acredito nele. E com essa visão, eu acho que nós vamos atender nossas necessidades atuais, através de ações focais dentro de nossos institutos. Vamos continuar adquirindo equipamentos para eles, para os três institutos. Acabei de lhe dizer que mais de 3

milhões foram investidos no IC. Quando, praticamente, nada era investido. Compramos comparadores balísticos. Hoje, temos o luxo de ter lá em Caruaru um comparador balístico. Estruturas de laboratórios absolutamente novas. Equipamentos de espectrofotômetro, enfim, equipamentos de resolução elevada que nós estamos adquirindo para os institutos.

O grande aumento no ano de 2013 provém, sobretudo, da liberação de verbas para a construção dos Complexos de Polícia Científica na capital e no interior e o Laboratório de Genética Forense do Instituto de Criminalística, cujos gastos estão definidos como subações dentro do projeto número 06.181.0923.4223, denominado *Melhoria da Infraestrutura para a Atividade Policial e Distribuição Espacial dos Serviços à População* apresentado com maior detalhe na tabela seguinte:

Implementação do Complexo de Polícia Científica de:	
Caruaru	R\$ 5.000,00
Recife	R\$ 8.000.000,00
Petrolina	R\$ 7.700.000,00
Salgueiro	R\$ 7.000.000,00
Palmares	R\$ 4.500.000,00
Garanhuns	R\$ 4.000.000,00
Implantação do Laboratório de DNA	R\$ 2.500.000,00

A realização de tais projetos é de fundamental importância, tanto para a concretização dos planos de regionalização da Polícia Científica no interior do Estado, quanto, principalmente, pelas diversas falhas apresentadas pelos prédios atuais das sedes dos três institutos para seu funcionamento. Neste contexto, o Complexo de Polícia Científica da Capital, que irá reunir os três institutos e a Gerência Geral no mesmo local, surge como uma grande esperança. Os institutos finalmente poderão contar com estruturas adequadas às suas necessidades. Especialmente, pelo fato de que, em virtude do grande investimento que será feito na obra do Complexo, apenas serão realizadas reformas que atendam a alguns problemas mais urgentes dos prédios. Outra vantagem da implementação dos Complexos de Polícia Científica reside no fato de que, por integrarem em uma mesma área as instalações de IC, IML e IITB, abrir-se-ia maior possibilidade de agrupar as

atividades complementares das perícias e procedimentos de identificação, fornecendo maior agilidade em seus serviços. O gestor da GGPOC coloca os problemas das estruturas físicas e a construção do Complexo da seguinte forma:

São prédios independentes e todos os três estão necessitando de mudanças radicais, drásticas. Eles não estão em boas condições. Todos os três institutos têm deficiências importantes. Mas nós fizemos esse projeto de realizarmos o Complexo de Polícia da Capital. Então, há um foco de construirmos isso. O governo do Estado já comprou o terreno de instalação do Complexo de Polícia da Capital. Esse terreno já está à disposição da Secretaria de Defesa Social. Acredito que em dois ou três meses nós já teremos definido essa questão do projeto arquitetônico para então partirmos para o projeto executivo. Então, os institutos, eles têm deficiências físicas, mas que nós apenas estamos fazendo pequenas reformas focais para que consigamos chegar até quando o Complexo estiver concluído. Então, hoje nós não vamos fazer uma reforma importante numa estrutura que nós já sabemos que nós não vamos dar continuidade. (...) Esse é um dos nossos interesses, notadamente do Instituto de Identificação, que tem um problema crônico de cobertura e que, quando começam as chuvas, molha nossos arquivos. É um problema sério, um arquivo de mais de cem anos. E não está excluída essa possibilidade. Só que agora há um foco em que nós possamos fazer o Complexo da Capital.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de funcionários da Polícia Científica é constituído pelos cargos de peritos criminais, médicos-legistas, peritos papiloscopistas, auxiliares de perito e auxiliares de legista. Todos integram o Grupo Operacional Policial Civil, conforme a Lei Complementar nº 137, de 31 de dezembro de 2008 e estão submetidos a seu Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, sendo os dois primeiros tendo como requisito o Nível Superior de ensino e símbolo de nível QTP. Para ingressar nas demais carreiras, de símbolo QPC, é necessário Ensino Médio completo. A base legal que determina os vencimentos dos funcionários da Polícia Científica é dada pela Lei Complementar nº 187, de 07/12/2011 – demonstrados

nas tabelas discriminadas a seguir para os anos de 2012 e 2013 –, tendo sua remuneração composta pelo vencimento base somado à gratificação de risco de função policial (equivalente a 100% do vencimento base).

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO DE PERITO CRIMINAL E MÉDICO LEGISTA

Válida a partir de	Julho de 2012							Julho de 2013						
	SERIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%, 5% e 7,5%)													
MATRIZES (com intervalos de 5%)	I													
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	4.064,91	4.125,88	4.187,77	4.250,59	4.314,34	4.379,06	4.444,75	4.471,40	4.538,47	4.606,55	4.675,65	4.745,77	4.816,97	4.889,23
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	3.871,34	3.929,41	3.988,35	4.048,18	4.108,90	4.170,53	4.233,09	4.258,47	FALSO	4.387,19	4.453,00	4.519,79	4.587,58	4.656,40
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	3.686,99	3.742,30	3.798,43	3.855,41	3.913,24	3.971,94	4.031,52	4.055,69	4.116,53	4.178,27	4.240,95	4.304,56	4.369,13	4.434,67
Graduação	3.511,42	3.564,09	3.617,55	3.671,82	3.726,89	3.782,80	3.839,54	3.862,56	3.920,50	3.979,31	4.039,00	4.099,58	4.161,08	4.223,49
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	II													
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	4.555,86	4.624,20	4.693,57	4.763,97	4.835,43	4.907,96	4.981,58	5.011,45	5.086,62	5.162,93	5.240,37	5.318,97	5.398,76	5.479,74
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	4.338,92	4.404,00	4.470,06	4.537,11	4.605,17	4.674,25	4.744,36	4.772,81	4.844,40	4.917,07	4.990,82	5.065,69	5.141,68	5.218,80
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	4.132,30	4.194,29	4.257,20	4.321,06	4.385,88	4.451,66	4.518,44	4.545,53	4.613,72	4.682,92	4.753,17	4.824,47	4.896,83	FALSO
Graduação	3.935,53	3.994,56	4.054,48	4.115,30	4.177,02	4.239,68	4.303,28	4.329,08	4.394,02	4.459,93	4.526,83	4.594,72	4.663,65	4.733,61
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	III													
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	5.230,66	5.309,12	5.388,75	5.469,59	5.551,63	5.634,90	5.719,43	5.753,73	5.840,03	5.927,63	6.016,55	6.106,79	6.198,39	6.291,37
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	4.981,58	5.056,30	5.132,15	5.209,13	5.287,27	5.366,58	5.447,07	5.479,74	5.561,93	5.645,37	5.730,04	5.816,00	FALSO	5.991,78
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	4.744,36	4.815,53	4.887,76	4.961,08	5.035,49	5.111,02	5.187,69	5.218,80	5.297,08	5.376,54	5.457,19	5.539,04	5.622,12	5.706,46
Graduação	4.518,44	4.586,22	4.655,01	4.724,83	4.795,71	4.867,84	4.940,66	4.970,28	5.044,84	5.120,51	5.197,31	5.275,28	5.354,40	5.434,73
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g
MATRIZES (com intervalos de 5%)	IV													
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	6.148,39	6.240,61	6.334,22	6.429,23	6.525,67	6.623,56	6.722,91	6.763,23	6.864,67	6.967,64	7.072,15	7.178,24	7.285,92	FALSO
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	5.855,60	5.943,44	6.032,59	6.123,08	6.214,93	6.308,15	6.402,77	6.441,16	6.537,78	6.635,85	6.735,39	6.836,42	6.938,97	7.043,05
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	5.576,77	5.660,42	5.745,32	5.831,50	5.918,98	6.007,76	6.097,88	6.134,45	6.226,46	6.319,85	6.414,65	6.510,88	6.608,54	6.707,67
Graduação	5.311,21	5.390,87	5.471,74	5.553,81	5.637,12	5.721,68	5.807,50	5.842,33	5.929,96	6.018,91	6.109,19	6.200,83	6.293,85	6.388,25
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	g	a	b	c	d	e	f	g

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO AUXILIAR DE PERITO, AUXILIAR DE LEGISTA E PERITO PAPILOSCOPISTA

Validade a partir de	Julho de 2012						Julho de 2013					
	SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%, 5% e 7,5%)						SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%, 5% e 7,5%)					
MATRIZES (com intervalos de 5%)	I						I					
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	1.530,94	1.553,90	1.577,21	1.600,87	1.624,88	1.649,25	1.655,55	1.680,39	1.705,59	1.731,18	1.757,14	1.783,50
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	1.458,03	1.479,90	1.502,10	1.524,63	1.547,50	1.570,72	1.576,72	1.600,37	1.624,37	1.648,74	1.673,47	1.698,57
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	1.388,60	1.409,43	1.430,57	1.452,03	1.473,81	1.495,92	1.501,64	1.524,16	1.547,02	1.570,23	1.593,78	1.617,69
Graduação	1.322,48	1.342,32	1.362,45	1.382,89	1.403,63	1.424,69	1.430,13	1.451,58	1.473,36	1.495,46	1.517,89	1.540,66
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	a	b	c	d	e	f
MATRIZES (com intervalos de 5%)	II						II					
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	1.698,73	1.724,21	1.750,07	1.776,33	1.802,97	1.830,02	1.837,01	1.864,56	1.892,53	1.920,92	1.949,73	1.978,98
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	1.617,84	1.642,11	1.666,74	1.691,74	1.717,11	1.742,87	1.749,53	1.775,77	1.802,41	1.829,45	1.856,89	1.884,74
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	1.540,80	1.563,91	1.587,37	1.611,18	1.635,35	1.659,88	1.666,22	1.691,21	1.716,58	1.742,33	1.768,46	1.794,99
Graduação	1.467,43	1.489,44	1.511,78	1.534,46	1.557,47	1.580,84	1.586,88	1.610,68	1.634,84	1.659,36	1.684,25	1.709,52
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	a	b	c	d	e	f
MATRIZES (com intervalos de 5%)	III						III					
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	1.884,92	1.913,19	1.941,89	1.971,02	2.000,58	2.030,59	2.038,35	2.068,92	2.099,96	2.131,46	2.163,43	2.195,88
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	1.795,16	1.822,08	1.849,42	1.877,16	1.905,31	1.933,89	1.941,28	1.970,40	1.999,96	2.029,96	2.060,41	2.091,31
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	1.709,67	1.735,32	1.761,35	1.787,77	1.814,59	1.841,80	1.848,84	1.876,57	1.904,72	1.933,29	1.962,29	1.991,73
Graduação	1.628,26	1.652,68	1.677,48	1.702,64	1.728,18	1.754,10	1.760,80	1.787,21	1.814,02	1.841,23	1.868,85	1.896,88
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	a	b	c	d	e	f
MATRIZES (com intervalos de 5%)	IV						IV					
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 360 horas	2.091,51	2.122,88	2.154,72	2.187,04	2.219,85	2.253,15	2.261,76	2.295,68	2.330,12	2.365,07	2.400,55	2.436,55
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 240 horas	1.991,91	2.021,79	2.052,12	2.082,90	2.114,14	2.145,85	2.154,05	2.186,36	2.219,16	2.252,45	2.286,23	2.320,53
Graduação e Curso de Qualificação Profissional com Carga Horária de 180 horas	1.897,06	1.925,51	1.954,40	1.983,71	2.013,47	2.043,67	2.051,48	2.082,25	2.113,48	2.145,19	2.177,37	2.210,03
Graduação	1.806,72	1.833,82	1.861,33	1.889,25	1.917,59	1.946,35	1.953,79	1.983,10	2.012,84	2.043,04	2.073,68	2.104,79
FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%)	a	b	c	d	e	f	a	b	c	d	e	f

O quadro funcional do Instituto de Criminalística é composto por peritos criminais e auxiliares de perito; médicos-legistas e auxiliares de legista formam o corpo de funcionários do Instituto de Medicina Legal e, no IITB, atuam os Peritos Papiloscopistas. A tabela a seguir expõe o quantitativo desses cargos e sua variação temporal durante o ano de 2012 e início de 2013:

Quantitativo de funcionários da Polícia Científica

Cargos	Janeiro 2012		Dezembro 2012		Fevereiro 2013	
AUXILIARES DE LEGISTA	66	65	-1,52%	65	0,00%	
AUXILIARES DE PERITO	50	47	-6,00%	47	0,00%	
MÉDICOS LEGISTAS ESPECIAIS	24	22	-8,33%	21	-4,55%	
MÉDICOS LEGISTAS-3.CATEGOR. QTP3	29	23	-20,69%	23	0,00%	
MÉDICOS LEGISTAS-2.CATEGOR. QTP2	37	35	-5,41%	36	2,86%	
MÉDICOS LEGISTAS-1.CATEGOR. QTP1	1	43	4200,00%	42	-2,33%	
MÉDICOS LEGISTAS	91	123	35,16%	122	-0,81%	
PERITOS CRIMINAIS ESPECIAIS QTPE	23	21	-8,70%	21	0,00%	
PERITOS CRIMINAIS-1.CATEGOR QTP3	24	23	-4,17%	21	-8,70%	
PERITOS CRIMINAIS-2.CATEGOR QTP2	56	57	1,79%	58	1,75%	
PERITOS CRIMINAIS-3.CATEGOR QTP1	42	41	-2,38%	40	-2,44%	
PERITOS CRIMINAIS	145	142	-2,07%	140	-1,41%	
PERITOS PAPILOSCOPISTAS	346	337	-2,60%	337	0,00%	

Analisando estes dados, percebe-se que quase todos os cargos sofreram reduções durante o período. A única exceção são os médicos-legistas que tiveram um acréscimo de 42 funcionários correspondente à nomeação dos aprovados no concurso público de 2006 pelo Ato Oficial da Secretaria de Defesa Social nº 3228, publicado no *Diário Oficial de Pernambuco*, ed. 185, de 28 de setembro de 2012. A curiosidade a respeito de tal fato é a existência de uma divergência entre o número de nomeados pela SDS (50) e a quantidade acrescida no quadro de funcionários (42), indicando a possível desistência de alguns deles. De acordo com a publicação, 25 médicos-legistas seriam destinados ao IML da Capital, 15 seriam lotados no Agreste (Caruaru) e 10 no Sertão (Petrolina). A maior perda proporcional afetou o contingente de auxiliares de perito, 6%, episódio que agrava a situação do Instituto de Criminalística no que se refere à escassez desses profissionais.

O quantitativo do quadro de funcionários dos Institutos da Polícia Científica de Pernambuco foi considerado, durante as entrevistas, insuficiente para a carga de trabalho acumulada e, consequentemente, um dos problemas mais graves que afetam o órgão. Sobretudo, pelas dificuldades que se cria para a expansão e

regionalização da Polícia Científica com as futuras e novas unidades do interior do Estado. A respeito dos recursos humanos disponíveis, o gerente geral, Dr. Francisco Sarmiento, relatou:

Nós temos uma deficiência de pessoal grave nos três institutos. Notadamente no Instituto de Medicina Legal e no Instituto de Criminalística. Hoje a deficiência de perito criminal é grave. Mas, mais grave é a falta de médico-legista. Os papiloscopistas foram grandes beneficiados, se é que assim se pode dizer, em termos de concurso. O último concurso que teve foi em 2006. E, naquele concurso, os médicos-legistas, que estão entrando, fizeram o curso de formação só agora. Os peritos foram chamados, mas em um número extremamente pequeno. E os papiloscopistas foram nomeados mais de duzentos papiloscopistas. Foi o grande beneficiado no concurso dentro da Polícia Científica. Mas boa parte se aposentou, outros passaram em outros concursos e, seguramente, não tem nem 50% desses profissionais em atividade hoje.

É importante frisar que todos que são aprovados nos concursos da Polícia Científica não ingressam imediatamente em suas funções. Antes disso, realizam um curso dentro de suas especialidades na Academia Integrada de Defesa Social (Acides) com duração de seis meses e no qual o desempenho dos aprovados ainda conta como critério eliminatório. Tal fator agrava o problema citado pelo gerente geral em relação aos egressos do Instituto Tavares Buril, já que, além de se tratar de trabalhadores com os quais o órgão não pode mais contar em seu quadro, o Estado foi onerado também pelos recursos investidos na sua formação. Apesar de compartilharem traços comuns, especialmente em sua defasagem, os recursos humanos de cada um dos institutos possuem suas particularidades, tanto na composição dos trabalhadores lotados em cada um deles, quanto nos problemas peculiares criados pela escassez de mão de obra para seu funcionamento.

O Instituto de Identificação Tavares Buril conta com o maior contingente de funcionários dos três institutos. O que se percebe, porém, é que, apesar de serem especializados na sua atividade-fim pela formação adquirida na Academia – a saber, as formas de identificação antropométricas, em especial, pelas impressões datiloscópicas –, muitos deles acabam sendo destinados a atividades-meio

relacionadas a funções mais administrativas ou não relacionadas aos conhecimentos adquiridos.

É o caso, especialmente, daqueles que são lotados nos setores de confecção das carteiras de identidade, tendo como exceção os que assumem tarefas na classificação das digitais coletadas dos indivíduos para o devido arquivamento das fichas correspondentes. Esse fato acaba por prejudicar setores em que tal tipo de conhecimento é fundamental para a execução das atividades – como é o caso, por exemplo, da pesquisa datiloscópica e do levantamento de local de crime –, causando sobrecarga de trabalho para os peritos papiloscopistas a eles destinados e maior tempo na resposta às requisições de pesquisas e laudos.

Para Jandir de Souza Carneiro Leão, delegado gestor do Instituto de Identificação Tavares Buril, em relação ao quadro de pessoal disponível, seria necessária uma ampliação numerosa:

Hoje, nós temos a necessidade do dobro da capacidade atual. Isso para atender satisfatoriamente a todo o Estado de Pernambuco e exercemos todas as funções sob o nosso encargo. Ou seja, desde a área criminal à área civil... Nós temos a necessidade de hoje termos o perito papiloscopista no interior do Estado (...). Nós sentimos que há necessidade do perito papiloscopista no interior, nessas áreas, para atender à demanda de perícias criminais no interior. Quando ocorrem esses crimes, nós temos a dificuldade em deslocar equipes para o interior por causa de distância, já que nosso Estado tem uma geografia, que distancia a capital do interior. Além do mais, o nosso governo está expandindo o atendimento do Expresso Cidadão, das centrais de atendimento do Expresso Cidadão... E esse Expresso Cidadão necessita, no mínimo, em cada turno, de oito peritos papiloscopistas. Porque ali ele vai atender o público, fazer a coleta da impressão digital e ali ele vai fazer já o cadastro também da impressão digital no nosso sistema... Vai fazer a comparação... Então, cada Expresso Cidadão desse absorve um volume grande de peritos papiloscopistas. Então, nós hoje estamos com uma demanda aqui... Uma demanda represada para atendimento... Estamos com quadro de pessoal bastante defasado, já que nosso objetivo é atender mais rápido a população, dar uma identidade mais rápida, responder à requisição da autoridade policial judiciária na feitura de uma perícia, de forma mais rápida para ajudar ele na solução do crime. Tudo isso necessita de um quadro de pessoal maior do que nós temos hoje.

No IITB, porém, não atuam apenas peritos papiloscopistas. Há também um quadro, bastante reduzido, de policiais civis, agentes de polícia, que são colocados à disposição do Instituto pela Polícia Civil para cuidar da segurança do prédio. Além deles, há trabalhadores de uma empresa terceirizada que atuam na área administrativa, exclusivamente, na parte de digitação das informações sobre a identidade civil no sistema de dados do IITB e plastificação de carteiras de identidade, funções que não exigem os conhecimentos dos peritos papiloscopistas, mas são supervisionadas por eles.

Dos cerca de 340 peritos papiloscopistas do IITB, aproximadamente metade deles atua na Unidade Técnica de Identificação Civil, responsável tanto pela confecção das carteiras de identidade, quanto pelas pesquisas datiloscópicas e o Arquivo de Identificação Civil. Para Rosilene Maria de Souza Albuquerque, perita papiloscopista e chefe desta unidade, seria necessário aumentar esse contingente em 50%. A estimativa leva em conta, porém, apenas a quantidade requisitada para manter estável o quadro de pessoal durante os próximos anos. Segundo ela:

Nós temos em torno de 47 peritos já prestes a se aposentar, já com tempo de aposentadoria para agora, 2013, 2014. Hoje nós temos, em média, 20 para se aposentar ainda este ano [2012]. São pessoas que estão precisando tirar suas licenças -prêmio para compensar o ano.

Para Dinarte Correia Fernandes Júnior, perito papiloscopista chefe da Unidade Técnica de Identificação Criminal do Instituto de Identificação Tavares Buril, o aumento do efetivo em seu setor não tem prejudicado os prazos, mas pode interferir diretamente na qualidade dos serviços prestados. Em suas palavras:

A parte de produção está diretamente relacionada com o número de funcionários que nós temos. A gente vem trabalhando com um volume muito grande de serviço, individualmente falando, para cada funcionário. Eu acho que se a gente tivesse mais alguns servidores aqui, realizando trabalhos na unidade criminal, seria melhor para todo mundo. Tanto na qualidade de serviço e a quantidade ficaria numa forma mais fácil de administrar. Mas a gente vem mantendo o serviço em dia. Não

tem acumulado. Até porque a gente aqui trabalha com prazo de justiça. Na resposta de antecedentes criminais, a gente tem que observar prazos. Na emissão de laudo do rastro, a gente tem também prazo que está no Código de Processo Penal.

O chefe da Unidade de Identificação Criminal chama também a atenção para a diversidade de tarefas que são realizadas por peritos papiloscopistas e suas consequências nas atividades do Instituto:

Existe essa diversidade, e grande. Porque você tem peritos papiloscopistas desde o local de crime, que vai lá fazer a coleta do material. Tem perito papiloscopista fazendo o confronto datiloscópico literalmente. Tem perito papiloscopista fazendo a questão da necro, que muitas vezes tem que ir lá buscar o próprio dedo do cadáver para poder fazer um trabalho em cima disso. Para poder ter condições de coletar impressão. Você tem perito papiloscopista trabalhando em confecção de folha de antecedentes criminais e de certidão de antecedentes criminais. Você tem uma gama de tarefas que são realizadas por peritos papiloscopistas. Se a gente pudesse dispor de um cargo, de um quadro, por exemplo, de agente administrativo. Nós poderíamos concentrar mais os peritos papiloscopistas trabalhando na função exclusivamente técnica, de trabalhar com a impressão digital de todas as formas. Desde a coleta, desde a classificação, subclassificação. Desde o arquivamento, confronto, à emissão de laudo. Isso, sim, seria um trabalho eminentemente técnico... Você teria à sua disposição mais peritos papiloscopistas para realizar aquelas tarefas. Por exemplo, você tem a folha de antecedentes criminais. Será que seria necessário um perito papiloscopista para isso? Acho que não porque você não está trabalhando efetivamente com a impressão digital. Agora, tem uma dúvida entre a identidade de A e de B, então você vai lá no perito papiloscopista que ele vai te dizer, pela impressão digital, quem é quem. Aí, sim, seria o trabalho do perito papiloscopista.

A respeito da defasagem de pessoal, Dinarte também aponta os efeitos sofridos com o egresso dos peritos papiloscopistas nomeados no último concurso e de aposentadorias. Segundo ele e outros peritos do Instituto, o problema da debandada de peritos foi devido à característica dos aprovados, que, em boa parte, eram concurseiros, pessoas que prestam vários concursos públicos, são aprovados em

mais de um e acabam optando por aqueles que oferecem melhor remuneração. De acordo com ele, o Instituto foi prejudicado porque:

Foi feito um estudo para saber de quantos peritos precisávamos, de quantas pessoas a gente ia precisar para cá, quantos profissionais... Esse número foi estudado, reestudado, foi visto, tudo certinho para poder abrir o concurso e tal... E o pessoal que chegou aqui passou para outros concursos. Porque não tem como você prender eles aqui. Então, o que acontece? Houve um aporte de pessoal, mas quase que simultâneo a gente foi perdendo, perdendo e perdendo... Resultado: o pessoal que entrou, perdemos aí uns cinquenta profissionais para outros concursos. Quer dizer, ficou novamente no déficit. O pessoal chegou, diz “Pronto! Agora vai ser bom, vamos ficar com esse aporte de pessoal, vai dar para fazer o serviço fluir. Sem estar sacrificando nenhum setor.” Mas aí o pessoal vai saindo, sai, sai... Passou num concurso. TJPE levou, meu Deus, mais de vinte daqui. E outros concursos mais... E aí também houve questão de aposentadoria... Resultado: deu uma defasagem que hoje a gente está girando em torno de 50% do quadro.

Ivoneide Constantino da Silva, perita papiloscopista e chefe da Divisão Técnico Científica de Identificação Criminal, explica que, mesmo com a defasagem provocada pelo abandono dos cargos pelos aprovados no último concurso – estimulada também por uma certa discrepância entre as requisições feitas por um trabalho mais bem qualificado e a remuneração de um cargo cujo requisito é o Ensino Médio –, o serviço prestado pelo Instituto pode ser considerado bom pela qualificação de seus profissionais.

Esta é favorecida, em parte, pela crescente oferta de cursos na área para os peritos papiloscopistas, mas também por um corpo de funcionários experiente e comprometido, que já atuou em casos de acidentes em massa e que recebeu atenção no cenário recente. Segundo ela, a saída dos concurseiros se deu

porque nós exercemos uma função de perícia de nível superior e recebemos como nível médio. Então, executamos um trabalho de peritos. Como deu para você ver aqui, o nosso trabalho é de perícia em si, né? E nós não recebemos como tal. Aí, realmente... Então, o pessoal sempre tá passando no concurso... Vive sempre procurando sair. Os concurseiros, os

antigos, não. Os antigos ficam, né... Apesar de uma estrutura precária, nós temos funcionários competentes e que vestem a camisa, trabalham por amor e por responsabilidade. Então, mesmo com esta estrutura, o serviço que nós prestamos, eu daria nota nove. Nós temos um serviço que não deixa a desejar a nenhum instituto de identificação do Brasil que tenha estrutura até melhor do que a nossa e nós não... E o serviço que nós prestamos é de igualdade para eles. Isso é devido à experiência, cursos, realmente, estão sendo promovidos muitos cursos na área de perícia. Está se especializando profissional. Nós temos cursos de retrato falado, cursos de perícias em local de crime. E essa área de perícias, realmente, de uns anos para cá, foi muito estimulada e capacitada. Nós estamos sempre capacitando os nossos profissionais na área. Existe conhecimento da prática também. Como nós temos uma prática grande porque aqui em Pernambuco nós temos uma demanda grande também. Nós tivemos, recentemente, na parte de perícias, dois acidentes grandes, acidentes em massa, como nós falamos. O acidente do voo 447, nós tivemos aquele voo do No Ar, em que nós atuamos também com peritos lá trabalhando. Fizemos um trabalho muito bom. Com menos de 24 horas, nós já tínhamos identificado duas vítimas. Então, o problema nosso é mais estrutura física inadequada, assim, mas o serviço não deixa a desejar não. Nós fazemos um serviço de primeiro mundo e não deixamos a desejar a ninguém mesmo. Pela competência dos profissionais e responsabilidade dos profissionais daqui.

Outros peritos também salientaram a disparidade entre a atividade desempenhada e a falta de reconhecimento do cargo como de nível superior. De acordo com alguns deles, a maioria dos peritos, que ali atuam, possui tal graduação. Apesar da renomeação dos profissionais, de datiloscopistas policiais para peritos papiloscopistas, através do Artigo 3º da Lei Complementar nº 156, de 26 de março de 2010, as simbologias de níveis de remuneração foram mantidas como de Ensino Médio.

Representações da classe profissional chegaram a entrar em uma batalha judicial pelo reenquadramento de simbologia do cargo para a mesma de peritos criminais e médicos-legistas, porém, a Procuradoria Geral do Estado emitiu o parecer consultivo nº 0561/2011, negativo.

A alegação é de que existiria contrariedade com a Lei Complementar nº 156/2010 e o artigo 37, inciso II da Constituição

Federal, além de diversos precedentes na jurisprudência e resoluções contrárias a casos do gênero no Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, a maioria dos estados (70%) já realizou, nos últimos anos, a mudança em relação ao nível do cargo e, recentemente, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara Federal aprovou proposta do Projeto de Lei 2754/11, que assegura a condição de perito oficial aos papiloscopistas e a necessidade de diploma de nível superior. Sem entrar no mérito das disputas, a fala de uma perita papiloscopista reflete a dificuldade encontrada sobre a questão e alguns fatores que envolvem o comprometimento com as funções:

A maioria das queixas daqui é financeira, entendeu? A minha também é, é financeira. Eu adoro o trabalho que eu faço, mas, financeiramente, não vale. Estou estudando para outro concurso, infelizmente, né? Porque a gente tem que procurar o melhor para a gente.

O Instituto de Medicina Legal Antônio Percivo Cunha tem seu quadro funcional formado basicamente por médicos-legistas e auxiliares de legistas. As atividades dos médicos não se resumem apenas às necropsias, aos exames nos mortos, como comumente se associa à imagem do IML. De acordo com informações obtidas, a maioria das perícias realizadas pelo Instituto é aquela feita em vivos, exames sobre lesões supostamente relacionadas a fatos delituosos, de agressões físicas e violência sexual àquelas resultantes de culpabilidade. Tal demanda exige do Instituto a manutenção de uma estrutura extra, semelhante à de um consultório.

Os serviços relacionados aos exames de cadáveres também exigem outras atividades que vão além das funções de legistas e auxiliares, como as que envolvem a burocracia documental da liberação dos corpos e a coleta de vítimas fatais em locais de crime. Dessa maneira, o corpo de funcionários atuantes no IML tem uma arquitetura diferenciada dos outros institutos da Polícia Civil, por ser composto também por trabalhadores vinculados a outros órgãos da Secretaria de Defesa Social e do Governo do Estado. Joyse Breezinckr, gestora do IML, descreve o corpo funcional da seguinte maneira:

O IML é composto por médicos e auxiliares de legistas. E nós temos administrativos também. E esses administrativos são cargos com várias funções. Tem o motorista de carro fúnebre, auxiliar de carro fúnebre, o auxiliar de sala, que não é o auxiliar de legista. Auxiliar de sala é aquela pessoa que trabalha como maqueiro. Aí, tem os administrativos realmente, que é a parte burocrática, digitadores... Então, temos policiais civis também... Nós temos uma escritã responsável pelo cartório. Temos alguns policiais aqui dentro, e aí nós colocamos em funções estratégicas como almoxarifado, nós temos na fotografia... São agentes que foram deslocados para cá porque tinham alguma afinidade com essa função e estão desempenhando função aqui dentro do IML, mas são policiais, são agentes de polícia. Então nós temos esses diversos cargos. Aqui já foi somente de policiais, né? Hoje em dia, você já tem os cargos administrativos funcionando aqui dentro, mas aqui antigamente era somente policiais.

As funções administrativas às quais a gestora se refere são os Assistentes e Auxiliares em Gestão Pública, ligados diretamente à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco (SAD). Tais funcionários atendem pela simbologia ASGP e AXGP, respectivamente, e pertencem ao Grupo Ocupacional de Gestão Pública (GOGP), instituído pela Lei Complementar n.º 135, de 31 de dezembro de 2008.

Além dos serviços citados pela gestora, há também a função de técnico em radiologia. Os funcionários administrativos, apesar de ligados à SAD, prestaram concurso público para lotação no IML, fato que causou certa confusão. A Dr^a Joyse Breezinckr explica que:

Na verdade, eles são pessoas lotadas aqui, mas a Secretaria responsável por eles é a SAD, Secretaria de Administração. É meio complexo essa coisa porque eles estão aqui dentro e, por conta, inclusive, desse concurso, que foi todo junto, eles entenderam que iriam ser policiais. E a gente já teve algumas demandas jurídicas por conta disso. Mas, na realidade, nós só temos nove cargos de policiais dentro do Estado: médicos, delegados, peritos, agentes de polícia, auxiliar de legista, auxiliar de perito, técnico em telecomunicações da polícia, escrivão de polícia e papiloscopista. São as nove funções policiais dentro do Estado, e isso a Procuradoria deixou muito claro. Mas a gente tem esses administrativos. E estamos com

um projeto também de expansão e criação de um quadro administrativo da própria SDS. Por que isso? Porque como são funções específicas e algumas bastante diferenciadas, então eles teriam gratificações, alguma coisa nesse sentido... Então, como eu disse, o auxiliar de carro fúnebre é uma coisa bem peculiar nossa aqui. É administrativo, mas é bem peculiar nossa. O auxiliar... O técnico de radiologia... Então, são funções bem próprias nossas aqui. Esse quadro de administrativo precisa ser criado na SDS porque não existe ainda, ele é só da SAD... E a gente está tentando criar para a própria SDS.

Os cargos administrativos da Secretaria de Defesa Social não seriam a única carência funcional para o Instituto, que não dispõem de odontologistas em seu quadro, profissionais que são capacitados a realizar identificação de cadáveres em estado avançado de decomposição, como também de ossadas. O fato é que a carreira não existe nos quadros funcionais do Estado, requisitando, quando necessário, a solicitação de especialistas *ad hoc*.

Não existe o quadro de odontologista no quadro funcional do Estado. Essa é uma coisa que o próprio CRO [Conselho Regional de Odontologia] vem lutando junto ao governo e nós aqui também. Porque todos os estados, ou quase todos, têm o quadro de odontologista e nós não temos. O que é um absurdo porque é o segundo método mais simples de identificação. DNA é o terceiro método apenas e nem sempre se pode identificar pelas impressões digitais.

À época, anterior às nomeações mais recentes de novos médicos-legistas, a gestora também apontava dificuldades oriundas da escassez de funcionários na função. Tal carência é causada, em parte, pela idade avançada do quadro, o que implica grande número de aposentadorias, fato que, somado a outras vicissitudes, traz complicações e diversos fatores para a administração dos recursos humanos do Instituto. Segundo a médica-legista:

Nós temos algumas carências porque nós tivemos um grande número de colegas que se aposentaram... Do ano passado para cá, nós tivemos quinze aposentadorias. Foram... Aliás, dezesseis aposentadorias. Foram onze ano passado e já foram

cinco este ano [2012]. E, com isso aí, vários colegas que estavam nas gerências se aposentaram. Mais dois colegas, um que pediu exoneração, que era de Petrolina, e um que faleceu... Então nós tivemos dezoito perdas de colegas médicos aqui no IML. Um número bastante significativo. (...) A gente tem, de médicos, menos de 70 em atividade... Auxiliares, nós estamos com, aqui no Recife, com uma certa carência e em Caruaru também. Nós estamos aqui com 15... 16... auxiliares. Assim, nós estamos com uns que estavam em Caruaru, aí vieram para cá. Aí, depois, fez uma troca. Aí, agora, não sei dizer exatamente os números, não é? Mas, por exemplo, o chefe da necrópsia, dos auxiliares de legistas, era de Caruaru, eu trouxe para cá. Já por conta de carência... Aí, com isso, o que a gente está fazendo? Está mandando pessoal nosso daqui dar um horário extra lá. Então, quer dizer... Na verdade, a gente está fazendo um intercâmbio de funcionários pela carência mesmo. Eu tive que trazer um e mandar pessoal para lá para fazer intercâmbio. Não podendo tirar daqui. Imagine a situação! (...) Nós estamos com 70 médicos. Mas aí temos 15 em Caruaru, 4 em Petrolina e o restante aqui. Dos que estão aqui, vários estão afastados de licença-prêmio já para aposentadoria. Pela quantidade de médicos que eu já tenho, eu não posso dar licença-prêmio para ninguém. A não ser nos casos de aposentadoria. Então, tem vários afastados por aposentadoria. Além das licenças médicas. Para tirar férias, às vezes os colegas estão adiando as férias. Um tira quinze dias porque já estava com uma viagem marcada. Aí outro... Sabe? Tem aquela coisa assim meio de tentar se arrumar mesmo por conta de falta de pessoal. Se você dissesse, “tem dez médicos no plantão.” Não é suficiente, porque tem cinco médicos lá na necrópsia e cinco médicos na traumatologia. A coisa não é tão folgada. Aí você ainda tem que suprir Prazeres e Paulista, que são postos de atendimento ao vivo. Então, isso já vai desgastando, consumindo nossa frota, digamos assim, de funcionários... Aí você tem uma quantidade de auxiliares de legista também já bastante carente, já tá começando a fazer falta, entende? A gente dá prioridade para colocar mulheres na traumatologia porque é onde tem o exame sexológico. E como 99% das agressões sexuais são produzidas por homens, a gente tende aqui que os exames sejam feitos preferencialmente por médicas, pelo constrangimento da lesão, da própria exposição da vítima. Mas nem sempre a gente consegue porque não tem essa quantidade toda... Em alguns plantões não tem médicas mesmo. Então, isso tudo a gente tem que pensar na hora em que a gente vai elaborar uma escala. A gente coloca pessoas

para um lado e para outro, tentando suprir todas as demandas. Isso aí é complicado.

Tais arranjos que a gestora se via obrigada a realizar forneciam uma perspectiva problemática futuramente com a expansão de unidades do IML pelo Estado de Pernambuco. De acordo com a Dr^a. Joyse, o número reduzido de funcionários poderia ser um obstáculo, sobretudo quando se leva em conta as nomeações necessárias para administração de tais postos do IML.

A gente atualmente já funciona com mais dois postos, um em Paulista e um em Prazeres, que é de vivos... E está se construindo, ainda para esse ano, terminando o complexo de Caruaru, isso não interferiria muito. Mas tem um outro complexo que vai ser construído, já se iniciou, que é o de Palmares. Deve ter ainda mais uns quatro até 2014. Então, isso vai ampliar muito o trabalho de Interiores. Vai expandir muito o IML. E isso aí precisaria... Isso vai ter que acrescentar novos cargos, novos... Porque a gente não tem condições. Em cada Interior desse, eu tenho que ter uma supervisão. Eu já tenho em Caruaru e tenho uma em Petrolina. Mas eu vou ter que ter outras supervisões e, localmente, outras chefias... Porque eu tenho chefia de Histopatologia, de Radiologia, então cada interior desses vai ter que ter também essas chefias lá... Vai ter que ter uma expansão do quadro do organograma do IML com as respectivas funções gratificadas. Isso vai ser uma coisa que a gente vai ter que trabalhar e está trabalhando já junto ao governo.

Uma questão colocada pela gestora em relação ao quadro funcional do IML também chama a atenção. O cargo de médico-legista exige, evidentemente, indivíduos formados em Medicina. Por se tratar de um profissional valorizado no mercado, a carreira no IML não teria tantos atrativos no quesito da remuneração. Embora os rendimentos dos legistas não possam ser considerados ruins, o cotidiano das atividades no Instituto, que atende, em sua maioria, vítimas de todo tipo de violência, poderia influir na rejeição dos profissionais.

Soma-se a isso a jornada de plantões – que, de acordo com a gestora, não caracterizaria um problema relevante, sendo até uma preferência dos profissionais – e a tendência do perfil de os

interessantes ser de indivíduos já experientes e maduros, que, de certa forma, são privilegiados pelos critérios dos conhecimentos e títulos exigidos pelos concursos públicos. Assim, a prática em instituições de saúde convencionais teria a preferência dos profissionais. A Dr^a. Joyse Breezinckr descreve a situação da seguinte forma:

Para alguns, o salário não está compensando, quando era 24 horas somente de plantão, estava tudo bem. Mas com 40 horas, a coisa passou a não compensar mais. Então, às vezes, é melhor o colega dar dois plantões numa UPA do que vir trabalhar aqui. Porque se livrou do plantão e não tem mais nada... Aqui, nosso trabalho não termina com nosso plantão. A gente está sempre sendo chamado para depoimento em juízo, para esclarecimento de laudos... Nós temos um caso aqui recente que o laudo foi de vinte anos atrás e agora é que os colegas foram chamados para esclarecer os laudos. (...) Olha, sempre para o funcionário, a remuneração nunca é adequada. Na realidade, nós temos realmente funções bastante difíceis com remunerações não tão, digamos assim... Não corresponde à expectativa. Isso é uma coisa que a gente tem observado em todos os níveis. Então, você comparar o salário do médico aqui com o salário do médico de Brasília... Não estou falando do policial federal, do médico de Brasília, do médico-legista de Brasília... Há um diferencial muito grande. Digamos assim, é bem melhor do que em muitos outros estados. Na realidade, sempre vai haver essa vontade de que a gente tenha um salário melhor pela função. Porque é uma função bastante dura para todos nós aqui. A gente trabalha com violência vinte e quatro horas. Eu estou com um índice de adoecimento, aqui no IML, enorme. Claro que isso é também por conta do envelhecimento do quadro. O último grupo que entrou de médicos já faz onze anos. Normalmente, nos concursos dificilmente tem alguém mais jovem. O pessoal já terminou residência, já tem algum tempo de formado... Por incrível que pareça. Até pela experiência mesmo, que exige na própria prova, termina eliminando o pessoal mais novinho. Então, a gente tem um grupo que está tendendo a envelhecer. Eu estou com vários colegas com câncer, com depressão, doenças cardíacas... Estou com muitos afastamentos por conta disso. Então, a gente tem uma atividade realmente insalubre. Se eu perguntar, “tem doenças do tipo infecções e tal?” Não. Porque isso a gente se protege. Até porque, ao contrário do que

muita gente imagina, não é tão contaminante, tão infectante quanto se imagina, tomando essas prevenções todas. Mas, eu acho que o estresse tem agravado muito isso. Nós tivemos um caso de suicídio já este ano... Um colega médico... Claro, que não tem a ver com a atividade somente dentro do IML, que ele também não era médico só aqui. Tem toda uma situação própria de vida e lá fora... Então, a gente tem observado que a gente está com um índice muito grande de adoecimento para a quantidade de médicos que nós temos. Estou com três colegas com cardiopatias graves... Já teve outros que tiveram, mas que já foram tratados. Aqui dentro, já teve quatro casos de câncer... Um, infelizmente, a gente ficou sabendo ontem. E casos de depressão... Então a gente tem tido essa situação toda. A gente entende. Isso é uma coisa que não pode deixar de associar à nossa realidade aqui, de violência. Você não pode entrar em uma sala, ver dez mesas cheias de corpos, mais dez para descer, para vir para a mesa e achar que isso é natural. Isso é uma coisa que afeta qualquer um de nós. Você pega crianças violentadas, você pega mulher espancada que parece um saco de batata... Então, não tem como você dizer que isso é uma coisa que não afeta a sanidade de qualquer um, esse tipo de trabalho é um trabalho desgastante. Nós temos alcoolismo aqui, principalmente, entre funcionários, auxiliares de sala... Nós temos um índice de alcoolismo que já foi maior. Agora tá menor porque entrou um outro grupo, os mais antigos se aposentaram. Porque é inevitável. Um trabalho insalubre, um trabalho desgastante, emocionalmente desgastante e que se recorra a outras formas escapatórias para a situação emocional que se vê.

Pelos motivos expostos, a recente ampliação do quadro, e sua consequente renovação, foi uma medida necessária para o Instituto de Medicina Legal. À época, segundo a gestora, os aprovados já haviam passado pelo curso de formação da Acides e estariam à disposição para nomeação, que dependeria da possibilidade de folga orçamentária do Estado para o semestre seguinte.

Entre todos os institutos que compõem a Polícia Científica do Estado de Pernambuco, atualmente, o de Criminalística é certamente o que mais é afetado pela situação de seus recursos humanos. Em comparação ao Instituto de Identificação e o IML, o IC tem um leque de demandas menos definido, mais amplo. A variedade de perícias sob sua responsabilidade abrange desde

o levantamento de indícios em locais de crimes ou de ocorrência de delitos com as características mais diversas, até as análises de laboratórios com especialidades diferentes, como balística, documentoscópica, meios informáticos, análises químicas e genética forense. Seu quadro funcional é composto pelos cargos de Peritos Criminais e Auxiliares de Perito, ocupados por profissionais das mais diversas áreas para o fim de atender à demanda tão heterogênea de atividades.

Diferentemente do Instituto de Medicina Legal, apesar da indispensabilidade de profissionais especializados para atuar nas atividades periciais, as atividades-fim do órgão *per se*, são esses os mesmos cargos os destinados a ocupar as demais funções administrativas, imprescindíveis para o funcionamento do Instituto. Não obstante, o IC ainda amarga uma deficiência expressiva no quantitativo de funcionários disponível. De acordo com o gestor do Instituto, o perito criminal, Luiz Carlos Soares da Silva:

Nós temos, hoje, 148 peritos e 50 e poucos auxiliares... Só que dentro desse quadro de 148 peritos, nós temos muitos que não estão na atividade-fim. Estão na parte administrativa, estão afastados, estão com desvio, cedidos, atendendo outras instituições... Então, se nós formos levar isso para os números frios, nós teríamos, de fato, trabalhando na rua, aproximadamente 130 peritos... Desses 130, uns 40 já com tempo para se aposentar. Então, a hora que quiserem, podem ir embora. E auxiliar de perito é um quadro mais crítico ainda. Para você ver, para o local de rua hoje, eu só tenho dois auxiliares de perito. Os demais são agentes de polícia, pessoas que não tiveram o preparo adequado para atuar na profissão de auxiliar de perito porque tiveram uma formação, por exemplo, para atuar como agente de polícia, na rua, agindo dentro da área específica dele. Mas como a necessidade se faz presente, nós temos esses profissionais nos ajudando. E muito! Não é pouco, não...

Essas condições, de acordo com o gestor, distanciam-se em muito do que seria o ideal para a realização de uma perícia que, realmente, pudesse atender satisfatoriamente às demandas e ser completa nos serviços prestados. Visto que, além de falta de auxiliares de perito forçar a incorporação de agentes sem especialização nas atividades de perícia de local de crime, o número de

profissionais que atendem a tal tipo de ocorrência tem de ser o mais reduzido possível para o acolhimento da quantidade de requisições. Nas palavras de Luiz Carlos Soares,

Por exemplo, no local de rua, nós, alguns anos atrás, trabalhávamos com cinco profissionais. Dois peritos criminais, um auxiliar de perito, um motorista e um fotógrafo. Hoje nós temos dois. Um perito e o auxiliar, para dirigir, para fotografar, fazer croqui, para fazer medição... É uma equipe muito pequena para atuar nesse setor.

É de se imaginar o importante comprometimento na qualidade da realização de uma perícia de local de crime diante dessa situação. Tal tipo de perícia, em diversos casos, pode ser o único meio de se obter pistas para a devida condução das linhas de investigação da Polícia Judiciária, fazendo o levantamento de indícios que não só comprovem a materialidade do corpo de delito, mas a autoria ou o responsável por crimes que não sejam presenciados por testemunhas ou possam ser comprovados por qualquer outro tipo de registro. Não se pode ignorar que a realização de análises sobre indícios não é a única tarefa dos peritos, já que seu trabalho se concretiza apenas através da elaboração do laudo técnico, cuja qualidade reside na devida descrição de todo processo executado, a descrição esmiuçada dos diversos elementos e a devida justificativa para as conclusões atingidas.

Enfim, todo o procedimento exigido por uma atividade legitimamente científica, que irá ser apresentada a promotores e juízes e, principalmente, ter sua credibilidade questionada pelos advogados de defesa dos acusados. Da qualidade do laudo depende, em muito, o julgamento justo e a punibilidade dos culpados. Por ser uma peça tão essencial ao processo penal, o trabalho do perito está vinculado também aos prazos da Justiça. O quadro reduzido de peritos influi, na visão do gestor, da seguinte maneira sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto:

Dificulta na qualidade dos laudos, na prestação do serviço. Porque, se você tem menos peritos, você vai demorar mais a atender ao profissional. Apresenta-se com a grande quantidade de laudos para o perito fazer. Ele vai ficar soberbado de serviço. E, eu acho que principalmente, a questão de não

atender a demanda. Vão estar prejudicado em não atender a demanda como deveria ser. (...) Nós temos que fazer pensando na qualidade. Mas como é que eu vou fazer para dar um laudo de qualidade se eu não tenho tempo para pesquisar, se eu não tenho tempo para parar para pensar... Uma obra literária por mínima que seja demanda pensamento. E todo pensamento precisa ser arquitetado, conectado e... como é que se diz... Bem elaborado. Você não pode fazer um laudo assim... Porque envolve muitas pessoas, é muito perigoso.

Especificamente em relação às perícias de local de crime, Rogério Dantas, chefe da Coordenação do Plantão Criminalístico, setor do IC responsável pelo atendimento das ocorrências do tipo, expõe as diversas dificuldades trazidas pelas carências no quadro funcional. Tais deficiências são agravadas pela falta de auxiliares de peritos e pela idade média avançada do quadro de pessoal, implicando também consequências desfavoráveis para a salubridade dos profissionais. Segundo Rogério,

Nós temos aqui, na coordenação, sete funcionários que coordenam um contingente de cerca de 36 peritos e, aproximadamente, 18 auxiliares de perito. Numericamente, a gente está com o quantitativo defasado. Tem um outro fato, além de defasado, nós temos um quantitativo envelhecido. Ao mesmo tempo que não tem concurso para recompletar o quadro, a gente tá com pouca gente e o pessoal se aposentando, né? Só para vocês terem uma ideia, dos peritos, a média de idade do pessoal que está na rua hoje é de 51 anos. Então, esse pessoal, além de estar perto de se aposentar, é um pessoal que adocece, pessoal que já não tem o vigor físico da juventude. Então, isso vai comprometendo bastante a qualidade do trabalho. Esse é um aspecto. O outro é o contingente de auxiliares. Nós temos a relação de dois peritos por auxiliar, quando deveria ser o contrário. Deveria ter dois auxiliares por perito e auxiliares de peritos formados, com formação específica em criminalística, o que não acontece. Como nós não temos pessoal com formação apropriada disponível, nós terminamos utilizando agentes de polícia e, há pouco tempo atrás, auxiliares administrativos, em uma atividade que é essencialmente técnica. Então, nós temos um problema de quantidade e um problema também de pessoal apropriado para o serviço. Eles recebem uma formação básica na prática. O que é insuficiente. É

completamente diferente da pessoa que recebe o treinamento específico na academia de polícia. Passa seis meses recebendo uma preparação em criminalística. Esse pessoal recebeu uma preparação para atuar no combate ao crime, não para fazer uma investigação técnico-científica. Então, termina criando uma deficiência no desenvolvimento do trabalho de rua.

Visto que o Plantão Criminalístico atende a uma imensa variedade de crimes, outro aspecto que influi na qualidade das perícias é a impossibilidade de especialização dos profissionais no atendimento de tipos de ocorrência específicos. Nas palavras do chefe do setor,

Como nós temos um quantitativo de pessoal muito reduzido, você termina não possibilitando a formação de pessoal especializado. Então, hoje, o perito de rua trabalha com local de morte violenta, local de homicídio, local de acidente, local de perícia de incêndio, de engenharia legal... E é impossível você ser bom em tudo. Então, você termina sendo clínico geral, tem uma noção de todas as áreas, mas quando você precisa de um estudo mais aprofundado, em um caso mais complexo, termina tendo dificuldade. Então, o ideal é que a gente tivesse uma quantidade de pessoas tal que tivesse um núcleo de perícia de acidentes de trânsito, outro só morte violenta e de homicídios, outro segmento de engenharia legal, outro pra perícias de crime contra o patrimônio, outro de meio ambiente e por aí vai. Os principais centros do país funcionam desta forma. O perito que atua em trânsito, ele atua só em trânsito. Isso termina dando a ele bastante experiência e a possibilidade de ele aprofundar os conhecimentos exclusivamente em trânsito. Não estudando uma coisa ou outra. Pode se perder a evidência, pode se perder a qualidade de levantamento do local. Pode se perder a qualidade da análise do trabalho que foi feito no local. Isso pode resultar, inclusive, numa conclusão ou não completa, ou até uma conclusão errada no trabalho. Você ser traído pelas suas próprias limitações. E, aí, a gente atuar no sentido inverso do propósito do nosso trabalho, que é contribuir para que aconteça justiça. Você acaba contribuindo para que aconteça o oposto, né? Você termina favorecendo o errado e deixando de dar elementos para que à pessoa certa seja feita a justiça.

As dificuldades enfrentadas pelo quantitativo reduzido de peritos e auxiliares, porém, não são exclusividades das perícias de rua. Em outros setores internos, dedicados à análise de indícios coletados em locais de crime ou apreendidos pela Polícia Judiciária, a situação também é sentida. As consequências, entretanto, não variam: sobrecarga de trabalho, aumento da possibilidade de erros e comprometimento da qualidade dos laudos e análises. É o que nos expôs Gilberto Pacheco de Oliveira Filho, chefe da Unidade de Laboratório Criminalístico do Instituto:

Atualmente, a unidade está constituída por onze peritos dos diversos ramos do conhecimento. Nós hoje temos aqui biólogos, biomédicos, farmacêuticos, químicos industriais, engenheiros químicos. O regime aqui é... O laboratório, na verdade, funciona 24 horas. Existe uma equipe de plantão. Diariamente, um perito fica 24 horas de plantão e responsável por atender, no mínimo, 14 cidades da área metropolitana. Há uma sobrecarga de trabalho violenta. Até mesmo em função do plano Pacto pela Vida, a demanda tem sido muito alta e o modelo que nós estamos adotando aqui ainda é um modelo antigo, é um perito só. Na realidade, nós deveríamos ter uma equipe exclusiva de plantão e, junto com esses peritos, auxiliares de perito. Porque algumas atividades-meio não haveria a necessidade de o perito realizar. Ele precisa, sim, de atividade-fim. Tipo, vamos registrar, vamos digitar a entrada de um documento. Isso não haveria necessidade. Ele poderia ser mais efetivo, mais eficaz, se ele fosse direto para a bancada fazer análise. E, hoje, isso não acontece. Ele faz de tudo um pouco. Então, há sobrecarga muito grande a ponto de, no período de 24 horas, um perito chegar a fazer 15/16 laudos de constatação. É muito cansativo. Ao final de 24 horas, ele está exausto. A gente constata quando chega aqui pela manhã e vê que o outro colega está muito cansado. Pode até cometer alguns equívocos de digitação em função do cansaço. E também de análise, porque ao mesmo tempo em que ele redige, ele recebe... Mas, antes disso, ele vai para bancada processar as amostras, fazer as análises que necessita. Algumas análises são rápidas, outras nem tanto. A depender da quantidade de material apreendido, ele pode passar quase uma hora em pé numa bancada e termina por concluir apenas um laudo.

A sobrecarga de trabalho também não permite o aprofundamento necessário à realização de análises mais complexas, que

exigem pesquisa e consulta a outros profissionais que possam auxiliar nos procedimentos necessários à sua realização. A principal consequência é, sobretudo, o atraso na entrega de laudos dentro do prazo legalmente determinado nesses casos. Segundo Gilberto,

Existe, digamos, não sei se se pode chamar “análises de rotina.” São as drogas de abuso. As mais comuns apreendidas são crack e maconha. Essas são análises relativamente simples. Então, já são bem assimiladas e são bem céleres. Contudo, às vezes, junto com a apreensão daquela droga, vem algum objeto porque eles tentam esconder ou escamotear a droga e a gente tem que pesquisar. Fora isso, digamos, de um líquido, por exemplo. Que líquido é esse? Eu preciso fazer uma marcha analítica para descobrir o líquido, fazer pesquisa, recorrer à Internet e, literalmente, recorrer aos universitários, né? A gente vai à universidade, onde alguns professores nos orientam: “Olha, faz uma extração deste tipo, uma extração ácida, uma extração básica, para poder facilitar a análise aqui.” Essas demandam um pouco mais de tempo. Apesar de a gente ser um Instituto e a palavra está bem associada à pesquisa. Não há tempo para isso. Porque nós temos que cumprir prazo do Código de Processo Penal que diz que a perícia tem que ficar pronta em até dez dias, prorrogável por mais dez... Normalmente, a gente não está conseguindo cumprir esse prazo. Até porque esse código é um tanto quanto antigo e, aliado a um prazo curto, a demanda é muito alta. Então, conciliar prazo com quantidade pra um perito é impossível. Porque quer queira, quer não, uma perícia, ela é um trabalho científico. Você estabelecer um processamento em toda aquela análise, naquele vestígio, naquele indício... E aquele trabalho, ele tem que ser reproduzido em algum lugar por qualquer pessoa que tenha uma qualificação para tal. Então, se ele faz aquele trabalho e ele quer aprimorar... Quem vai sofrer? A justiça fica mais lenta porque eu preciso de mais tempo para fazer uma marcha analítica. Eu preciso contatar colegas de um centro mais avançado. Então, a saída é investir em tecnologia. É o que nós estamos começando a fazer agora nestes últimos dois anos.

A inovação tecnológica aplicada ao trabalho dos peritos não apenas facilita seu trabalho na precisão ou rapidez do processamento dos vestígios, mas também demanda a adaptação dos peritos aos novos instrumentos. Assim, é necessário treinamento, aprendizagem não apenas da operação dos aparelhos, mas de novos

métodos. A qualidade do serviço prestado, neste caso, depende de que, em conjunto com o investimento em equipamento, o perito se requalifique para atender às novas e constantes demandas. Tal fato, como já foi discutido, é imensamente prejudicado por uma instituição com corpo de funcionários no seu limite mínimo para o andamento dos trabalhos. Como no Laboratório, porém, ela se faz obrigatória para que os investimentos tenham, de fato, algum efeito. A alternativa encontrada pelo chefe do setor é conjugar, nos termos de referência de aquisição dos novos instrumentos, o treinamento dos peritos. Mais especificamente, de um deles, que irá, posteriormente, assumir a tarefa de difundir entre os colegas o conhecimento adquirido. Para Gilberto Pacheco,

Você comprar um equipamento... É como um piloto. Um piloto de avião, de um Boeing, ele não pilota um Airbus. Embora, os dois sejam aviões. Ele precisa de um treinamento para se adequar a um novo equipamento. A mesma coisa os equipamentos que vêm para a perícia. Então, foi feito um equipamento novo... Um novo software. A gente precisa se requalificar. Porque com a tecnologia indo tão rápido, a gente sem tempo de fazer curso, estudar, porque afastar uma pessoa daqui – mesmo que por uma licença médica – sobrecarrega o que fica. Isso é inevitável. Isso provoca estresse. Então, quando surgem esses equipamentos mais novos, a gente já coloca até, no termo de referência da compra, acoplado ao pacote, o treinamento. Os fabricantes vêm, montam e vai dar treinamento para a gente. Aí, da equipe, eu escolho um ou dois. Geralmente, o gestor do contrato. Ele fica junto e, depois, esses dois vão ser multiplicadores para o grupo. Porque é a forma menos danosa para o funcionamento da unidade.

Outros tipos de perícia do Instituto de Criminalística saem ainda mais prejudicados pela falta de pessoal especializado e o aumento progressivo da demanda. O gestor do IC, Luiz Carlos Soares, informou-nos do cenário em outros setores do Instituto da seguinte maneira:

A principal demanda hoje aqui no Instituto de Criminalística se chama meios informáticos e fonética forense. Por quê? Nós não temos quantitativo de profissionais qualificados para trabalhar nessa área. Para lhe dizer, nós temos, hoje, no Ide

Informática, apenas um profissional específico para a área. Um analista de sistema de informática para o aumento de perícia na área que foi de 300%. E é um crescimento exponencial. 300% hoje... Seiscentos... Mil e duzentos... E assim vai. Porque todo mundo hoje, em crime, você tem uns com celular, né? E os celulares não são mais os celulares como antigamente, não, é um minicomputador. Então, para o perito pesquisar, transcrever ou buscar o que interessa ali dentro, ele tem que ter um conhecimento, ferramentas específicas, que nós não temos... Precisamos de peritos qualificados. (...) Olha, Balística. Hoje a apreensão de arma é uma coisa absurda. Se você for para o Setor de Balística agora, você vai ver. Está sessenta a setenta casos por perito, por mês. Não é brincadeira. Cada perito pegar de setenta a oitenta casos... O laboratório já, pra este ano, já vai pra mais de 3 mil casos... Não terminou o semestre, nós estamos com três mil casos. Nós também fazemos perícia contábil. Nós só temos um perito contábil aqui. É muito pouco para a demanda que tem, mas fazemos. Só que o prazo é mais longo, não é? Então, nós queremos agilizar... Na nossa estratégia, nosso plano estratégico para 2013, 2014 é nós reduzirmos a quantidade de laudo, aumentarmos a qualidade do laudo... Como é que nós vamos fazer isso? Com melhores profissionais e com melhores ferramentas.

Da mesma maneira que o IML e IITB, o Instituto de Criminalística sofrerá com a expansão e regionalização da Polícia Científica no Estado, através da criação dos Complexos de Polícia Científica nas demais regiões pernambucanas. Tal iniciativa irá beneficiar a sua sede, que hoje concentra a realização de perícias não existentes em suas unidades regionais de Caruaru, Salgueiro e Petrolina. Colocada toda situação enfrentada com a carência no número de peritos e auxiliares de perito, porém, a criação de novas unidades só terá um efeito positivo de fato se acompanhada do devido incremento de pessoal. Para o gestor, seria necessário o preenchimento de 233 vagas de peritos e 471 de auxiliares para que os obstáculos hoje encontrados fossem superados.

Há de se considerar a modéstia de tal quantitativo diante dos ideais estabelecidos por órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, segundo o qual a proporção de peritos por habitantes deveria obedecer à razão de um para 5 mil (ROSA, 2011). Se seguido tal critério, para a população pernambucana,

que, segundo estimativas do IBGE, em julho de 2012 teria atingido os 8.931.028, seria necessário o contingente total de 1.786 peritos. A proporção estabelecida pela estimativa do gestor do IC seria de um perito para 23.944 habitantes.

INSTALAÇÕES FÍSICAS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL (ITB)

Em dezembro de 1995, o prédio de número 1.633 da Rua da Aurora, bairro de Santo Amaro, região central do Recife, tornou-se a sede do Instituto de Identificação Tavares Buril. De acordo com Cavalcanti (2008, p.188), o órgão, no decorrer de sua história, já havia sido instalado em várias localidades, como na Rua do Hospício, no casarão nº 381 da Rua da Aurora, na Rua do Pombal, nas avenidas 17 de Agosto e Conde da Boa Vista. A fonte não cita datas nem o tempo que o Instituto de Identificação teria se estabelecido nesses endereços, porém, qualquer visitante mais atento pode observar a placa comemorativa da conquista da sede própria do Instituto em seu saguão principal. Nela, pode-se ler:

Na Rua da Aurora, junto ao Capibaribe, rua e rio que são parte da identidade física e cultural do Recife, a comunidade pernambucana tem, daqui em diante, o lugar definitivo e adequado à realização do importante ato de cidadania, que é a identificação. Os que fazem o Instituto de Identificação Tavares Buril agradecem ao Governo do Estado de Pernambuco a aquisição desta sede própria para a entidade.

Anteriormente, o edifício teria abrigado a fábrica dos refrigerantes Crush. Não se obteve nenhum detalhe de como foi realizada tal transição de alojamentos, como reformas realizadas, construção de salas ou qualquer benfeitoria, mas pode-se observar que, passadas quase duas décadas de tal acontecimento, o prédio ainda apresenta características visíveis de sua funcionalidade prévia. Em especial, o galpão existente ao fundo, no qual se encontram alguns

dos arquivos mais importantes de Pernambuco, o de Identificação Civil e Criminal do Estado. Neles, estão informações que forneceriam ao Estado a capacidade de atestar, em tese, a real identidade de qualquer cidadão que tenha obtido registro civil em seu território ou reconstituir o histórico de infrações penais de qualquer indivíduo. Não se pode calcular o prejuízo que adviria para a sociedade com a perda de tais arquivos, mas as condições atuais em que se encontraram as instalações a eles oferecidas não impedem sequer que uma chuva lhes ofereça risco.

Nesta seção, o foco de nossas lentes repousará sobre esta e outras deficiências estruturais encontradas nas instalações físicas do Instituto de Identificação Tavares Buriel. Em especial, aquelas que interferem na realização de suas atividades, nas condições de trabalho de seus funcionários, na conservação de seu acervo e equipamentos, ou mesmo na segurança dos cidadãos. Ao mesmo tempo, tentaremos inventariar os recursos tecnológicos disponíveis para o atendimento das suas demandas atuais e fornecer, a partir do que foi observado e relatado sobre seu funcionamento, indicações para aplicação de investimentos que gerariam maior qualidade aos serviços prestados e efeito no seu desempenho dentro da linha de montagem do sistema de Defesa Social pernambucano.

LOCALIZAÇÃO

A localização do Instituto de Identificação Tavares Buriel é privilegiada em certos aspectos. Primeiro, por ter algumas das principais vias da cidade em suas proximidades, a Avenida Norte e Avenida Cruz Cabugá, que ligam os bairros do Centro, respectivamente, à Zona Norte da cidade e ao município de Olinda. Por tal motivo, o acesso a cidadãos usuários de transporte coletivo é facilitado, já que nessas vias trafegam numerosas linhas de ônibus que atendem às localidades citadas.

No caso daqueles que se destinam ao IITB vindos da Zona Sul, ainda há as linhas circulares que atendem aos Terminais Integrados do Recife e Joana Bezerra. O Instituto fica à beira do rio Capibaribe, em uma região conhecida pela presença de alguns

órgãos governamentais, como a regional pernambucana do Banco Central. É quase vizinho à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, está na mesma rua que a Administração da Polícia Civil e se distancia cerca de apenas um quilômetro, tanto do prédio da Secretaria de Defesa Social, quanto do Instituto de Medicina Legal, órgãos com os quais também se aproxima nas relações institucionais.

ÁREA EXTERNA

A primeira desvantagem estrutural visível do IITB lhe serve de certa forma como um ponto de referência. É o estacionamento situado à frente do edifício, no qual sempre se encontram paradas uma ou mais viaturas policiais. Em seu espaço podem caber cerca de nove carros, caso nenhum motorista resolva parar seu veículo de forma irregular e impedir a saída de algum outro, fato testemunhado durante as visitas nos horários de maior movimento. Por tal motivo, nas adjacências do Instituto, os automóveis da maioria de seus funcionários e visitantes se somam aos daqueles que vão às outras instituições ou empresas próximas, formando uma concentração perceptível a qualquer transeunte do local.



Imagem 3: Fachada do Instituto de Identificação Tavares Buril.

O edifício azul-claro que se avista é apenas a parte anterior do Instituto no qual se concentra a maioria de seus gabinetes e a área de atendimento ao público. Pode-se notar que sua fachada ostenta forma bem visível, ao alto, o nome da Secretaria de Defesa Social. Já o nome do próprio órgão tem menor visibilidade e se localiza bem abaixo, tornando mais difícil sua visualização a distância. O nome de seu patrono chega a ser parcialmente coberto pela copa de uma pequena árvore. As grandes vidraças do térreo são cobertas por insulfilme e podem ser fechadas por portões de aço retráteis. A entrada principal do Instituto de Identificação Tavares Buril encontra-se ao centro e dá acesso ao saguão principal.

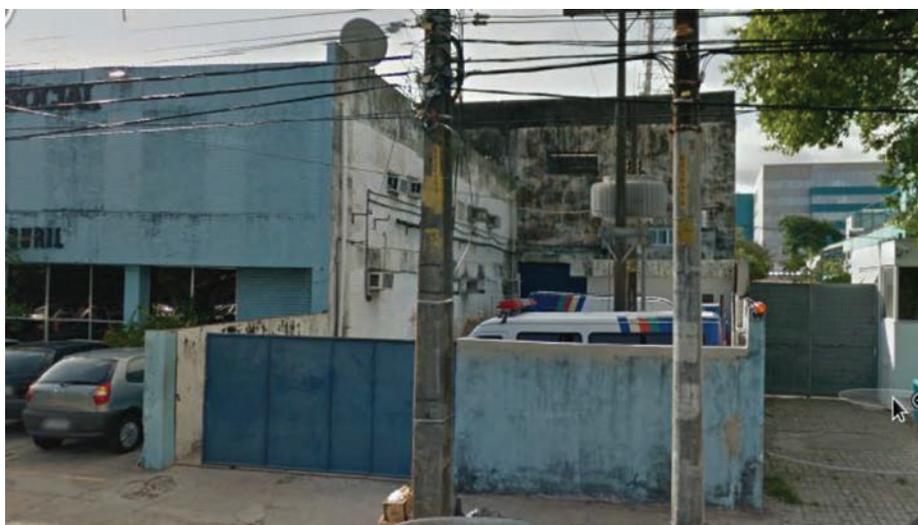


Imagem 4: Portão e área aberta ao lado do prédio frontal do IITB.

Há um portão lateral, localizado à direita do edifício frontal, que dá acesso a uma área aberta em que se estacionam as viaturas do Instituto e também aquelas encarregadas do transporte de custodiados que são encaminhados para a realização da identificação criminal no Instituto. Neste caso, o ingresso no edifício se dá por uma entrada alternativa que dá acesso direto ao imenso galpão que constitui a parte posterior das dependências do Instituto de Identificação.

Nessa área aberta, há também uma construção anexa em que funciona o Setor de Almoxarifado, o que, certamente, deve facilitar o recebimento de materiais que chegam para ser estocados. A

porta de madeira do setor, porém, demonstra desgaste provocado pela umidade das chuvas que recebe.



Imagem 5: Visão interna da área aberta lateral ao prédio principal. Portão de entrada para veículos pode ser visto ao fundo. À esquerda, anexo em que funciona o Almojarifado, cuja porta apresenta sinais de desgaste (direita).

SAGUÃO PRINCIPAL

Ao adentrar pela entrada principal do Instituto, o visitante se depara com um grande saguão de teto alto e rodeado por escritórios no térreo e no andar superior. O saguão funciona como sala de espera para o público que vem à sede do Instituto Tavares Buril. Tal público é formado, tanto por funcionários de postos do IITB que vêm cumprir alguma tarefa de trabalho na sede, quanto por cidadãos comuns que têm certa urgência na emissão de carteira de identidade, de certidão de antecedentes criminais ou de certidão com dados de seu prontuário de identificação civil.

Na lateral esquerda do saguão, as paredes que o separam das salas do térreo são divisórias de *eucatex*. Já as localizadas ao fundo e à direita são feitas de alvenaria. Logo na entrada, pequenos mastros sustentam correntes de plástico que impedem a passagem diretamente para a sala de espera e direcionam o trajeto dos usuários a um balcão no qual um agente policial controla a entrada e dá informações. Neste balcão, além de prontuários de controle do recepcionista e um telefone, há um aviso fixado que informa a proibição da entrada de pessoas trajando bermudas.



Imagem 6: Saguão visto de cima. À esquerda, a entrada principal. Ao centro, a maioria dos assentos que servem ao público. Ao fundo, veem-se as divisórias de eucatex e seus guichês de atendimento.

O atendimento ao público se dá através de guichês existentes nas paredes laterais do saguão. À esquerda, sem precisar passar pelo agente policial, os usuários têm acesso ao Setor de Exigências e Conferências da Divisão de Processamento da Identificação Civil. O atendimento nesse setor é destinado a trabalhadores dos Postos de Identificação Civil do IITB de todo o Estado. A retirada ou entrega dos malotes com as carteiras de identidade é feita no guichê existente mais à frente, na mesma parede, após o balcão do agente; o que se dá provavelmente por questões de segurança. Do outro lado do saguão, funciona o Setor de Recebimento e Protocolo, da Divisão Administrativa. É o local em que são recebidos, protocolados e triados requisições e ofícios feitos por atores externos (cidadãos, delegacias e órgãos da Justiça) destinados ao IITB.

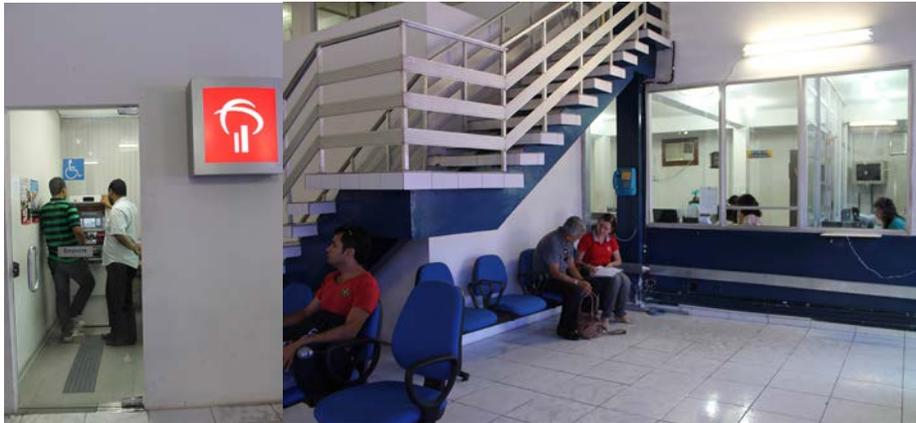


Figura 1: Caixa automático do Bradesco (à esq.) e guichê de protocolo com assentos para usuários e telefone público.

Deste mesmo lado do ambiente, há uma pequena estrutura com duas salas, com um caixa bancário e um terminal de atendimento automático do Bradesco, banco conveniado com o Governo do Estado, nos quais se podem realizar pagamentos das taxas relacionadas às requisições dos usuários.

Aqueles que aguardam por atendimento neste ambiente têm à sua disposição cerca de 44 assentos almofadados com encosto e apoio para os braços. O ambiente é suficientemente climatizado por dois aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*. Há uma televisão e um aparelho de DVD, fixados na parede ao fundo do saguão, para entreter o público em seu tempo de espera. Sob os aparelhos, está uma placa comemorativa do centenário do Instituto, acontecido em 2009. Na mesma parede estão fixadas mais duas placas. Uma delas é a em que se registra a aquisição da sede própria do Instituto Tavares Buril, durante o segundo Governo de Miguel Arraes.



Imagem 7: Vista frontal do saguão principal. Assentos e televisão para visitantes. À direita, o terminal de autoatendimento do banco e escadas que dão acesso ao primeiro andar. Observa-se o teto de placas de isopor.



Imagem 8: Local em que se localiza o geláguia disponível ao público, que fica no corredor entre a Divisão de Processamento de Identificação Civil e o Núcleo de TI. A escada leva ao andar superior, próximo à Secretaria do Gabinete do Gestor.

Os usuários também têm um telefone público à disposição no saguão. Após o guichê dos malotes, à esquerda, há um bebedouro do tipo geláguia com alguns copos disponíveis, mas sem recipiente que os acondicionasse adequadamente. Em uma ocasião, aconteceu-nos de ter que procurar copos nos setores vizinhos ao saguão. As duas lixeiras existentes no local ficam junto ao guichê da “Exigência.” Um dos extintores também fica ali; existem outros dois no ambiente, um se localiza ao lado do caixa automático.e o outro, do guichê de Protocolo.

No aspecto de sua capacidade, o saguão de recepção do Instituto Tavares Buril aparenta atender sua demanda de recepção ao público, visto que, no momento, os assentos ali existentes eram mais do que o suficiente para a quantidade de pessoas que ali aguardavam. Os assentos proporcionam conforto para a espera e o ambiente tem um aspecto limpo. Apesar do teto alto, a sua climatização parece adequada. Há ressalvas, porém, em relação a alguns fios elétricos para a alimentação de algumas luzes e dos aparelhos de ar-condicionado. Eles estão por fora das paredes, suspensos sob os guichês de atendimento, dando voltas em maçanetas, em extintores e mãos francesas que suportam apoios em frente aos guichês. Apesar de não aparentarem estar descapados, com certeza, podem representar risco desnecessário às pessoas e não estão instalados de forma adequada para um local em que circula um público tão diverso. Outra deficiência detectada diz respeito aos banheiros disponíveis.

BANHEIROS PÚBLICOS

No térreo, os sanitários mais próximos, aos quais o público em geral tem acesso, localizam-se no galpão que forma a parte posterior do Instituto, em um corredor formado pelo vão entre as paredes do galpão e da estrutura que abriga os Arquivos de Identificação Civil do Instituto Tavares Buril. Os sanitários são divididos por sexo e consistem em dois pequenos compartimentos precariamente adaptados à sua funcionalidade. Em cada um, há um vaso sanitário, pia, lixeiras e exaustores, instalados nas paredes para permitir a circulação do ar, que são acionados pelos mesmos interruptores da iluminação.



Imagem 9: Aspecto interno dos sanitários mais acessíveis ao público (esq.), no galpão, e pia externa com espelho.

Apesar de haver recipientes para acondicionamento de grandes rolos de papel higiênico, os existentes são do tipo usado em residências e ficam sobre as caixas de descarga acopladas aos assentos. No sanitário masculino, não havia papel higiênico no momento de seu registro. Não obtivemos informações sobre o procedimento que os usuários devem adotar em casos como esse. No banheiro masculino também encontramos pixações em uma parede, indício do amplo acesso do público visitante à área, e canos junto ao teto que parecem instalados para servir no despejo da água que é liberada por aparelhos de ar-condicionado em um vão interno que existe além da parede do banheiro. No corredor, há uma pia externa aos banheiros. Sobre ela, há um pedaço de espelho quebrado e também um disjuntor das instalações elétricas do prédio.



Imagem 10: Aspecto interno do sanitário feminino (acima) e do masculino.

Apesar do certo aspecto de adequação do saguão de recepção, uma simples ida de um visitante ao banheiro já mostra algumas das deficiências das instalações físicas da sede do Instituto de Identificação Tavares Buril. O usuário que vai aos sanitários circula por lugares que, em tese, deveriam ser restritos aos funcionários internos. Como um corredor que dá acesso aos setores da Unidade Técnico-Administrativa, à sala do núcleo de Sistema Automatizado de Impressões Digitais e à entrada, exclusiva para policiais,

do Setor de Identificação Criminal, para onde são conduzidos os custodiados da polícia que chegam ao Instituto para realização do processo de identificação criminal de praticantes de delitos; além do próprio galpão.

O galpão dá acesso à área externa lateral, anteriormente descrita, onde se estacionam as viaturas. Nele, também se localizam, na parte térrea, os Setores de Pesquisa Datiloscópica, de Retarguarda às Centrais de Atendimento ao Cidadão, de Necropapiloscopia e todo o Arquivo de Identificação Civil e Criminal do Estado de Pernambuco.

A quem faz esse trajeto não há nenhum controle de acesso além das portas das salas, dos avisos nelas fixados e da atenção de funcionários que estejam por ali. O controle da circulação do público aparentemente não afeta apenas as salas dos setores que se localizam no caminho dos banheiros, mas também outras adjacentes ao saguão. É o caso da sala à esquerda do saguão que abriga a maioria dos setores da Divisão de Processamento da Identificação, que lidam diretamente com confecção de carteiras de identidade, cuja entrada também exhibe avisos de restrição de acesso.

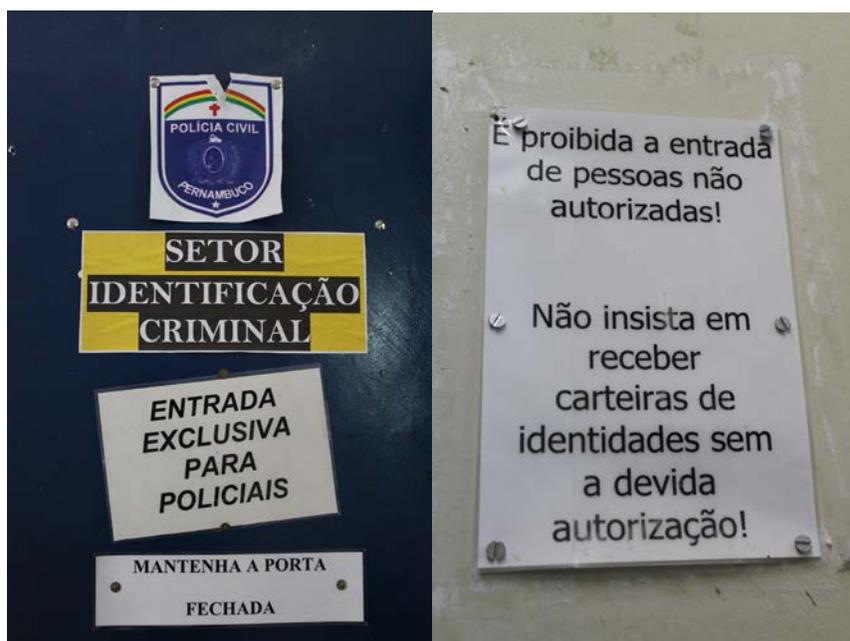


Imagem 11: Avisos nas entradas dos setores.

Por sinal, a despeito de toda importância dos registros realizados e armazenados no Instituto Tavares Buril, falta-lhe um sistema interno de monitoramento de suas dependências por câmeras, o que impede a constatação de qualquer acesso de estranhos que, porventura, possa ocorrer às áreas restritas. Por outro lado, na questão de segurança, esses setores próximos ao saguão que lidam diretamente com as cédulas de identidade dispõem de cofres para guardá-las.



Imagem 12: Cofres dos Setores de Exigência e Atendimento à Comunidade (direita).

DIVISÃO DE PROCESSAMENTO DA IDENTIFICAÇÃO CIVIL

O ambiente que é separado por divisórias de eucatex, à esquerda do saguão, abriga os Setores de Recebimento e Distribuição; de Conferência e Exigência; de Classificação; de *Scanner*; de Emissão e de Autenticação e Plastificação. Todos pertencentes à Divisão de Processamento da Identificação Civil e diretamente ligados à confecção de carteiras de identidade requisitadas em postos de atendimento do IITB em todo o Estado.

A concentração desses setores em um mesmo ambiente segue certa lógica por se tratar de partes complementares na linha de

produção de carteiras de identidades. O espaço, porém, não é amplo o suficiente para que se possa chamá-lo de confortável para os peritos que têm que adaptar às condições de diversas maneiras. O mobiliário é novo, mas se percebe que não supre as necessidades para a organização do trabalho. Caixas espalhadas pelo chão e sobre os móveis acabam servindo como complementos para a divisão dos materiais.



Imagem 13: Setores de Emissão e Autenticação dividem o mesmo espaço da sala.

O Setor de Emissão é dotado de dois computadores e impressoras matriciais para a impressão de dados das cédulas. Há outras impressoras do tipo em outros setores, mas destinadas a outros fins. O setor foi apontado pelos peritos papiloscopistas, juntamente com o de Plastificação, como sendo um dos “afunilamentos” no processo de confecção de cédulas. Isso significaria que um grande volume de serviço encontraria uma vazão mais modesta no atendimento do total demandado.



Imagem 14: Mesa de trabalho do Setor de Autenticação.

A Emissão divide o espaço da mesma divisória com o Setor de Autenticação. Este último tem seu espaço de trabalho reduzido a uma mesa que aparenta ser pequena para as funcionárias, seus equipamentos, os materiais e seus pertences pessoais (bolsas, celulares, etc.).



Imagem 15: Ambiente de trabalho do Setor de Plastificação.

Já o Setor de Plastificação, que afunila uma grande demanda de serviço, fica separado por uma divisória. Os servidores ali têm que executar suas atividades dentro de um espaço limitado entre os equipamentos, o que exige que fiquem de pé uma parte do tempo. O corte de rolos de cédulas plastificadas é feito com uma só guilhotina. Notam-se duas máquinas plastificadoras mais antigas e uma moderna.



Imagem 16: Peritos do Setor de Scanner em seu espaço de trabalho.

O setor de scanner têm seis computadores à disposição devidamente equipados com *scanners* modernos distribuídos em apenas duas mesas contínuas. Nota-se que os lugares disponíveis para as bolsas dos funcionários acabam sendo sobre as CPUs dos computadores.



Imagem 17: Mesa de trabalho destinada ao Setor de Classificação. Acima, nota-se a iluminação do local e marcas de infiltração junto ao teto e pelas paredes.

No Setor de Classificação, a mesa comum em que trabalham os peritos parece fornecer um bom relacionamento interpessoal, apesar do espaço pequeno. Este tipo de atividade exige o uso em excesso da visão e de lentes para ampliação das impressões digitais, a fim de que se faça a leitura de seus desenhos e a contagem das linhas para classificação das fichas individuais papiloscópicas com o devido código. Isso futuramente irá definir o local de arquivamento dos documentos. A iluminação da mesa é feita com lâmpadas simples, localizadas no teto como no resto da sala, não havendo luminárias ou nenhuma outra iluminação mais apropriada para fornecer maior conforto às vistas dos funcionários. Importa destacar que todas as fichas individuais papiloscópicas do Estado são classificadas nesta mesa.

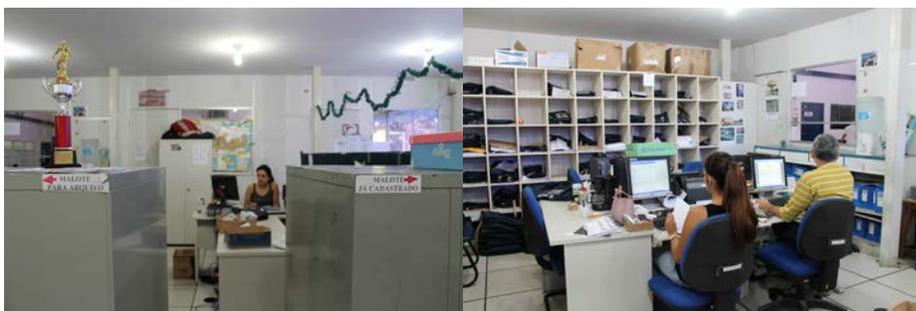


Imagem 18: Setor de Recebimento e Distribuição.

No Setor de Recebimento e Distribuição de malotes, uma única mesa central abriga quatro computadores, uma cafeteira e cinco lugares para o trabalho de peritos. Há prateleiras em uma parede, separando os malotes recebidos e destinados. Levando-se em conta, porém, que há 235 postos do IITB espalhados pelo Estado, acredita-se que não sejam suficientes para a organização da demanda crescente, pois se notam alguns conjuntos de malotes separados em outros lugares do espaço. Um detalhe é o suporte de água mineral junto ao guichê de atendimento. Existem ainda mais duas mesas e computadores, além de um armário e um aparelho de fax, no espaço do setor, que é delimitado em parte por divisórias e, em outra parte, os próprios arquivos de ferro dos setores são destinados a essa função. Neles, pequenas fichas plastificadas e relações com códigos de Postos são aderidos para manter o controle do serviço.



Imagem 19: Arquivos separam setores e têm papéis com códigos para controle do serviço.

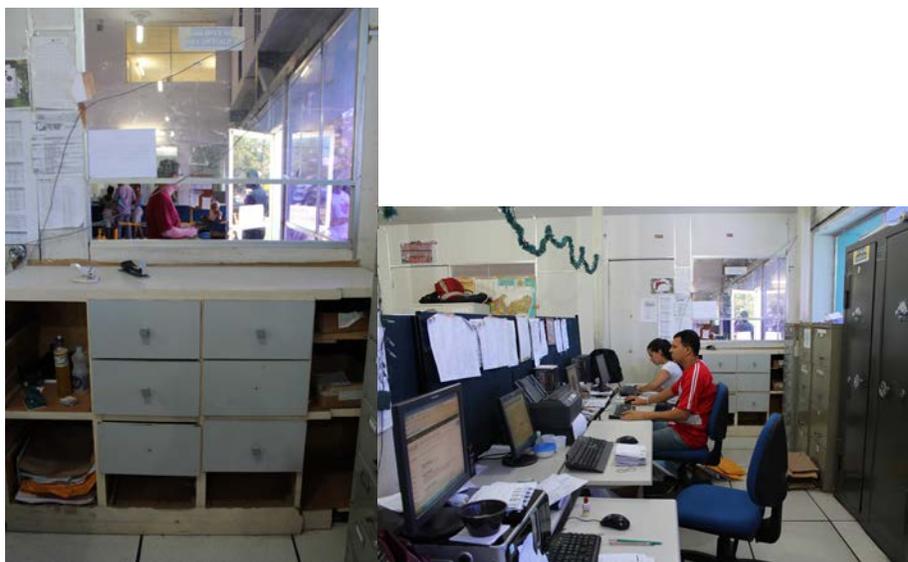


Imagem 20: Balcão de atendimento ao guichê e mesa de trabalho do Setor de Conferência e Exigência.

O Setor de Conferência e Exigência também aparenta ter um reduzido espaço para suas competências. Quatro computadores e uma impressora dividem a mesma mesa. Há ainda arquivos que, se abertos, interrompem o espaço para circulação até o guichê. Como já foi dito, este é um dos setores de atendimento direto ao público dos Postos de Identificação do Estado.



Imagem 21: Marcas de infiltração na sala dos setores da Divisão de Processamento da Identificação Civil.

A sala é dotada de dois aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*, que a mantêm climatizada. Um terceiro, de parede, é

exclusivo da pequena sala do Setor de Plastificação. Provavelmente, pelo calor emitido pelos aparelhos ali utilizados. Notam-se ainda marcas de infiltração espalhadas pelas paredes da sala.



Imagem 22: Pequena copa existente na sala.

No setor, há ainda algo comum a vários outros do IITB, uma pequena copa com frigobar, geladeira e micro-ondas, onde os trabalhadores armazenam e esquentam suas refeições trazidas de casa. O Instituto tem uma copa no primeiro andar, porém insuficiente para a dimensão do quadro de funcionários do órgão. Fato que leva a crer que as refeições podem ser feitas em algum local livre ou liberado nas mesas de trabalho durante o almoço.

SETOR DE CADASTRO (DIGITAÇÃO)

Suplementar aos setores que acabamos de descrever e também pertencente à Divisão de Processamento da Identificação Civil, o Setor de Cadastro, ou Digitalização, se localiza no primeiro andar do prédio. Sua função: alimentar o Sistema de Identificação Civil do IITB com os dados das fichas de registro civil, cujas carteiras de identidades foram liberadas para emissão. O trabalho é desempenhado por seis digitadores terceirizados, traço que o distingue dos

demais de sua divisão, supervisionados por um perito papiloscopista. A sala tem uma organização espacial que a torna espaçosa e aspecto organizado. Isso talvez se explique pelo fato de a seção não ter a característica de reter o fluxo dos documentos, que estão ali simplesmente para serem inscritos no sistema.



Imagem 23: Digitadores terceirizados alimentam o banco de dados do Sistema de Identificação Civil.

Cada funcionário tem à sua disposição um computador equipado com *scanner*. A sala possui dois extintores de incêndio. Avisos sobre procedimentos e cuidados com o equipamento encontram-se fixados em alguns pontos da sala. Há também instruções para exercícios de alongamento recomendados a atividades que envolvem repetição de movimentos e manutenção da mesma posição por tempo prolongado. Parece haver uma preocupação com a ergonomia, o que é ressaltado por um detalhe curioso. Este foi o único lugar em que trabalhadores do Instituto têm apoios para os pés, que é improvisado por pedaços de caixas de isopor.



Imagem 24: Avisos e instruções na sala.



Imagem 25: Pedacos de isopor servem como apoio para os pés (esq.) durante período prolongado de tempo na mesma posição.

O isopor também está presente nesta sala, e em algumas outras do primeiro andar, no forro do teto. O forro de isopor é uma opção ainda utilizada por escritórios por seu baixo custo de instalação e manutenção. Empresas do ramo vendem-no como ótimo isolante térmico e acústico, o que tornaria a climatização mais eficiente. Como existem outros ambientes que utilizam gesso e PVC no mesmo pavimento, é grande a possibilidade de ter sido adotado como uma opção provisória ou superada. Independentemente destas questões, a utilização deste tipo de material é inadequada para o prédio, por ser prejudicial à saúde.



Imagem 26: Fitas adesivas vedam vãos entre placas de isopor no teto.

O forro é lugar de acúmulo de poeira e mesmo dejetos de animais. Não há nenhuma película protetora sobre o isopor. A facilidade do deslocamento natural ou induzido das placas pode fazer dos ambientes focos para doenças respiratórias, afetando especialmente pessoas alérgicas. O ambiente fechado e com ar-condicionado apenas agrava o problema. Na tentativa de solucionar parcialmente esse mal, os ocupantes da sala experimentaram vedar os vãos entre as placas com fita adesiva – fato observado também em outras salas com falhas no teto.



Imagem 27: Tetos de isopor com vãos acabam facilitando a passagem de fios.

Em uma sala anexa, pertencente ao mesmo setor, mas ocupada por peritos papiloscopistas, pode-se reparar que as placas

serviram para improvisar a passagem de fios de rede. Na mesma sala, o aparelho de ar-condicionado também sofreu interferência dos trabalhadores, a fim de maximizar seu funcionamento. Aparentemente, o motivo seria uma instalação inadequada do aparelho que estaria abaixo do nível ideal. A sala abriga também um servidor da rede interna do IITB.



Imagem 28: Aparelho de ar-condicionado na sala do Setor de Cadastro.

Integram ainda a Divisão de Processamento da Identificação Civil o Setor de Retificação e Cancelamento, cuja sala se encontrava fechada e vazia durante a visita da equipe, e o Setor de Identificação Neonatal. Este último é destinado mais à coordenação

de postos de identificação neonatal das maternidades do Estado. Está equipado, em uma sala reduzida, com três computadores, três impressoras e uma multifuncional. Há também uma pequena TV e ar- condicionado de parede.

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

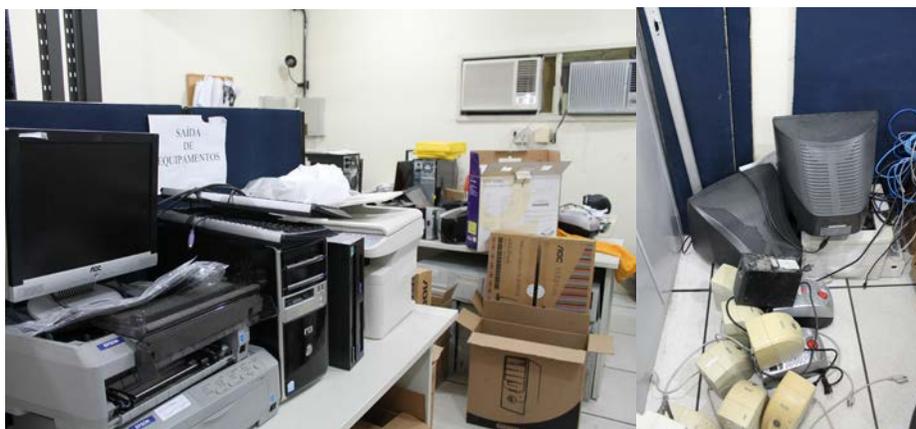


Imagem 29: Equipamento empilhado sobre mobiliário e pelo chão da sala do Núcleo de TI.

Vizinho à sala que abriga os vários setores da Divisão de Processamento da Identificação Civil, o Núcleo de Tecnologia da Informação tem uma sala também reduzida para as suas demandas. Este setor é o que atende às requisições de informática e nele se localiza a central da rede do Instituto Tavares Buril. As mobílias não impedem que alguns equipamentos tenham que ser empilhados ou se acumulem no chão sobre as mesas. A sala aparenta ter sofrido uma recente reforma para adequação ao trabalho realizado de manutenção e instalação de equipamentos de informática. Existem dois aparelhos de ar-condicionado para a climatização necessária de tais equipamentos. Ao fundo, há uma caixa de metal com uma luminária, provavelmente para casos de emergência e que há queda de energia. Os computadores do Instituto, pelo que nos foi informado, são locados de uma empresa. Não sabemos se o NTI é gerido por esta empresa ou a Agência de Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco.

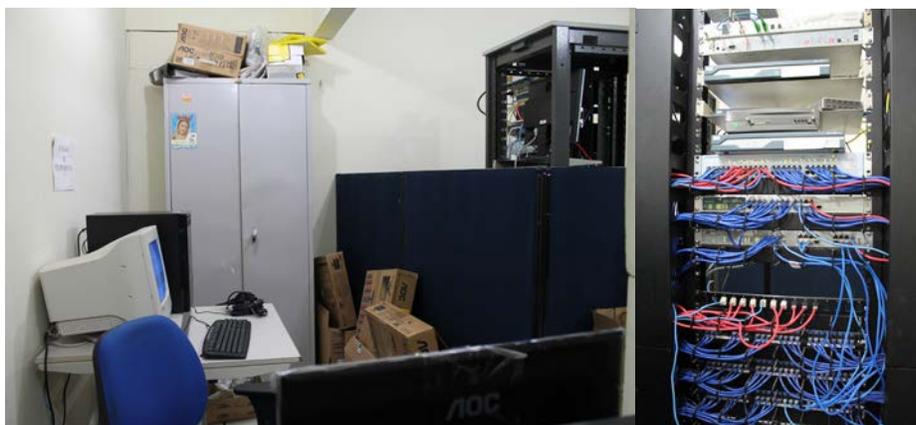


Imagem 30: Computador, armário, caixas e conexões de rede do Instituto (direita).

SETOR DE COMUNIDADE

O Setor de Comunidade, uma subseção da Diretoria de Coordenação de Atendimento Comunitário, subordinada também à Unidade Técnica de Identificação Civil, funciona na sala ao lado do NTI. Seu espaço estreito e alongado é igualmente reduzido para o trabalho dos três peritos papiloscópicos que ali trabalham no seu turno da tarde, restando poucos vãos livres entre as suas mesas e as paredes. A unidade lida exclusivamente com a emissão de identidades em ações comunitárias, na prestação dos serviços do IITB fora dos espaços de seus postos, no atendimento àqueles que não podem se deslocar de suas residências, leitos hospitalares e presídios. Os registros produzidos nessas ações são volumosos.



Em sua sala, existem ainda três lugares para usuários em atendimento. O setor está equipado com três computadores, duas impressoras matriciais, dois *scanners* e telefone, que fica sobre uma pequena bancada improvisada. Ao fundo, uma mesa para coleta de impressões digitais funciona em um espaço estreito, atrás de uma porta desativada e com uma pequena prateleira que serve de apoio a produtos de limpeza para os dedos dos atendidos na sede. Devido à sujeira do mata-borrão, os materiais de coleta das digitais são acondicionados sobre um pedaço de papelão. Falta pintura a algumas partes da parede da sala e junto a ela há um quarto subutilizado como depósito para móveis sem uso no Instituto, que ficam cobertos por plásticos. Um aparelho de ar-condicionado praticamente sem carcaça funciona ali, sobre um armário em que são guardados materiais de uso geral, incluindo pesticidas.



Imagem 31: Mesa com materiais para coleta de impressões no local e quarto anexo que funciona como depósito para móveis não utilizados na sala do Setor de Comunidade.

SALA DE PERMANÊNCIA

As salas do Setor de Comunidade e da Identificação Criminal localizam-se ao fundo do saguão principal. Entre elas, encontra-se a sala da Permanência do IITB, na qual os agentes da Polícia Civil que fazem a segurança da sede em plantões podem repousar, principalmente no período noturno. A sala é simples. Nela há dois beliches, um deles sem nenhum colchão, duas cadeiras, um frigobar e uma mesa, que serve para o lanche e café.



Imagem 32: Sala de Permanência dos agentes policiais.

SETOR DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

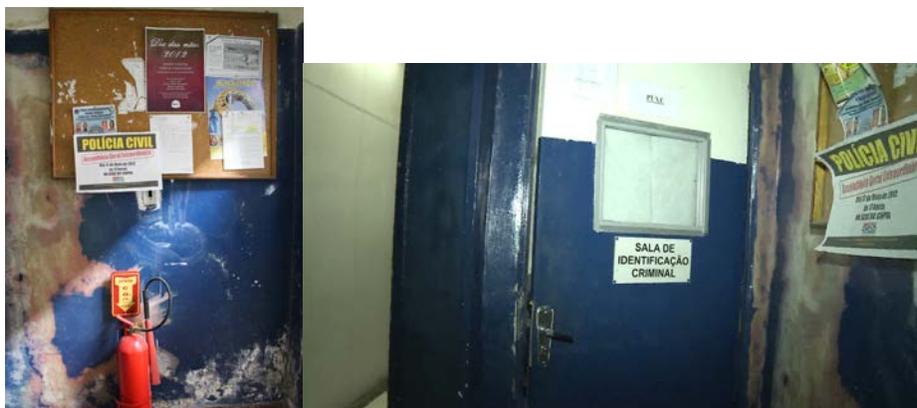


Imagem 33: Passagem entre o galpão (esq.) e porta da Sala de Identificação Criminal.

As viaturas que trazem custodiados para a realização do registro criminal estacionam no pátio lateral ao do IITB. Escoltados por policiais civis, os prisioneiros fazem um trajeto curto pelo galpão do Instituto até uma pequena passagem que dá acesso reservado ao Setor de Identificação Criminal. A discricção seria maior se, como já foi dito, não se cruzasse o caminho para os únicos banheiros disponíveis no andar térreo do Instituto Tavares Buril.



Imagem 34: Sala de Identificação Criminal a partir da porta de entrada de custodiados.

Ao ingressar pela porta que é puxada pelo policial, os detidos se deparam com a única sala do prédio a possuir piso vermelho de dois tipos e tonalidades. O piso da parte central da sala é mais antigo, escuro e desgastado. Próximo às extremidades, é de uma cerâmica mais recente e de cor mais vívida. Cogita-se que, no passado, algo instalado no centro teria impedido a troca do piso nesta área.

Junto à porta, há três assentos estofados. As mesas sobre as quais ficam computadores, impressoras e papéis separam as três poltronas giratórias reservadas aos peritos papiloscopistas do vão por onde os presos circularão durante os procedimentos. Por trás de uma das mesas, uma câmera profissional está ajustada sobre um suporte a cerca de um metro e meio do chão. Uma tampa com o nome Nikon protege a lente dela. Há um flash sobre o

equipamento que aponta para a mesma parede em que está a porta que acabaram de atravessar.



Imagem 35: Câmera e quadro de medição antropométrica.

Ali, um pôster de papel plastificado com manchas amareladas e as insígnias da Polícia Civil e do Instituto de Identificação marcam com grandes fontes intervalos de cinco centímetros entre 1,40 e 2 metros. Sob ele, há uma régua antropométrica e algumas manchas brancas resultantes do descascamento da tinta azul-marinho que cobre um metro e sessenta centímetros das paredes da sala. Nesta mesma parede, está chumbado um cano metálico de aproximadamente duas polegadas, as algemas o envolvem.

Abaixo do cano, há uma pequena mesa coberta por plástico preto sobre o qual ficam materiais de coleta de impressões digitais. Junto à mesa, há um cesto de lixo e uma pia com torneira e garrafas de detergente líquido sobre ela. Algumas cantoneiras fixadas no encontro entre duas paredes suportam outros materiais. Um armário de duas portas está próximo à pia, a da direita encosta na pia se for aberta totalmente. Dentro dele, mais materiais; sobre ele, duas maletas pretas, alguns fios, um saco plástico branco fechado,

uma pasta amarela, uma impressora a jato de tinta desativada e um rolo de material cinza-escuro, provavelmente, feltro.

Outra mesa do mesmo tipo daquela em que se realiza a coleta de impressões digitais, porém sem a cobertura plástica, fica ao lado do armário. Nela há uma resma de papel e uma grande impressora. A sua impressão é a laser e colorida. Ela é a única do Instituto com essa capacidade e, por isso, peritos de diversos setores a utilizam através da rede para imprimir laudos, retratos falados e fotografias. Como aquelas que podem ser vistas atrás do perito, na única janela da sala que, por estar sempre fechada, virou um mural. São vários rostos, alguns repetidos, que estão ali à espera de ter um registro criminal próprio sob o artigo 297, falsificação de documento público. Do lado direito do mural, um aparelho de fax suspenso em uma prateleira sobre uma máquina destruidora de documentos. Do outro, uma porta branca. Quem passa por ela, não está a caminho do Cotel, mas do saguão principal do Instituto de Identificação Tavares Buril.



Imagem 36: Lado da sala em que os custodiados são fotografados e têm suas impressões digitais coletadas.



Imagem 37: Mesas dos peritos, piso desgastado e a única impressora a laser colorida do instituto (dir.)

UNIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Os Setores de Recebimento e Protocolo, de Ofícios, de Estatística e o Núcleo de Análise e Monitoramento de Programas e Projetos da Unidade Técnico-Administrativa do IITB se reúnem em uma grande sala situada à direita do saguão principal do Instituto, do lado oposto ao da sala que congrega a maioria dos setores da Divisão de Processamento da Identificação Civil. A oposição não acontece apenas em relação à localização. Comparativamente, estes setores gozam de um ambiente espaçoso em razão de serem menos numerosos em seu quadro funcional e não padecerem da mesma setorização espacial de seus vizinhos de saguão.



Imagem 38: Balcão de atendimento interno (esq.) e espaço dos setores. Atendimento a ofícios e protocolos é feito pelo guichê localizado na mesa onde estão as mulheres de camisa verde.

Os peritos papiloscopistas que aqui estão lotados lidam com a parte administrativa e mais burocrática do Instituto Tavares Buriel. Lidam com protocolos de documentos, cuidam da triagem e encaminhamento de ofícios aos setores responsáveis, gerenciam as requisições de materiais, elaboram termos de referência, enfim, toda parte documental e de arquivo não relacionada, diretamente, à identificação. O recurso a caixas de papelão, porém, também é utilizado aqui para sua organização. Assim como o mobiliário de que dispõem aparentemente não satisfaz as exigências de suas atividades-meio.



Imagem 39: Amontamento de papéis sobre móveis e equipamentos, além do recurso a caixas de papelão aparentam mobiliário não adequado às demandas dos serviços. Junto ao pé da mesa (direita), observa-se desgaste do piso e parede.

Estão equipados devidamente com computadores e impressoras matriciais para a necessidade que têm de imprimir formulários contínuos. A informação sobre a satisfação de suas demandas

por softwares e sistema gerencial não foi obtida. Apesar de precisarem de fotocópias para seu serviço, tanto quanto os quadros da Divisão de Arquivo Civil e Criminal, por exemplo, são favorecidos, por abrigarem em seu espaço a única fotocopadora da sede do Instituto.



Imagem 40: Na sala, encontram-se a única fotocopadora do IITB e também instalações inadequadas de emaranhados de fios de rede.

Não se deve tirar dessa afirmação, porém, que se trata de privilegiados. Em suas instalações, encontramos sinais de precariedade na manutenção do prédio e inadequação ao ambiente de trabalho.



Imagem 41: Sob uma mesa, pedaços soltos do concreto do piso (esq.). Sob o ar-condicionado, marcas de infiltração de água.

Observam-se, em suas dependências, emaranhados de cabos de redes, marcas de infiltração nas paredes sob os aparelhos de ar-condicionado, pedaços do piso rachados, soltos e deteriorados, além de precariedade nas instalações elétricas e na iluminação, e até mesmo rachaduras na laje que sustenta o andar sob o qual estão.



Imagem 42: Iluminação alta, e com instalação elétrica precária, é compensada pela luminosidade externa das vidraças e do saguão. Nas dependências da seção, encontra-se rachadura na laje que sustenta o primeiro andar.

ACESSO E CORREDORES DO PRIMEIRO ANDAR

Parte considerável dos usuários que esperam no saguão do Instituto é atendida nas salas do primeiro andar, que abrigam, em sua maioria, as chefias das divisões e unidades do IITB. Uma emissão urgente de carteira de identidade ou declaração de antecedentes criminais exige, muitas vezes, o acesso da população a esse andar. Observou-se que tal acesso só pode ser feito através de escadas e que o prédio não dispõe de rampa, elevador ou nenhum mecanismo que possibilite a chegada de pessoas com limitações

motoras ou portadoras de deficiências ao pavimento superior. Não há dúvida de que um problema assim seria resolvido com o deslocamento dos peritos até onde estivessem essas pessoas.

Desta forma, o atendimento seria provido, mas não se solucionariam as falhas estruturais do edifício em relação à sua acessibilidade. Promover o acesso a todos significa mais que o atendimento a um interesse social, significa também proporcionar o direito de que a diferença física não implique desigualdade de condições. Destacamos ainda que a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu Artigo 11, Parágrafo Único, Inciso III, dispõe que, na construção, ampliação ou reforma de edifícios destinados ao uso coletivo deve ser observado que “pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei.”



Imagem 43: Corredores do primeiro pavimento do prédio frontal do IITB.

CHEFIA DA UNIDADE DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

Nos corredores que dão acesso às salas do primeiro andar, mais especificamente em sua parte que fica em frente à sala da chefia da Unidade de Técnica de Identificação Criminal (Uticrim), existem poltronas disponibilizadas aos usuários que geralmente esperam a conclusão dos procedimentos para obtenção de sua certidão de antecedentes criminais. As salas desta parte do Instituto caracterizam-se pelas suas dimensões reduzidas limitadas por divisórias de *eucatex*. Embora isso constitua um problema maior

naquelas das divisões e setores, onde até três funcionários chegam a dividir um espaço de aproximadamente 10 m² com o mobiliário disponível; na sala da chefia da Uticrim, o espaço também não fornece necessariamente conforto às atividades que ali são desenvolvidas. Já que, apesar de ser destinada apenas ao chefe da Unidade, na sala também são recebidos requisitantes que ali retiram os antecedentes criminais assinados por ele e também acontecem reuniões em torno de uma mesa redonda, que fica a maior parte do tempo encostada em uma parede para viabilizar a passagem pela sala e é arrastada para que os participantes possam sentar em seu entorno nessas ocasiões.

Dinarte Fernandes Júnior, chefe da Uticrim, tem à sua disposição um aparelho de fax, um computador, sobre cuja CPU há um *scanner*, uma impressora matricial e uma máquina destruidora de documentos. Nota-se ainda que na sala há um pequeno televisor e um frigobar que foram provavelmente adquiridos por ele mesmo. Isso é um costume recorrente em diversos setores do IITB, através do qual os funcionários buscam obter um ambiente de trabalho um pouco mais confortável e evitar deslocamentos pelo prédio para beberem água. Tais eletrodomésticos certamente não apenas facilitam a satisfação de suas necessidades, como também ocupam precioso espaço nas dependências mais reduzidas.



Imagem 44: Sala da Chefia da Unidade Técnica de Identificação Criminal.

Um condicionador de ar climatiza a sala. Sua instalação na parede tem aspecto precário. Observa-se precariedade também no teto de gesso, onde existem vãos e rachaduras cobertos por fitas adesivas que evitam a passagem das sujeiras existentes sobre o forro, e em certos locais das paredes em que há infiltrações.



Imagem 45: Aparelho de ar-condicionado da sala da Uticrim apresenta instalação precária. À direita, vãos e rachaduras do teto de gesso são vedados com fitas adesivas.

SETOR DE IDENTIFICAÇÃO NEONATAL

O Setor de Identificação Neonatal fica na sala ao lado. Trata-se de uma pequena sala na qual trabalham três peritas papiloscopistas. Este tipo de identificação é uma inovação do IITB e foi recentemente implantado. Nesta sala, executa-se a coordenação de suas atividades, como treinamentos de enfermeiras de maternidades para a coleta da impressão da planta dos pés de recém-nascidos e de digitais de suas mães; recebimento das fichas de identificação das maternidades do Estado e classificação das impressões para arquivamento. Computadores, impressoras e uma multifuncional compõem seu equipamento.

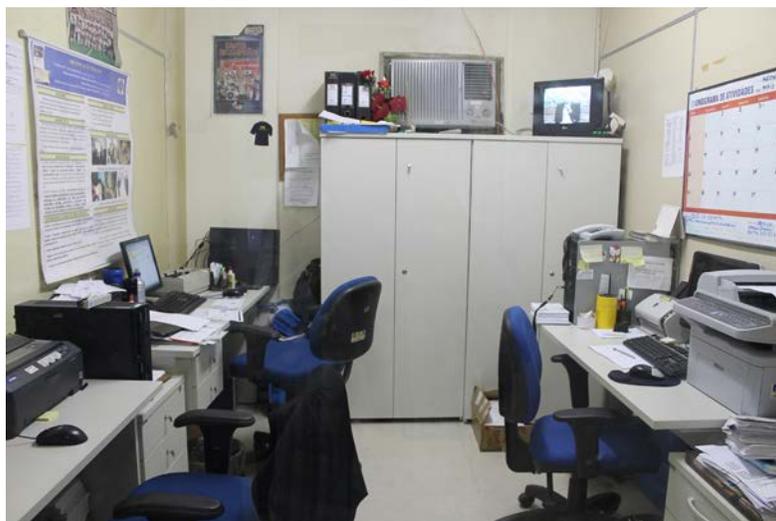


Imagem 46: Sala do Setor de Neonatal.

DIVISÃO CRIMINAL E DIVISÃO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO

Nas salas vizinhas, encontram-se respectivamente a Divisão de Processamento da Identificação Criminal (Dicrim), a Divisão de Coordenação do Atendimento Comunitário (Divac) e o Setor de Retificação e Cancelamento da Divisão de Processamento da Identificação Civil. Trata-se de salas um pouco maiores que a do Setor de Neonatal e seguem um certo padrão na disposição de seu mobiliário e equipamentos. Cada uma também é dividida por cerca de três pessoas. Nota-se em todas essas salas que a iluminação é fixada no alto de uma das paredes ao invés de ficarem no teto.



Imagem 47: Salas da Dicrim (esq.) e Divac.



Imagem 48: Setor de Retificação e Cancelamento da Unidade de Identificação Civil.

CHEFIA DA UNIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Dobrando o corredor do pavimento superior, encontram-se as salas das chefias da Unidade Técnico-Administrativa (Unitad) e da Divisão de Processamento da Identificação Civil (Diric). A Unitad divide o espaço com o pequeno Setor de Estatística do IITB, formado por apenas uma perita papiloscopista. Trata-se de salas maiores, apesar de servirem a menos funcionários que as anteriormente descritas. Por tais motivos, são mais confortáveis. Outra diferença em relação às demais é a existência de aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*, mais compactos, silenciosos e cuja instalação exige menos intervenção física no ambiente – evitando buracos nas paredes e vãos para o espaço exterior.



Imagem 49: Sala da Divisão de Processamento da Identificação Civil com teto de isopor vedado por fitas adesivas (direita).

Vale a pena ressaltar que as atividades desenvolvidas nessas salas não envolvem a manipulação do volume de documentos, como foi observado em outras, o que colabora para um aspecto mais organizado e um ambiente mais espaçoso, sem pilhas de papéis em caixas de papelão sobre o chão ou mobiliário. Há algumas diferenças entre as duas salas. Enquanto na da Diric encontramos o forro do teto feito em isopor e o recurso às fitas isolantes para vedação contra a sujeira existente sobre ele, na Unitad, o forro já é feito de placas de PVC encaixáveis. Nesta última, também encontramos uma televisão LCD.



Imagem 50: Sala da chefe da Unidade Técnico-Administrativa.

CHEFIA DA UNIDADE TÉCNICA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

A sala da chefe da Unidade Técnica de Identificação Civil (Utic) localiza-se no final do corredor. Além de Rosilene Albuquerque, chefe da Utic, o ambiente serve a mais um funcionário desta Unidade. Trata-se de uma sala maior que as outras, tendo inclusive um pequeno cômodo em anexo. A sala também possui uma mesa para reuniões como a Unidade de Identificação Criminal, porém, nela existe espaço adequado para sua utilização.



Imagem 51: Sala da Unidade Técnica de Identificação Civil, com mesa para reunião (direita).

GABINETE DO GESTOR

Junto à Utic, encontra-se o gabinete do gestor do Instituto, sua secretaria e o auditório do Instituto. O gabinete do gestor funciona em uma sala destinada somente a ele, diferenciada em sua amplitude. Possui mesa para realização de reuniões e mobiliário

semelhante ao encontrado nas demais divisões do instituto, com a exceção de um móvel na parede dos fundos da sala destinada a objetos de decoração.



Imagem 52: Ambiente de trabalho do Gestor do Instituto.

Em frente ao seu gabinete, funciona a secretaria que lhe presta apoio. Neste espaço, encontramos algumas poltronas que servem para a espera de visitantes e a mesa de sua secretária. Há também um espaço recuado destinado somente a um geláguia.



Imagem 53: Espaço da Secretária do Gabinete do Gestor.

Em uma sala adjacente à secretaria, funciona um setor de apoio destinado também ao atendimento do público que procura o IITB com necessidade de urgência na emissão de identidade. Ali, encontramos duas mesas para trabalhos de técnicos, alguns assentos para pessoas que estão sendo atendidas e quadros com antigos gestores do Instituto em uma de suas paredes. Nesta mesma parede, há uma porta que dá acesso a um sanitário, no qual se encontra um aviso de seu uso exclusivo pelo diretor do Instituto.



Imagem 54: Sala adjacente à Secretaria do Gestor do IITB. À direita, parede com quadros dos antigos diretores e usuários em atendimento.

A porta que pode ser vista à esquerda na imagem acima dá acesso ao auditório do Instituto Tavares Buril.

AUDITÓRIO



Imagem 55: Ambiente do Auditório do Instituto.

Trata-se de uma sala da mesma dimensão que o gabinete do gestor. Essas duas salas são separadas por uma parede ocupada por grandes janelas de vidro cobertas por cortinas. Existem cerca de 40 assentos no auditório, além de uma pequena mesa, um armário e um quadro branco para apresentações, ao lado do qual se observa um crucifixo. Um grande móvel ocupa a parede dos fundos da sala. Sobre ele, encontram-se diversos troféus de campeonatos esportivos e uma impressora a laser que é compartilhada em rede por todos os setores do primeiro andar. Dois aparelhos de ar-condicionado de parede cuidam da climatização da sala. O ambiente

apresenta sinais de degradação, como as placas deslocadas de seu forro e marcas de infiltração na parede ao fundo. No canto direito desta parede, uma linha pode ser vista. Trata-se de parte do reboco que se desfez em consequência da umidade provocada pela infiltração. A iluminação da sala é feita por simples lâmpadas fluorescentes, cujos bocais pendem do teto sustentados pelos próprios fios das instalações elétricas. Em nossa visita, funcionários do Instituto realizavam uma reunião em torno da mesa da sala.



Imagem 56: Detalhe de infiltração na parede ao fundo do Auditório.

COPA



Imagem 57: Ambiente da cozinha da Copa do Instituto.

A copa do Instituto Tavares Buril também se localiza no pavimento superior do prédio. Trata-se de uma sala reduzida, menor do que alguns dos escritórios visitados, com duas dependências anexas. Em uma delas, está instalada uma pequena cozinha, com pia, balcões, micro-ondas, fogão de quatro bocas e botijão de gás. Uma caixa de papelão com um saco plástico é improvisada como lixo. Embaixo da pia, prateleiras feitas de alvenaria e sem nenhuma proteção servem de depósito para panelas, garrafões de água mineral e outros utensílios. A cozinha tem uma aparência de recém-reformada, parte de suas paredes é coberta por azulejos. De uma de suas tomadas é puxada uma extensão elétrica que serve à geladeira e uma pequena televisão que fica sobre ela, no refeitório. Ao lado da geladeira, que possui um cadeado de proteção, um pequeno armário de escritório serve para acondicionar pratos, talheres e outros objetos e mantimentos. Duas mesas retráteis de metal, do tipo que era utilizado em bares, são juntadas e fazem a vez de local para refeições.



Imagem 58: Geladeira da copa, cadeado de proteção e televisão. À direita, suas instalações elétricas.

O espaço do refeitório é extremamente pequeno e é insuficientemente equipado para o uso dos quase 140 funcionários que trabalham na sede do Instituto. Por isso, explica-se a estratégia adotada pelos funcionários de improvisarem em seus próprios espaços de trabalho pequenas copas em diversos setores. Essas copas contêm frigobares, micro-ondas e até mesmo pias, equipamentos bancados através de cotas feitas entre os próprios funcionários. É importante salientar que a falta de uma melhor estrutura neste aspecto foi mencionada por alguns deles como um fator de melhoria no ambiente de trabalho. É o que se observa no trecho a seguir, colhido de um dos depoimentos: “Se você tivesse aqui, por exemplo, um vestiário, uma copa, acho que seria melhor. Porque o expediente aqui vai de sete às quatorze (sic) e você poderia almoçar se você tivesse um espaço. E não ficar fazendo refeição junto de arquivo...”



Imagem 59: Espaço da Copa destinado às refeições.

A outra dependência anexa à copa também tem a aparência de ter sido recentemente reformada. É um misto de área de serviço e banheiro. Uma porta o separa do refeitório. Suas paredes são completamente revestidas por azulejos e há um chuveiro precariamente instalado com encanamento externo às paredes. Há uma elevação no piso que separaria a área do banho e impediria o escoamento da água para outros lugares que não o ralo existente ali. Aparentemente, porém, o local não é utilizado para essa finalidade, já que materiais e utensílios para limpeza, além de uma escada e caixas com embalagens de papel higiênico, ali encontrados, indicam que este anexo funcione mais como um depósito. Certamente pela inadequação de sua localização para um banheiro ou vestiário, visto que está no ambiente da copa.



Imagem 60: Aspecto do depósito existente na dependência anexa à Copa do Instituto. À direita, cano externo é uma instalação improvisada para um chuveiro.

Outro aspecto da copa é a existência, tanto na cozinha quanto neste anexo, de pequenos vitrôs que dão para o galpão que forma a parte posterior do edifício do Instituto Tavares Buriel. Na realidade, no depósito descrito há apenas um vão na parede sem nenhum tipo de separação como uma janela. A importância desta característica é o fato de que esta área, que seria destinada à preparação de alimentos e realização de refeições, fica sujeita à invasão dos elementos apontados como problema mais grave das instalações do Instituto de Identificação Tavares Buriel: os pombos.

GALPÃO



Imagem 61: Pombos habitam as instalações do IITB, sobretudo o galpão que constitui a parte posterior do edifício.

Os pombos habitam o imenso galpão que se constitui na parte posterior do edifício do Instituto Tavares Buril. O galpão é legado dos tempos em que funcionava no local uma fábrica de refrigerantes, finalidade para a qual a edificação foi evidentemente projetada e construída, mantendo até hoje tal aspecto. É dentro deste espaço que está uma estrutura térrea erguida por paredes de alvenaria, forradas por placas de PVC e repartidas por algumas divisórias de fibras de madeira tipo eucatex. Nelas estão abrigados os arquivos com todas as identificações civis e históricos criminais já existentes em Pernambuco. Os problemas encontrados nesta parte do edifício são tantos e de tal gravidade que o tornam totalmente inadequado às atividades do Instituto. O estado das instalações aí existente demonstra que a adaptação da estrutura existente ao funcionamento do IITB foi superficial, improvisada e, infelizmente, contradiz completamente com o que diz a placa citada no início deste capítulo.



Imagem 62: Sujeira formada por fezes e penas de pombos se acumula com o tempo sobre os forros dos arquivos do Instituto Tavares Buril e se constitui em focos de contaminação e ameaça à saúde de seus funcionários.

A estrutura não apenas fornece um ambiente de trabalho péssimo aos peritos papiloscopistas, como também altamente nocivo à sua saúde. O motivo principal, como já foi dito, são os pombos que habitam o local. Eles podem ser vistos facilmente, cruzando

o amplo espaço do galpão em seus voos ou pousados nas vigas que atravessam a estrutura. Suas fezes e penas estão espalhadas por diversos lugares: chãos, paredes e sob os forros dos tetos, tanto dos ambientes dos Arquivos Cíveis e Criminais, que descreveremos adiante, nos quais são visíveis, quanto aqueles de isopor, gesso ou PVC localizados sobre as salas descritas anteriormente.

As tentativas de vedação das brechas com fitas adesivas plásticas refletem uma preocupação cabível dos trabalhadores do IITB. Embora diminuam as chances de contaminação por graves doenças respiratórias⁴ que as fezes desses animais podem provocar, não são uma real solução ao problema. Os pombos não são um problema isolado do IITB, mas estão associados a outras deficiências de sua estrutura física, que também agravam os riscos aos trabalhadores do Instituto. Daremos o tratamento a essa questão progressivamente, quando tratarmos propriamente das instalações físicas dos setores de Arquivo Cível e Criminal.

⁴ Segundo o artigo “Pombos: conheça os riscos que eles trazem para a saúde” (RECIFE, 2011) esses animais, além de “danificar as estruturas dos prédios,” tornaram-se um grave problema de saúde por terem se tornado, em mios urbanos, vetores de graves doenças, que podem levar-os à morte ou deixar sequelas. Dentre elas, destacam-se:

- Salmonelose: doença infecciosa provocada por bactérias. A contaminação ao homem ocorre pela ingestão de alimentos contaminados com fezes animais;
- Criptococose: doença provocada por fungos que vivem no solo, em frutas secas e cereais e nas árvores; e isolado nos excrementos de aves, principalmente pombos;
- Histoplasmosose: doença provocada por fungos que se proliferam nas fezes de aves e morcegos. A contaminação ao homem ocorre pela inalação dos esporos (células reprodutoras do fungo);
- Ornitose: doença infecciosa provocada por bactérias. A contaminação ao homem ocorre pelo contato com aves portadoras da bactéria ou com seus dejetos;
- Meningite: inflamação das membranas que envolvem o encéfalo e a medula espinhal.

BANHEIRO



Imagem 63: Ambientes do banheiro feminino existente no pavimento superior do prédio principal do Instituto Tavares Buril.

Há uma passagem do pavimento superior do prédio principal do Instituto que dá acesso ao galpão. Antes que se adentre no prédio posterior, há ainda sanitários destinados exclusivamente ao uso feminino. Diferentemente dos encontrados no térreo, o ambiente é mais adequado ao uso e preservado. Também aparenta ter sido reformado recentemente. Possui chuveiro para uso dos funcionários e dois vasos em cabines individuais. A única ressalva fica por conta da indisponibilidade de papel absorvente ou toalha na pia para enxugamento das mãos no momento do registro.

GALPÃO



Imagem 64: Vista do galpão e da estrutura que abriga o Arquivo de Identificação Civil do IITB.

Ao prosseguir pela passagem, acessamos o galpão por um caminho suspenso e do qual pode-se ter a ideia da dimensão da estrutura. As dependências dos Arquivos podem ser vistas de cima. Observa-se uma infinidade de cabos presos ao telhado do galpão que dão sustentação ao teto da construção. Pode-se perceber que uma parte mais próxima deste é formada por vigas de madeira entrelaçadas. Esta área tem seu forro composto de placas de gesso, enquanto o resto da cobertura é feito de placas de PVC. Uma trama de canos metálicos, conduítes amarelos e algumas calhas de metal também são notadas com um olhar mais atento. Por elas passam os fios das instalações elétricas da estrutura.

Alguns detalhes também adiantam problemas nas instalações do local. Percebe-se uma série de combogós nas paredes à esquerda, próximos ao teto do galpão, além de janelas abertas ao fundo. Trata-se, provavelmente, de meios de acesso para pombos às dependências e o principal empecilho ao controle dos animais dentro do Instituto. O lugar é bem iluminado pela luz natural externa que entra no recinto pelas telhas translúcidas posicionadas verticalmente entre os desníveis das telhas metálicas. Ao fundo, pode-se ver que um grande plástico preto tenta barrar, em vão,

uma passagem para o exterior do edifício enquanto é sacudido e se eleva pela força do vento. Mais uma passagem para os pombos. Nesta distância também se nota uma diferença de altura na continuidade do forro das instalações dos arquivos, através da qual se revela parte de seu interior, particularmente algumas das lâmpadas que iluminam o ambiente. Em alguns locais, mais plástico preto substitui o teto da estrutura. Mais do que guardar os arquivos das sujeiras produzidas pelos pombos, os plásticos tentam também os proteger das águas das goteiras das chuvas que penetram por falhas no telhado do galpão. É possível reparar também que as bordas do teto de PVC nessas áreas encontram-se retorcidas, danificadas.



Imagem 65: Detalhes do teto das instalações do arquivo. Conduítes e fios metálicos que dão sustentação ao forro ficam mais evidentes. À esquerda, abertura na parede coberta por plástico preto, que também existe na cobertura de falhas do teto.



Imagem 66: Paredes que separam galpão do prédio principal do IITB. À esquerda, passagem suspensa de concreto que liga seu primeiro andar ao do anexo existente dentro do galpão.

Nas paredes do galpão que o separam do prédio principal, há fios das instalações elétricas do Instituto. Verificam-se janelas de algumas salas do primeiro andar – particularmente a do Setor de Digitação e dos anexos da Copa e da sala da chefia da Utic os suportes de alguns de seus aparelhos de ar-condicionado. Algumas colunas estão manchadas. As manchas mais escuras são camadas de musgo cultivadas pela umidade provavelmente produzida por alguma passagem das águas da chuva aí existentes. As manchas mais claras são causadas por desgaste na pintura ou reboco das colunas, possivelmente com a mesma causa. A passagem suspensa vinda do primeiro andar do prédio principal é vista à esquerda da imagem acima, com o parapeito azul.

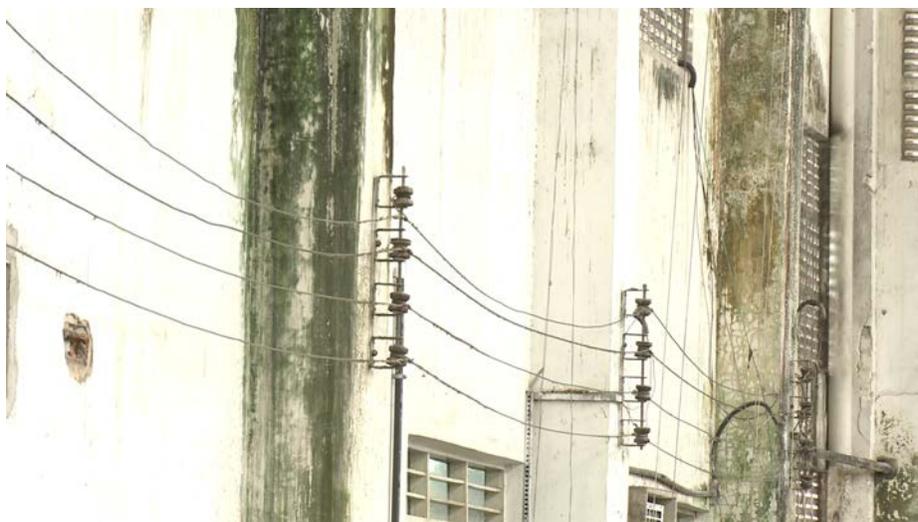


Imagem 67: Detalhe das instalações elétricas, colunas do galpão cobertas de musgo e com cobertura desgastada.

SETOR RASTRO

As instalações dos arquivos não são a única estrutura existente dentro do galpão. Em seguimento, chega-se a um pequeno prédio no primeiro andar. No corredor, a primeira sala pertence ao Setor Técnico-Científico de Perícia Papiloscópica, mais conhecido como Rastro. Este setor pertence à Divisão de Identificação Criminal e os peritos papiloscopistas que nele atuam são responsáveis

pelas perícias de descoberta e identificação de impressões digitais, ou seus fragmentos, em local de crime, também chamadas de “impressões latentes,” isto é, invisíveis a olho nu, sendo necessárias sua revelação e extração através da aplicação de pós sobre as superfícies das evidências ou em processo de aplicação de outras substâncias em laboratório.

O setor possui duas dependências, todas elas são cobertas por forros de PVC e climatizadas por aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*. A primeira delas é uma espécie de escritório, com cinco mesas e dois arquivos. É nela que os peritos fazem suas pesquisas e preparam os laudos das perícias realizadas em três computadores equipados com *scanners*. De acordo com um dos peritos, esse número de aparelhos é insuficiente para a demanda que experimentam no setor, sendo necessário mais um ou dois deles.



Imagem 68: Sala de digitação de laudos da equipe do Rastro.

Uma divisória separa esta sala do laboratório de que se utilizam os peritos para a revelação de impressões digitais, através de reagentes químicos, em objetos encontrados em locais de crime. As instalações do lugar são inadequadas ao laboratório e sua

demanda. O que mais chama atenção no local é a quantidade de objetos amontoados em um canto da sala, sobre uma bancada de madeira e pelo chão. Trata-se de objetos trazidos de locais de ocorrências que foram periciados no laboratório e no momento aguardam sua devolução às autoridades da Polícia Judiciária.



Imagem 69: Evidências armazenadas no mesmo ambiente do laboratório do Setor Rastro.

Este é o único local disponível para seu armazenamento e é claramente insuficiente para o volume de trabalho. “A gente traz de cada local (de crime) entre quatro e cinco objetos. A gente vai para cerca de quatro a cinco locais por dia. Veja a quantidade de objetos que são trazidos para fazer perícia,” relata um perito. De acordo com outro perito do setor, o armazenamento de evidências periciadas no mesmo ambiente do laboratório “tumultua um pouquinho” o ambiente. Embora com a aparente desorganização, os peritos afirmam que os objetos estão devidamente ordenados. Aqueles em que impressões digitais foram descobertas, encontram-se protegidos por sacos plásticos, são fotografados e estão devidamente acompanhados dos ofícios para que sejam encaminhados às delegacias responsáveis. Preserva-se, assim, a cadeia de custódia das

provas materiais. A organização e necessidades do setor em relação ao armazenamento das evidências se revelam no seguinte trecho das conversas entre pesquisador e peritos:

Pesquisador: Quais seriam as condições ideais (de armazenamento)?

Perito 1: Uma sala de evidências, como se fosse um almoxarifado. Com prateleiras onde a gente pudesse organizar melhor e catalogar. Uma sala de evidências que a gente, infelizmente, não tem por enquanto.

Pesquisador: Aqui vocês não catalogam, então?

Perito 2: A gente cataloga, sim. Tanto é que eles ficam com os ofícios já. Eles ficam todos numerados. Eles já estão todos periciados. As impressões já foram coletadas. Eles estão todos nos arquivos, todos organizados. O interessante seria que nós tivéssemos uma sala de evidências porque não ficaria dentro do laboratório. Periciou, usou, vai para a sala de evidências e, depois, para a delegacia.



Imagem 70: Perito exhibe um ofício que acompanha as provas periciadas para devolução à Polícia Civil. À direita, falta de uma sala de evidências faz com que objetos periciados sejam armazenados atrás da porta de entrada da sala de preparação de laudos do Rastro.

Segundo as informações coletadas, os objetos trazidos dos locais de ocorrência de crimes são periciados praticamente no mesmo dia. Aqueles que estão passando por perícias geralmente ficam dentro dos equipamentos existentes no laboratório. A manipulação dos objetos é feita em uma bancada de pedra, na qual há duas pias com torneiras. Nas imagens a seguir também se pode observar

que as evidências praticamente disputam os espaços disponíveis na bancada com outros equipamentos.



Imagem 71: Sobre a bancada, nota-se uma caixa com objeto a ser periciado, em um vão existente entre as pias e uma capela utilizada para a revelação de impressões.



Imagem 72: Equipamentos utilizados para as perícias. Nesta imagem, uma câmara vertical de fumigação por aquecimento de substâncias e luzes para revelação de impressões. À esquerda, vê-se um arquivo e uma pilha de pastas, contendo documentos em um espaço sobre a bancada.

A falta de espaço no setor também é demonstrada pela existência de um arquivo destinado a casos resolvidos e em andamento

junto à bancada. Sobre ele, os peritos depositam materiais diversos: caixas com prontuários de identificação civil ou criminal, contendo impressões digitais para realização de comparações, embalagem de produtos de limpeza e odorizadores de ambiente e pastas. Uma pilha de pastas amarelas também é notada sobre a bancada em um espaço existente atrás do referido arquivo.



Imagem 73: Arquivo no laboratório do setor.

Em relação à segurança que tal ambiente demanda, há um extintor disponível no laboratório. A passagem para uma saída de emergência existente no laboratório, porém, obstruída e, em uma eventualidade do tipo, os peritos teriam que abandonar o lugar através da porta comum de acesso ao laboratório. O caminho da saída de emergência é interrompido por maletas usadas nas perícias em locais de crime que se encontram pelo chão e em uma prateleira. Além das maletas, dois colchões e uma cama de madeira utilizados pelos peritos para repousar durante as jornadas de seus plantões impedem completamente a saída direta para o corredor. Outro colchão também ocupava o chão da pequena sala anexa ao laboratório destinada ao uso de luz forense na revelação de impressões latentes.



Imagem 74: Na imagem à esquerda, o extintor de incêndio do laboratório e a passagem para sua saída de emergência impedida pelas maletas e colchões. No chão da sala de luz forense, também foi encontrado um colchão. A pequena sala serve como dormitório improvisado para os plantões dos peritos (direita).

A inadequação da presença de tais objetos em um lugar como um laboratório é reconhecida pelos peritos papiloscopistas do Rastro. Perguntado sobre o motivo de ali estarem, a resposta de um dos peritos foi: “Não possui dormitório adequado que caiba todo mundo que está de plantão ao mesmo tempo no IITB, então por isso o pessoal tem que improvisar por aqui.” Nessas situações, os próprios birôs da sala de preparação dos laudos técnicos chegam a ser utilizados como cama. Segundo as informações obtidas no Instituto Tavares Buril, entre nove e onze pessoas de setores diversos fazem plantão noturno diariamente.

Como foi já descrito anteriormente, na sala da Permanência há apenas quatro leitos divididos em dois beliches, apenas dois colchões eram disponibilizados no local. O Rastro tem quatro peritos em seu plantão diário realizado na sede do Instituto. O setor tem um dormitório exclusivo para a sua equipe. Sua não utilização, porém, no momento, se devia por, na época da visita ao IITB, se enfrentar um período de chuvas e as goteiras do aposento impossibilitarem seu uso. “Na realidade, quando tiver um dormitório adequado, isso tudo sai daí,” disse o mesmo perito.



Imagem 75: Dormitório destinado à equipe do Rastro é inutilizado durante períodos de chuvas devido à existência de goteiras.

Em relação a equipamentos, os peritos se dizem bem servidos. O laboratório conta com duas câmaras verticais de fumigação⁵ por aquecimento e uma capela de exaustão (Figuras ...) para revelação de impressões digitais latentes em objetos encontrados em locais de crime. O processo de fumigação consiste na vaporização de cianoacrilato⁶ através de seu aquecimento. O uso desta substância é feito geralmente na capela, cuja exaustão a direciona para o exterior do Instituto onde se dissiparia com a ventilação do ambiente externo. Pelas características da substância, que se solidificaria em contato com a água presente no ar, presume-se que sua instalação esteja adequada para a devida evacuação dos vapores produzidos no laboratório.

⁵ Fumigação é um processo de utilização de substâncias voláteis sobre materiais e objetos realizados em um ambiente isolado hermeticamente.

⁶ É a mesma substância presente nas colas instantâneas. Em contato com água, presente nos resíduos deixados pelo contato das papilas dos dedos com objetos, o cianoacrilato se condensa e permite aos peritos o processo de impressão do desenho datiloscópico em uma superfície de papel ou simplesmente possibilita sua visibilidade para que seja fotografado para, assim, se prosseguir com o procedimento de confronto ou comparação entre impressões.



Imagem 76: Laboratório do Rastro visto da área externa lateral do Instituto Tavares Buril. À direita da imagem, identifica-se a chaminé pela qual as substâncias utilizadas na capela de exaustão são liberadas no ambiente externo.

O Setor do Rastro dispõe ainda de máquinas fotográficas digitais profissionais e de qualidade e de nove maletas com materiais adequados para o levantamento de impressões digitais em locais de ocorrência criminal. Segundo informações dos peritos, cinco destes *kits* teriam sido adquiridos através da Secretaria de Defesa Social e quatro foram fornecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Dentre os materiais existentes nas maletas de operação de campo, além de luvas e sacos plásticos para manipulação e transporte de objetos, contendo possíveis evidências, haveria lanternas de luz ultravioleta, reagentes, pós, pincéis, lupas, equipamentos de proteção individual e um netbook equipado com software específico para trabalhar impressões digitais. Um dos peritos que prestaram informações à equipe da pesquisa, afirmou:

Está faltando só o comparador ótico e o *crimescope*.⁷ Mas já está em licitação, o projeto já está inclusive até empenhado.

⁷ *Crimescope* é uma espécie de lanterna que provoca uma resposta luminosa de vestígios latentes quando estes recebem a luz especial que emite. O equipamento possui diversos filtros que permitem a visualização e detecção de impressões digitais, resíduos de pólvora, etc.

Mas dá para suprir, porque a gente tem luzes que também fazem o mesmo papel do *crimescope* que dá para fazer o local (de crime). [...] Nosso problema é de estrutura física adequada. Quanto a material, não deixa a desejar a ninguém. Para fazer qualquer tipo de local, nós temos material adequado. Nós estamos bem equipados de materiais.



Imagem 77: Maleta para busca de impressões digitais em locais de crime fornecida pela Senasp (esq.), com material destinado a perícias em geral, e adquirida pela SDS através de termo de referência, específica para perícias datiloscópicas.

CPD CRIMINAL

O Setor do Rastro localiza-se no mesmo corredor em que estão os setores de Digitalização e Atualização de Cadastro Criminal (CPD Criminal) e de Representação Facial Humana (Retrato Falado). A separação das salas também é feita por divisórias. No corredor, há um quadro de energia elétrica, abaixo do qual está um extintor. Sua iluminação é feita por uma pequena lâmpada fluorescente que pende do teto por fios. Não há forro abaixo do telhado, que é feito de chapas de metal. Uma de suas paredes é vazada por combogós.



Imagem 78: Aspecto do corredor que dá acesso aos setores do andar superior prédio localizado dentro do galpão do IITB. Ao fundo, vê-se a saída de emergência do laboratório do Rastro.

O CPD Criminal se situa em uma sala relativamente ampla que possui forro de PVC, é climatizada por um aparelho de ar-condicionado do tipo *split* e iluminada por cerca de nove lâmpadas fluorescentes compactas instaladas no teto. Em seu centro, há duas mesas juntas sobre as quais ficam algumas pilhas de documentos. Nas laterais da sala, há outras mesas posicionadas lado a lado. Sobre elas, estão oito computadores, cada um é equipado com monitor LCD, impressora matricial e *scanner* de mesa. Esses equipamentos servem para que a equipe do setor alimente o sistema de cadastros criminais do Instituto Tavares Buril, atualizando e fazendo a abertura de cadastros, além de emitir antecedentes criminais – cuja impressão é feita em formulários contínuos. Ao contrário do Setor de Cadastro da Divisão de Processamento da Identificação Civil, os funcionários que aqui atuam não são terceirizados.



Imagem 79: Ambiente da sala pertencente ao Setor de Digitalização e Atualização de Cadastro Criminal (CPD Criminal).

Junto às paredes não ocupadas pelas mesas de trabalho dos peritos papiloscopistas, há dois móveis com prateleiras divididas que organizam a grande quantidade de documentos que determinam as atualizações dos dados do sistema de registros criminais. O setor recebe ofícios de juízes de todas as Varas Criminais do Estado com comunicações de sentenças, abertura para cadastro criminal e exclusões de prontuários. A sala também dispõe de uma impressora a laser, armários e um arquivo. Nela, também encontramos um geláguia e uma geladeira que serve para armazenar alimentos trazido pelos peritos.

SETOR DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA

As dependências do Setor de Representação Facial Humana não puderam ser registradas em imagens pela equipe. No momento da visita, uma vítima estava sendo atendida para realização de retrato falado de um criminoso. Nessas ocasiões, a sala é trancada, sendo impedida a interrupção do processo e o acesso de outras pessoas à sala que não o perito responsável pela construção da representação facial do suspeito e das testemunhas ou vítimas. O pesquisador, porém, pode visitá-la em outra ocasião. Apesar da atividade diversa e delicada nela desempenhada, a sala tem o mesmo aspecto dos outros escritórios do Instituto. Possui mobiliário simples, com uma mesa para computador e outra livre, além das cadeiras de assento azul como as observadas em todos os setores do IITB.

O setor também dispõe de um arquivo e um armário. Os retratos falados são realizados digitalmente em apenas um computador equipado com *scanner* de mesa e impressora a jato de tinta. Apesar do uso de programas de manipulação gráfica para a construção dos retratos falados, o computador não se diferencia dos existentes nos outros setores em seus equipamentos. Não há, por exemplo, uma mesa digitalizadora, equipamento que substitui o mouse e é comumente utilizado por profissionais na edição de imagens. A máquina de que dispõe também não se assemelha às preferidas pelos especialistas da área. Nenhum dos softwares com os quais trabalham os peritos é específico para a realização de retratos falados.

Assim, eles se utilizam de vários programas que são habitualmente usados para tratamento digital de imagens. O banco de dados de que se servem foi construído por eles mesmos a partir de fotos oferecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e outras que obtiveram das identificações criminais realizadas pelo Instituto, nas quais realizaram modificações. A impressão dos retratos falados é feita na impressora a laser colorida localizada na sala de identificação criminal do Instituto. Quando há a exigência de se realizar o trabalho fora do Instituto, utilizam-se notebooks particulares para o serviço.

BANHEIRO E ACESSO AO GALDÃO



Imagem 80: Aspecto do banheiro existente próximo ao Setor de Retrato Falado.

Próximo à sala do Setor de Retratos Falados, existe outro banheiro também com aparência de recém-reformado. Nele, há três cabines para sanitários. Alguns vasos, porém, ainda não dispõem de assentos. Em frente a este banheiro, em meio ao corredor, encontram-se um arquivo e armários que são utilizados por funcionários para guardar objetos pessoais. O mobiliário fica ao lado de uma escada que dá acesso ao térreo do galpão. Do topo da escada, observa-se a seção dos arquivos do Instituto Tavares Buril dedicada aos prontuários criminais de Pernambuco. Há um imenso vão entre as paredes e o teto de suas dependências. Trata-se de uma obra que foi começada e interrompida por motivos que os peritos consultados não souberam especificar. Nota-se também uma grande quantidade de caixas e sacos plásticos armazenados no espaço externo do galpão, consequência da estrutura insuficiente do almoxarifado do Instituto para comportar o material.



Imagem 81: Mobiliário em meio ao corredor é utilizado por funcionários para guardar seus pertences.



Imagem 82: Visão do Arquivo Criminal e do espaço do galpão destinado ao armazenamento de caixas contendo material de expediente do IITB.

SETOR DE NECROPAPILOSCOPIA

Descendo as escadas, encontramos outros setores do Instituto situados no térreo do mesmo prédio anexo dos setores cujas instalações acabamos de descrever. A primeira sala encontrada pertence ao Setor de Identificação Necropapiloscópica, responsável pela busca da identidade de cadáveres que dão entrada no Instituto de Medicina Legal, através de impressões digitais. Existem peritos papiloscopistas do setor que colhem as impressões dos mortos em fichas no próprio IML. Dependendo das condições em que se encontram os corpos, porém, a amputação dos dedos pode ser necessária. Neste caso, os órgãos são encaminhados a esta sala para que peritos realizem os procedimentos que possibilitem a coleta das digitais, ou de fragmentos destas, para identificação do cadáver. Geralmente, ocorre a retirada da pele dos dedos no “laboratório” do setor.



Imagem 83: Pia que serve de laboratório para o Setor de Necropapiloscopia.

O laboratório tem uma pia de revestimento metálico no canto da sala. Apesar de ali existirem duas torneiras, elas não funcionam. Uma mesa para impressoras serve de apoio para o material utilizado pelos peritos, que consiste basicamente de bisturis e pinças. Ali, os peritos trabalham em pé ou sentados em um banco alto com assento de madeira sem estofamento ou encosto. Sobre a pia, ficam vários potes envoltos em sacos plásticos. Neles, os dedos que estão sendo trabalhados ficam imersos em formol. Sobre o amontoado de potes, um aviso impresso em papel e colado na parede alerta que aquilo se trata de um material altamente contaminado. A sala também carece de ventilação: isto faz com que fique empesada com o mau cheiro durante um bom tempo após as operações. Nesses casos, só resta aos peritos usar uma máscara que apenas ameniza o odor e abrir a porta da sala para que o cheiro se dissipe.



Imagem 84: Dedos amputados de cadáver em decomposição avançada demonstram o tipo de material manipulado pelos peritos no ambiente.

As impressões digitais são coletadas em planilhas que são envoltas em sacos plásticos e armazenadas em arquivos de metal que apresentam marcas de ferrugem. A organização das fichas se dá por ano da ocorrência e os arquivos contêm impressões de cadáveres identificados e não identificados desde 1994 de todo o Estado de Pernambuco.



Imagem 85: Arquivos contendo planilhas de identificações necropapiloscópicas.

Para elaboração de seus laudos e outros documentos, os peritos contam com dois computadores, um *scanner* e uma impressora a laser. Além do mobiliário dos computadores, há outras duas mesas para os peritos e dois armários. As instalações elétricas para funcionamento dos equipamentos parecem inadequadas, já que tijolos são improvisados como apoio para régulas e estabilizadores, no intuito de possibilitar o alcance dos fios e evitar o mau contato nas tomadas.



Imagem 86: À esquerda, tijolos improvisados como apoio para aparelhos da instalação elétrica dos computadores. À direita, armários e pastas existentes no setor.

A sala conta ainda com um banheiro próprio altamente degradado. Trata-se de um lugar com paredes danificadas pela umidade e estufadas em certos pontos. Nelas também há manchas provocadas por mofo e desgaste do revestimento. No teto, faltam pedaços da laje e exposição de suas ferragens. Há no banheiro um vaso sanitário com caixa de descarga alta acionada por corda. Junto a ela, o encanamento exposto indica que um reparo foi realizado sem a posterior reposição dos azulejos. Um pequeno chuveiro fica bem no meio do lugar sem qualquer área própria. Ao lado de uma pequena pia, existe um porta-papel de metal enferrujado e vazio sobre o qual fica um pequeno espelho. Informações obtidas indicam que várias solicitações de reparos e melhorias nesta dependência foram feitas à gerência administrativa e ainda aguardam seu atendimento.



Imagem 87: Suporte para papel e espelho do banheiro anexo à sala de Necropapiloscopia.



Imagem 88: Buraco entre azulejos e ferragens da laje expostas no teto do banheiro do Setor de Necropapiloscopia.

DIVISÃO DE ARQUIVO CIVIL

Na Divisão de Arquivo Civil estão armazenados todos os prontuários e fichas de identificação civil já efetuados na história do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma documentação acumulada durante mais de um século. Por tal motivo, estima-se que, aproximadamente, dez milhões de registros neles se encontram, embora não seja possível precisar a quantidade exata do acervo. No setor, também são realizadas outras atividades, além do arquivamento de todos os documentos que são elaborados quando são emitidas as carteiras de identidade, como pesquisas e confrontos datiloscópicos – isto é, a comparação entre duas impressões digitais –, que servem ao atendimento de demandas, tanto da área civil, quanto criminal.

A demanda pelos serviços de confecção de identidades na sede atende àquelas requisições que não podem ser feitas diretamente nos postos de atendimento do Instituto, através de seu Sistema de Registro Civil, por necessitar de pesquisas no Arquivo de Identificação Civil. De acordo com Rosilene, chefe da Unidade Técnica de Identificação Civil, o Sistema foi implantado entre os anos 1999 e 2000. A partir de então, todos os novos documentos passaram a ter um registro digitalizado, que inclui a numeração do registro civil, dados biográficos (nome, local de nascimento, filiação, informações de certidões de nascimento ou casamento apresentadas) e as imagens digitalizadas das certidões apresentadas, impressão digital do polegar e fotografia.

Por isso, as requisições que chegam aos setores da sede são, em sua maioria, de segundas vias de carteiras que foram emitidas pela primeira vez antes da implantação do sistema ou de primeiras vias tardias, isso é, de pessoas que solicitam sua primeira carteira de identidade no Estado, já em sua maioridade. Nestes casos, os peritos conferem nos arquivos se aquele indivíduo já tem um registro civil no Estado para dar uma resposta à requisição da carteira. O intuito de tal conferência é atestar a real identidade do indivíduo requerente. O processo de conferência manual segue caminhos diversos dependendo de algumas condições que só podem ser entendidas a partir do funcionamento do Arquivo Civil.

Primeiramente, ao ser requisitada a nova carteira de identidade, são produzidos três documentos que seguem para os arquivos do registro civil dos cidadãos no IITB: o prontuário civil, o índice nominal e a ficha individual datiloscópica. O prontuário civil é aquele que indica os dados individuais sob o número do registro civil, parâmetro pelo qual são arquivados os documentos deste tipo de todas as requisições de vias. Ele contém os dados biográficos, as digitais dos cinco dedos da mão direita e uma fotografia.



Imagem 89: Exemplo de prontuário civil arquivado no instituto.

O índice nominal é uma ficha simples que contém apenas o estado civil, filiação, número de registro civil e a impressão do polegar direito do indivíduo. Seu arquivamento é feito de forma onomástica, pelo nome do indivíduo, e geralmente orienta os peritos para a pesquisa do prontuário individual pelo número do registro civil.



Imagem 90: Exemplo de índice nominal coletado no arquivo onomástico.

As fichas individuais datiloscópicas contêm as impressões digitais de todos os dedos do indivíduo. A datiloscopia tem códigos desenvolvidos para a classificação e subclassificação pela presença ou ausência de desenhos típicos presentes nas impressões digitais: arco, presilha interna, presilha externa e veticilo. A cada um é atribuído um número. Geralmente, a classificação desse tipo de ficha é feita pelo polegar da mão direita. No IITB, as novas fichas passaram a ter a subclassificação do polegar desde meados de 1998, desmembrando uma codificação baseada em dois números para uma de quatro números. Isso permitiu um arquivamento mais específico para as impressões digitais, facilitando os resultados das pesquisas datiloscópicas, através da redução do universo a ser comparado.

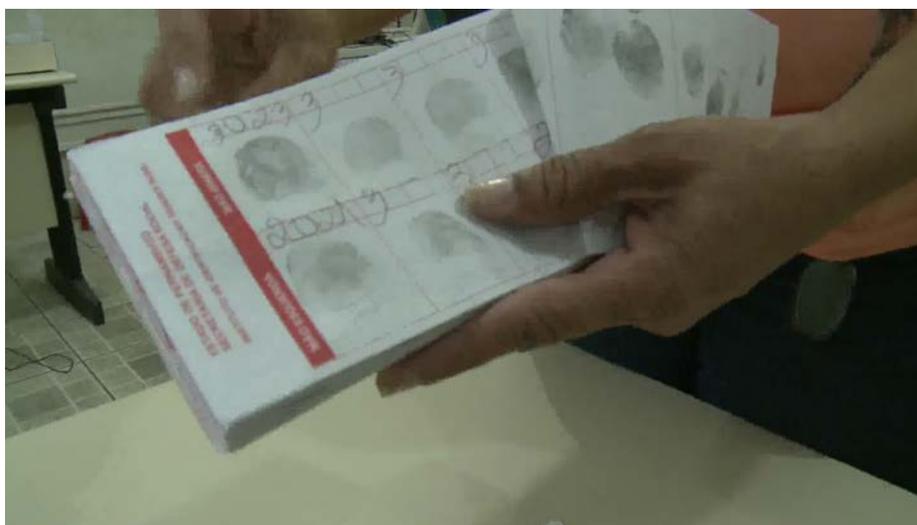


Imagem 91: Fichas individuais datiloscópicas classificadas e com subclassificação dos polegares.

Feita a requisição da nova identidade, algumas questões são colocadas para procedimentos do IITB na liberação da emissão da carteira de identidade. No caso de uma primeira ou segunda via, confere-se a existência de dados no Sistema de Registro Civil do Instituto Tavares Buril, o chamado “Sistema Novo,” que contém cadastramentos feitos após 1999. A existência de cadastro nesse banco de dados permite a conferência no próprio posto avançado do Instituto pelo perito responsável, através de número de registro,

filiação, local de nascimento, fotografia e impressão digital. Não encontrada uma correspondência, a identidade pode passar ao estado de questionada, dependendo de alguns quesitos, conforme depoimentos de peritos.

O primeiro é se se trata de uma primeira via. Neste caso, confere-se no sistema antigo a existência de identidade com nome e dados biográficos existentes. Se existe alguma correspondência nestes termos, a identidade é questionada e segue para a sede do IITB para pesquisa e confrontação para apuração de engano, e consequente retificação, ou de delito. Não havendo uma correspondência, leva-se em conta a idade do requerente. Jovens de até 18 anos, geralmente, têm sua emissão liberada. Então, o cadastramento, emissão e confecção são feitos no próprio posto. Passada esta idade, a identidade também é questionada.



Imagem 92: Fichas individuais papiloscópicas em sua classificação.

Uma nova requisição que tenha cadastro no Sistema Novo com correspondência dos dados biográficos apresentados, mas que divirja quanto às características biométricas – isto é, na aparência e, principalmente, impressões digitais –, através da constatação do perito papiloscopista, constitui motivo para investigação pela Polícia Judiciária, que será acionada para apurar os fatos. A partir daí, a documentação segue para o IITB e, no Setor de Pesquisa da

Divisão do Arquivo Civil, o perito elaborará um laudo que servirá à investigação e possível inquérito.

Qualquer requisição a partir da primeira via que não contenha cadastro segue para o IITB para conferência, ou seja, é questionada. Salientamos que o termo identificação questionada não tem nenhuma conotação negativa que a associe necessariamente à prática do delito de falsidade ideológica. Trata-se apenas de uma identidade que precisa ser confirmada pelo Instituto de Identificação.



Imagem 93: Perita segura gaveta em que são arquivados prontuários civis.

A identidade questionada passará por pesquisas no Arquivo Civil. Caso seja fornecido um número de registro preexistente, confrontar-se-á os dados biográficos e biométricos do prontuário civil arquivado com o questionado. Divergências ou ausências deste aspecto levarão a um levantamento nos índices nominais para confronto dos registros civis existentes para o nome alegado. Nesta etapa, inicialmente, os dados biográficos da requisição serão conferidos com os existentes nos índices. Havendo correspondência com algum deles, levanta-se no arquivo o prontuário civil para o devido confronto biométrico (fotografia e impressões digitais).

Confirmada a identidade, seguem-se o cadastramento no Sistema Novo e a liberação da emissão da cédula. A falta de correspondência dos dados biográficos entre índices de mesmo nome arquivados também fará o perito confrontar os dados biométricos existentes. Mas criará uma “primeira encruzilhada” para o perito. Uma correspondência entre dados biométricos e divergência entre biográficos deverá ser mais bem apurada, exigindo desde uma conferência com a documentação entregue e sua correção, ou então a análise dos registros no arquivo que poderá indicar, no melhor dos casos, a necessidade de outros procedimentos para sua retificação ou a investigação da existência de má-fé. A divergência total levará a outros rumos.



Imagem 94: Perita realiza pesquisa papiloscópica, confrontando as impressões digitais contidas em várias fichas com uma impressão questionada, no intuito de descobrir a verdadeira identidade de seu portador.

Qualquer demanda de serviço, tanto civil quanto criminal, que invoque a necessidade de atestar a identidade de um indivíduo e esta não possa ser confirmada com os registros que coincidam com a numeração da identidade ou o nome fornecido, pode remeter o perito papiloscopista a um universo de pesquisa constituído por dezenas de milhares de fichas com impressões digitais. Elas serão manipuladas, observadas com a lupa e comparadas individualmente pelo perito. Para tornar mais clara a dificuldade do serviço, tomemos um exemplo. Suponha-se que um sujeito seja detido por um crime e se identifique apenas pelo nome e número da identidade, sem

apresentá-la às autoridades. O pedido para conferência é apresentado ao IITB, onde um perito irá, primeiramente, consultar a ficha com o prontuário civil referente à numeração fornecida.

Após o confronto datiloscópico, isto é, a comparação entre a impressão questionada e a existente nos registros, constata-se que a identidade não confere. O perito papiloscopista, então, terá que levantar as impressões digitais de todos os indivíduos registrados com o nome oferecido. Irá até o arquivo onomástico, coletará todas as fichas existentes em que constem aquele nome (que são organizadas por ordem alfabética), caso haja mais de um registro, e analisará cada uma delas à procura de uma combinação. Algo que, para a prática do perito não constitui um grande problema. É então que se constata a má-fé do criminoso, algo não muito raro, ao perceber que sua impressão digital não equivale à de nenhum suposto homônimo seu.

A partir deste ponto, a constatação de sua identidade depende da sorte, estando aberta às intempéries que se possa imaginar, pois o perito dependerá exclusivamente das fichas em que estão registradas as impressões digitais – as individuais datiloscópicas – para efetuar a comparação, um universo de quantos indivíduos já tenham sido identificados no Estado, ou seja, milhões.

Graças ao sistema de classificação de impressões elaborado por Juan Vucetich, esse universo pode ser reduzido, pois tais fichas são arquivadas seguindo a fórmula datiloscópica das impressões dos indivíduos. Dependendo de quando tenha sido feito o registro do sujeito, sua impressão pode estar no arquivo organizado por tipos (mais geral e antigo) ou também por subtipos (mais específico e recente). De qualquer maneira, a quantidade de fichas a ser pesquisada pode facilmente atingir centenas de milhares. Isto advém do fato de algumas dessas fórmulas serem mais ou menos comuns do que outras.

O perito então usa a lógica para tentar reduzir ao máximo o universo da pesquisa e ainda ter abrangência suficiente para encontrar a identidade do sujeito. Por exemplo, baseando-se na idade alegada ou aparente e estimando a partir de que ano tenha sido possível a emissão do registro (as fichas individuais datiloscópicas são organizadas cronologicamente). Assim, quanto mais jovem e mais rara a fórmula datiloscópica de suas impressões digitais,

menor o universo estimado. Se o sujeito tiver uma fórmula mais comum e sua idade for de, aproximadamente, 50 anos, o perito irá levantar todas as fichas desde meados da década de 1970, quando ele teria a idade em que mais comumente se faz o registro civil.

O universo da pesquisa poderia ser, facilmente, de 50 mil fichas individuais datiloscópicas, com as impressões digitais dos dez dedos das mãos. Foi-nos informado de que um perito consegue fazer cerca de, impressionantes, duas mil comparações por dia. A pesquisa somente para este caso, e nessas condições, levaria no mínimo um mês para ser realizada dentro deste universo. Se a sorte não estiver ao lado do perito, e há detalhes inumeráveis que podem influir em todo este processo, tal indivíduo pode, simplesmente, não ser identificado pela quantidade de outras requisições a que tanto o perito papiloscopista quanto o Instituto têm que responder.

Por tal motivo, as impressões digitais de locais de crime apenas são pesquisadas entre os suspeitos existentes. Há casos de crimes que são beneficiados por tais limitações, especialmente estelionatos e falsidade ideológica. Em tese, nessas condições, seria possível que um indivíduo idoso retirasse uma nova carteira de identidade legítima com outro nome. Na prática, criminosos não tão velhos o fazem com qualquer certidão de nascimento de outro Estado que possa adquirir e apresentar no Instituto de identificação de outro Estado, exatamente pela dificuldade da pesquisa e por não existir, atualmente, um sistema unificado de identificação nacional.



Imagem 95: Escritório da Divisão de Arquivo Civil. Pode-se observar sobre as caixas de arquivos e

sobre o armário as lonas utilizadas pelos peritos como proteção de equipamentos e documentos contra as goteiras existentes no local.



Imagem 96: Perito da Divac em sua mesa de trabalho.

A Divisão de Arquivo Civil é composta tanto pelos arquivos propriamente ditos, quanto pela sala dedicada a um escritório onde peritos papiloscopistas realizam diversas tarefas nos birôs disponíveis, utilizando-se de computadores, lupas, além de gavetas dos arquivos, contendo fichas para realização do arquivamento de documentos recentes produzidos por novas identidades. Observou-se que alguns equipamentos e prateleiras contendo caixas com documentos existentes na sala estavam cobertos por lonas de plástico. Segundo o perito papiloscopista José Araújo, chefe da Divisão, esta é a forma encontrada pelos peritos para proteger papéis e aparelhos das goteiras que surgem com as chuvas.



Imagem 97: Lupa e fichas utilizadas nos trabalhos dos peritos.



Imagem 98: Perita da Divac faz separação de fichas individuais datiloscópicas para arquivamento.

A iluminação da sala é proporcionada apenas por lâmpadas fluorescentes instaladas no teto, inadequadas para as tarefas realizadas pelos funcionários, que exigem luminárias nas mesas de trabalho, pois, constantemente, lupas são utilizadas para a análise dos detalhes das impressões digitais das fichas de identificação. De acordo com os peritos, há também carência de outros equipamentos, como copiadoras, já que a única existente no Instituto encontra-se na sala da Unidade Técnico-Administrativa, a qual os peritos têm que se dirigir frequentemente para fazer cópias de documentos.



Imagem 99: Visão geral do ambiente do Arquivo Civil do IITB.



Imagem 100: Aspecto do arquivo civil do IITB: móveis metálicos, livros em prateleiras de alvenaria localizadas nas paredes (direita) e arquivos móveis (ao fundo).

No ambiente adjacente à sala, estão os arquivos civis do Instituto Tavares Buril. Trata-se de uma grande sala, onde diferentes tipos de registros estão arquivados, separando-se por áreas. O mobiliário é heterogêneo, incluindo arquivos metálicos, de diferentes tipos e capacidades, e arquivos móveis, nos quais são guardados os documentos mais recentes, produzidos a partir de meados da década de 1990. Nas paredes, há prateleiras feitas de alvenaria, nas

quais são armazenados livros que contêm os registros civis mais antigos do IITB.



Imagem 101: Arquivos móveis destinados às fichas de registro civil mais recentes do IITB.



Imagem 102: Arquivos metálicos de fichas destinados aos registros mais velhos de identificação civil.



Imagem 103: Buraco no forro sobre os novos arquivos civis. Pedacos de papelão foram improvisados numa tentativa de cobri-los e minimizar o problema.



Imagem 104: Um dos buracos existentes no forro de PVC na área nova do arquivo civil do intituto. Este, no caso, localiza-se sobre um aparelho de ar-condicionado e ilustra as condições que inviabilizam a climatização do local.

O lugar não possui climatização. Apesar da existência de aparelhos de ar-condicionado instalados em alguns pontos, eles, em sua maioria, encontram-se desligados. Isso se deve às deficiências estruturais da sala, pois são comuns as falhas no teto de PVC, que

não são discretas e podem ser facilmente notadas por todos os lugares. É comum que os peritos que ali circulam estejam vestindo luvas e máscaras para se proteger de fungos e do pó que se acumula nas gavetas e nos papéis. Tal proteção também serve contra micro-organismos que contaminam o local em decorrência das fezes de pombos que se acumulam sobre o forro do arquivo.



Imagem 105: Livros com registros mais antigos do IITB que são armazenados em prateleiras de alvenaria existentes nas paredes do espaço destinado ao arquivo civil do instituto.



Imagem 106: À esquerda, livros com registros antigos do arquivo civil do IITB destinados para restauração guardados em estantes metálicas. Ao fundo, pode ser vista outra falha no forro que cobre o arquivo civil.

Os livros com registros civis contêm documentos da época em que as cédulas de identidade eram retiradas em delegacias e, posteriormente, as folhas com os cadastros eram encadernadas no IITB. Alguns desses livros encontram-se danificados pelo tempo e pelas más condições de conservação impostas pelo ambiente.

Alguns peritos trabalham na recuperação gradual de alguns deles, cujas folhas são separadas e arquivadas em forma de prontuário.



Imagem 107: Coluna de sustentação do galpão danificada e com vergalhões expostos.



Imagem 108: Detalhe de falha no teto do arquivo civil localizada sobre outro aparelho de ar condicionado, atrás do qual mais vergalhões da estrutura do galpão estão expostos.

A sala possui diversas falhas estruturais, além das falhas no teto. Algumas colunas estão tão desgastadas que os vergalhões encontram-se expostos e há buracos nas paredes. Em outros locais, há marcas de caminhos feitos por cupins que atacaram os arquivos.



Imagem 109: Buraco na parede do arquivo civil com tijolos expostos.



Imagem 110: Perito aponta marcas deixadas por caminhos de cupins em uma parede.

Os problemas que mais ameaçam os documentos ali arquivados, porém, são as abundantes goteiras que aparecem durante as chuvas devido às falhas existentes nas telhas que cobrem o galpão

do Instituto. Alguns funcionários chegam a classificar as goteiras como verdadeiras cascatas. A água não é contida pelos forros dos arquivos e, misturada a toda a sujeira existente sobre eles, se infiltra por suas brechas, ameaçando a preservação dos documentos ali acondicionados e oferecendo risco de contaminação do ambiente com os micro-organismos provenientes dos excrementos. Os danos só não são maiores porque, durante as chuvas, os arquivos são cobertos por plásticos colocados apressadamente pelos próprios funcionários. Mesmo assim, os arquivos metálicos apresentam marcas de ferrugem devido ao contato com a água das goteiras.



Imagem 111: Marcas de ferrugem provocadas nos arquivos metálicos devido ao contato com a água das goteiras.



Imagem 112: Arquivos cobertos por lonas de plástico na tentativa dos peritos papiloscopistas de proteger o acervo do Instituto Tavares Buril contra as chuvas.

DIVISÃO DE ARQUIVO CRIMINAL



Imagem 113: Aspecto do arquivo criminal do IITB. Arquivos móveis para os quais estão sendo migrados os documentos e os arquivos metálicos que ainda contêm registros criminais. Uma perita utiliza máscara para evitar o contato com a poeira dos arquivos, enquanto os transporta para as novas pastas

Apesar de pertencerem a uma divisão organizativa diferente do arquivo civil, os arquivos criminais do IITB estão localizados na mesma estrutura que aqueles, porém, em uma área diferente. O arquivo contém todos os prontuários criminais do Estado, incluindo folhas individuais de inquéritos, ofícios de juízes e comunicações de sentenças. Na época, os documentos estavam sendo migrados dos antigos arquivos metálicos para novas pastas e caixas

depositadas em arquivos móveis. Estes arquivos estão submetidos às mesmas deficiências estruturais do arquivo civil do Instituto.

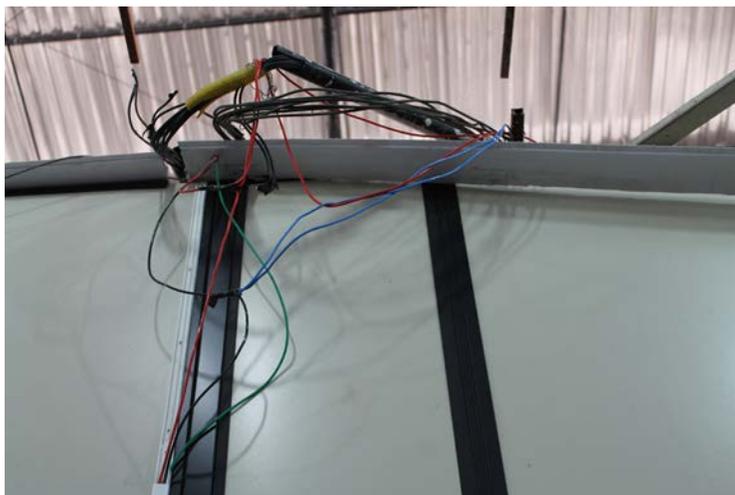


Imagem 114: Detalhe de fiação exposta no Setor de Arquivo Criminal do IITB.



Imagem 115: Aspecto geral do ambiente do Arquivo Criminal do IITB. Falhas no forro podem ser observadas.

SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PESQUISAS PAPILOSCÓPICAS



Imagem 116: Aspecto do ambiente de trabalho da pequena sala destinada ao Setor de Pesquisas Papiloscópicas.

O Setor Técnico-Científico de Pesquisas Papiloscópicas é responsável por pesquisas em documentos do arquivo civil do IITB, realizando análises de comparação de digitais com o objetivo de identificar indivíduos, produzindo laudos que atendem, em sua maioria, a requisições da Justiça e da Polícia Judiciária. É um setor importante, tanto para a revelação de crimes, como fraudes de documentos e falsidade ideológica, quanto para a identificação de criminosos. Atende também à requisição judiciária para obtenção de registros civis tardios por cidadãos de idade avançada. A pesquisa que realizam nos arquivos é feita manualmente. O setor conta com quatro peritos papiloscopistas e outros dois que não pertencem a ele, mas dão eventual apoio na realização dos seus serviços.

Trata-se de um setor muito requisitado, em que a implantação de um sistema Afis próprio do Instituto Tavares Buril beneficiaria em grande demasia. De acordo com Vlademir de Andrade, chefe do setor, dependendo do tamanho da amostra de fichas individuais papiloscópicas exigida por uma pesquisa, esta pode, simplesmente, se tornar inviável. A sala do setor localiza-se na mesma estrutura dos arquivos do Instituto, sendo vizinha à Divisão de Arquivo Civil. O ambiente é muito pequeno, com quase nenhum espaço para circulação. Além disso, não há iluminação especial exigida pelas atividades, o que torna as condições para o trabalho ainda mais desconfortáveis.



Imagem 117: Manchas resultantes das goteiras do galpão que afetam o teto do setor.

SETOR AFIS

A sala do Setor Afis (Automated Fingerprint Identification System, em português, Sistema Automatizado de Identificação de Impressão Digital) abriga uma estação de pesquisa de impressões digitais que foi cedida ao Instituto Tavares Buril pela Polícia Federal. O equipamento de que dispõe o setor é composto por computadores, máquinas fotográficas e *scanners*. Os computadores possuem um programa específico que, para as operações, se conecta ao banco de dados da Polícia Federal.



Imagem 118: Ambiente e equipamentos do Setor Afis.



Imagem 119: Computadores, máquinas fotográficas e scanners utilizados no Afis.

O setor opera em regime de plantão, funcionando 24 horas, devido à demanda de serviço. Os peritos papiloscopistas fazem, basicamente, o cadastramento das impressões digitais que são capturadas no Setor de Identificação Criminal e daquelas coletadas em local de crime no sistema da Polícia Federal, através da estação. O IITB não possui um sistema Afis com um banco de dados próprio, destinado ao Estado de Pernambuco. Segundo Salvandir Rodrigues, chefe do setor:

Se nós tivéssemos também o Afis, talvez poderíamos fazer a pesquisa numa base muito maior. Hoje Pernambuco tem por

volta de 9 milhões de registros civis. Então, nossa base seria bem maior e o resultado dessas pesquisas seria muito mais eficiente devido à quantidade maior de indivíduos cadastrados na base de dados. Eu forneço o material, que é a impressão digital, esse sistema codifica numa linguagem que entende. As linhas, as posições de pontos característicos próprios da impressão digital... Ele codifica essas impressões e faz uma comparação com impressões já armazenadas no banco. E retorna para o usuário, nós, peritos, uma lista de candidatos. Então, nós é que vamos fazer a análise, a comparação, o confronto papiloscópico e dizer se a impressão inserida no sistema, se ela foi ou não produzida pelo indivíduo apresentado pelo sistema...

O que se constitui em uma vantagem, pois:

Sem o sistema Afis, eu tenho que fazer a classificação e sub-classificação dessa impressão digital e me dirigir ao arquivo civil, um arquivo físico, como 9 milhões de registros. Mas esse universo torna-se ainda imenso... De 9 milhões a gente reduz para 4 ou 5 mil fichas. E daí, o perito vai precisar fazer comparações daquela impressão da carteira de identidade com 4 ou 5 mil fichas dessa. Uma a uma. E com o sistema, não. Ele vai trazer 20 candidatos para você. Então, você sai de um universo de 4 ou 5 mil para um universo de 20.



Imagem 120: Fechadura do sala do Setor Afis.



Imagem 121: Sistema de alarme existente no setor.

A sala é pequena, mas possui uma estrutura diferenciada em equipamentos do resto do Instituto. A abertura da porta é acionada com a leitura da impressão digital feita por um aparelho, permitindo apenas indivíduos cadastrados. Um sistema de alarme complementa a segurança do recinto.



Imagem 122: Pequena copa improvisada no setor.



Imagem 123: Mancha no teto da sala provocada por goteira e sensor de fumaça.

Há outros aspectos comuns, porém, com outros setores do IITB. Como uma pequena copa improvisada, a presença de colchões para descanso dos peritos durante seus plantões e manchas no teto provenientes de uma infiltração antiga causada por vazamentos do banheiro do andar superior.



Imagem 124: Colchão guardado atrás de armário, utilizado pelos peritos para descanso durante os plantões.

INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA PROFESSOR ARMANDO SAMICO – IC

LOCALIZAÇÃO

A sede do Instituto de Criminalística está instalada no edifício de número 700 da Rua Odorico Mendes – no Bairro de Campo Grande, Região Norte do Recife – justamente na esquina desta via com a Avenida Agamenon Magalhães. A localização é privilegiada pela facilidade de acesso que tal avenida proporciona aos municípios ao Norte da Região Metropolitana do Recife, aos bairros do Sul da cidade e à rodovia PE-15. A proximidade com o Centro também é um diferencial. O IC distancia-se apenas em dois quilômetros da sede atual da Secretaria de Defesa Social, na qual se localiza a Gerência Geral de Polícia Científica, e do IML e IITB.

Divide o prédio, porém, com dois outros órgãos: o 13º Batalhão da Polícia Militar e a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab). Aliás, o edifício era ocupado integralmente pela Cehab antes da instalação do IC no local, que ocorreu em 2001 e teve caráter inicialmente provisório, mas que se perpetua e se reflete nas condições da estrutura física da qual dispõe o Instituto. Atualmente, o IC ocupa parte do térreo, primeiro e segundo andar da construção, organizando-se verticalmente.

EXTERIOR

A área do edifício que é ocupada pelo IC é devidamente identificada com um letreiro instalado no topo da fachada. Curiosamente, o nome do Instituto se destaca no tamanho em relação aos da SDS e da Polícia Científica, característica na qual diverge do IML e IITB. Nota-se que o prédio tem um estacionamento insuficiente para os carros dos funcionários dos três órgãos que ali se localizam.

Isso faz com que seus carros ocupem a via lateral à Avenida Agamenon Magalhães e um espaço existente entre as duas, o qual certamente sofreu adaptações para que servisse como um estacionamento extra para os veículos. As viaturas do Instituto de Criminalística têm vagas reservadas dentro do terreno do prédio e um espaço recuado na calçada em frente. Neste caso, para acessar os veículos, tem-se que contornar o jardim frontal, passar pelo portão principal – no qual se localiza uma guarita – e chegar até a calçada, já que a área do prédio é limitada por uma cerca baixa.



Imagem 126: Viaturas estacionadas em vagas reservadas e fachada, contendo a identificação do Instituto no alto do prédio.



Imagem 127: Viaturas no estacionamento dentro da área do prédio.

TÉRREO

Neste piso, localizam-se a Recepção do Instituto, sua sala de Guarda de Evidências, um banheiro aberto ao público adaptado para portadores de necessidades especiais, a Coordenação e Sala de Digitação de Laudos do Setor do Plantão.

ENTRADA / RECEPÇÃO



Imagem 128: Entrada do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico.

Quando se chega ao prédio pelo portão frontal, logo se encontra a porta de acesso à recepção do Instituto. No hall que ali existe, há, nas duas laterais, poltronas estofadas e cobertas com couro sintético preto (o que foge dos padrões adotados pelos órgãos da SDS nos móveis mais recentes que os equipam). Na parede em frente à entrada, há um adesivo com o brasão do Instituto e um balcão com vidraça, através do qual os visitantes são atendidos. Do lado direito do espaço, há um corredor que dá acesso ao resto do Instituto.



Imagem 129: Hall de entrada do IC, ao fundo o balcão da Recepção.

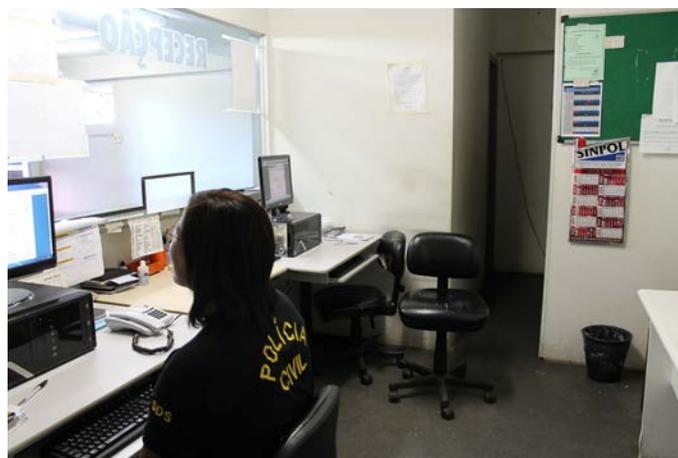


Imagem 130: Aspecto interno da Recepção, ao fundo vê-se a passagem para o Alojamento dos funcionários da Permanência.

No vidro, alguns avisos se encontram fixados juntamente com um grande adesivo que identifica visualmente o setor. Do outro lado, ficam os agentes que atuam na Recepção e Segurança do Instituto. Nesta sala, há birôs junto à parede do balcão, sobre os quais se encontram computadores e um telefone. As cadeiras giratórias utilizadas são do mesmo padrão das poltronas existentes no hall e apresentam rasgos provocados pelo desgaste na cobertura de seus encostos e assentos, o que demonstra certo tempo de uso dos acessórios.



Imagem 131: Beliches no alojamento anexo à Recepção.



Imagem 132: Banheiro da Recepção.

Há dois espaços adjacentes à sala. Um deles é equipado com um beliche e ar-condicionado e serve para o repouso dos agentes que cumprem o plantão na Permanência. Em outra parede, localiza-se a entrada de um banheiro e outra sala. Nesta, há armários para os funcionários guardarem seus pertences, um cofre, alguns materiais depositados no chão, um geláguia e uma mesa que faz as vezes de Copa. No teto, há uma luminária sem lâmpada e com fio parcialmente arrancado da parede.



Imagem 133: Sala anexa à recepção. À direita, mesa sobre a qual se improvisa uma copa.



Imagem 134: Detalhe da luminária da sala.

BANHEIRO ESPECIAL



Imagem 135: Aspecto do banheiro especial do térreo.

No corredor, passando pela recepção, ao lado direito, há um banheiro identificado como especial. Nele, há acessórios que possibilitam o uso do assento sanitário a pessoas portadoras de deficiência. Este banheiro é o único do térreo para acesso ao público. É destinado a ambos os sexos e tem certa aparência precária em seus equipamentos.

GUARDA DE INDÍCIOS



Imagem 136: Ambiente frontal da sala de indícios.

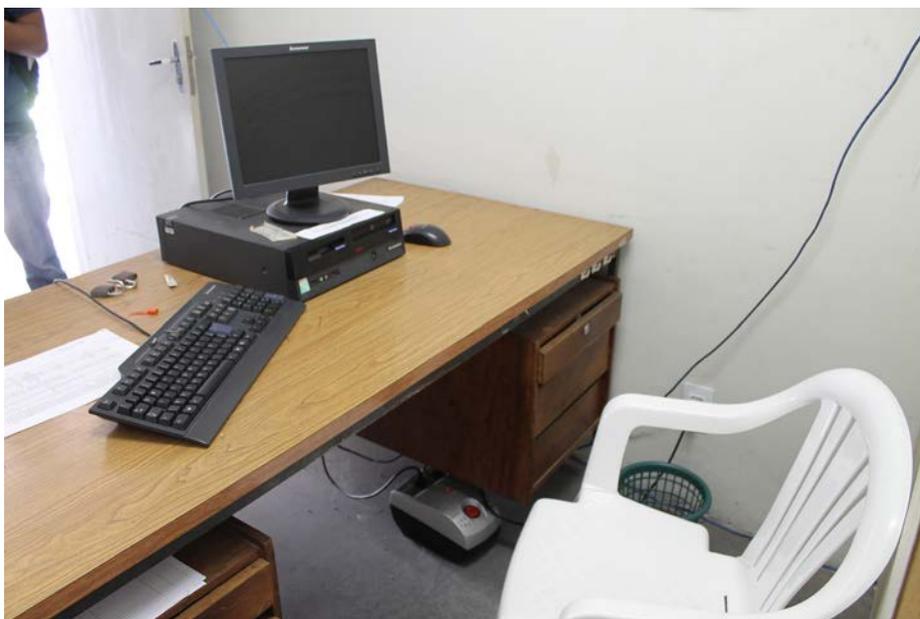


Imagem 137: Detalhe da mesa em que funcionários fazem a recepção dos indícios.

Nesta sala, alguns indícios são armazenados. Ela se localiza no térreo, em frente ao banheiro especial. É protegida por um portão externo de metal com grades e uma porta interna de madeira. Dois ambientes são divididos por tapumes. Na parte frontal, há uma mesa com computador e uma poltrona de plástico. Na parede sobre a mesa, há um aparelho de ar-condicionado cujo vão de seu suporte é preenchido com espuma.



Imagem 138: Ambiente de armazenagem de evidências.

Por trás dos tapumes, ficam armazenados indícios recebidos de policiais que ainda não seguiram para perícia nos setores do Instituto. Os objetos diversos, incluindo armas, estão dispostos em prateleiras de ferro e no chão, todos etiquetados com identificações de numeração de ofícios das delegacias de que procedem. Não se percebe, porém, um padrão para tais etiquetas, que, apesar do cuidado de serem fixadas com lacre inviolável, são feitas de papel comum ou pedaços de fita crepe.



Imagem 139: Detalhe de armas nas prateleiras e suas etiquetas de identificação.



Imagem 140: Maçarico armazenado na Guarda de Indícios.

SALA DE DIGITAÇÃO DE LAUDOS DO PLANTÃO



Imagem 141: Ambiente da sala de digitação de laudos do Plantão.



Imagem 142: Detalhe da máquina multifuncional defeituosa.

Seguindo pelo corredor do térreo, há uma sala exclusiva para que os peritos que atuam no Setor de Plantão do Instituto de Criminalística redijam seus laudos técnicos. Há uma ampla mesa no centro do ambiente e outras menores encostadas às paredes sobre as quais ficam os seis computadores e duas máquinas multifuncionais para cópia e impressão. Em uma delas, um aviso da Central de Processamento de Dados informa que não deve ser ligada por defeito. O ambiente é climatizado por um ar-condicionado de parede. A sala também possui um banheiro próprio.



Imagem 143: Multifuncional aparentemente em condições de funcionamento.



Imagem 144: Banheiro da sala de digitação de laudos.

COORDENAÇÃO DO PLANTÃO

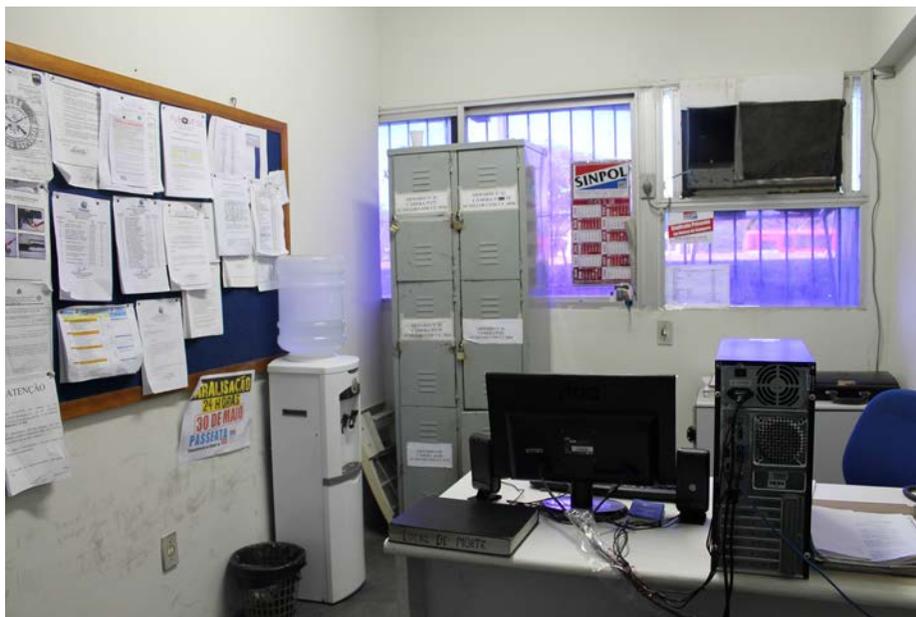


Imagem 145: Aspecto geral da coordenação do plantão.



Imagem 146: Detalhe do armário em que as câmeras são guardadas, cadeados destravados.

Adiante no corredor, encontra-se a sala da Coordenação do Plantão dos peritos. Em um de seus dois ambientes, ela é equipada com alguns birôs novos, um armário no qual são guardadas câmeras fotográficas utilizadas pelos peritos em locais de crime, um computador, gelágua e um ar-condicionado, que funciona sem seu espelho frontal. Em uma das paredes, um mural grande exibe informativos diversos, tais como a escala dos peritos em plantão.



Imagem 147: Armário metálico com material e mesa improvisada.



Imagem 148: Perito ao computador sobre mesa improvisada.

No ambiente adjacente, o único birô existente serve de apoio para outra multifuncional. As outras duas mesas que ali estão são tábuas improvisadas, fixadas às paredes como se fossem prateleiras. Elas servem para finalidades diversas, como manipulação de pastas, documentos e materiais, além de suporte para um computador. Há também no ambiente outro aparelho de ar-condicionado, um armário metálico para armazenamento de material e um televisor LCD.



Imagem 149: Televisor LCD e aparelho de ar-condicionado.



Imagem 150: Multifuncional sobre birô.

CORREDOR / ESCADA



Imagem 151: Adesivos na parede ao final do corredor indicam o acesso aos setores existentes no segundo andar.



Imagem 152: Despensa existente ao lado da escada de acesso

Ao final do corredor do térreo, há a escada que dá acesso aos demais andares. Ao seu lado, uma pequena despensa serve para materiais inutilizados e sucateados do Instituto. Em uma parede junto à escada, adesivos informam os setores existentes nos andares superiores. É interessante notar que apesar da existência de um banheiro que respeita a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no térreo, não há nenhum outro aparelho que ofereça a facilidade de acesso ao resto do Instituto, além desta escada.

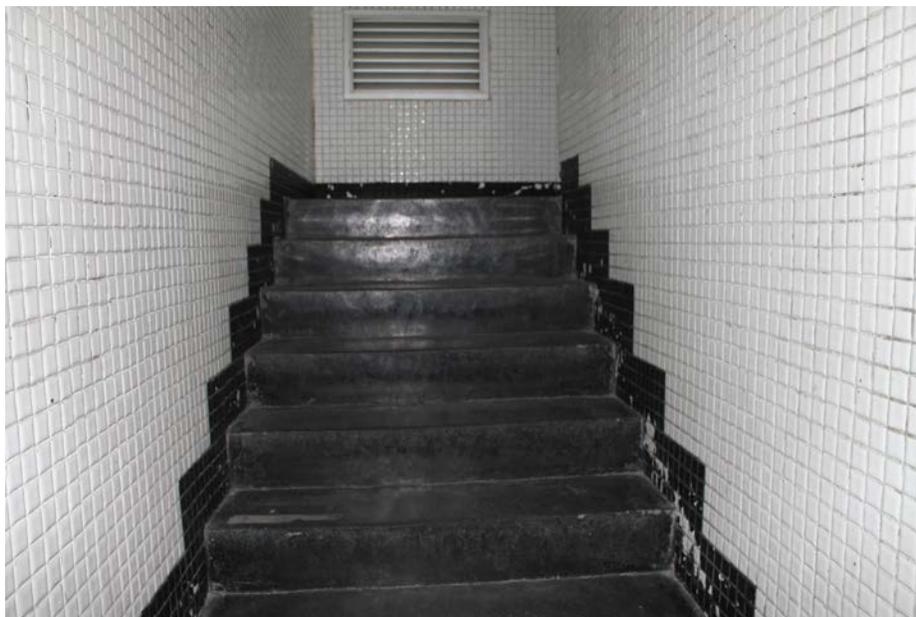


Imagem 153: Aspecto da escada que leva aos demais andares do IC.

PRIMEIRO ANDAR

Neste andar, encontram-se os Alojamentos dos Peritos (masculino e feminino) e o Almojarifado do Instituto.

ALOJAMENTO FEMININO

O Setor do Alojamento Feminino é composto por diversos cômodos: uma sala-escritório, um banheiro, uma espécie de Copa improvisada e um dormitório. Eles são separados por divisórias de eucatex, à exceção do banheiro.

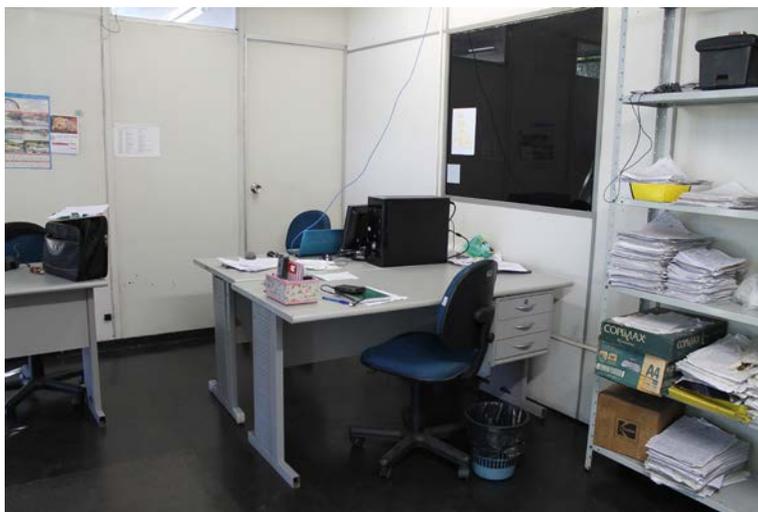


Imagem 154: Aspecto do escritório do alojamento das peritas.



Imagem 155: Detalhe do ar-condicionado danificado existente no escritório.



Imagem 156: Detalhe da cadeira desgastada, com espuma aparente.

O escritório é equipado com três birôs, poltronas giratórias – que se assemelham ao padrão das SDS, mas seu desgaste indica não serem novos –, uma estante metálica com prateleiras, dois computadores, televisor e ar-condicionado. Nele, as peritas transcrevem para os computadores anotações trazidas das cenas de crime e também redigem laudos. Há um cabo de rede que pende do teto. A estante serve tanto para documentos como para se guardar outros objetos, como mochilas e caixas de ferramentas.



Imagem 157: Banheiro do alojamento feminino e instalação do chuveiro com encanamento externo

As instalações do banheiro são precárias. Um chuveiro improvisado foi instalado em um pequeno espaço entre a privada e a pequena pia, seu encanamento é externo às paredes de azulejo do local. Aparentemente, é impossível que as funcionárias tomem banho sem que esbarrem constantemente na privada, pois o chuveiro está instalado praticamente sobre ela. Falta suporte adequado também para papel higiênico, que é colocado sobre o de sabonete líquido da pia, utensílio que fica sob um espelho e aparenta não ser utilizado para seu verdadeiro fim. A válvula de acionamento da descarga é acionada diretamente no dispositivo, pois lhe falta um botão.



Imagem 158: Aspecto da suposta copa do alojamento das peritas.



Imagem 159: Detalhe da vidraça quebrada.

A copa é equipada por tão somente uma pia de cozinha e um armário de escritório. Apesar de encontrarmos uma faca sobre a pia, não há indícios de que o ambiente seja realmente utilizado para preparo ou consumo de alimentos. Uma das paredes do local é a vidraça que compõe a fachada do prédio. Alguns dos vidros estão quebrados.



Imagem 160: Beliches do dormitório feminino.

O dormitório é equipado com dois beliches com apenas três colchões, armário metálico e ar-condicionado. O teto do lugar é

de gesso, está com a pintura descascada e apresenta estufamento característico de infiltração. Ao lado do ar-condicionado, uma vedação de um vão na parede é feita com um pedaço de madeira não fixado.



Imagem 161: Sinais de infiltração no teto de gesso.



Imagem 162: Vedação de vão feita com pedaço de madeira.

ALOJAMENTO MASCULINO

O local identificado como alojamento dos peritos é mais simples que o feminino, não dispondo de copa própria ou escritório. São apenas dois ambientes. Um deles tem o aspecto de um vestiário, sendo equipado apenas por armários (em parte metálicos e em parte de madeira) que cobrem suas paredes, uma mesa de madeira e um ar-condicionado sem painel. Havia no chão, entre as duas fileiras de armários, um colchão, indicando que o espaço também é aproveitado como dormitório.



Imagem 163: Ambiente com os armários nos quais peritos guardam seus pertences pessoais.



Imagem 164: Detalhe do ar-condicionado que climatiza todo o ambiente do alojamento masculino.

No espaço do devido dormitório, há três beliches, sete colchões e uma cadeira com encosto quebrado. Não há um ar-condicionado próprio, o que nos leva à consideração de que o local é climatizado apenas pelo ar-condicionado do outro ambiente. Em ambos os ambientes, as vidraças externas do edifício são cobertas por tinta, não havendo nenhuma outra iluminação, além da artificial.



Imagem 165: Aspecto geral do dormitório do alojamento dos peritos.

O banheiro do alojamento tem aparência precária. O encanamento externo à parede serve tanto à pia quanto ao chuveiro que, como no alojamento feminino, foi instalado no pequeno espaço existente entre a pia e o vaso sanitário, cuja descarga também é acionada diretamente na válvula do dispositivo, por ausência de botão adequado.

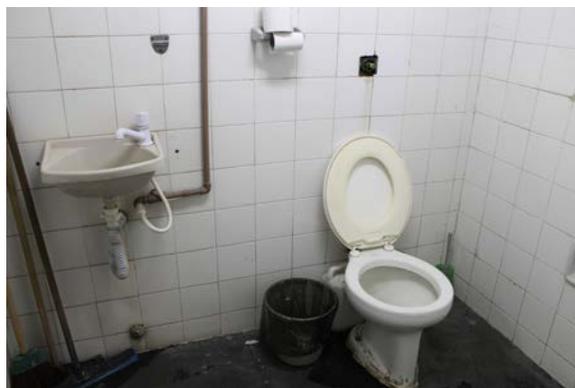


Imagem 166: Banheiro do alojamento masculino. O encanamento improvisado e externo à parede serve tanto ao chuveiro (no local do cano na vertical), quanto à pia.



Imagem 167: Válvula da descarga à mostra.

ALMOXARIFADO



Imagem 168: Almoarifado visto da entrada da sala.



Imagem 169: Detalhe de pilha de caixas que vai do chão até o teto.

O almoxarifado funciona em uma sala aparentemente pequena para o armazenamento da quantidade de material ali existente. Tal impressão se agrava pela gritante falta de móveis adequados e suficientes para o depósito. Uma pequena mesa com um computador é utilizada como recepção. Uma tábua de madeira apoiada na mesa e em caixas que se empilham do outro lado serve como balcão, ao mesmo tempo em que controla a passagem para o interior do almoxarifado. Caixas se empilham por toda a sala, sobre móveis, no chão.



Imagem 170: : Aparelho de ar-condicionado que climatiza o ambiente.



Imagem 171: Materiais de limpeza se acumulam em um dos cantos da sala.

Em um dos cantos do recinto, uma grande pilha de caixas vai do chão até o teto. A climatização do ambiente é feita por um ar-condicionado em condições parecidas às dos outros aparelhos do tipo encontrados neste andar, falta-lhe o painel e sua instalação. Na mesma parede, há uma porta e outro aparelho do tipo instalado para a sala adjacente, uma mangueira é improvisada para colher a água formada, que escorre para um garrafão de água cortado, que serve de balde. Ao lado dele, duas tigelas servem água e comida para algum gato que não estava no local.



Imagem 172: Instalação improvisada de ar-condicionado ao lado da porta. No canto inferior esquerdo, potes com ração e água para gatos.

ALOJAMENTO



Imagem 173: Aspecto geral do alojamento.



Imagem 174: Equipamento presente na sala, o papel higiênico utilizado no banheiro fica em cima da mesa, por falta de lugar adequado.

A sala adjacente funciona também como um alojamento, não há nenhuma identificação na porta sobre a quem se destina o lugar. Ali, há três beliches com seis colchões, quatro armários metálicos de formas, tamanhos e estado de conservação diversos. Três cadeiras quebradas servem de acentos aos utilizadores do alojamento. Há um gelágua ao lado do qual uma estante de arquivo serve de suporte para um televisor. Sobre uma mesa localizada em frente a esses móveis fica o rolo de papel higiênico, que é utilizado no banheiro que há no local, cuja porta está danificada.



Imagem 175: Aspecto do banheiro adjacente ao alojamento.



Imagem 176: Detalhe da porta do banheiro.

Nos tetos, há duas luminárias para lâmpadas fluorescentes tubulares instaladas. Enquanto um deles, desativado, ameaça cair por inteiro, o outro o faz em parte. O aparelho de ar-condicionado da sala está tão danificado quanto a tomada em que é ligado.



Imagem 177: Detalhe das luminárias no teto da sala.



Imagem 178: Condições de conservação do ar-condicionado da sala e a tomada em que é ligado.

DEPÓSITO



Imagem 179: Aspecto geral do depósito.



Imagem 180: Trabalhadora mostra como a sala é improvisada para descanso.

Um gabinete, localizado no mesmo corredor, assume a função de um depósito de diversos materiais danificados ou inutilizados: aparelhos de ar-condicionado, pastas e caixas de arquivos e alguns móveis. O local conta ainda com um colchão, que é utilizado para o descanso de auxiliares de serviços gerais durante seus horários vagos.

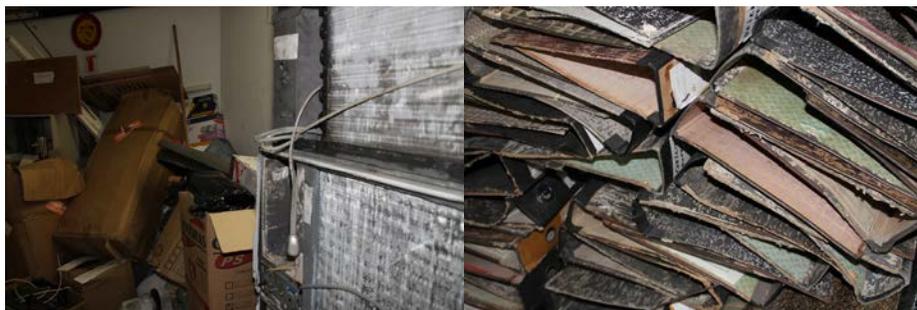


Imagem 181: Caixas, aparelhos danificados, móveis inutilizados e pastas de arquivos vazias são encontrados em pilhas no gabinete.

OFICINA / REPAROS



Imagem 182: Aspecto geral da sala e sua oficina.

Há um setor alocado no primeiro andar do Instituto de Criminalística, cuja denominação não foi obtida. Trata-se de uma espécie de oficina na qual há a presença de diversos aparelhos eletrônicos visivelmente danificados: televisores, DVDs, lanternas, CPU de computador, impressora e monitor. Os móveis existentes na sala são birôs de madeira antigos, sobre os quais são feitos os

reparos e instaladas as ferramentas de trabalho. No centro da sala, uma mesa com gavetas serve de bancada para um esmeril, um torno e uma marreta. Dois armários acomodam produtos, aparelhos e caixas contendo lâmpadas fluorescentes tubulares novas.



Imagem 183: Mesas que servem como bancadas da oficina, ferramentas e aparelhos danificados para conserto.

2º ANDAR

No andar estão localizados todos os outros setores do IC, de seu corpo administrativo e unidades de perícias especializadas

COORDENAÇÃO DAS PERÍCIAS DO PLANTÃO CRIMINALÍSTICO



Imagem 184: Aspecto do escritório.

A sala da chefia do Setor do Plantão Criminalístico – que é responsável pelo gerenciamento das perícias em locais de crime, isto é, de realização externa às instalações do IC – é um escritório comum. Seis mesas estão dispostas junto às paredes, cedendo espaço para a circulação entre elas. Seis computadores servem aos funcionários que ali trabalham. O resto do mobiliário é composto por armários e arquivos metálicos em que são depositados documentos. Há também um geláguia, uma TV, um aparelho de videocassete e de som na sala. A climatização é proporcionada por um ar-condicionado do tipo *split*.



Imagem 185: Objetos que aguardam a realização de perícias pelo chefe da Coordenação.

Em uma estante metálica, há alguns objetos – entre eles, capacetes, instrumentos e materiais para construção – que aguardam a realização da perícia pelo chefe da Coordenação, Rogério Dantas. Ele nos revelou que a realiza quando o tempo entre suas

atividades administrativas lhe permite e que se destina à sua análise devido à formação em Engenharia Civil e à falta de outros peritos no Instituto capacitados na área.

Sobre a situação dos equipamentos e recursos tecnológicos disponíveis para as perícias de rua, o chefe do setor afirma que:

Tem uma janela aberta para adquirir equipamentos. Mas, hoje, a gente tem uma carência tecnológica muito grande. Vocês veem, em filmes de CSI, utilizar equipamentos sofisticados, recursos eletrônicos, de informática, isso a gente não tem. Basicamente, o perito trabalha com caneta, papel, trena e máquina fotográfica. Então, falta muito mesmo. Nós estamos tentando adquirir equipamentos para coleta de vestígio, reconhecimento de indícios de local de crime. Mas isso ainda está em fase inicial. [...] Teve uma melhoria, agora, no fim do ano [2011], com a entrega das malas. A Secretaria Nacional de Segurança Pública fez uma entrega de malas com kits que ajudou. Não é o que nós gostaríamos, mas ajudou bastante. Mas ainda tem bastante carência, tanto de equipamento, como de estrutura física. Vocês observaram. Ao retornar do local de crime, a gente não tem local apropriado para trabalhar, para examinar os vestígios, para o próprio trabalho da elaboração de laudo, pesquisa do que você coletou em rua... [...] Uma coisa que a gente pretende no futuro, mas hoje não tem, é uma viatura apropriada. Nós utilizamos caminhonetes comuns quando deveríamos ter viaturas adaptadas às nossas necessidades. Deveriam ser espécies de mini-laboratórios em que você pudesse ir ao local, conduzindo instrumentos, material de coleta de vestígios, material de análise de vestígio inicial, que você fizesse um primeiro exame no local. Hoje, a gente não tem. Basicamente, cada perito monta uma mala básica com o que ele acha necessário. Inclusive das próprias custas. [...] Excetuando o pessoal que está trabalhando no departamento de homicídios, aí, eles receberam as malas do Senasp. [...] Aí, quem trabalha lá e cá, aqui também tem disponível a mala. Mas a gente tem muito ainda para caminhar nesse sentido.

COORDENAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA



Imagem 186: Sala da Unidade de Coordenação Técnico-Administrativa .

A sala da Unidade de Coordenação Técnico-Administrativa é anexa ao gabinete do gestor do Instituto. Resume-se, em seu equipamento, a duas mesas para trabalho dos peritos nela lotados, poltronas para espera de visitantes que eventualmente procuram o atendimento do gestor, computadores e aparelho de ar-condicionado. Junto a uma das paredes há um buraco na divisória pelo qual os funcionários se comunicam com o setor adjacente de apoio administrativo.



Imagem 187: Comunicação entre a sala e o Setor de Apoio Administrativo.

A sala do gestor é ampla e conta com móveis novos. Há dois sofás e uma mesa de reuniões no local, além de computador, *scanner* e projetor. A sala ainda possui um banheiro próprio e um frigobar.

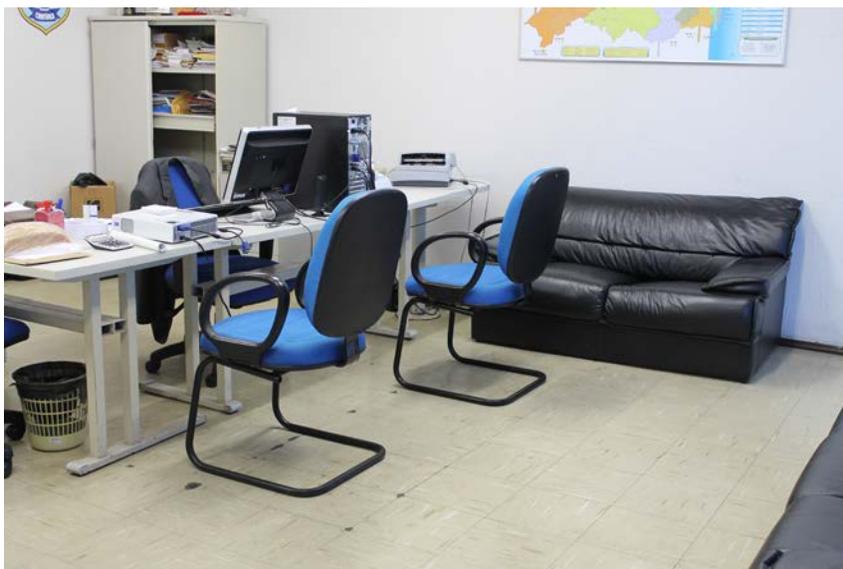


Imagem 188: Aspecto da sala do gestor do Instituto de Criminalística.

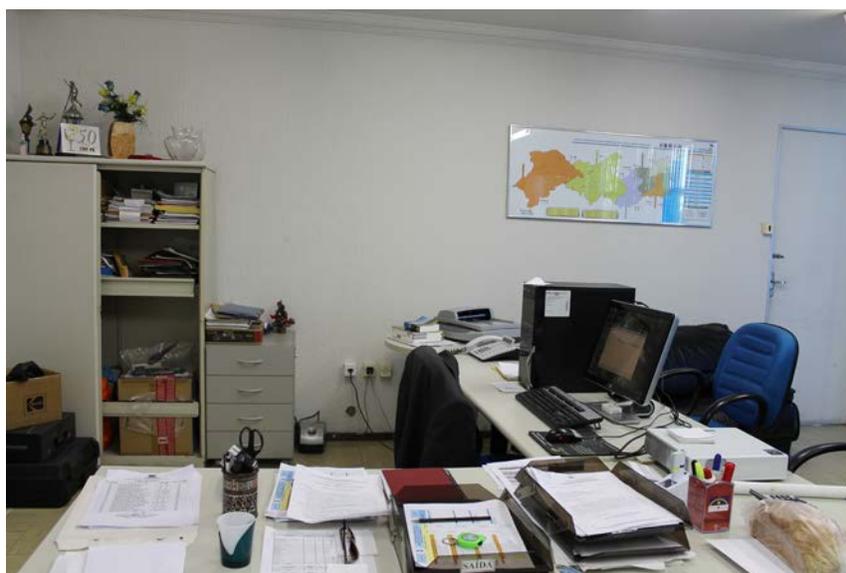


Imagem 189: Mesa do gestor e equipamentos.

SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO



Imagem 190: Balcão de atendimento aos usuários.



Imagem 191: Estante com pastas de arquivos existentes ao lado do balcão.

Todos os laudos que são realizados pelos diversos setores são encaminhados para este setor para serem enviados de volta às delegacias, através de ofícios, em conjunto com todos os indícios que foram colhidos. O atendimento aos usuários é feito em um balcão, ao lado do qual há uma estante com pastas de arquivos. Os documentos ficam em prateleiras existentes sob o balcão ou sobre mesas.



Imagem 192: Peritos redigem ofícios em suas mesas.



Imagem 193: Materiais que passaram por perícias são acondicionados em caixas e no chão da sala .

No mesmo espaço da sala, cerca de nove funcionários redigem os ofícios de encaminhamento interno ou externo ao Instituto de laudos e indícios. Eles dividem o espaço com materiais diversos que passaram por perícias e retornarão à Polícia Judiciária; documentos armazenados em arquivos móveis, estantes metálicas ou até mesmo em caixas ou sobre o chão da sala.

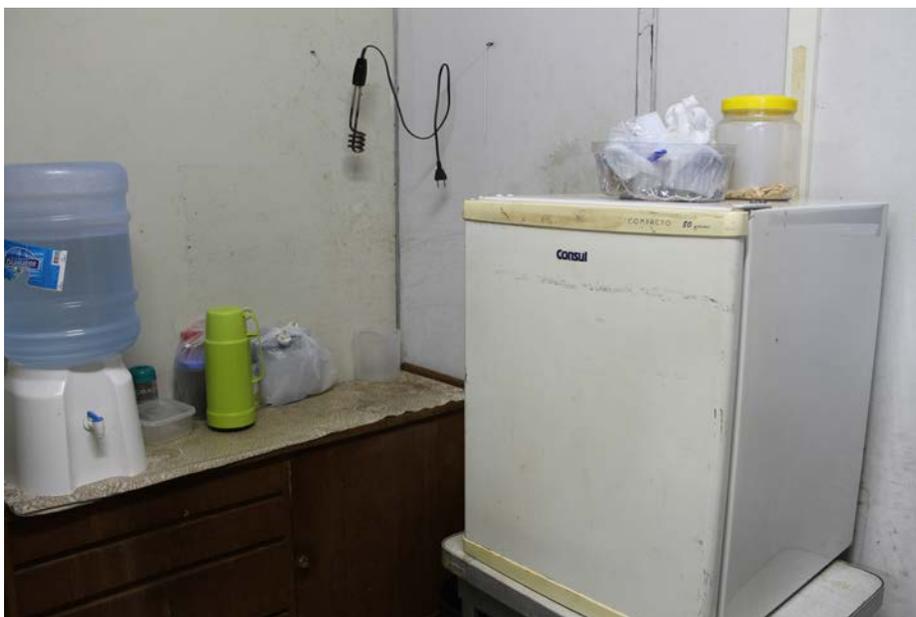


Imagem 194: Copa improvisada na sala.



Imagem 195: Provas e laudos que circulam pelo setor.

Para os peritos, o local não é amplo o suficiente para que se organize direito todos os indícios e a documentação que por ali

passa, além de faltar comodidade para os trabalhadores. Há uma pequena copa improvisada na sala com uma mesa, suporte para garrafão de água mineral, utensílios diversos e um frigobar.

ARQUIVO GERAL



Imagem 196: Balcão de atendimento do setor. Copiadora e buraco nas divisórias que faz a comunicação com o Setor de Apoio Administrativo.



Imagem 197: Detalhe da comunicação com o setor adjacente.

Na sala do Arquivo Geral é feito o arquivamento de uma das vias dos laudos que são produzidos no Instituto. O local armazena todos os documentos do tipo dos últimos 15 anos. Eles estão acomodados de diversas formas, em molhos de papéis amarrados por fitas, em caixas de papelão, caixas de arquivo plásticas ou de papelão ou, ainda, em livros. Por sua vez, tais itens se espalham pela sala em estantes metálicas (algumas apresentam suas prateleiras entortadas pelo peso dos papéis), arquivos móveis, sobre mesas ou empilhados sobre o chão. O grau de organização dos documentos varia visivelmente de acordo com o modo em que se encontram.



Imagem 198: Estantes metálicas com caixas contendo documentos começam a ceder com o peso da quantidade de papéis.



Imagem 199: Documentos são estocados em molhos de papéis e caixas de arquivos sobre as mesas, em prateleiras ou empilhados no chão.

Segundo um dos auxiliares de perito que trabalham no setor, a insuficiência de espaço é tanta que praticamente não tem como os acomodar adequadamente na sala. “Os próprios laudos vão ocupando o espaço das pessoas, dos funcionários...”



Imagem 200: Arquivo móvel existente na sala fornece organização para parte das caixas, mas não é suficiente para todos os documentos do setor.

Além dos móveis mencionados, a sala é equipada com uma copiadora – a única existente para todos os setores do segundo andar do prédio – e dois aparelhos de ar-condicionado – cuja fiação de instalação é presa ao exterior da parede com fitas adesivas. Não há computadores no setor.



Imagem 201: Instalação da fiação do ar-condicionado e copiadora do setor, a única disponível para os departamentos do segundo andar do Instituto.

Os laudos mais antigos são arquivados em outras salas e até mesmo no mezanino do prédio – um espaço existente entre o último andar e o telhado –, pois não há espaço para mais documentos do que os existentes no local.



Imagem 202: Arquivos antigos estocados no mezanino do prédio do Instituto de Criminalística.

SETOR DE BALÍSTICA FORENSE



Imagem 203: Policial carrega armas apreendidas até o Setor de Balística (porta à direita do corredor) para a realização de perícias.

O Setor de Balística é composto por vários ambientes: um no qual os laudos são redigidos e é feito o atendimento dos solicitantes; uma espécie de oficina para se trabalhar com projéteis e cápsulas; uma sala para os microcomparadores balísticos; uma sala em que são armazenadas armas; um local para a câmara balística e um pequeno alojamento para peritos em plantão.



Imagem 204: Área da sala destinada à digitação de laudos.



Imagem 205: Mesas de trabalho dos peritos do Setor de Balística.

A digitação de laudo é feita em cerca de oito computadores que se localizam na entrada da sala. A quantidade de aparelhos e de tomadas na sala é desproporcional, forçando a adoção de extensões e adaptadores para multiplicação das tomadas.



Imagem 206: Adaptadores são acessórios comuns nas tomadas da sala.

Segundo o chefe do setor, Gilberto Batista, as instalações elétricas do prédio do IC constituíram um problema, conforme se ampliou a quantidade dos equipamentos disponíveis:

De vez em quando, dá um *black-out*, aqui, de energia. Os computadores apagam tudo. A instalação aqui está sobrecarregada. Porque o prédio é antigo. Aí, quando chegou aqui, começou a pendurar as cargas, né? Computador, ar-condicionado... E isso foi sobrecarregando o sistema.

A oficina é o segundo ambiente do setor ao qual se tem acesso. Ela é equipada com algumas mesas sobre as quais há armas, documentos, livros e pastas. Sobre outras mesas, encontram-se ferramentas diversas utilizadas em trabalhos, vergalhões de diversos diâmetros, martelos, serras, diversas cápsulas de projéteis e protetores auriculares utilizados nos disparos feitos com as armas.



Imagem 207: Mesas do setor.



Imagem 208: Mesas em que são utilizadas ferramentas pelos peritos.

Há uma sala própria para os modernos microcomparadores balísticos utilizados na análise das ranhuras provocadas em projéteis pelas armas apreendidas. São três aparelhos do tipo. Todos são equipados com computadores para captura das imagens que são anexadas aos laudos. As instalações elétricas nas tomadas dos aparelhos também são improvisadas e algumas das CPUs dos computadores foram colocadas sobre caixas plásticas.

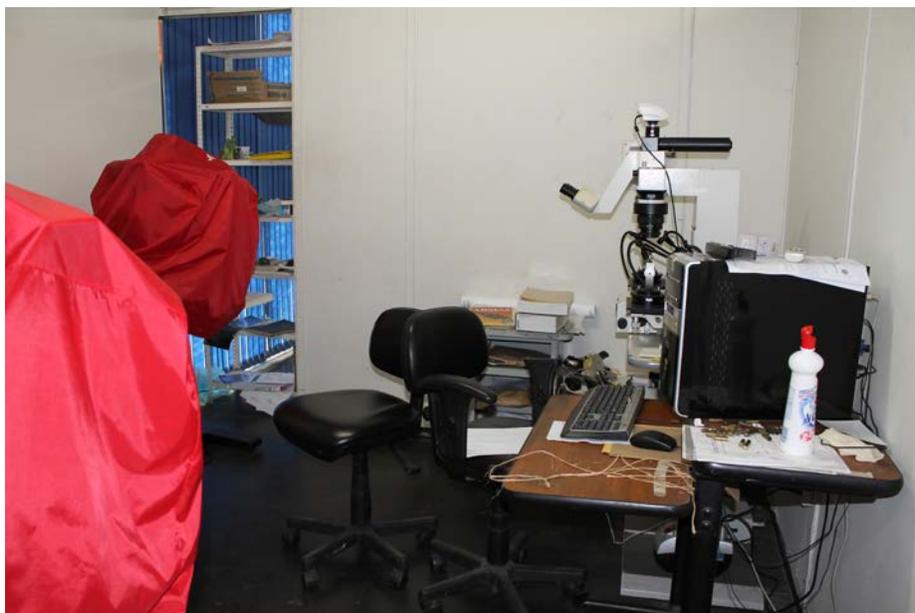


Imagem 209: Aspecto do ambiente em que se localizam os microcomparadores balísticos.



Imagem 210: Microcomparadores balísticos e computadores.



Imagem 211: Detalhes das instalações elétricas dos aparelhos da sala.

A sala da câmara de disparos possui isolamento acústico em suas paredes. A porta da sala, porém, está danificada e não se fecha totalmente. Em uma das paredes, há um exaustor. Há uma pia para limpeza dos projéteis. Os disparos com as armas de fogo são feitos dentro de um barril de metal cheio de areia, para testar a funcionalidade das armas, ou na câmara de disparos, para a coleta dos projéteis com as ranhuras para comparações.



Imagem 212: Entrada da sala de disparos, ao fundo, pode-se ver a pia e produtos de limpeza dos projéteis.



Imagem 213: Aspecto da sala de disparos, com barril (ao fundo) e câmara feita de madeira e preenchida com estopa para recolhimento dos projéteis.

Tal objeto consiste em um grande e pesado caixão de madeira preenchido com estopas de algodão que desaceleram os projéteis disparados, através de um buraco existente em um de seus lados, e possibilitam sua coleta. Trata-se de um método rústico e ultrapassado para o seu fim. De acordo com o chefe do setor, perde-se muito tempo para se procurar os projéteis em meio ao algodão. Outra desvantagem do instrumento é o perigo de incêndio do material existente dentro da caixa, que é inflamável e suscetível de incêndio, por efetauais faíscas ou mesmo o calor produzido pelos disparos. A sala já foi foco de um incêndio do tipo, que deixou manchas no teto que ainda podem ser percebidas no local.



Imagem 214: Armas apoiadas contra as paredes da sala, que é isolada acusticamente.



Imagem 215: Marcas de fogo no teto produzidas por incêndio ocorrido na sala de disparos.

As armas ficam armazenadas em vários locais. Algumas, sobre as quais os peritos estão trabalhando, são colocadas sobre mesas ou mesmo sobre o chão. Outras ficam em uma sala especial, que é protegida por grades de ferro em todas as suas paredes e no teto, na qual há arquivos móveis. Outras, ainda, são guardadas dentro de diversas caixas sobre o chão de um corredor nos fundos do setor, ao qual somente se tem acesso ao passar por toda a sala.



Imagem 216: Estantes e armas no chão da sala. Em primeiro plano, observa-se um antigo comparador inutilizado.



Imagem 217: Sala fortificada na qual projéteis e armas são armazenados em arquivos móveis.



Imagem 218: Armas em caixas sobre o chão de corredor da sala.

Aos fundos de tal corredor, há um pequeno dormitório para os peritos em plantão, cuja porta é do tipo sanfonada, dotado de um beliche e ar-condicionado.



Imagem 219: Porta do alojamento da Balística.

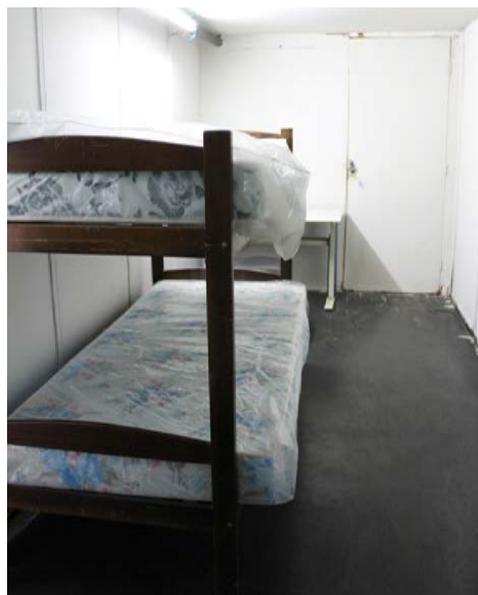


Imagem 220: Beliche do dormitório.

PERÍCIAS DOCUMENTOSCÓPICAS E CONTÁBEIS



Imagem 221: Aspecto do ambiente do Setor de Documentoscopia e seu mobiliário.

Na sala de perícias documentoscópicas e contábeis, atuam, de acordo com o chefe do setor, o perito criminal especial, Sr. Arthur Jorge Lira, dez peritos e três auxiliares. Trata-se de uma sala ampla, com um bom espaço de circulação interna. É equipada com cerca de nove mesas, sete computadores, armários e estantes para acondicionamento de documentos arquivados e materiais a serem periciados. Encontramos sobre cadeiras e o chão do lugar alguns envelopes e sacos contendo papéis e objetos nos quais ainda seriam realizadas perícias.



Imagem 222: Perito ao computador.

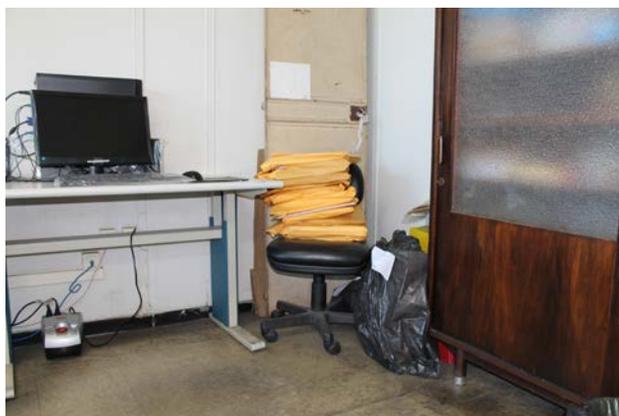


Imagem 223: Envelopes e sacos contendo vestígios sobre cadeiras e no chão da sala.

Segundo o perito, as perícias sobre alterações de ordem físico-químicas em documentos, estudo da autenticidade de manuscritos e assinaturas, em documentações contábeis, perícias papiloscópicas de impressões digitais latentes (ou invisíveis) na superfície de documentos, e perícias para verificação de autenticidade de produtos contam com equipamentos, como comparadores de impressão digital, lupas e microscópios (do Setor de Balística). Estaria havendo, porém, um processo para a aquisição de um examinador documentoscópico VSC6000 Forster Freeman, que permitiria, entre outras funções, a observação de objetos com luz ultravioleta e infravermelha, admitindo a identificação da profundidade de traços e outras especificidades nos objetos analisados.



Imagem 224: Mesa utilizada para análise de objetos. Sobre ela, alguns materiais como lupa e um livro de registro das solicitações de perícias ao setor.



Imagem 225: Comparador antigo utilizado em perícias documentoscópicas e papiloscópicas em documentos.

Ainda segundo o chefe do setor, uma das maiores dificuldades se encontra nas perícias sobre autenticidade de produtos em que há suspeita de violação de patentes ou direitos intelectuais, isto é, que podem ser fruto de falsificações. Para a realização das comparações, é necessário se ter à mão um espécime autêntico fornecido pelos fabricantes, cuja obtenção é dificultosa e, por vezes, a falta de originais impede esse tipo de perícia.



Imagem 226: Produtos cuja autenticidade é questionada dentro de sacos no chão e sobre uma mesa.

Há ainda no setor uma sala anexa com mais um computador, um aparelho de som e uma copa improvisada sobre um frigobar,

além de uma mesa e duas cadeiras. Tal sala é climatizada por um ar-condicionado de parede, enquanto o resto do ambiente conta com um aparelho do tipo *split*. No teto, há pontos em que a pintura está descascando.



Imagem 227: Sala anexa com copa.



Imagem 228: Detalhe do ar-condicionado split e teto com pintura descascada.

CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CPD)

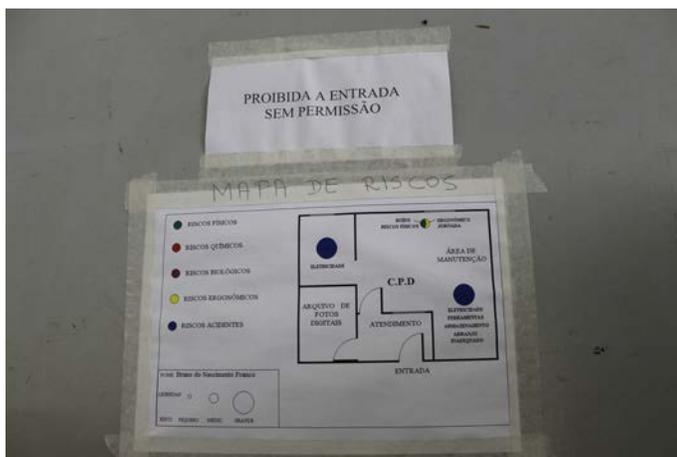


Imagem 229: Mapa de riscos existente na porta da sala do CPD.

Diferentemente de todas as outras salas em que se realizam perícias ou não, há um mapa de riscos fixado na porta de entrada do CPD do Instituto de Criminalística. Nele, apontam-se as áreas do setor e os lugares aos quais os visitantes estão submetidos a riscos de acidentes (eletricidade, armazenamento, ferramentas e arranjo inadequado, ergonômicos e físicos).



Imagem 230: Equipamentos ocupam todo o centro da sala do Centro de Processamento de Dados.



Imagem 231: Área de manutenção e estante, na qual o risco de acidente com eletricidade, ferramentas e arranjo inadequado é caracterizado como grande.

Ao passar pelo ambiente de atendimento, separado por divisórias, percebe-se o reduzido espaço ali existente. Aparelhos diversos (dentro e fora de caixas) ocupam praticamente todo o centro do chão da sala. Interessante notar que uma das áreas definidas como de baixo risco físico e ergonômico no mapa localiza-se atrás destes equipamentos. Ao lado direito, várias mesas formam uma bancada sobre as quais são colocados equipamentos em manutenção. Ao fundo do local, há um armário. De acordo com o mapa, este ponto é caracterizado como de grande risco de “acidentes com eletricidade, ferramentas e arranjo inadequado.”



Imagem 232: Local no qual a infraestrutura de rede do Instituto está instalada. Há ainda diversos aparelhos empilhados no chão do local. De acordo com o mapa de riscos, aqui é um lugar de alto risco de acidentes elétricos.



Imagem 233: Detalhe de mesa, ar-condicionado e uma caixa de energia fixada na parede da sala de rede.

À esquerda, uma sala adjacente é destinada ao depósito de mais aparelhos e aos roteadores e equipamentos que operam a rede informática do Instituto. O local é definido pelo mapa como de grande risco elétrico. Uma outra sala é exclusivamente para o armazenamento de fotos do Instituto. Nela, os peritos ou auxiliares utilizam dois computadores para descarregar no sistema de armazenamento de dados do IC as fotos tiradas em cenas de crimes ou durante outros procedimentos de perícia em que são necessários. Em todo o setor, o ambiente é climatizado por dois aparelhos de ar-condicionado de parede. Num deles, falta o display frontal.

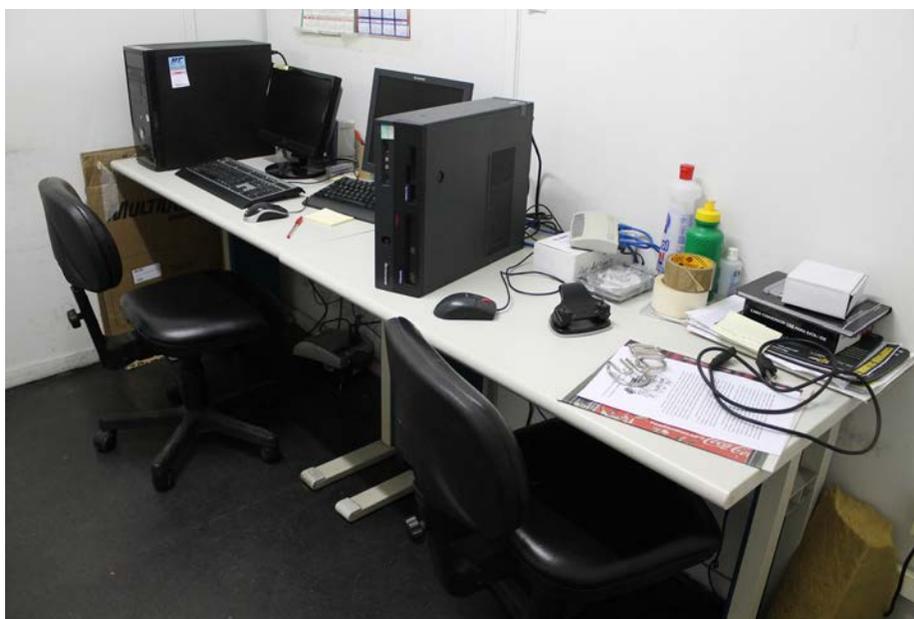


Imagem 234: Sala de armazenamento de fotos digitais.

MEIOS INFORMÁTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

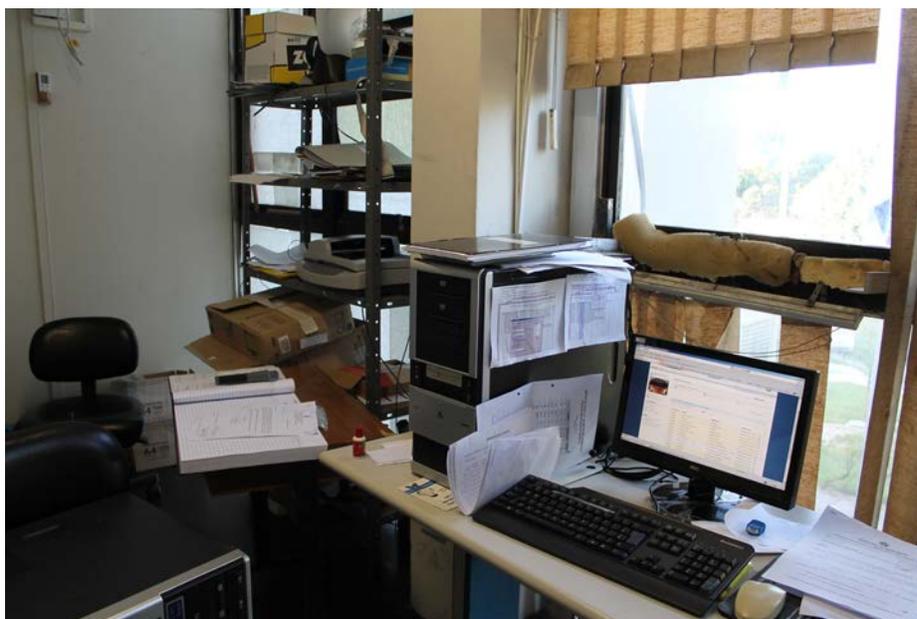


Imagem 235 : Espaço de trabalho dos peritos no setor. Acúmulo de equipamentos destinados à perícia na sala força improvisos de mesas, estantes e cadeiras, como local de apoio para realização de procedimentos nos aparelhos.

De acordo com as palavras do gestor do IC, Luiz Carlos Soares, o Setor de Meios Informáticos e Equipamentos Eletrônicos é um dos que têm um maior volume de demanda de perícias do Instituto. Isto se deve à elevada tecnologização da sociedade, que faz dos equipamentos informáticos e eletrônicos cada vez mais presentes em diversas variedades de crimes, quer como meios para a sua prática, quer como lugar em que se possa encontrar informações que indiquem à prática criminosa. Talvez por isso, grande parte do setor seja destinada ao depósito de CPUs de computadores, notebooks, impressoras e outros eletrônicos, a tal ponto que mal se encontra espaço em mesas para os trabalhos dos peritos ou mesmo para circulação nas salas.



Imagem 236: CPUs de computadores empilhadas no chão dos ambientes do setor ocupam grande parte do espaço.

O setor também é responsável pelo laboratório de fonética forense que, à época, ainda estava sendo remontado com uma estrutura mais adequada às necessidades da perícia. Uma pequena sala com as paredes cobertas por espumas de proteção acústica e um aparelho de ar-condicionado *split* estava sendo preparada para receber o laboratório.



Imagem 237: Futura sala do Laboratório de Fonética Forense, ainda incompleta em sua estrutura e equipamentos.

Enquanto este não era concluído, as perícias de fonética forense tinham que ser realizadas na sala antiga, que ainda preservava em suas paredes marcas da colagem da proteção acústica ali existente. O local e a falta de móveis adequados à instalação dos aparelhos utilizados na perícia, para análise ou para serem periciados, forçavam a existência de um ambiente desorganizado, com aparelhos, fitas cassete, fios, fones de ouvido, etc., aglomerados uns sobre os outros nas mesas ou em caixas.



Imagem 238: Sala antiga e ainda utilizada pela Fonética Forense. Aparelhos, documentos e materiais destinados à perícia aglutinam-se sobre os móveis e no chão.



Imagem 239: Detalhe do material e equipamento existente na sala.

Observou-se também no setor certa inadequação das instalações elétricas às necessidades das suas atividades. Sob as mesas da sala, amontoam-se módulos isoladores, estabilizadores, régulas e extensões. Para lidar com aparelhos diversos que precisam ser alimentados por energia elétrica, como os celulares, os peritos improvisaram uma fonte universal, fios, controladores de voltagem, cliques do tipo jacaré e cliques de papel.

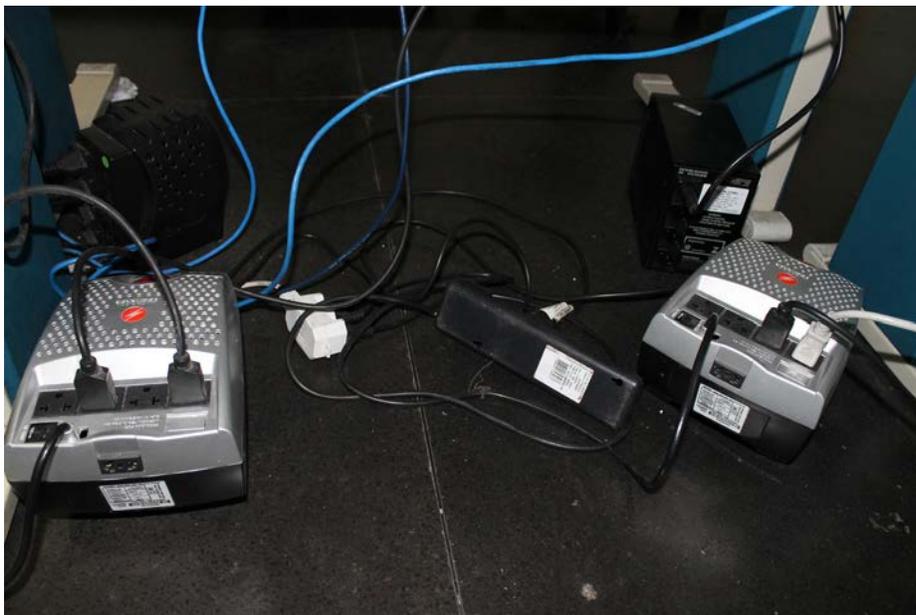


Imagem 240: Estabilizadores, módulos isolantes e outras adaptações elétricas sob as mesas da sala.

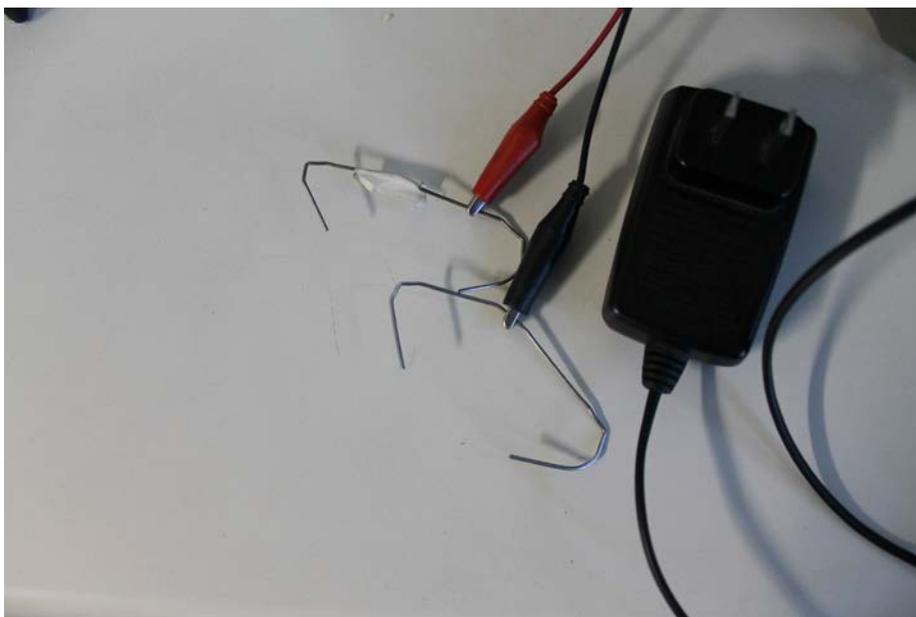


Imagem 241: Gambiarra serve como espécie de fonte universal para alimentar alguns aparelhos com eletricidade.

O setor dedica-se exclusivamente à produção de croquis, isto é, representações gráficas esquemáticas, de locais de crimes diversos para os laudos produzidos no Instituto. Eles são produzidos de forma computadorizada, a partir das anotações dos peritos criminais, em especial, da Unidade de Plantão Criminalístico. Boa parte do ambiente é dedicada aos arquivos com a produção do setor, estando os mais recentes armazenados em arquivos metálicos, e os mais antigos, em caixas de papelão alocadas sobre tais móveis.



Imagem 244: Arquivos ocupam grande parte da área destinada ao setor.



Imagem 245: Buraco existente no teto sobre os arquivos.

Foi relatado à equipe da pesquisa que o setor encontra dificuldades, sobretudo em relação à obtenção de *softwares* mais adequados que facilitem suas atividades. No teto do local dos arquivos, há um buraco feito para a instalação de aparelhos de ar-condicionado que ainda não foi reparado.

BANHEIROS

Os banheiros existentes no segundo andar do prédio apresentam péssimo estado de conservação e instalação adequada. No banheiro masculino, uma fita zebraada utilizada para isolamento do local de crime sinaliza a interdição do mictório. Uma das pias foi quebrada e não substituída. Faltam alguns azulejos, as descargas são do tipo de caixa suspensa e o encanamento que lhes fornece água foi instalado externamente à parede. O local, de piso escuro e com os defeitos apresentados, não causa uma boa impressão quanto às suas condições.



Imagem 246: Fita interdita mictório no banheiro masculino.



Imagem 247: Pia quebrada não foi substituída no banheiro masculino.

O banheiro feminino tem condições parecidas, mas apresenta um aspecto mais agradável. Uma de suas divisórias dos sanitários está sinalizada como interdita por um aviso. Há também falta de azulejos e encanamento externo.

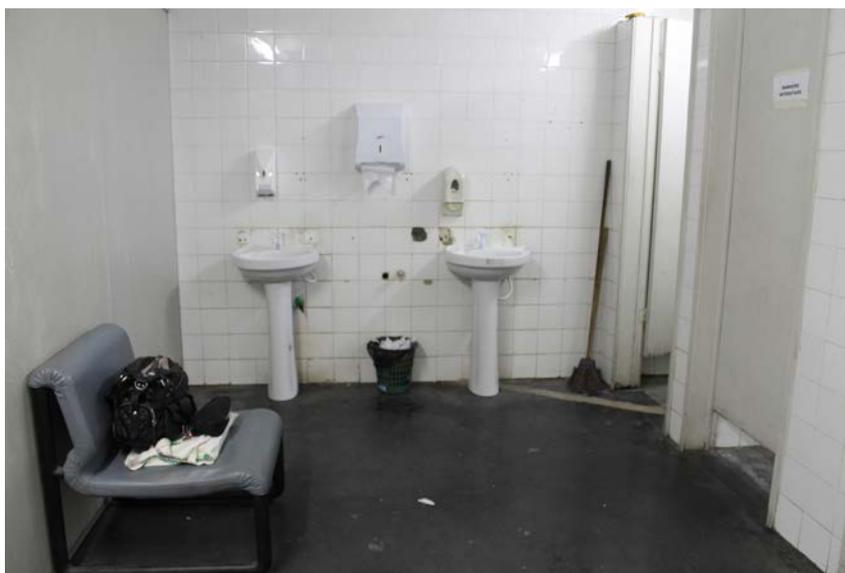


Imagem 248: Aspecto do banheiro feminino.



Imagem 249: Sanitário do banheiro feminino.



Imagem 250: Aviso sinaliza interdição.

COPA



Imagem 251: Aspecto da Copa do Instituto.

A copa é uma pequena sala localizada ao lado dos banheiros. É equipada com um grande balcão para a pia, fogão, botijão de gás, suporte para galão de água mineral, geladeira e uma pequena mesa no centro da sala, com três tipos de cadeiras diferentes. O espaço é insuficiente para funcionar como copa de todo o instituto, razão pela qual encontramos copas improvisadas nas diversas salas do prédio.



Imagem 252: Aspecto da antiga sala de revelação de filmes fotográficos. Hoje, uma espécie de despensa.

Ao lado da copa, uma sala, que antes era destinada à revelação de filmes fotográficos, agora funciona como uma espécie de depósito para materiais diversos, utilizada pelos auxiliares de limpeza e serviços gerais do Instituto. O cômodo tem aspecto degradado, não possui forro, mas dois dutos com aspecto sujo. São, provavelmente, resquícios de um sistema de ar-condicionado central do edifício já desativado e substituído há algum tempo. No local, materiais e utensílios diversos são armazenados, incluindo copos e utilidades de cozinha. Tudo indica que os auxiliares de serviços gerais utilizam o local também como vestiário.



Imagem 253: Armários e prateleiras acondicionam materiais diversos, incluindo utensílios de cozinha e pertences pessoais.

UNIDADE DE LABORATÓRIO CRIMINALÍSTICO



Imagem 254: Campanha de controle da entrada na UniLab.



Imagem 255: Recepção do Laboratório.

A entrada na Unidade de Laboratório Criminalístico é controlada e há uma campanha na porta para requisitar acesso ao

setor. Não há nenhum sistema de videomonitoramento no local, assim como no resto do Instituto. Ao se passar pela porta, há a recepção, equipada com balcão, computador, arquivo, poltronas, sofás e um aparelho de ar-condicionado *split*. Sobre o aparelho, um buraco no teto, parcialmente tampado com um pedaço de papelão, permite a passagem de um cabo de rede.

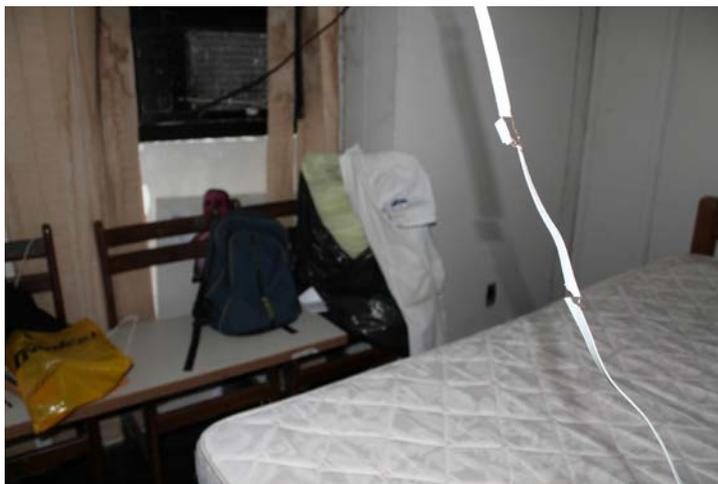


Imagem 256: Quarto para repouso dos peritos de plantão.



Imagem 257: Copa existente no setor.

Devido aos plantões realizados pelos peritos, há um pequeno quarto no setor para repouso. Ele é equipado com uma cama de

solteiro, armário e ar-condicionado de parede. Algumas cadeiras e uma tábua de madeira servem como apoio para que os técnicos guardem seus pertences pessoais. Junto ao quarto, há uma pequena copa com mesa redonda, televisor, cadeiras (algumas rasgadas), refrigerador, geláguia e pia.



Imagem 258: Sala da chefia do Setor do Laboratório Criminalístico.

A sala da gerência é bem organizada. Possui ar-condicionado, estantes e um birô, sobre o qual há um computador, telefone e documentos. Sobre um móvel, ao fundo da sala, alguns objetos antigos relacionados à atividade laboratorial servem de decoração.



Imagem 259: Sala de análises iniciais.



Imagem 260: Equipamento para análises iniciais.

Uma sala adjacente serve para que peritos redijam laudos e façam pesquisas no computador, além de análises iniciais dos materiais recebidos para perícia. Diversos aparelhos laboratoriais são acondicionados sobre móveis de madeira altos, com gavetas e portas de vidro em sua parte inferior. Gilberto Pacheco, chefe da unidade, explica a inadequabilidade do mobiliário para o trabalho, nos seguintes termos:

Você vê que a altura não é compatível para eu observar naquela lupa estereoscópica. Eu vou ter que tirar e colocar no birô porque senão não alcanço. Mas para a gente não perder os equipamentos por conta de infiltração de chuva, aí trouxemos os equipamentos para cá... Uma balança de precisão, uma lupa e alguns reagentes para fazer as primeiras análises (de material recebido das delegacias).



Imagem 261: Aparelho de ar-condicionado da sala de análises iniciais.

Na unidade, há uma sala de indícios. Foi conveniente, porém, que não adentrássemos nela, já que apenas pessoal interno pode ter acesso aos indícios, por questão de preservação da integridade das provas.



Imagem 262: Equipamentos da sala de digitação dos peritos do laboratório.

Na sala de digitação de laudos, há cinco computadores e uma impressora multifuncional disponíveis para os peritos do laboratório. Os computadores são locados, como todos no Instituto, visto que a equipe do laboratório é formada por onze peritos, o número de computadores se afasta do ideal.



Imagem 263: Equipamentos adquiridos para laboratório de genética forense armazenados em condições especiais por ocasião da construção das suas instalações na AIS de Prazeres.



Imagem 264: Refrigeradores e freezers do laboratório químico no qual amostras de DNA relacionadas a crimes no estado foram conservadas até possibilidade de análise.

Na época, o laboratório de genética forense da Polícia Científica de Pernambuco ainda estava em fase de implementação na Área Integrada de Segurança de Prazeres, Jaboatão dos Guararapes. Muitos dos aparelhos, porém, já haviam sido adquiridos e foram acondicionados em uma sala especial na Unidade de Laboratório Forense, com climatização adequada à precisão dos equipamentos. As amostras de DNA obtidas em crimes no Estado, desde que começaram a ser captadas, também tiveram cuidados especiais enquanto o laboratório não era implementado. Segundo o chefe da unidade, os materiais foram mantidos em refrigeradores cuja temperatura era constantemente monitorada pelos técnicos, obedecendo a padrões de segurança, a fim de que não se degenerassem.



Imagem 265: Aviso na porta da sala identifica o procedimento ali realizado e alerta para cuidados que devem ser adotados.



Imagem 266: Conjunto de equipamentos que permitem a espectroscopia molecular.

O espectrofotômetro de infravermelho, uma das inovações adotadas pelo Instituto de Criminalística na área laboratorial, também é um aparelho sensível à temperatura e umidade do ambiente. Por tal motivo, a máquina é mantida em uma pequena sala especialmente preparada para sua utilização. A porta deve permanecer constantemente fechada para se manter a temperatura entre 23°C e 25°C e a umidade do ar em, no máximo, 60%. Para a preservação das condições, o número de pessoas presentes na dependência deve ser controlado.

Há um desumidificador na sala que poderia auxiliar na tarefa, porém as condições das instalações elétricas do prédio impedem sua utilização. De acordo com Gilberto Pacheco, se o desumidificador for acionado, a rede elétrica do Instituto sofreria sobrecarga e cairia, provocando uma situação em que os prejuízos advindos poderiam ser incalculáveis, tanto pelos riscos de danos a aparelhos, quanto pela possibilidade de se perder materiais que estão armazenados nos diversos refrigeradores e *freezers* do laboratório químico.



Imagem 267: Perito insere amostra para análise do espectrofotômetro.

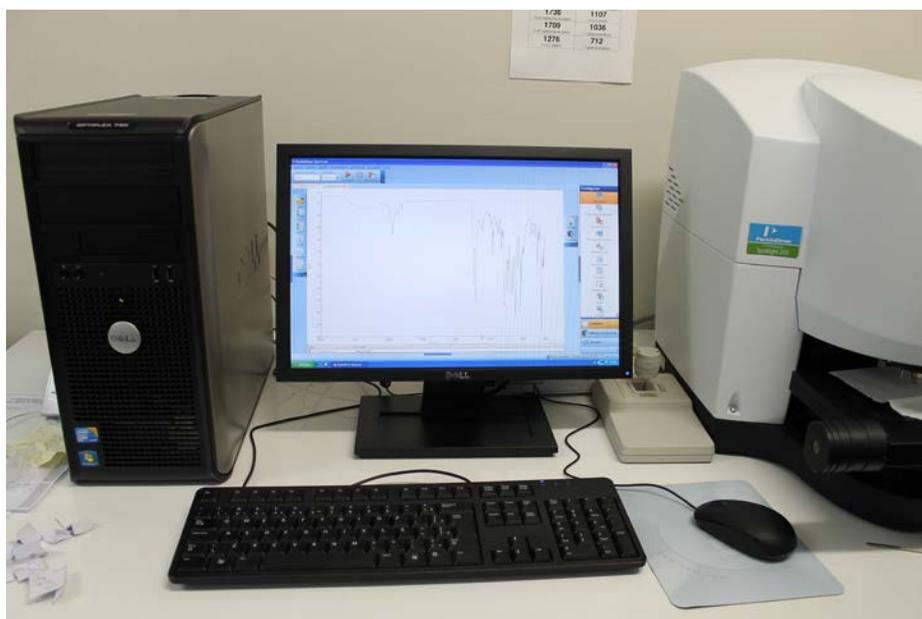


Imagem 268: Software traduz para um gráfico a leitura das variações nas ondas de luz infravermelha feita pelo aparelho, possibilitando a comparação da amostra com as frequências padrões de substâncias conhecidas.

Espectrofotômetro infravermelho permite a análise de substâncias em nível molecular. Um feixe de luz infravermelha, emitido por um microcanhão especial, atravessa a matéria colocada pelos peritos sobre um minúsculo cristal. O equipamento faz a leitura dos comprimentos de onda refratados desta maneira e os exibe em um gráfico que permite a leitura e comparação dos peritos com a oscilação, previamente conhecida, que sofre a luz quando atravessa as ligações químicas de outras substâncias.

A análise das divergências e similaridades das ondas entre a amostra contestada e o gráfico padrão permite que, por exemplo, seja detectada a porcentagem de cocaína existente em uma pedra de crack ou em qualquer outro elemento analisado. Uma das principais vantagens do espectrofotômetro é que as amostras analisadas são conservadas – diferentemente do que ocorre em outros procedimentos mais comuns feitos em laboratório que exigem a dissolução das substâncias e a consequente contaminação das amostras com reagentes.

Assim, a evidência pode ser devolvida às autoridades, mantendo a materialidade tão prezada para a construção de provas de crimes perante a Justiça, ou ser analisada novamente quando requisitada uma contraprova. Outras vantagens da tecnologia: permite a análise de evidências em quantidades mínimas (sem sua destruição); o processo leva aproximadamente um minuto para que seja emitido seu resultado, que é 100% confiável e amplamente aceito – a excelência do procedimento é, inclusive, reconhecida pelos padrões da Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com o chefe da Unilab, diante da disparidade entre a quantidade de funcionários do setor e a demanda constante por análises de entorpecentes e substâncias suspeitas de adulteração ou falsificação, “se não fosse esse equipamento, a gente estaria em uma situação pior. A gente está ruim, mas poderia ser muito pior.”

BANDAS MAIS INTENSAS NO IV (cm ⁻¹)	
1736 C=O (carbonila de éster)	1107 C-O-C (éster)
1709 C=O (carbonila de éster)	1036 <input type="checkbox"/> (anel aromático)
1276 C-O-C (éster)	712 <input type="checkbox"/> (anel aromático)

Imagem 269: Na parede próxima ao computador da espectroscopia molecular, estão fixadas as taxas conhecidas das substâncias que mais frequentemente requerem comparações.

Outro equipamento recentemente adquirido pela Secretaria de Defesa Social para uso nos laboratórios do IC foi um Cromatógrafo Gasoso. O aparelho também serve para a identificação de

substâncias, mas em estado líquido. À época, a máquina já se enoctrava no local, mas estava desativada, pois não havia sido montada devido à dependência da instalação de tubulações para fornecimento de gases de acordo com os pré-requisitos especificados pelo fabricante. Este último processo, por sua vez, havia exigido também a realização de licitação para fornecimento do material e serviço, que já fora concluído, aguardando apenas a finalização das instalações pela empresa vencedora do edital.



Imagem 270: Novo cromatógrafo gasoso adquirido pelo IC. O Instituto aguardava a finalização da instalação de um sistema de fornecimento de gás pela empresa vencedora da licitação de aquisição do serviço para o funcionamento do aparelho. Na parede, pode-se observar parte das instalações já realizadas.

A novidade, segundo o perito chefe do setor, também ofereceria inovações nos procedimentos realizados no laboratório forense do Instituto de Criminalística – que já possuía um outro aparelho do tipo, de operação manual e com 20 anos de uso. A vantagem do novo cromatógrafo reside na necessidade de apenas um técnico – enquanto o antigo ocupa dois peritos – para sua operação, por ser completamente automatizado, e, por isso, mais preciso; além da facilidade de comparação das amostras processadas feita por um computador acoplado à máquina através de um *software* que possui uma biblioteca de dados de inúmeras substâncias, possibilitando a identificação da composição com maior eficiência e rapidez.



Imagem 271: Cromatógrafo antigo do Laboratório Forense do IC, de operação manual, necessita de dois peritos para que o tempo entre a injeção da substância no aparelho e o acionamento da leitura pelo software do computador seja o menor possível. Tal cuidado visa minimizar o comprometimento da análise, pois a diferença de frações de segundo entre as duas ações interfere na leitura das reações físicas sofridas pelas amostras. Apesar disso, o chefe do Laboratório define o aparelho como “um Fusquinha” devido à sua eficácia e resistência ao tempo.

Outro aparelho que o Instituto possui em seu laboratório mostra, porém, um outro lado das aquisições de tecnologias e sua relação com a burocracia estatal. O cromatógrafo gasoso acoplado a um espectrômetro de massa (GCMS) da marca Varian, modelo Saturn **2001**, está desativado há três anos. Depois da aquisição, o equipamento revelou um defeito em um de seus componentes que impossibilita sua comunicação com qualquer computador. Em meio às idas e vindas até o diagnóstico do problema, os peritos do setor realizaram diversas tentativas para seu funcionamento. Chegaram, até mesmo, a comprar com seus próprios recursos um computador novo, seguindo as orientações de um técnico. Mesmo com o fracasso da tentativa, os funcionários fizeram um termo de doação do aparelho adquirido para o Instituto. O reparo da peça do GCMS, porém, estava estagnado na elaboração do termo de referência para requisição da peça e sua manutenção.



Imagem 272: Chefe da Unilab, Gilberto Pacheco, apresenta o cromatógrafo gasoso acoplado a espectrômetro de massa do Instituto. O aparelho está com um defeito que há 3 anos espera reparo. Os peritos chegaram a adquirir por conta própria o computador ao lado dele (coberto por um plástico) na busca por soluções do problema.

O Laboratório Químico, propriamente dito, é equipado com diversos outros aparelhos específicos. As instalações físicas, porém, não atendem corretamente às exigências de segurança para o seu funcionamento. Uma das causas de tal carência consiste na parca adaptação que o edifício teve para receber o Instituto. Na avaliação do próprio chefe da Unilab,

As nossas instalações não são adequadas aos fins a que nos destinamos a fazer, ao laboratório forense. Esta edificação em que nós estamos hoje, ela foi construída para ser um centro de trabalho, acho que escritórios de arquitetura... A começar do próprio piso, que é preto. Então, em um piso preto, se cair um indício, alguma coisa, você não vai achar mais nunca. Porque nós trabalhamos com amostras críticas, amostras muito pequenas e não temos o direito de pedir outra amostra, que o crime seja cometido novamente para obtê-la. Isso é diferente de um laboratório de análises clínicas em que você vai fazer uma coleta e se, por algum motivo, houver um problema, o laboratório vai até você e coleta novas amostras e processa as análises. A gente não tem esse direito. Então, o prédio foi

adaptado para funcionar como um laboratório, mas não oferece condições de segurança ideais. Acho que nem mínimas, talvez nem mínimas... Porque as nossas paredes são absorventes, o piso é negro, as portas não têm vidro para poder visualizar uma pessoa que vem em minha direção... Um exemplo, alguém vem carregando um ácido, aí eu abro a porta. Sem o vidro, eu não vejo quem está atrás da porta. Aí, eu abro a porta e posso provocar um acidente. Ao passo que, se ele tivesse a formatação de um laboratório, tudo isso aqui seria mudado. E rápido.



Imagem 273: Balcões de processamento de análises químicas pelos peritos nos dois ambientes do Laboratório Químico.

Os balcões em que são processadas as análises pelos peritos são feitos de madeira, um material poroso e absorvente que acumula resíduos de soluções químicas derramadas ao longo dos onze anos em que o IC está instalado no prédio.



Imagem 274: Marcas existentes nos balcões são consequências do acúmulo de substâncias químicas na madeira.

Para minimizar as consequências de um possível acidente no laboratório, a Unidade adotou um padrão de procedimento que o perito chefe denomina Política de Redução de Danos. Em suas palavras,

O balcão deve ser de granito polido. Ele não deve ser poroso. Então, se cair algum líquido, ele escorre. Teria que ter uma proteção para escorrer em um determinado local. O que nós fazemos aqui? Adotamos como filosofia de trabalho da Unidade a política de redução de danos. Eu não tenho... Com os recursos que eu tenho... Com as instalações que eu tenho, como evitar um problema? É impossível. Eu sei que o problema vai acontecer. Então, eu adotei a política de redução de danos. Ações simples e baratas. Então, por exemplo, eu coloco essas bandejas. Se algum desses recipientes sofrer algum dano, o líquido vai ficar contido neste utensílio. Eu minimizo uma ação cáustica no operador ou na mobília. Então, para tudo nós estamos utilizando essas bandejinhas.



Imagem 275: Bandejas utilizadas como item de segurança para minimizar as consequências de um possível acidente com soluções no laboratório. Um paliativo simples e barato.

A adaptação do prédio ao Instituto foi feita sem embasamento técnico para as instalações e o mobiliário, oferecendo riscos aos

peritos, aos outros ocupantes do prédio e, até mesmo, ao meio ambiente. Questionado sobre o que aconteceria com a solução que ficasse contida nas bandejas, Gilberto respondeu sem jeito: “Aí, eu vou descartar na pia mesmo. Não tem como não. Da pia... Vai pro esgoto e pra fossa. O que não está correto. Contaminação ambiental... Nós somos contaminadores em potencial muito grandes.”



Imagem 276: Pia na qual materiais químicos são descartados não é ligada a esgoto especial que minimize contaminação ambiental.

A inadequação das instalações à segurança para funcionamento do laboratório causa, inclusive, a recusa dos peritos de executar certos procedimentos. O laboratório dispõe de uma capela para dissipação de gases emitidos pelas reações químicas. O aparelho não se ajusta às necessidades dos peritos, por não ter potência suficiente para sucção do ar. A instalação da capela, por sinal, teve que ser improvisada pelos próprios peritos. A capela não é eficiente para impedir, na sala, a contaminação por metais pesados volatilizados. Além disso, seu sistema de exaustão não contém nenhum tipo de filtro que limpe o ar que libera no ambiente. A aquisição de um novo aparelho, porém, esbarra no obstáculo oferecido pela estrutura física novamente.

Segundo Gilberto Pacheco,

Já foi muito requisitada outra capela. O problema é que com uma capela nova, a gente tem que modificar todo o layout aqui. As capelas não são mais assim. Isso aqui é para análise bem simples, coisas inorgânicas. Para coisas orgânicas.... Tanto é que algumas análises a gente não faz mais por questões de segurança do operador e das pessoas que estão trabalhando conosco. Aqui embaixo, não é perícia, é um núcleo de arquitetura. Então, quando eu aqueço aqui, esse vapor é denso... A tendência dele é ir para o solo. Ali no canto tem umas frestas de alumínio... Há um espaço. Então começa essa fumaceira... Uma vez eles se assustaram, pensando que era incêndio.

Apesar de tais gases não causarem nenhuma consequência se absorvidos em pequenas quantidades, o contato contínuo com metais volatilizados tem efeito cumulativo no organismo, que não processa tais substâncias. O resultado para a saúde dos peritos pode ser uma intoxicação ou o desenvolvimento de um câncer.



Imagem 277: Capela existente no laboratório químico do IC não supre as necessidades de segurança contra contaminação e instalação de uma outra nova. Implicaria ajustes na estrutura física.

As deficiências de segurança incluem, ainda, um lavador de emergência adequado para o caso de contato de substâncias com o corpo durante um acidente. A torneira ali instalada não tem vazão de água suficiente para dar alívio à vítima de um potencial

acidente. Além do mais, há um degrau abaixo dela que poderia provocar um acidente maior devido ao risco de se tropeçar nele e cair sobre as vidraças que ficam ao lado do local. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) não existem em quantidade suficiente para todos os peritos, que acabam os compartilhando. Não há máscaras que filtram gases completamente para todos, apenas máscaras descartáveis que não são adequadas para a prevenção que o laboratório exige.



Imagem 278: Lavador de emergência oferece riscos maiores em caso de acidente devido à existência de um degrau e proximidade com as janelas.

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL ANTÔNIO PERCIVO DA CUNHA – IML

LOCALIZAÇÃO

A sede do Instituto de Medicina Legal Antônio Percivo da Cunha está localizada no número 455 da Rua Marquês de Pombal, que é um terreno de esquina com a Rua Pedro Afonso, no Bairro de Santo Amaro, região central do Recife. O Instituto se localiza, de certa forma, no centro de um pentágono, cujos lados são formados por algumas vias importantes do Recife: a Avenida Cruz Cabugá, a Rua dos Palmares, a Avenida João de Barros, a Avenida Norte e, um pouco mais distante, a Avenida Agamenon Magalhães.

Esta área tem uma composição heterogênea, abrigando sedes de empresas, galpões, residências de famílias de baixa renda e órgãos importantes, como o Sesc Santo Amaro, o Hospital Oswaldo Cruz e o Cemitério de Santo Amaro. Este é vizinho do IML e o delimita, tanto a sul, quanto a oeste, praticamente envolvendo-o. O Instituto de Medicina Legal distancia-se a apenas 700 metros da sede da Secretaria de Defesa Social, na qual se localiza a Gerência Geral de Polícia Científica, e, aproximadamente, a um quilômetro e um quilômetro e meio, respectivamente, das sedes do Instituto de Identificação Tavares Buriel e do Instituto de Criminalística.

O IML é um conjunto de construções, nas quais cada uma abriga setores destinados a finalidades diversas. Na maior delas, ficam os consultórios para perícias em vivos, a sala de necrópsias de cadáveres recém-mortos, alojamentos de médicos-legistas e auxiliares de legista, alguns setores destinados à liberação e identificação de corpos e a exames. Um segundo prédio, edificado à frente do terreno do Instituto, é destinado à administração. Por trás dele, um complexo de pequenas salas abriga os arquivos do Instituto.

Ao centro do terreno, situa-se o Setor de Análises Toxicológicas, pertencente ao Instituto de Criminalística. Ao fundo, outro prédio é destinado à necrópsia e armazenamento de corpos em estágio avançado de decomposição. Um pequeno anexo existente junto aos muros que separam o Instituto do Cemitério de Santo Amaro abriga também parte dos arquivos do IML.

ÁREA E ACESSOS AO INSTITUTO

O prédio principal, no qual são realizadas as perícias em vivos e cadáveres recém-mortos, ostenta em sua fachada frontal o nome da Secretaria de Defesa Social em destaque, acompanhado da identificação da Polícia Científica e a sua própria.



Imagem 280: Vista lateral do prédio principal do Instituto de Medicina Legal.

Há quatro portões em seus muros que dão acesso ao interior do Instituto, todos dotados de guaritas para vigilância e controle do acesso. Um deles localiza-se no muro frontal, que separa as

dependências do IML da Rua Marquês de Pombal. É a entrada principal, pela qual passam viaturas policiais (que trazem ao Instituto, geralmente, custodiados para realização de exame de corpo de delito), rabcões (nome dado aos veículos que transportam cadáveres) e automóveis de funcionários, veículos que trafegam por área externa que serve também como estacionamento.



Imagem 281: Área interna frontal do terreno do instituto que é destinada para o estacionamento de veículos. Ao fundo, observa-se a entrada principal e a guarita que controla seu acesso.

As demais entradas estão no muro lateral do Instituto, que o separa da Rua Pedro Afonso. Dois dos portões estão lado a lado, sendo um deles passagem exclusiva para pedestres, e o terceiro é reservado aos carros funerários que retiram os cadáveres que passaram por exames de necrópsia no Instituto.

PÁTIO DE ATENDIMENTO

Pela entrada exclusiva para pedestres, que seria o caminho que normalmente faria qualquer cidadão, tem-se acesso a uma área

aberta com alguns locais cobertos. Neste lugar, encontram-se pessoas que estão na infeliz situação de busca ou liberação do corpo de um parente. Há um banheiro masculino e outro feminino no local.



Imagem 282: Área externa onde pessoas à procura de mortos esperam pela liberação de corpos ou informações. À esquerda, os dois banheiros disponíveis para o público.

Pelo pátio ali existente, algumas poças se formam com a água que é liberada por aparelhos de ar-condicionado. Junto à parede, há também um pequeno altar no qual fica, junto com algumas flores artificiais, a imagem de uma santa católica não identificada.



Imagem 283: Imagem de santa existente no pátio externo. Ao lado dela, observa-se uma poça d'água formada pela umidade liberada por aparelhos de ar-condicionado do Instituto.

O atendimento aos cidadãos que se encontram no lugar é feito em uma varanda, através de uma janela gradeada. Na parede junto a ela, estão colados anúncios de pessoas desaparecidas. Nesta varanda, há cerca de doze poltronas estofadas que servem para o repouso durante as esperas, embora algumas pessoas prefiram se sentar nas pequenas muretas existentes no pátio ou mesmo ficar em pé. Talvez nenhuma delas saiba, mas estão a poucos metros dos cadáveres dos entes mortos, separadas apenas por uma porta de madeira que dá acesso à área da sala de necrópsia e à câmara fria na qual os corpos são armazenados.



Imagem 284: Em sentido horário, anúncios de desaparecidos junto à janela em que são feitos os atendimentos; pessoas aguardam informações ou liberação de corpos apoiadas no pequeno muro da varanda; e o local no qual são atendidos. A porta na qual o senhor de camisa listrada se apoia dá acesso à sala de necrópsia

É oportuno dizer que em diversos locais do Instituto, o cheiro pútrido e azedo de cadáveres é sentido. O grau de intensidade varia. É mais forte, principalmente, nas áreas externas próximas à sala de necrópsia e algumas dependências internas, notadamente aquelas em que as janelas se localizam acima do telhado da sala onde são feitos os exames em mortos. Especificamente, nesta área, sente-se tal odor.



Imagem 285: Fotografia feita durante discussão no pátio de espera, à direita, o policial que tentava controlar os ânimos dos presentes.

Achamos importante também registrar que, enquanto realizávamos a visita ao IML, também fomos atraídos por gritos vindos deste local. Não soubemos determinar a causa do que ali encontramos, apenas presenciamos uma confusão acalorada entre uma quantidade considerável de pessoas que ali estavam presentes. Neste momento, notamos a presença de apenas um policial militar, provavelmente o responsável pela guarita que ali se localiza.

SALA DE NECRÓPSIA

Logo à entrada da sala de necrópsia existe uma mesa, que parece destinada à recepção de documentos, e um lavabo, que consiste em um mictório improvisado com duas torneiras acionadas por pressão e uma garrafa plástica, contendo detergente. Na parede em que está instalado, há duas vidraças que permitem a visão da sala para outros ambientes: a sala de preparação de laudos dos médicos-legistas e o corredor. A última é coberta por plásticos grudados à parede com fita adesiva.



Imagem 286: À esquerda, visão da sala de digitação dos legistas pelo vidro da sala de necrópsias. À direita, avisos cobrem a parede na entrada da sala de necrópsias.

Nas paredes, também há folhas com avisos impressos sobre observações e determinações relacionadas aos procedimentos, sobretudo os burocráticos, das atividades realizadas na sala.

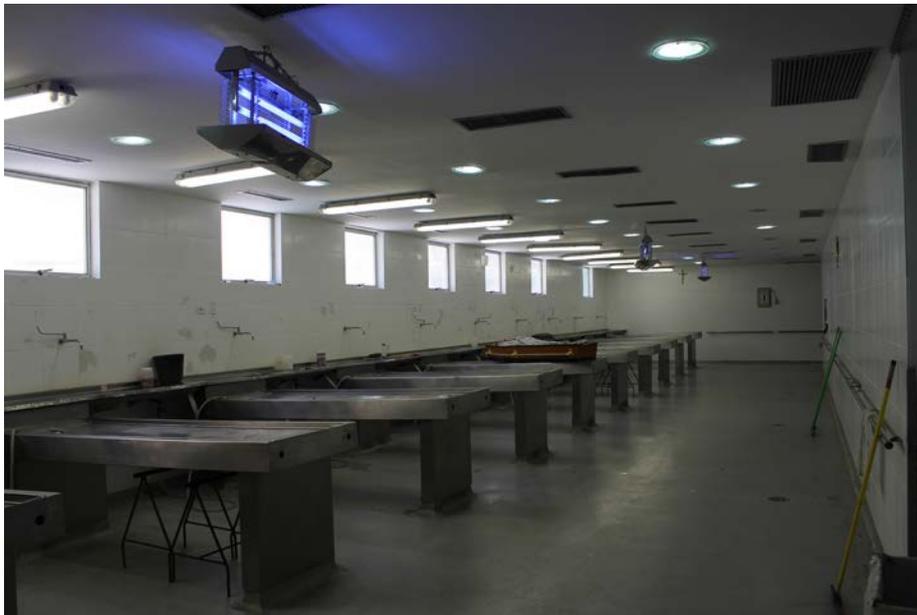


Imagem 287: Mesas de necrópsia.

Nesta sala, são realizadas necrópsias somente de cadáveres recém-mortos, que não estejam em estado avançado de putrefação. A sala é equipada com dez mesas para realização de exames nos mortos. As mesas são inclinadas, têm suas estruturas feitas em alvenaria e as superfícies de seus tampos revestidas por alumínio, sobre

as quais são depositados os cadáveres. A parede oposta à entrada da sala é ocupada por pias metálicas em toda a sua extensão. Elas são equipadas com torneiras clínicas de alavanca que permitem a abertura e o fechamento com o cotovelo, sem que seja necessário o contato das mãos. Os balcões das pias também funcionam como aparadores para os instrumentos cirúrgicos utilizados durante as necrópsias.



Imagem 288: Pias da sala de necrópsia.

Sob cada uma das pias, há saídas de água para as mangueiras que são usadas na limpeza das mesas de necrópsias. Os restos de sangue e pedaços de órgãos escorrem com a água para ralos instalados na extremidade mais baixa das mesas. Durante a visita à sala de necrópsia, tentamos obter informações sobre o esgoto que coleta o material dispensado nos encanamentos da necrópsia, mas não se soube informar se haveria um esgoto especial para receber o material produzido no Instituto. Isso nos fez temer que a situação descrita por Zaverucha em seu livro ainda persista e tal material contaminado seja descartado com a água no sistema de esgoto comum.



Imagem 289: Lavagem de mesa (à esquerda) e encanamento por onde escorre a água com os restos biológicos resultantes das necrópsias.

A sala é iluminada pela luz solar, através de janelas com basculantes e também lâmpadas instaladas no teto. Não há equipamentos de iluminação especial, tal como luzes de foco. Três mata-dores de moscas com lâmpadas de neon pendem do teto, no qual há diversas grelhas do sistema de exaustão de ar da sala. O piso é coberto por um tipo de tinta impermeável e lavável.

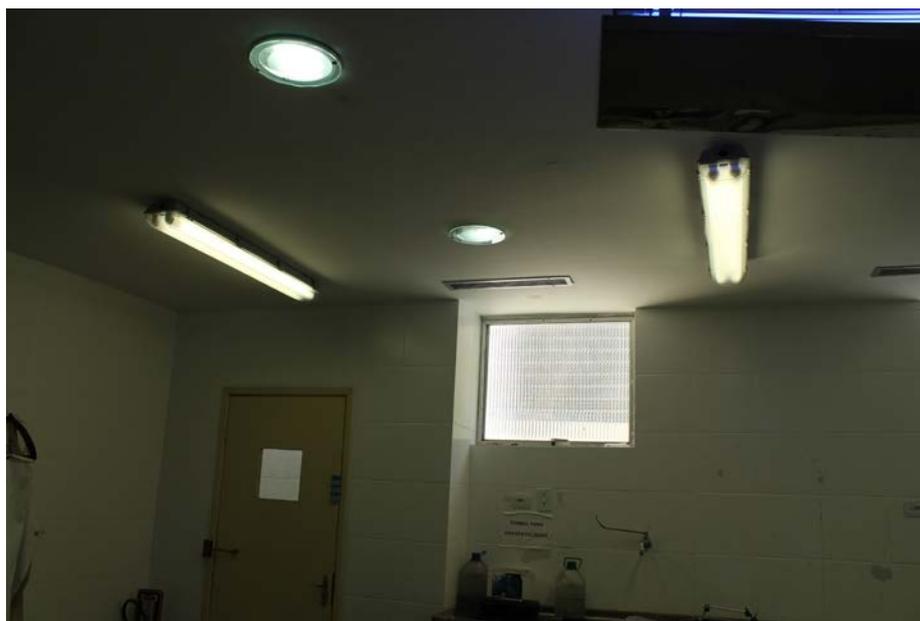


Imagem 290: Detalhe de lâmpadas e janelas que fornecem iluminação ao ambiente. À direita, um dos mata-dores de moscas.



Imagem 291: Buraco do sistema de exaustão do ar da sala. À direita, detalhe do piso coberto com tinta lavável.

As informações obtidas foram de que a sala passou por reformas após a interdição do Instituto de Medicina Legal em 2011. Um dos funcionários, porém, caracterizou a reforma na sala como superficial, destacando que foi feita a pintura do piso, dos azulejos que cobrem suas paredes e do teto. Na visita, registrou-se que a pintura das paredes já apresenta desgastes. Em alguns locais, a película se destaca da superfície, e o teto tem sinais de infiltração e estufamento da pintura. Em uma das paredes, há um crucifixo, símbolo católico, que possui marcas de tinta, o que indica não ter sido removido quando a sala foi urgentemente reformada.



Imagem 292: Marcas de infiltração no teto e pintura descascada nas paredes da sala.



Imagem 293: Crucifixo existente na parede da sala de necrópsias .

Um corredor lateral dentro da sala de necrópsias dá acesso à câmara de refrigeração dos cadáveres, a uma área de serviço e a uma saída para o exterior do prédio, em um terreno lateral. Neste corredor, há um aparelho de ar-condicionado do tipo *split*, o único da sala de necrópsia. A área de serviço possui teto vazado coberto com telhas translúcidas e uma pia.

A câmara de refrigeração, ou geladeira, dos cadáveres tem uma entrada de porta metálica, como as que são encontradas em frigoríficos. Sobre ela, um relógio informa a temperatura dentro do ambiente.

A câmara possui dois ambientes isolados entre si por portas. As salas têm paredes e pinturas como o resto da sala de necrópsia. Dentro da geladeira, há prateleiras em que são colocados os cadáveres. São sete colunas com quatro níveis cada, totalizando 42 lugares para os corpos, para os corpos recém-mortos. Dois forçadores de ar, responsáveis pela refrigeração do ambiente, estão instalados no alto de uma das paredes. Abaixo deles, uma proteção metálica faz a água condensada pelo equipamento escoar para o exterior da sala. Alguns fios da instalação elétrica destes equipamentos passam por dentro de canaletas de PVC fixadas no exterior das paredes.



Imagem 294: Aspecto geral da câmara de refrigeração de cadáveres (à esquerda) e prateleiras.



Imagem 295: Forçadores de ar do sistema de refrigeração da câmara.

A saída para o exterior do prédio dá acesso a um espaço aberto existente entre o prédio e um muro lateral que separa o terreno do IML e uma rua localizada em uma de suas laterais. Nesta área, são lavadas e depositadas as macas utilizadas nos transportes dos cadáveres, que são chamadas de “bandejas” pelos funcionários.



Imagem 296: Saída e visão geral da área externa.

As bandejas de metal são destinadas ao transporte dos corpos feito dentro do Instituto. Para o transporte dos cadáveres do local de morte até o IML são utilizadas as bandejas feitas de fibra de vidro. Ambos os tipos são lavados sobre dois cavaletes de ferro localizados em uma parte do terreno em que o piso é de terra. Ali mesmo, no solo, é dispensada e se acumula em poças a água suja das lavagens. A água utilizada na limpeza é transportada em baldes e garrafões e sobre alguns tocos de árvores cortadas são depositados alguns materiais utilizados na limpeza, como esponjas. As bandejas são escoradas nos muros para secarem naturalmente.



Imagem 297: Área de lavagem das macas.

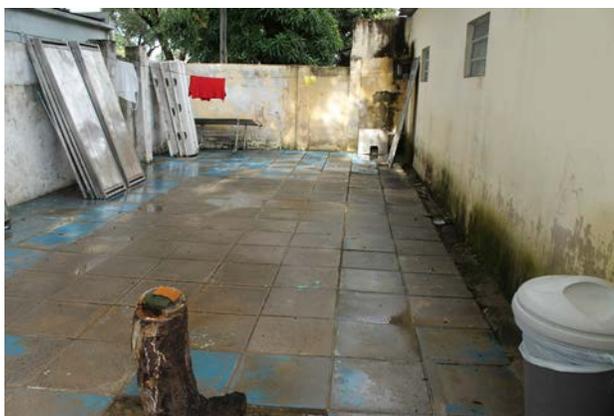


Imagem 298: Acima, vista geral da área onde ficam as macas de transporte de cadáveres, tanto as de metal (à esquerda) utilizadas no transporte dentro do Instituto, quanto as de fibra de vidro, utilizadas no transporte dos corpos para o Instituto.

Esta área externa ainda é aproveitada como um espaço de vivência e descanso por alguns funcionários em seus intervalos. Ali, encontram-se poltronas defeituosas e um varal que são utilizados por eles. Alguns de seus pertences ficam pendurados na parede externa do prédio e sobre uma maca improvisada, dividindo espaço com produtos de limpeza.



Imagem 299: Vista geral da área aproveitada por trabalhadores como espaço de vivência e descanso (à esquerda) e pertences pendurados nas paredes.

Ao fundo deste terreno externo, localiza-se um depósito de “bombonas” plásticas que contém o lixo produzido na sala de necropsia. O lixo é composto de material contagioso e é guardado ali para coleta de uma empresa especializada em coleta de lixo hospitalar contratada, a qual é responsável por sua incineração. O depósito possui uma porta que dá acesso à rua, pela qual o lixo é recolhido.



Imagem 300: Depósitos interno (esquerda) e externo de resíduos orgânicos do IML.

Antes de ir para este depósito, o lixo recém-coletado na sala de necrópsia é antes armazenado em um outro depósito interno ao prédio, em uma sala na qual são guardados outros equipamentos utilizados na limpeza do local. A passagem para o depósito externo é feita por um balcão fechado por uma porta metálica de enrolar.

Dentro da sala de necrópsia, nos seus fundos, encontram-se, junto à entrada do depósito acima descrito, duas mesas. Uma delas de madeira do tipo destinado a escritórios. A outra é metálica, de um tipo utilizado para materiais cirúrgicos, com rodas quebradas em seus pés. Estas mesas ficam em um canto do corredor, são cobertas por folhas plásticas e servem à coleta de impressões digitais de cadáveres por peritos papiloscopistas do Setor de Necropapiloscopia do Instituto de Identificação Tavares Buriel que atuam no IML. Sobre elas, encontram-se materiais utilizados neste trabalho.



Imagem 301: Mesas de apoio utilizadas pelos peritos papiloscopistas do IITB que atuam na coleta de impressões digitais de cadáveres do IML.

Ainda no corredor, há um recuo no qual se encontra uma balança eletrônica, utilizada para a pesagem dos corpos. Esta balança aparenta ser de uso difícil em sua finalidade e demonstra sinais de subutilização, já que serve de apoio para um equipamento de afiação de facas. No mesmo espaço, são depositados os caixões que transportam os corpos liberados pelo IML.



Imagem 302: À esquerda, recuo existente no corredor da sala de necrópsias. Porta da sala na qual estão guardados pertences das vítimas da tragédia da Air France.

Neste mesmo corredor, tem-se acesso a duas outras salas. Uma delas encontra-se trancada com cadeado. A informação obtida é que ali ainda são guardados objetos pessoais encontrados junto com os corpos do caso Air France. A outra porta é a entrada da sala de Raio-X da necrópsia, utilizado exclusivamente nos mortos. Há uma parede para proteção dos auxiliares de legista que realizam os procedimentos de radiografia.



Imagem 303: Porta da sala do Raio-X e parede de proteção contra radiação.

O equipamento de Raio-X do tipo transportável, da fabricante nacional Intecal, com potência de 300 mA. Foi-nos informado de que se trata de um aparelho já antigo, obsoleto e cujo funcionamento não é satisfatório por realizar radiografias pouco

nítidas. Seu uso é destinado apenas para a localização de projéteis e outros objetos estranhos nos corpos.

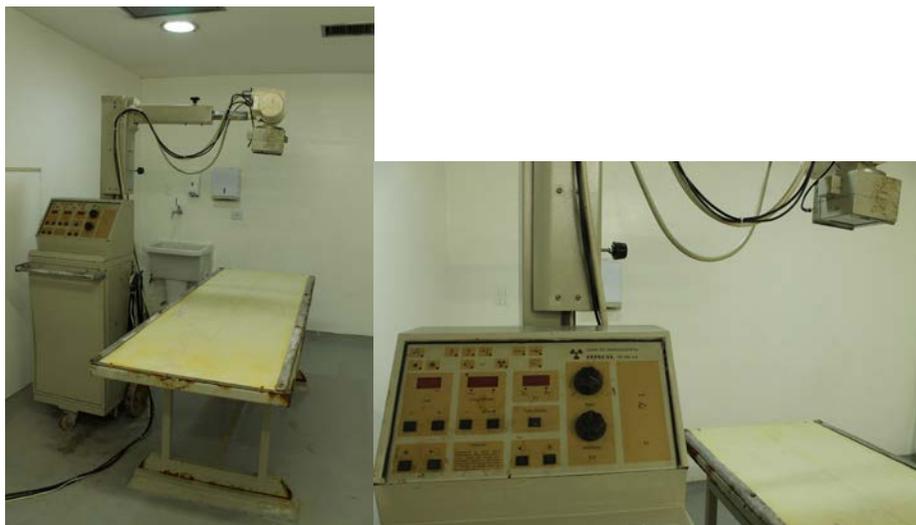


Imagem 304: Aparelho de Raio-X do Setor de Necrópsias e detalhe de seu painel de controle.



Imagem 305: Área dos fundos na qual corpos são recebidos e despachados.

Ao fim deste corredor da sala de necrópsia, há um espaço com balcões e janelas metálicas em suas paredes. Por uma destas aberturas, os corpos vindos dos rabeções são recebidos do pátio interno do IML e pela outra, localizada no lado oposto, são retirados pelas funerárias depois de liberados pelo Instituto. O transporte das macas e caixões é feito sobre carros de metal.



Imagem 306: Janelas por onde se recebem (esquerda) e enviam os cadáveres.

No caso da liberação, neste local, os corpos, antes de sua retirada, são reconhecidos pelo responsável da família que acompanha o carro funerário. O embarque para o transporte é feito diretamente, facilitado por um estacionamento lateral ao prédio destinado especificamente aos veículos nesta condição.



Imagem 307: À esquerda, transporte de corpo liberado dentro da área da sala de necrópsia. À direita, aspecto externo da janela por onde os corpos passam para ser carregados em carros de serviços funerários.

No portão pelo qual entram os carros funerários, há uma guarita. Ela se encontrava desativada e em reforma durante a visita. A área da rua é utilizada por parentes dos mortos ou outras pessoas responsáveis pela sua retirada enquanto aguardam o trâmite dos corpos.



Imagem 308: Guarita sendo reformada (esquerda) e vista do portão por onde passam carros funerários para transporte dos corpos liberados do IML. Alguns parentes aguardam a liberação de um morto em plena calçada.

VESTIÁRIO DOS AUXILIARES DE LEGISTAS



Imagem 309: Auxiliares de legistas com suas vestimentas descartáveis.

O vestiário dos auxiliares de legistas localiza-se ao lado da sala de necrópsias. Aqui, eles se preparam para a entrada na sala, vestindo macacões descartáveis e equipamento de proteção individual. O vestiário é equipado com armários para guarda dos pertences dos funcionários, três sanitários, pias e uma área destinada para despimento das vestimentas utilizadas na sala de necrópsias. Neste local, prateleiras são especialmente destinadas às botas dos auxiliares.



Imagem 310: Aspecto do vestiário dos auxiliares de legista e detalhe da área destinada ao despimento das roupas utilizadas na sala de necrópsias.

Ao lado do vestiário, há um cômodo com uma pia e um tanque, cujas torneiras são acionadas por alavancas. Sobre a bancada da pia, ficam acondicionados dentro de um pote algumas das ferramentas utilizadas nas necrópsias, provavelmente secando após lavagem: pinça, bisturi, faca, um amolador, uma pedra amoladora e duas agulhas. Segundo um auxiliar, uma delas (da cor preta) é um arame de guarda-chuva adaptado. O motivo de seu uso seria porque as agulhas disponibilizadas às vezes não são eficientes na perfuração da pele dos corpos para costura.



Imagem 311: Sala ao lado do vestiário.



Imagem 312: Tanque existente no cômodo.



Imagem 313: Ferramentas utilizadas nas necropsias.

SALA DE PERÍCIA DE CUSTODIADOS



Imagem 314: Custodiado escoltado por policiais aguarda pela realização da perícia no lado de fora da sala.

Há uma entrada que dá para o pátio externo do prédio por onde entram os custodiados. Na sala, realizam-se exames dos custodiados, que vêm escoltados por policiais civis para realização de exame de corpo de delito antes de serem enviados ao sistema

penitenciário. Há na sala uma pia para lavagem de mãos, na qual há uma garrafa plástica de água, contendo detergente. Mais acima na parede, um dispenser de sabonete líquido está inutilizado. O ambiente é equipado com um carro-maca, uma mesa utilizada pelos médicos durante atendimento, ar-condicionado de parede e computador. Há uma outra saída na sala que dá acesso ao interior do prédio.



Imagem 315: Ambiente da sala de perícias em custodiados.

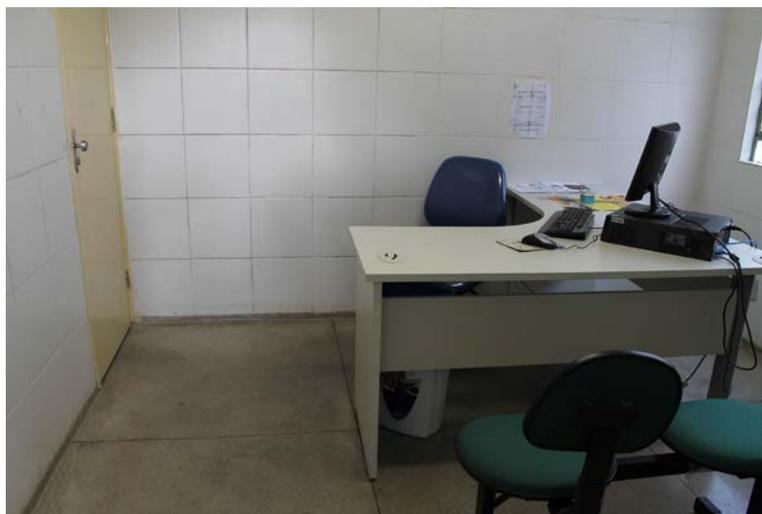


Imagem 316: Mesa do consultório e saída para corredor interno do prédio.

ALOJAMENTO DOS AUXILIARES DE LEGISTA



Imagem 317: Entrada do alojamento e beliches de alvenaria.

Trata-se de uma sala bem pequena equipada com dois beliches feitos de alvenaria, armários, televisor, ar-condicionado e gelágua. Apesar da impossibilidade de visitarmos os alojamentos dos médicos-legistas, ouvimos comentários de alguns auxiliares de que há uma discrepância grande entre as instalações.



Imagem 318: Ar-condicionado e buraco no teto do alojamento tampado com pedaços de papelão

CORREDORES INTERNOS



Imagem 319: Corredores do prédio e maca.



Imagem 320: Cadeira de rodas disponível para transporte de pacientes e dispenser para higienização das mãos pelo público.

O ambiente interno do prédio tem suas paredes cobertas de azulejos brancos; o chão é de pedra. Nos corredores, há uma maca e uma cadeira de rodas disponíveis para o transporte de pacientes que vêm para realização de perícias físicas. Há na parede um dispenser com álcool em gel para higienização das mãos pelo público. Na porta que dá acesso à sala de espera por atendimento, um aviso informa o acesso proibido ao local por custodiados.



Imagem 321: Porta que dá acesso à sala de espera. Aviso informa o acesso proibido a custodiados.

SALA DE EXAMES SEXOLÓGICOS



Imagem 322: Acesso à sala de sexologia e banheiro destinado a pacientes do setor.

À entrada da sala em que são realizados exames sexológicos, há um pequeno banheiro para os pacientes. Na pia, uma garrafa contém água com detergente para lavagem das mãos. O botão da descarga do vaso está com sua válvula exposta, na qual é suspenso um adaptador para uso do sanitário por crianças. Esse banheiro costuma ser utilizado para coleta de urina, conforme nos foi informado.

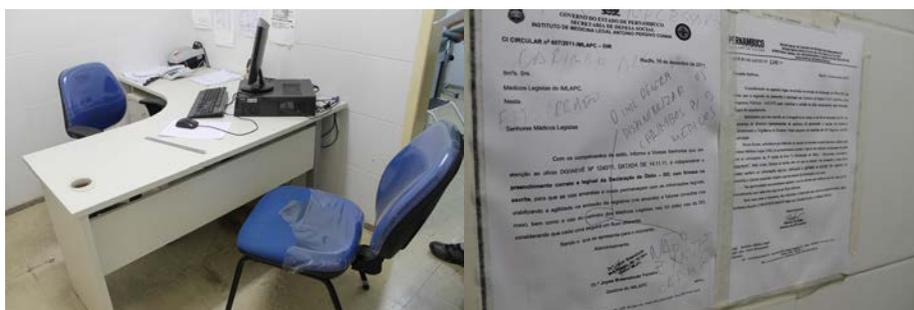


Imagem 323: Birô de atendimento e informativos na parede da sala.

A sala é composta por dois ambientes. No primeiro, acontece o atendimento pelo médico-legista. Nele fica o birô do médico, sobre o qual há um telefone e um computador e uma cadeira para os pacientes atendidos. Na parede ao lado da mesa, informativos são afixados.



Imagem 324: Ambiente em que dedicado aos exames sexológicos .

No segundo ambiente, são realizados os exames sexológicos. O que mais chama a atenção do local é a decoração de desenhos de motivos infantis. A sala é equipada com um ar-condicionado embutido na parede ao fundo, um frigobar, um suporte com luz focal, um armário com porta de vidro, pia e *dispenseres* para sabão e papel absorvente e uma mesa de apoio.



Imagem 325: Mesa ginecológica e equipamento para transmissão de imagens no televisor.

Há uma mesa ginecológica para acomodação dos pacientes durante os exames e coletas de material para análise. No canto da sala, dois aparelhos que servem para transmitir imagens a um televisor, que fica suspenso em um suporte de parede. Os aparelhos quase não são utilizados, pois servem mais para utilização em aulas.



Imagem 326: Mesa e decoração das paredes com temas infantis.

Uma auxiliar nos descreveu como são utilizados os materiais nos exames:

A gente usa gaze, luva de procedimento. E, quando se faz necessário uma coleta de exame, a gente colhe com suaves e lâminas. Temos potes de acondicionamento dessas lâminas que fica na gaveta e daqui a gente encaminha para o laboratório, que pertence ao Instituto de Criminalística, que é onde faz a análise do material, coleta de esperma. No caso do estupro masculino, a gente faz coleta anal também. Faz coleta de urina para verificar se houve gravidez. Faz exame toxicológico. Vem muito custodiado que, vamos supor, está no presídio já faz um tempo. Aí, o juiz determina para ele vir... É mais comum virem custodiados, mas também vem gente que faz alcoolimia. Aí também se dirige para cá, para a gente colher a urina e fazer a dosagem. Não é a gente... A gente colhe e encaminha aqui para o laboratório, que pertence ao IC, mas fica aqui no IML. Esse procedimento é com eles.



Imagem 327: Potes para coleta de sêmen.

A sala é utilizada para atendimento de mulheres, homens e crianças. Sobre a decoração da sala, foi-nos informado de que serve para acalmar e acolher as crianças que se encaminham para realização dos procedimentos.

Quando a criança chega... Geralmente de madrugada é que a gente tem essas crianças vítimas de estupro mesmo. Que não chegam nem a ser crianças... Quando chega mais criança, ela vem acompanhada de um conselheiro que vem da região, ou de Jabotão... Ou de qualquer outro lugar. E ela geralmente vem com uma pessoa responsável. A gente tem aqui psicóloga, um espaço para a psicóloga dar uma conversada, explicar mais ou menos... Dependendo da idade, né? Porque a gente conversar e não tem como. A gente tem vítimas que não conseguem nem levantar a cabeça para olhar para você. É muito complicado o trabalho para a gente conseguir conscientizar que precisa ser feito... Porque não é obrigatório fazer, ela pode se negar a fazer. A gente tem que trabalhar o que é necessário para dar continuidade à investigação para se chegar na pessoa.



Imagem 328: Brindos destinados a entreter crianças atendidas.

Sobre as instalações, a auxiliar afirma que poderiam ser melhores.

Eu acho que a estrutura física que a gente tem deixa a desejar. Porque, como eu disse, tem criança... Mas também tem adulto. Então, eu acho que a criança, ela é mais difícil para trabalhar... É preciso uma areazinha. A gente tem pouco recurso. Muitas coisas que a gente tem é doação mesmo que a gente colhe. Brinquedos... A gente colhe doces. A gente sempre faz uma arrecadação geral para comprar. Tentando minimizar aquilo da mente delas. Para a gente tentar trabalhar... É uma coleta, você está vendo a maca. Aqui, tanto o adulto quanto a criança vem pra cá. Então, tem alguns bichinhos para tentar acalmar... Ela já vem traumatizada para chegar aqui, a gente tem que tirar a parte inferior da roupa e ajudar ela a deitar. Ela já foi vítima de alguma coisa. Então, ela já vem assustada. Então, eu acho que a sala é um pouco... A gente não tem até você mesmo... Chega assim, tem uma visão... Uma pessoa já

de... Adulto... Já tem mais consciência. Mas com criança, eu acho que o espaço físico é pequeno. A gente poderia arrumar melhor.

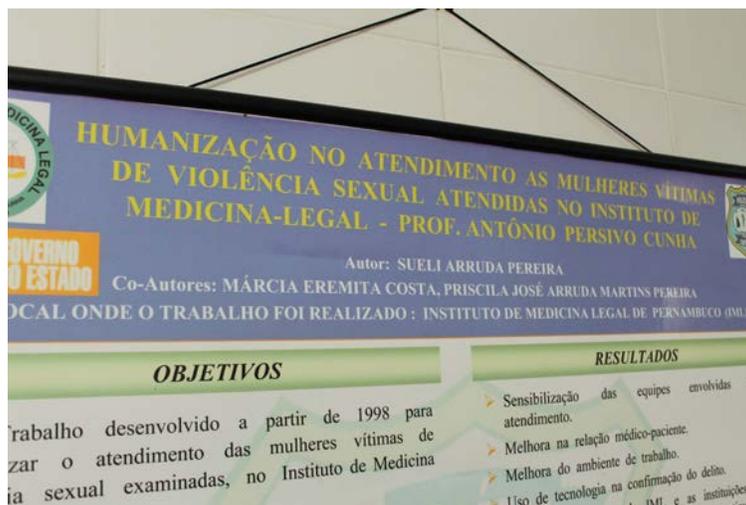


Imagem 329: Banner revela trabalho realizado no Instituto sobre humanização no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual.

BANHEIRO DO ANDAR TÉRREO



Imagem 330: Vaso sanitário e pia (esquerda). Chuveiros existentes nos banheiros e buraco na parede.

Os banheiros existentes no térreo são equipados com chuveiros elétricos para banhos dos funcionários. O teto está degradado, apresentando buracos em seus forros.



Imagem 331: Buraco no forro de um banheiro.

AUDITÓRIO



Imagem 332: Entrada do auditório e placa de homenagem.

O auditório do IML fica no segundo andar do prédio principal. Sua entrada é de ferro e homenageia Nivaldo Ribeiro, médico-legista falecido. A sala tem assentos para cerca de 60 pessoas, possui dois aparelhos de ar-condicionado, painel para retroprojetor, sofás acolchoados e aparelhos de som. Aqui, são realizadas palestras para estudantes da área de saúde.



Imagem 333: Ambiente do auditório.

BANHEIROS



Imagem 334: Mictório do banheiro masculino feito de azulejo e alvenaria, e vaso sanitário.

Em frente ao auditório, há dois banheiros para o público, um masculino e um feminino. Neles, pode-se sentir o cheiro de cadáveres.

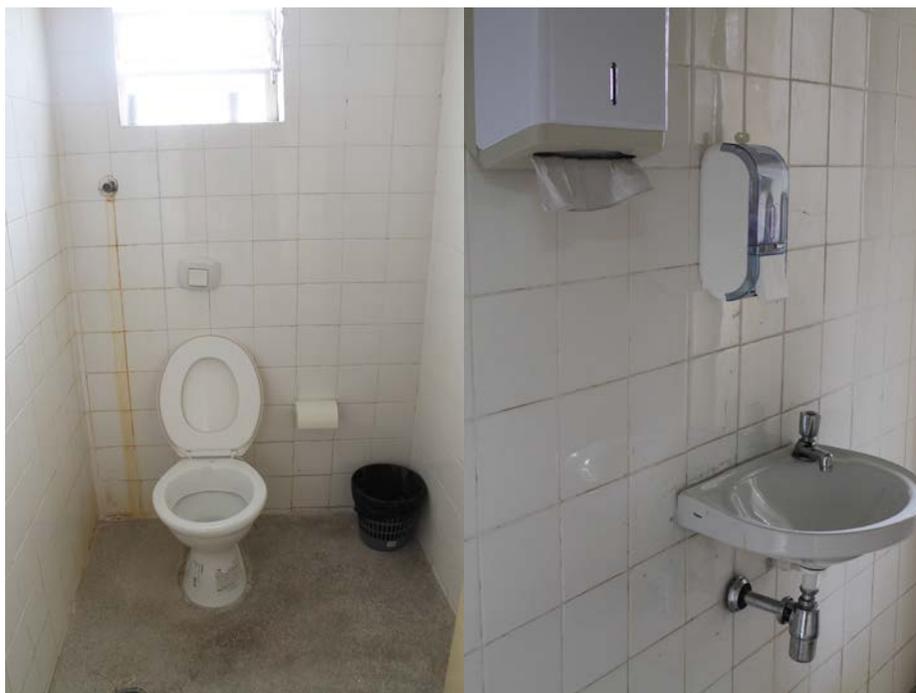


Imagem 335: Banheiro de funcionários.

No mesmo andar ficam os alojamentos de médicos e de médicas-legistas. Infelizmente, não pudemos visitar as instalações por estarem ocupadas. Próximos aos alojamentos, há outros banheiros, estes destinados a uso exclusivo de funcionários. Apenas o feminino é equipado com box na área de banho e chuveiro elétrico.



Imagem 336: Banheiro feminino destinado às médicas-legistas.

SALA DE ESPERA



Imagem 337: Ambiente destinado à espera de pacientes por perícias médicas.

A sala de espera na qual pacientes aguardam para a realização de perícias médicas possui 27 assentos disponíveis em poltronas estofadas. Há uma pequena mesa de plástico com revistas para crianças. Em uma das paredes, um televisor está instalado sobre um suporte. Uma balança analógica está posicionada junto a uma das paredes. O ambiente é monitorado por câmeras e é climatizado por um ar-condicionado *split*.



Imagem 338: Câmera de monitoramento e televisor da sala de espera.

Do outro lado da sala, auxiliares fazem o atendimento ao público em um balcão protegido por grades



Imagem 339: Balcão de atendimento ao público.

SALA DE RAIIO-X



Imagem 340: Ambiente do setor de Raio-X para exame de vivos.

O aparelho de Raio-X utilizado para exame de vivos é do ano de 1967 e teve apenas um painel acoplado em todo esse tempo. De acordo com um auxiliar, o equipamento é capaz apenas de radiografar ossos, não revelando tecidos moles. A sala é equipada também com um computador e armário, além de ser climatizada por um ar-condicionado *split*.



Imagem 341: Painel do aparelho de Raio-X.

No vão entre a parede de proteção contra a radiação e a parede, há um armário instalado para que funcionários guardem seus pertences. Alguns deles, antes de ir às salas de necrópsias, utilizam o espaço como alojamento para troca de roupas e descansam em um colchonete colocado no chão.



Imagem 342: Alojamento dentro da sala de Raio-X.



Imagem 343: Janela com filme de controle de radiação.

Em uma pequena janela da parede de proteção, há um filme de controle que serviria para monitoramento dos níveis de radiação da sala. Foi-nos informado de que há tempos não é trocado ou acompanhado pela Universidade Federal de Pernambuco, responsável pela atividade.



Imagem 344: Quarto para revelação de radiografias.



Imagem 345: A máquina de revelação de radiografias. À direita, avisos colados nas paredes com informações sobre as substâncias manipuladas nos procedimentos de revelação.

Há um pequeno quarto anexo destinado à revelação de radiografias de aspecto bem rústico. Ali está instalada uma máquina

de revelação com aspecto antigo. Três mangueiras saem dela e se conectam a tubulações cuja procedência é desconhecida. No chão, sob as emendas, há marcas de vazamentos. Um encanamento improvisado leva a água dispensada pelo ar-condicionado até o exterior do prédio. No ambiente não há circulação de ar, apesar da manipulação de produtos químicos que é feita na pia que existe no local.

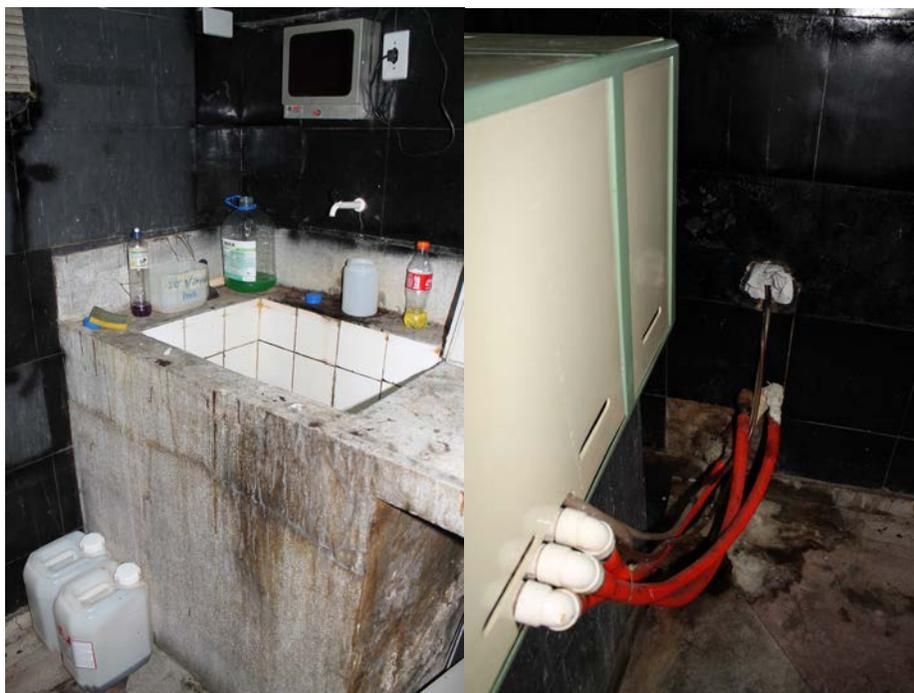


Imagem 346: Tanque e instalação de encanamento da máquina reveladora.



Imagem 347: Encanamento improvisado para coleta da água liberada pelo ar-condicionado.

ARQUIVOS



Imagem 348: Ambiente dos arquivos do IML.

Os arquivos do Instituto estão espalhados por várias salas. Na principal delas, molhos de papéis tomam todas as paredes sobre

prateleiras de alvenaria e outros móveis. A sala é equipada com computador e copiadora. Há marcas de infiltração e rachaduras junto ao teto em alguns pontos. Um ar-condicionado e um gelá-gua posicionam-se entre as pilhas de documentos e são vistas algumas extensões elétricas puxadas de tomadas.



Imagem 349: Ar-condicionado, extensão elétrica e gelá-gua entre documentos.



Imagem 350: Documentos no chão do arquivo.



Imagem 351: Marcas de infiltração de umidade e rachaduras no teto.



Imagem 352: Anexo da sala com arquivos mais antigos.

Ao lado da sala principal dos arquivos, um cômodo desativado também abriga documentos empilhados sobre o chão. No local, há um banheiro que também é utilizado para armazenagem dos arquivos. O teto apresenta sinais de infiltração de água. As condições do local são precárias e muitos papéis e pastas estão severamente danificados. O cheiro de urina de animais toma conta do ar e há baratas mortas sobre papéis despedaçados no local.



Imagem 353: Cômado desativado é utilizado para guardar documentos dos arquivos do IML.



Imagem 354: Banheiro utilizado para armazenar arquivos com sinais de infiltração de água no teto.



Imagem 355: Papéis rasgados e barata morta no chão do banheiro do cômodo que abriga documentos.



Imagem 356: Corredor externo no qual estão localizadas as salas de arquivo.

Nos fundos do terreno do IML, um anexo serve também para alocação de arquivos. Ali, além de documentos, são encontrados projéteis retirados de cadáveres no instituto ou que foram enviados de hospitais que atenderam vítimas baleadas. Eles ficam armazenados em potes ou sacos plásticos dentro de caixas de arquivos. De acordo com funcionários, os objetos deveriam ser entregues ao Instituto de Criminalística, mas não o são pela falta de espaço do Instituto para armazenar tais indícios.



Imagem 357: Anexo também abriga parte dos arquivos do IML.



Imagem 358: Arquivamento de projéteis.

Uma sala ao lado também é ocupada pelos arquivos. Ali, não há apenas documentos, mas alguns outros objetos retirados de corpos. Fomos surpreendidos com a visão de uma macaxeira envolta em saco plástico que apresentava sinais de ter sido roída por animais.



Imagem 359: Outra dependência utilizada para os arquivos. À direita, macaxeira encontrada em corpo.

SETOR DE TOXICOLOGIA



Imagem 360: Entrada do Setor de Toxicologia.

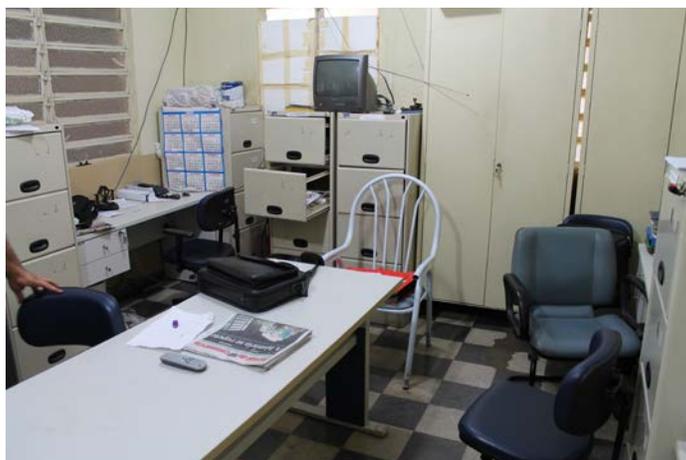


Imagem 361: Sala de digitação de laudos propicia pouco espaço e conforto para os peritos entre os móveis .

O Setor de Toxicologia pertence ao Instituto de Criminalística, mas funciona nas dependências do IML, em um prédio localizado no centro do terreno do instituto. O local era anteriormente ocupado por uma sementeira da Prefeitura do Recife e sofreu poucas adaptações para abrigar o laboratório que analisa vísceras retiradas de cadáveres em busca da presença de substâncias diversas, como venenos, medicamentos e drogas. O setor também trabalha com o material enviado da perícia sexológica para detecção de sêmen em peças de roupa e envio de material com amostra de DNA para a sede do IC.



Imagem 362: Mesa de trabalho dos peritos e parede com reboco danificado.

A construção se assemelha a uma casa com vários cômodos. Em um deles, funciona uma sala de digitação de laudos para os peritos criminalistas. O espaço é escasso para o trabalho dos técnicos, que ficam apertados entre móveis e equipamentos. Segundo um dos peritos, apesar da deficiência nas instalações, houve alguns avanços recentes em relação aos equipamentos à sua disposição.

A estrutura realmente é deficitária. Hoje, a gente está em uma melhora muito boa porque a gente adquiriu computadores, tinha que mandar para o CPD para digitar para a gente; hoje, a gente digita os laudos... A gente tá com essa autonomia aqui. Mas ainda tem muito a andar. Porque... a toxicologia aí fora, a gente está bem atrasado em relação a eles, né? Mas é de fácil adaptação... Chegando o equipamento, a gente funciona com ele.



Imagem 363: Sala da chefia do setor, que possui sinais de infiltração nas suas paredes.

Em vários pontos, nota-se no setor locais de infiltração, como na sala da chefia do setor. Ali também há uma copa improvisada com geladeira e cafeteira.



Imagem 364: Copa na sala da chefia do Setor de Toxicologia.



Imagem 365: Laboratório de Toxicologia.

O laboratório tem três bancadas de granito sobre as quais se encontram fichas de revelação obtidas com o processamento da cromatografia delgada. É através delas que os peritos fazem comparações com padrões de substâncias para detecção de tóxicos em evidências. Há no laboratório outros equipamentos, como microscópios. Um ar-condicionado *split* realiza a climatização da sala.



Imagem 366: Fichas de revelação do processo de cromatografia delgada e balcão do laboratório.



Imagem 367: Refrigeradores instalados no corredor. No teto, marcas de infiltração de água.

Os banheiros do local estão desativados. Um deles passa por reformas e o outro serve como depósito de materiais e evidências. Nos corredores estão instalados refrigeradores e *freezers* para conservação de vísceras e materiais coletados. No mesmo local, existe uma porta para a área externa do instituto que é mantida fechada por uma barra de ferro presa à porta por arames e enfiada em um buraco na parede. Apesar da importância das evidências ali encontradas, essa é a única medida de segurança adotada para impedir a entrada de estranhos no local

De acordo com um dos peritos:

Aqui, por falta de espaço a gente não tem realmente onde guardar as amostras padrão. Porque quando a gente faz a perícia, a gente tem que guardar durante um certo período todo material, porque se fizerem a contraprova, a gente tem material. Esse armário também está no corredor. Você tá vendo. Aqui esse material está todo lido...

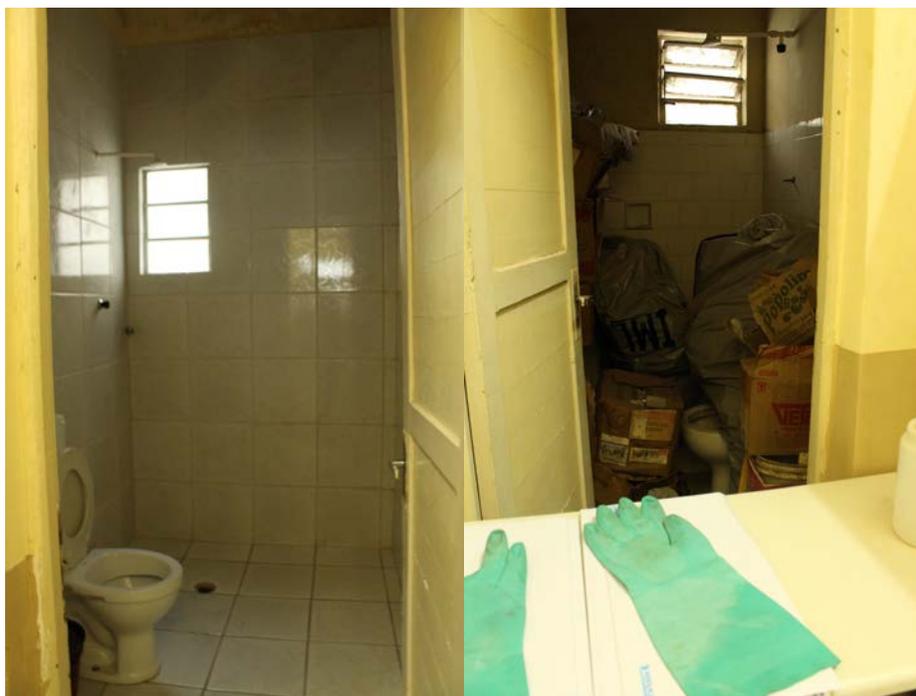


Imagem 368: Banheiro em reforma e outro desativado, que serve para depósito de evidências e materiais.



Imagem 369: Freezer contendo amostras e porta de ferro com fechadura improvisada. À direita, vísceras acondicionadas em refrigerador instalado no mesmo corredor.

Ainda nos corredores do setor, encontramos armários que servem para os pertences dos funcionários. Nas paredes, há marcas de bolor e a tintura estofada e descascando. Outros sinais indicam infiltrações graves na estrutura física do lugar. No chão dos corredores também se encontram potes com vísceras em formol e garrafas de soluções químicas.



Imagem 370: Corredor do prédio com armários e marcas de infiltração de água nas paredes.



Imagem 371: Embalagens com vísceras e soluções químicas encontradas no chão dos corredores.



Imagem 372: Paredes têm seu reboco estofado e bolor, devido à infiltração de umidade.



Imagem 373: Teto apresenta tinta descascada.

Nas salas mais ao fundo do prédio, estão instalados o almoxarifado e outros laboratórios, incluindo aquele em que se faz as revelações da cromatografia e cortes de vísceras a serem analisadas. Eles são equipados com capela, outros refrigeradores e outros instrumentos utilizados pelos peritos nos procedimentos.



Imagem 374: Laboratório com capela utilizado pelos peritos no procedimento de cromatografia delgada.

VIATURAS



Imagem 375: Viaturas do Instituto de Medicina Legal.

No estacionamento interno do Instituto, ficam estacionados os rabeções, como são conhecidas as viaturas que coletam os cadáveres em local de crime. Os veículos são novos, mas funcionários nos disseram que enfrentam dificuldades para chegar a alguns locais de crime. Segundo nos foi informado, as viaturas são muito robustas para o tipo de acesso que encontram em morros e favelas e não haveria necessidade de se ter apenas carros com grande capacidade para o transporte de corpos, pois a maioria dos crimes envolve uma vítima.

SALA DE NECRÓPSIA DE CORPOS EM ESTÁGIO AVANÇADO DE DECOMPOSIÇÃO

O local, que é popularmente conhecido como Coreia, não foi visitado pela equipe.

CONCLUSÕES

Em nossa investigação junto aos institutos que compõem a Polícia Científica de Pernambuco, diversas foram as deficiências evidenciadas em sua estruturação. Carências que além de criar dificuldades, afetar o trabalho de seus profissionais e o devido funcionamento das instituições, também indicam falhas graves, por parte do Estado, no provimento de assistência a esses órgãos. Cabe-nos, em nossas considerações finais, destacar propostas que levem em conta aspectos importantes apreendidos das observações empreendidas e dos relatos dos profissionais dos institutos obtidos em nossa pesquisa.

ESTRUTURAS FÍSICAS

Diante da inadequação e do deterioramento das instalações físicas dos institutos, recomendamos que o Governo estadual assuma como urgente a execução do projeto do Complexo de Polícia Científica da Capital, acelerando seu processo, uma vez que a iminência da realização da obra inviabiliza gastos com as reformas estruturais de grande porte exigidas para adequação dos prédios atuais aos institutos. É interessante que o projeto forneça considerável flexibilidade para futuras adaptações, exigidas na instalação de novos equipamentos ou pela necessidade de expansão dos setores.

Outro ponto que merece atenção no projeto do Complexo da Capital é o fornecimento de conforto e segurança aos trabalhadores, prezando pelo elemento humano, tão penosamente fustigado por atividades estressantes e, atualmente, carente de instalações adequadas ao seu bem-estar. Apesar disso, mudanças nos prédios atuais não podem ser adiadas devido aos riscos oferecidos aos funcionários, usuários e instrumentos de trabalho.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

No Instituto Tavares Buril, medidas de higienização e assepsia em relação às fezes dos pombos que habitam seu galpão devem ser realizadas urgentemente. Da mesma maneira, outras iniciativas efetivas contra a presença dos pombos no local devem ser realizadas. Os problemas das goteiras que ameaçam os documentos dos arquivos de identificação civil e criminal do IITB também são urgentes e requerem, igualmente, uma solução a curto prazo. Os forros dos escritórios do primeiro andar do Instituto necessitam de limpeza e vedação adequada para preservar a saúde dos seus trabalhadores. As salas de Permanência destinadas aos peritos e policiais de plantão devem oferecer condições para que não se continue a improvisar espaços de descanso em locais incompatíveis com tal função.

O Setor do Rastro necessita de ajustes para o armazenamento de provas, como uma sala de evidências, e das malas com kits para perícias em local de crime. O Setor de Necropapiloscopia requer um laboratório apropriado para suas atividades. O Setor de Pesquisa Papiloscópica carece de espaço para operar, assim como o almoxarifado para acondicionar materiais. O Instituto precisa oferecer melhores condições nos sanitários que são utilizados pelo público e também comodidade às salas destinadas aos seus trabalhadores terceirizados. Ademais, propomos uma inspeção da estrutura do edifício do IITB, devido às falhas observadas em lajes e colunas de sustentação, assim como a verificação dos riscos que as instalações elétricas atuais possam oferecer às pessoas.

INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

No Instituto de Criminalística, as carências são diversas devido à adaptação limitada do edifício às suas atividades. As instalações elétricas do prédio devem ser adaptadas para suportar a carga

exigida pela utilização dos equipamentos do Instituto, sob risco de dano aos aparelhos de alto valor e às provas que exigem monitoramento constante de suas condições de preservação. Igualmente, é recomendada a instalação de mais tomadas e o seu correto posicionamento, pondo fim às “gambiarras.”

A permanência dos peritos e dos agentes policiais que dão apoio ao Instituto requer maior conforto, sobretudo, nas condições dos banheiros e das copas de que dispõem. As salas que funcionam como depósito de diversos materiais estão quase inutilizadas, uma racionalização deste espaço poderia fornecer, por exemplo, um ambiente mais bem organizado e adequado para o setor de arquivo do IC, já que o atual é insustentavelmente caótico, por falta de espaço e mobiliário suficiente para comportar os documentos produzidos. Igualmente, os setores de meios informáticos, o de desenho, o de processamento de dados e o administrativo requerem mais espaço para seus serviços.

O laboratório forense deve ser adequado aos padrões de segurança e ergonomia, oferecendo balcões de mármore polido, recursos seguros para situações de emergência (contra incêndios ou acidentes que afetem os corpos dos peritos), ventilação adequada, portas de vidro, chão claro e vedação das frestas da sala que impeçam a propagação de gases para outros ambientes do prédio. É necessária uma solução para os esgotos do Instituto, de forma que o descarte dos resíduos químicos produzidos nos laboratórios não polua o meio ambiente.

O Setor de Balística demanda adaptações para o armazenamento adequado, e com segurança, de armas de fogo e ferramentas utilizadas nas suas atividades. A porta da sala de disparos do setor demanda reparo para que funcione corretamente o isolamento acústico do local. Medidas de maior segurança contra incêndios também são urgentes no setor. Os banheiros do edifício também necessitam de melhores condições e reparos, assim como a sala utilizada como vestiário pelos trabalhadores terceirizados que atuam no IC.

INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

Quanto à estrutura física do Instituto de Medicina Legal, propõe-se um ambiente humanizado e cômodo para os usuários que esperam horas pela liberação dos mortos ou procuram o órgão em busca de desaparecidos. É necessária a adoção de medidas que limitem o odor dos cadáveres apenas às áreas das necrópsias. É urgente a existência de um espaço adequado para a limpeza das macas em que os corpos são transportados.

Aos funcionários, sobretudo os auxiliares do Instituto, devem ser fornecidas melhores instalações de suas permanências e vestiários, de forma a eliminar o uso de lugares inadequados para este fim, tal como se faz com a Sala de Radiologia. O local de revelação de radiografias requer adaptações para o fornecimento de melhores condições de trabalho. Reparos são exigidos nos banheiros e em outros locais, como as salas de necrópsias e os arquivos do Instituto.

Recomenda-se também instalações mais adequadas na sala de exames sexológicos, principalmente um ambiente exclusivo para o atendimento infantil, em virtude da delicadeza demandada pela situação das crianças encaminhadas para atendimento no IML. Medidas que forneçam maior segurança para a espera dos custodiados para realização de exames também são de grande valor. Os arquivos do Instituto encontram-se em situação calamitosa e exigem instalações apropriadas para a efetiva conservação e organização de documentos e evidências, recentes ou antigas.

O Setor de Toxicologia carece de ambiente adequado para as suas atividades, sendo que o prédio destinado a ele precisa de reformas que corrijam suas deficiências de segurança, de espaço para instalação de equipamentos e armazenamento das evidências. A própria estrutura de tal prédio deve receber a manutenção merecida, já que está repleta de infiltrações de umidade e mofo. Também uma vistoria que determine a real situação do esgoto ao qual são destinados os restos das salas de necrópsias deve ser recomendada, visto que não foi possível obter informações claras sobre este aspecto e o IML tem grande potencial poluidor para o meio ambiente.

Por fim, é traço comum a necessidade de adaptações dos três institutos às condições de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, sobretudo no Instituto de Criminalística e no Tavares Buril, por possuírem instalações mais verticalizadas.

ESTRUTURA TECNOLÓGICA

Os investimentos em tecnologia promovidos pelo Governo estadual devem ser continuados e aprimorados. Embora seja de elevado custo, a inovação tecnológica é requisito constante para uma Polícia Científica eficiente na resposta às demandas sociais pelas quais se responsabiliza. Apesar da evolução experimentada neste aspecto durante os últimos anos, os três institutos apresentam demandas que podem ser caracterizadas como essenciais. Assim, seguem-se algumas propostas apreendidas da nossa pesquisa:

- Expansão dos dados do sistema digital de identificação civil e criminal do Instituto Tavares Buril, com o objetivo de otimizar o tempo de resposta às requisições feitas nas Centrais de Atendimento ao Cidadão e Postos Regionais do Instituto existente no Estado.
- O sistema de identificação criminal do IITB necessita da incorporação das fotografias dos indivíduos cadastrados, bem como de suas impressões digitais.
- O sistema de identificação civil do Instituto Tavares Buril precisa ter sua abrangência ampliada para os registros realizados antes de 1999, com vistas a aliviar as solicitações de pesquisas papiloscópicas feitas na sede do Instituto.
- Os arquivos civil e criminal do Instituto de Identificação deveriam ser digitalizados por completo. Apesar do alto custo de tal iniciativa, os benefícios para a sua atividade são diversos. Primeiramente, reduziria a necessidade de manipulação das fichas dos arquivos, o que contribuiria para a sua preservação, otimização do espaço necessário e melhor acondicionamento.

A digitalização permitiria a existência de um banco de dados de impressões digitais próprio do Estado de Pernambuco. Disto derivariam contribuições para o enfrentamento do crime em âmbito federal e local. Localmente, possibilitaria a expansão da tecnologia Afis (Sistema Automático de Impressões Digitais). Suas vantagens incluem desde a capacidade de identificação dos indivíduos cujas impressões digitais foram encontradas em cenas de crime, visto que a comparação atualmente é feita apenas com aquelas dos suspeitos apontados pelas investigações da Polícia Civil, até a agilização do tempo de resposta às requisições, por exemplo, de segunda via de carteira de identidade no Estado e mesmo a constatação de crimes envolvendo a tentativa de retirada de uma identidade falsa. É importante ressaltar que as pesquisas são atualmente feitas de forma manual, lidando com um universo de dezenas de milhares de fichas de impressões digitais e dependendo, em muitos casos, da sorte. Isto chega a inviabilizar determinadas pesquisas. A digitalização do arquivo, aliada à implantação do sistema Afis, configura-se num dos maiores benefícios que a tecnologia da Polícia Científica pode oferecer no combate à impunidade criminosa, restringindo as brechas existentes para a obtenção de carteiras de identidade falsas, mas legítimas, além de diminuir drasticamente o arquivamento de inquéritos por falta de autoria por parte da Polícia Judiciária, oferecendo suspeitos que não seriam relacionados aos seus crimes de outra forma. Nacionalmente, a Polícia Federal e as Polícias Judiciárias de outros estados poderiam contar com o banco de dados estadual para os mesmos fins.

- Os peritos papiloscopistas do Instituto de Identificação Tavares Buril também necessitam de luminárias para facilitar suas atividades, que exigem constante esforço da visão e contam, atualmente, apenas com a iluminação do ambiente de trabalho.
- No IITB, há a demanda por mais copiadoras e impressoras coloridas, sendo ideal a existência de uma por setor.
- O Setor de Retrato Falado do Instituto Tavares Buril necessita de melhores equipamentos para suas atividades. Como

computadores de melhor desempenho para edição de imagens, notebooks que possibilitem a mobilidade de seus serviços e atendam às mesmas necessidades, além de softwares especializados para suas funções.

- O Setor de Identificação Neonatal do IITB necessita de recursos tecnológicos que permitam a ampliação digital das impressões coletadas.
- Para o Instituto de Identificação, a implantação da digitalização de impressões digitais também requer a aquisição de aparelhos de biometria eletrônica, que poderão facilitar a criação de um banco de dados de impressões digitais na realização de novos registros de identidade.
- Para o Instituto de Criminalística, de utilidade muito similar ao Afis para o IITB, a implementação do Sistema Digital de Identificação Balística (Ibis, na sigla em inglês) também traria avanços à coibição do crime através da ampliação do controle e rastreamento de armas de fogo relacionadas a crimes. O sistema Ibis mapeia e digitaliza as ranhuras de projéteis, permitindo a comparação com um banco de dados, trazendo aos peritos combinações possíveis para análises. Atualmente, a comparação somente é possível com armas e projéteis específicos, através de pedidos das autoridades judiciárias responsáveis. Não há ao menos um arquivo de fichas à disposição como no IITB. As limitações em se encontrar os crimes relacionados pelo uso da mesma arma de fogo são imensas. Com o sistema Ibis, pode-se abrir caminho para a resolução de diversos assassinatos, ao tempo em que se possibilita novos rumos às investigações policiais, estabelecendo-se conexões entre crimes e criminosos. O sistema também contribuiria para coibir o uso de armas de fogo, por exemplo, ao se vincular a obtenção de registro de armas com inclusão das impressões balísticas no sistema, o que aumentaria, em muito, a punibilidade de crimes contra a vida. O confronto com um banco de dados de projéteis forneceria linhas de investigação mais certeiras para a Polícia Judiciária, ao tempo em que violência policial também seria mais eficazmente detectada

e sua punibilidade mais possível. Tal sistema já é utilizado em alguns estados brasileiros, como Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e tem reduzido o resultado das perícias balísticas de um prazo de dias para horas.

- O Setor de Balística do IC necessita, urgentemente, de outro tipo de equipamento para coleta de projéteis que o usado atualmente: uma caixa de madeira longa cheia de estopa. O ideal, segundo os peritos, seria contar com um tanque de água balístico, em que os projéteis são desacelerados pela resistência criada no líquido por um mecanismo. A coleta é mais rápida e facilitada, além de mais segura, por não haver riscos de incêndios (como já ocorreu no setor).
- As perícias balísticas do Instituto de Criminalística também necessitam de maior quantidade de mobiliário adequado para armazenamento de armas de fogo em suas dependências.
- O Plantão Criminalístico do IC tem a carência de mais maletas com kits para perícia de local de crime. As existentes são destinadas apenas aos peritos que trabalham junto ao DHPP.
- No Instituto de Criminalística, o Setor de Perícias de Meios Informáticos e Fonética Forense necessita de tecnologias especiais para analisar aparelhos digitais, como computadores e celulares.
- O IC também tem a demanda de mais copiadoras e impressoras coloridas para atender às necessidades de seus diversos setores.
- O laboratório forense necessita de capelas de exaustão para realizar com segurança determinados procedimentos que envolvem a liberação de gases tóxicos.
- Recomenda-se, para o laboratório forense do IC, a continuidade na aquisição de aparelhos tecnológicos de última geração. Constatou-se grande aumento de produtividade e qualidade das análises em decorrência do uso dos mais recentemente adquiridos.

- O Instituto de Criminalística carece de um sistema informatizado para acompanhamento dos processos e melhoria da segurança, com maiores informações em relação à cadeia de custódia das evidências obtidas.
- Em relação à cadeia de custódia, observou-se que falta ao IC um material padronizado que permita maior legitimidade no etiquetamento e lacração de evidências diversas, em especial, armas de fogo.
- Apesar de o Instituto de Criminalística não enfrentar problemas de escassez de viaturas para atendimento às ocorrências, foi-nos relatado que os veículos estão aquém do ideal para suas necessidades em relação aos equipamentos disponíveis. As viaturas poderiam, em muitos casos, oferecer condições de adiantar a realização de análises já nas cenas de crime, funcionando como uma espécie de minilaboratório aos peritos. Obviamente, as equipes de local de crime deveriam ser ampliadas para que isso se torne eficaz, como discutiremos adiante.
- O Instituto de Medicina Legal enfrenta grande carência em relação aos recursos tecnológicos de que dispõe, recomendando-se a renovação de seus equipamentos destinados a exames. O IML requer novos aparelhos de Raio-X e não possui máquinas de ultrassonografia.
- Luzes de foco devem ser adquiridas para as salas de necrópsias do IML, que contam apenas com as lâmpadas fluorescentes da sala.
- A Sala de Exames Sexológicos poderia ter maiores investimentos, sobretudo no que se refere a melhorias que atendam aos pacientes infantis e no conforto do mobiliário para atendimento a vítimas que passaram por experiências traumáticas.
- As mesas de necrópsias são rudimentares e poderiam ser também renovadas com equipamentos mais avançados.

- As viaturas utilizadas para o transporte de cadáveres, os famigerados rabcões, são veículos novos e conservados. De acordo com motoristas, porém, o seu grande porte é exagerado para a maior parte das ocorrências, que envolvem um ou dois corpos, e dificulta a passagem por locais de difícil acesso nas áreas urbanas. Viaturas mais compactas poderiam facilitar o acesso nesses casos.
- Observou-se que ao IC e IITB falta um sistema de videomonitoramento de suas instalações. O investimento nesse equipamento é essencial para a segurança das suas dependências, maior credibilidade de seus serviços e maior legitimidade em relação à integridade das evidências caso sejam questionadas.

RECURSOS HUMANOS

A realização de concursos para contratação de médicos-legistas, peritos criminais, peritos papiloscopistas, auxiliares de legistas e auxiliares de peritos é medida urgentemente necessária para a melhoria da Polícia Científica. Prezando pela qualidade das perícias de rua feitas pelo Instituto de Criminalística, a quantidade de vagas ofertadas para o cargo de auxiliar de perito deveria ser um objeto de interesse especial, considerando as diversas atividades que necessitam ser desempenhadas no local de crime, de forma que fossem formadas equipes com mais especialistas para atender às ocorrências e abolida de vez a utilização de agentes da Polícia Civil – que não possuem formação voltada para as atividades periciais nas quais acabam atuando.

Ainda sobre esse tipo de perícia, o quadro de peritos reduzido impede sua especialização em áreas específicas (como acidentes de trânsito, engenharia legal, local de morte, etc.), o que influi na qualidade das perícias. Assim, a oferta de vagas de modo a proporcionar tal especialização se faz necessária para melhoria das perícias do Plantão Criminalístico do IC. No mesmo Instituto, há grande exigência de mais profissionais da área de informática e para as perícias contábeis, que contam com apenas um perito cada. Já no Instituto de Medicina Legal não existe a carreira de odontologista,

profissional capaz de fazer a identificação de cadáveres e ossadas pela arcada dentária, sendo recomendada a criação do cargo e realização de concurso para contratação.

Propomos também que sejam adotadas políticas estatais que regulem a incorporação de novos profissionais aos institutos frequentemente, evitando a ocorrência de situações de grave defasagem do quadro profissional, como a vivenciada atualmente, no futuro. O Estado deve estar sempre atento ao equilíbrio entre aposentadorias e contratações. Talvez seja necessário também analisar a adoção de elementos que tornem o ingresso nas carreiras da Polícia Científica mais atrativo, considerando-se o caso do egresso massivo de peritos papiloscopistas que foram contratados através do último concurso realizado, em 2007.

Além de novas contratações, outras medidas contribuiriam significativamente em relação à otimização do quadro funcional. A iniciativa de destinar para as atividades-meio do IML quadros de assistentes e auxiliares da Secretaria de Administração poderia ser irradiada para o IC e o IITB, retirando dessas atividades peritos e auxiliares que se dedicariam exclusivamente às atividades-fim para as quais já são qualificados.

Neste aspecto, os mesmos benefícios poderiam ser obtidos da melhor forma com o avanço no projeto da Secretaria de Defesa Social para a criação de seus próprios cargos administrativos. Não menos importante, também, são as criações de condições e incentivos para a realização de pesquisa e aperfeiçoamento de pessoal, tão necessários e característicos às atividades científicas em um contexto de evolução tecnológica constante.

A adoção de uma política de progressão de carreira para peritos, diferente da que se submetem os policiais e mais identificada com a área científica, poderia, por exemplo, incentivar a pesquisa na área e a inovação. Dessa forma, é importante que, em conjunto com as contratações, sejam estimuladas parcerias com universidades para que tanto os profissionais da Polícia Científica se aperfeiçoem, como possam contribuir para o meio acadêmico com seu potencial. De igual maneira, influiria de forma positiva a oferta de incentivos a pesquisas acadêmicas para inovação e produção de conhecimento na área, além da constante requalificação dos quadros profissionais do órgão.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Na perspectiva do aparelhamento burocrático, sobressai-se a reivindicação já histórica da Polícia Científica por autonomia plena diante da Polícia Civil, comumente chamada de “criação da Quarta Operativa.” Sugerimos ao Governo do Estado de Pernambuco a alternativa encontrada por outros estados brasileiros na qual a autonomia se firmou através de decretos, concedendo arranjo administrativo, gerencial e dotação orçamentária definida à Polícia Científica e independente da Polícia Civil.

A dotação orçamentária própria é de extrema importância para que a própria Polícia Científica possa se afirmar em relação às suas necessidades a longo prazo, podendo fazer valer seus planejamentos e a realização de projetos apenas por suas competências, reduzindo sua dependência de constante atendimento da Secretaria de Defesa Social, no caso de negociar investimentos, ou da Polícia Civil, em relação a todo os processos de gestão dos funcionários. Tais órgãos seriam também beneficiados já que toda a autonomia da Polícia Científica permitiria maior enfoque de seus esforços no atendimento às suas outras demandas institucionais.

A autonomia da GGPOC assume caráter de urgência quando se leva em conta que ela necessita de reestruturação organizacional para que possa criar novas funções gratificadas em atendimento às exigências que se impõem com o avanço do projeto de regionalização e a implantação de novas unidades nos estados, que exigirão a criação de chefias, direções e supervisões próprias.

É também importante ressaltar que tal vinculação existente da Polícia Científica com a Polícia Civil, subordinando as duas Polícias em questão ao mesmo regimento para seus funcionários e decerto não releva as diferenças essenciais existentes entre as carreiras. Talvez o exemplo que mais se destaque neste contexto seja a gerência do Instituto Tavares Buril. Apesar de ser inegável o comprometimento de tais profissionais com o desenvolvimento do Instituto, há de se convir que faltam argumentos a favor da manutenção da gestão do IITB nas mãos de delegados e o impedimento de que os próprios peritos papiloscopistas possam assumir o cargo, como ocorre nos outros institutos com médicos-legistas e peritos criminais.

Esta se constituiria em uma proposta sustentável pelo simples fato de que peritos papiloscopistas, que fazem suas histórias e carreiras ao longo de décadas dentro do órgão, detêm maior amplitude de conhecimento prático e técnico dos serviços prestados, tornando o impedimento de tais profissionais em assumir sua gerência um verdadeiro desperdício de gestores com *know-how* privilegiado.

Outra consequência positiva para a autonomia administrativa da Polícia Científica Pernambucana poderia se concretizar na adoção de critérios para progressão das carreiras de seu quadro funcional que fossem mais identificados com o desenvolvimento da Ciência Forense, estimulando a qualificação profissional e a inovação caso combinadas a outras adequações necessárias, como as melhorias descritas em relação aos recursos humanos.

A pesquisa *A Polícia Científica de Pernambuco na Linha de Montagem da Defesa Social sob Focos de Lentes* esforçou-se em traçar o panorama de um importante órgão de cuja efetividade e eficiência dependem em muito o sucesso do Sistema de Defesa Social pernambucano no enfrentamento ao crime e cumprimento da Justiça. Esperamos, com este trabalho, ter cumprido com nossos compromissos junto às demandas da sociedade diante do Estado. Certamente, as condições da Gerência Geral de Polícia Científica, do Instituto de Identificação Tavares Buril, do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico e do Instituto de Medicina Legal Antônio Percivo Cunha aqui descritas são limitadas, por sua localização temporal, e sofreram transformações desde a conclusão de nossa pesquisa.

Acreditamos, porém, na sua importância como registro de um agente externo empenhado em ajustar os focos de suas diversas lentes para oferecer a maior autenticidade possível à realidade reconstruída a partir das múltiplas vozes e demandas coletadas, observadas e analisadas. Deste modo, desejamos colaborar com a delimitação de políticas estatais que se fundamentem sobre o interesse social mais amplo, sustentando-se diante das contingências produzidas pelas mudanças de governos e apontando objetivos a serem alcançados a longo prazo.

Em nossas propostas, procuramos fornecer apontamentos práticos para iniciativas que busquem, através de melhorias na

Polícia Científica de Pernambuco, efeitos positivos no conjunto do Sistema de Defesa Social estadual, no sentido da promoção de seu serviço mais valioso: a efetivação de condições necessárias à cidadania plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello. Os grandes momentos da política criminal. In: _____ (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- ASSOCIAÇÃO DOS PERITOS PAPILOSCÓPICOS DE PERNAMBUCO. *Sai Parecer da PGE sobre QTP*. Disponível em: <<http://www.asppape.com.br/component/content/article/42-geral/236-sai-parecer-da-pge-sobre-qtp.html>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- BRASIL. Decreto Imperial nº 1.746, de 16 de abril de 1856. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1746-16-abril-1856-571195-publicacaooriginal-94291-pe.html>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- BURGESS, Robert G. Personal documents, oral sources and life histories. In: _____ (Ed.). *Field research: a sourcebook and field manual*. 5. ed. Boston: G. Allen & Unwin Hyman, 1982. Cap. 18, p. 200-207.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. *The uses of oral and life history: working with the political elite*. Rio de Janeiro, 1982. Mimeo. 4º Encontro da Anpocs.
- CASTRO, Luciano. *Projeto de Lei 2754/2011: Altera a denominação da categoria funcional de Papiloscopista Policial para Perito Papiloscopista*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=528242>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- COSTA, Veloso. *Medicina, Pernambuco e tempo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1978.
- MAIO, Marcos C. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1995000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- MELO, Ronidalva de Andrade. *Entendendo a Defesa Social*. 2004. Apresentação de 16 slides, color. Microsoft PowerPoint.
- O LIBERAL PERNAMBUCANO. Recife, 1850-1858. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2007*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2008*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2009*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2010*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2011*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Lei Orçamentária Anual. 2013*. Disponível em: <<http://www.seplag.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Controladoria Geral do Estado. Portal da Transparência. *Remuneração dos servidores ativos*: dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia/remuneracaoservidores>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Controladoria Geral do Estado. Portal da Transparência. *Remuneração dos servidores ativos*: fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia/remuneracaoservidores>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Controladoria Geral do Estado. Portal da Transparência. *Remuneração dos servidores ativos*: janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www2.transparencia.pe.gov.br/web/portal-da-transparencia/remuneracaoservidores>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 3.167, de 5 de julho de 1974. *Aprova o Regulamento Geral da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco*. Disponível em: <www.policiacivil.pe.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 13.908, de 3 de outubro de 1989. *Introduz alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências*. Disponível em: <www.policiacivil.pe.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto nº 21.576, de 23 de julho de 1999. *Cria, no âmbito da Secretaria de Defesa Social, Grupo de Trabalho para instalação de laboratório com a finalidade de realizar exame utilizando o DNA, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto nº 22.149, de 23 de março de 2000. *Aprova o Regulamento da Secretaria de Defesa Social - SDS, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.iitb.pe.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009. *Aprova o Regulamento da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Decreto nº 35.305, de 8 de julho de 2010. *Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras*

- providências*. Disponível em: <<http://www.policiaivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei nº 5.881, de 4 de outubro de 1966. *Determina a evolução de níveis e padrões de vencimentos, organiza o Quadro Permanente do Pessoal da Segurança Pública e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.policiaivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- >>> PERNAMBUCO. Decreto nº 7.006, de outubro de 1966. FONTE????
- PERNAMBUCO. Lei Complementar Estadual nº 49, de 31 de janeiro de 2003. *Dispõe sobre as áreas de atuação, a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei Complementar n.º 135, de 31 de dezembro de 2008. *Institui, no âmbito da administração direta do Poder Executivo Estadual, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV, para os servidores integrantes do seu quadro próprio de pessoal, e determina medidas correlatas*. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 156, de 26 de março de 2010. *Redefine a estrutura de remuneração dos cargos indicados, altera diplomas legais que especifica...* Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 187, de 7 de dezembro de 2011. *Altera as estruturas de remuneração e de carreira dos cargos públicos que indica*. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999. *Dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, cria e extingue cargos e dá outras providências*. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei nº 11.632, de 28 de janeiro de 1999. *Extingue e cria cargos de Autoridades Policiais da Secretaria de Segurança Pública e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.policiaivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei nº 6.425 de 29 de setembro de 1972. *Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (Estatuto Policial)*. Disponível em: <<http://www.policiaivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974. *Organiza a Secretaria da Segurança Pública, institui a polícia de carreira, criando*

- o quadro de pessoal policial e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pe.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. *Regulamento do Gabinete de Identificação de Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1947. Disponível em: <<http://www.iitb.pe.gov.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. Ato Oficial nº 3228. *Diário Oficial de Pernambuco*, ed. 185, 28 set. 2012.
- PORTAL G1. *Em PE, Comissão da Verdade diz que jovem foi morta durante a ditadura*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/02/em-pe-comissao-da-verdade-diz-que-jovem-foi-morta-durante-ditadura.html>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- RECIFE. Secretaria Municipal de Saúde. *Pombos: os riscos que trazem à saúde* (folder). 2011. Disponível em: <http://bvsm.saude.gov.br/bvs/dicas/238_pombos.html>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- ROSA, Cássio Thyone Almeida de. O glamour do CSI Brasileiro. *Carta Capital*, São Paulo, 25 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-glamour-do-csi-brasileiro/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- SANTOS NETO, Pedro Miguel dos. *O processo da profissionalização médica em Pernambuco: um estudo sobre a categoria médica pernambucana, sua organização, seus interesses*. 1993. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1993.
- VELLOSO, Verônica Pimenta; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *Sociedade de Medicina de Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socmedpe.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.